GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

ANO XX Nº 232 SEXTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 1996 PREÇO: R$ 0,83

SUMÁRIO

SEÇÃO I **PÁGINA**

ATOS DO PODER EXECUTIVO 9745
SECRETARIA DE GOVERNO 9750
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO 9751
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 9752
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA 9753
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE 9753
SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO 9754
SECRETARIA DE TURISMO 9754
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 9755
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL 9762
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL 9764

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO 9772
SECRETARIA DE GOVERNO 9775
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 9778
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO 9781
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 9781
SECRETARIA DE SAÚDE 9782
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA 9785
SECRETARIA DE OBRAS 9785
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL 9785
SECRETARIA DE TURISMO 9786
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 9786

SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO 9787
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 9787
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO 9787
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 9788
SECRETARIA DE SAÚDE 9788
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA 9789
SECRETARIA DE OBRAS 9789
SECRETARIA DE AGRICULTURA 9792
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 9792
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL 9793
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE 9796
SECRETARIA DE TURISMO 9796
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA 9796
INEDITORIAIS 9797
ÍNDICE 9798

NÓS ACREDITAMOS NO TRABALHADOR

MINISTÉRIO DO TRABALHO
Fundo de Amparo ao Trabalhador
SECRETARIA DE TRABALHO
GDF

PROGRAMA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
Uma força para quem quer uma vida melhor

SEÇÃO I

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 17.544, DE 22 DE JULHO DE 1996 (*)

Aprova a inclusão do subitem 18.g nas Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 152/93, do Bairro Águas Claras, da Região Administrativa de Taguatinga - RA III.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL , no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e em vista do disposto no Processo nº 132-000.848/96, decreta:

Art. 1º Fica aprovada a inclusão do subitem 18.g no item 18 - Disposições Gerais - das Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 152/93, com a seguinte redação:
Parágrafo Único "18.g - O afastamento mínimo previsto no item 4.a não incide sobre os lotes 8, 10, 12, 14, 16 e 18 da Avenida Sibipiruna".
Art. 2º Ficam mantidos, para os demais lotes abrangidos pela NGB 152/93, os parâmetros referentes a uso, gabarito e taxas de ocupação e construção.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de julho de 1996.
108º da República e 37º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 141, de 23-7-96

DECRETO Nº 16.588 DE 30 DE JUNHO DE 1996 (*)

Aprova a inclusão de nota nas Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 70/85 das Regiões Administrativas do Gama - RA II, de Taguatinga - RA III, de Brazlândia - RA IV, de Sobradinho - RA V e de Planaltina - RA VI.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, decreta:

Art. 1º Fica incluída a Nota 4 (quatro) nas Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 70/85, referente a Posto de Abastecimento, Lavagem e Lubrificação - PLLs e a Postos de Abastecimento de Combustível - PAGs das Regiões Administrativas do Gama - RA II, de Taguatinga - RA III, de Brazlândia - RA IV, de Sobradinho - RA V e de Planaltina - RA VI.
Parágrafo único . "Nota 4: Altera o item 04 e complementa os itens 05 e 07, com a seguinte redação:
a) item 04 - Afastamentos Mínimos Obrigatórios:
. Frontal - 5,00m (cinco metros)
.Laterais e Fundos - inexistentes
.Entre as bombas e as edificações - 5,00m (cinco metros)
.Entre os depósitos subterrâneos de combustível e as edificações no subsolo - 5,00m (cinco metros)
b) item 05 - Tratamento das Divisas:
Para os lotes isolados, a construção de muros é optativa.
c) item 7 - Pavimentos Optativos:
Subsolo - observados os mesmos afastamentos constantes do item 04, sendo vedada a sua utilização para armazenamento de material inflamável.
Art. 2º Ficam mantidos para as Normas de Edificação, Uso e Gabarito - NGB 70/85 os parâmetros referentes a uso, gabarito e taxas de ocupação e construção.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de junho de 1996.
108º da República e 37º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 180, de 18-9-96.

DECRETO Nº 17.860, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso I, alínea "b", da Lei n° 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 150.000.288/96, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Secretaria de Cultura e Esporte crédito suplementar, no valor de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
16.000	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE				3.500
(230101/00001) 16.101	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE				3.500
080070021.2137	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				3.500
080070021.2137.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.39	000	3.500	3.500
00981/001 -200035				TOTAL	3.500

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — CANCELAMENTO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
16.000	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE				3.500
(230101/00001) 16.101	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE				3.500
150810486.2091	CONCESSAO DE BENEFICIOS A SERVIDORES				3.500
150810486.2091.0001	CONCESSAO DE BENEFICIOS A SERVIDORES	34.90.39	000	3.500	3.500
00981/002 -200042				TOTAL	3.500

DECRETO Nº 17.861, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso I, alínea "c", da Lei n° 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 147.000.351/96, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Região Administrativa XIX - Candangolândia crédito suplementar, no valor de R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo II.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso II, da Lei supracitada, pelo excesso de arrecadação proveniente de recursos diretamente arrecadados, na forma do Anexo I.

Art. 3° Em função do disposto no artigo anterior, a receita do Distrito Federal fica acrescida na forma do Anexo I.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

FISCAL

RECEITA

TESOURO

ESPECIFICACAO		DESDOBRAMENTO	FONTE	CAte...
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES			7.500
1100.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		7.500	
1120.00.00	TAXAS		7.500	
1122.00.00	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	7.500		
1122.31.00	TAXA DE USO DE LOGRADOURO PUBLICO	7.500		
00975/001			TOTAL	7.500

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				7.500
(190121/00001) 11.121	REGIAO ADMINISTRATIVA XIX - CANDANGOLANDIA				7.500
030070021.8003	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				7.500
030070021.8003.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	45.90.52	020	7.500	7.500
00975/002 -200032				TOTAL	7.500

DECRETO Nº 17.862, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso I, alínea "b", da Lei n° 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 112.010.963/96, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP crédito suplementar, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei supracitada, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR — SUPLEMENTACAO — FISCAL — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
22.000	SECRETARIA DE OBRAS				100.000

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

Redação e Administração:
Anexo do Palácio do Buriti, Sala 111,
Térreo. CEP 70075-900, Brasília - DF.
Telefones:(061) 225-7803
316-4137
213-6312
Impressão: IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

CRISTOVAM BUARQUE
Governador

ARLETE SAMPAIO
Vice-Governadora

LUIZ GONZAGA FIGUEIREDO MOTTA
Secretário de Comunicação Social

CLEMENTE LUZ
Editor-responsável

(190193/00001)	22.193	SECRETARIA DE OBRAS - ENT. SUP. NOVACAP				100.000
130760448.2862		ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS				100.000
130760448.2862.0001		COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL	34.13.44	004	100.000	100.000 *
(000000/00000)	22.201	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL				100.000
130760448.2149		MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BOCAS DE LOBO E GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS				100.000
130760448.2149.0001		MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BOCAS DE LOBO E GALERIAS DE AGUAS PLUVIAIS	34.90.39	004	100.000	100.000
00983/001 -200035					TOTAL	100.000

NOTA: (*) Transferidora(Unidade) Nao Consta do Total

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
22.000	SECRETARIA DE OBRAS				100.000
(190193/00001)	22.193 SECRETARIA DE OBRAS - ENT. SUP. NOVACAP				100.000
100580575.2860	ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS				100.000
100580575.2860.0001	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL	34.13.44	004	100.000	100.000 *
(000000/00000)	22.201 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL				100.000
100580575.2148	RECAPEAMENTO DE VIAS PUBLICAS E OBRAS COMPLEMENTARES				100.000
100580575.2148.0001	RECAPEAMENTO DE VIAS PUBLICAS E OBRAS COMPLEMENTARES	34.90.39	004	100.000	100.000
00983/002 -200042				TOTAL	100.000

NOTA: (*) Transferidora(Unidade) Nao Consta do Total

DECRETO Nº 17.864, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso I, alínea "b", da Lei n° 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 140.001.240/96, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Região Administrativa VII - Paranoá crédito suplementar, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei supracitada, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de novembro de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				7.000
(190109/00001)	11.109 REGIAO ADMINISTRATIVA VII - PARANOA				7.000
100600327.3229	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA				7.000
100600327.3229.0001	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA	45.90.51	000	7.000	7.000
00941/001 -200035				TOTAL	7.000

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				13.000
(190109/00001)	11.109 REGIAO ADMINISTRATIVA VII - PARANOA				13.000
030070021.4002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				13.000
030070021.4002.0005	SERVICOS DE CONSERVACAO E RECUPERACAO DE PREDIOS E PROPRIOS	34.90.30	000	13.000	13.000
00942/001 -200035				TOTAL	13.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				7.000
(190109/00001)	11.109 REGIAO ADMINISTRATIVA VII - PARANOA				7.000
100600327.3229	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA				7.000
100600327.3229.0001	AMPLIACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO PUBLICA	34.90.39	000	7.000	7.000
00941/002 -200042				TOTAL	7.000

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

CANCELAMENTO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000	SECRETARIA DE GOVERNO				13.000
(190109/00001)	11.109 REGIAO ADMINISTRATIVA VII - PARANOA				13.000
030070021.4002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				13.000
030070021.4002.0002	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	34.90.30	000	13.000	13.000
00942/002 -200042				TOTAL	13.000

DECRETO Nº 17.865, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7°, inciso I, alínea "b", da Lei n° 993, de 28 de dezembro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta do processo n° 030.009.894/96, decreta:

Art. 1° Fica aberto à Secretaria de Transportes - Entidades Supervisionadas, em favor do Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal, crédito suplementar, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2° O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1°, inciso III, da Lei supracitada, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de novembro de 1996
108° da República e 37° de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

SUPLEMENTACAO

RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
26.000	SECRETARIA DE TRANSPORTES				2.000
(200193/00001)	26.193 SECRETARIA DE TRANSPORTE - ENT. SUP. DMTU				2.000
150810486.2887	ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS				2.000
150810486.2887.0003	DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS	31.11.41	000	2.000	2.000 *
(200203/20203)	26.203 DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS				2.000
150810486.2272	CONCESSAO DE BENEFICIOS A SERVIDORES				2.000
150810486.2272.0001	CONCESSAO DE BENEFICIOS A SERVIDORES	31.90.08	000	2.000	2.000
00964/001 -200035				TOTAL	2.000

NOTA: (*) Transferidora(Unidade) Nao Consta do Total

ANEXO II EXERCICIO DE 1996 R$ 1,00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

CANCELAMENTO RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
26.000	SECRETARIA DE TRANSPORTES				2.000
(200193/00001) 26.193	SECRETARIA DE TRANSPORTE - ENT. SUP. DNTU				2.000
160070021.2888	ATIVIDADES A CARGO DE ENTIDADES SUPERVISIONADAS				2.000
160070021.2888.0003	DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS	31.11.41	000	2.000	2.000 *
(200203/20203) 26.203	DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS				2.000
160070021.4031	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE				2.000
160070021.4031.0001	ADMINISTRACAO DE PESSOAL	31.90.14	000	2.000	2.000
00964/002 -200042				TOTAL	2.000

NOTA: (*) Transferidora(Unidade) Nao Consta do Total

DECRETO Nº 17.866, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

Altera o Decreto nº 17.795, de 31 de outubro de 1996, que transfere atribuições do Diretor-Executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal ao Secretário de Educação do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, decreta:

Art. 1º- Retornam a ser atribuições do Diretor-Executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal aquelas especificadas na alínea "d" do inciso I, bem como nos incisos VIII e X, do artigo 1º do Decreto nº 17.795, de 31 de outubro de 1996, que transfere atribuições do Diretor-Executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal ao Secretário de Educação do Distrito Federal.

Art. 2º- Ficam convalidados os atos praticados pelo Diretor-Executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal, a partir de 14 de novembro de 1996 e referentes às atribuições de que trata o artigo 1º deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 28 de novembro de 1996
108º da República e 37º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

DECRETO Nº 17867, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

Fixa prazos para comercialização de vales-transporte no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal e tendo em vista o que dispõe o artigo 12, inciso II, da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992, decreta:

Art. 1º Fica estabelecido o período de 02 a 09 de dezembro de 1996 para comercialização dos vales-transporte de séries A-12.2, B-12.2 e C-12.2 , aos valores tarifários fixados pelo artigo 1º do Decreto nº 17.344, de 07 de maio de 1996.

Parágrafo único. **Os vales-transporte das séries A-11.2, B-11.2 e C-11.2 continuarão sendo comercializados no mesmo período citado no *caput*.**

Art. 2º Aos empregadores que mantenham cadastrada, junto ao Banco de Brasília S.A. - BRB, quantidade mensal prevista de aquisição de vales-transporte igual ou superior a 200 (duzentas) unidades, fica facultado adquiri-las em até 03 (três) parcelas, observados os seguintes períodos de aquisição e quantitativos correspondentes a cada parcela:

I - período de 02 a 09 de dezembro de 1996, para aquisição de quantidade igual ou superior a trinta por cento da quantidade mensal prevista em cadastro;

II - período de 10 a 17 de dezembro de 1996, para aquisição de quantidade igual ou superior a trinta por cento da quantidade mensal prevista em cadastro;

III - período de 18 a 26 de dezembro de 1996, para aquisição do restante da quantidade cadastrada.

§ 1º No ato da aquisição da primeira parcela, o empregador deverá fornecer, por escrito, ao BRB, a previsão das quantidades a adquirir nas duas parcelas subseqüentes.

§ 2º A opção pela aquisição parcelada na forma deste artigo, sujeitará o empregador à aquisição de vales-transporte em uma única agência, escolhida dentre um conjunto reduzido de agências indicadas pelo BRB.

Art. 3º Os vales-transporte de séries A-8.2, B-8.2, C-8.2, A-9.2, B-9.2 e C-9.2, A-10.2, B-10.2 e C-10.2, A-11.2, B-11.2 e C-11.2 adquiridos no período de 01 de julho a 26 de dezembro de 1996, poderão ser utilizados pelo beneficiário como pagamento da passagem devida.

Parágrafo único. **Os Vales-Transporte de séries A-EXTRA, B-EXTRA, C-EXTRA e E-EXTRA perderão sua validade no dia 31/12/96.**

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de novembro de 1996.
108º da República e 37º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

DECRETO Nº 17.868 DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

Aprova o projeto urbanístico de Parcelamento no Bairro Águas Claras, na Região Administrativa de Taguatinga - RA III.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e 24, da Lei nº 353, de 18 de novembro de 1992, e tendo em vista o que consta do Processo 111.005.803/94-4, decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Urbanístico de Parcelamento do lote 01 da Rua Araçá e da Área de Parcelamento Futuro, do Bairro Águas Claras, na Região Administrativa de Taguatinga - RA III, consubstanciado no Projeto de Urbanismo-Parcelamento URB 121/94 e no Memorial Descritivo - MDE 121/94.

§ 1º O Memorial Descritivo MDE 121/94 é parte integrante deste Decreto, na forma do Anexo I.

§ 2º Os dispositivos normativos para o lote 1 - Rua Araçá são os constantes das Normas de Edificação, Uso e Gabarito NGB 54/93.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de novembro de 1996
108º da República e 37º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

PROCESSOS:	111.005.803/94-4
DECISÕES:	
DATAS:	
DECRETOS:	
DATAS:	
PUBLICAÇÃO:	
REGISTRO NO CARTÓRIO ..... OFÍCIO	DATA

1. SINOPSE

1.1- Objetivo do Projeto

O presente projeto foi elaborado para propor a modificação de parte do parcelamento aprovado para o Bairro Águas Claras, trecho da 4ª etapa, com a supressão do Lote 1 da Rua Copaiba e, criação do Lote 1 da Rua Araçá e definição de uma área a ser parcelada futuramente.

1.2. Composição do Projeto

Compõe-se deste Memorial Descritivo MDE 121/94, folhas 01/12 a 12/12 e, das seguintes plantas :

. Projeto de Urbanismo - Parcelamento

URB 121/94 fls SICAD 135-III-5-D
URB 121/94 fls SICAD 135-III-6-C
URB 121/94 fls SICAD 135-III (GERAL)

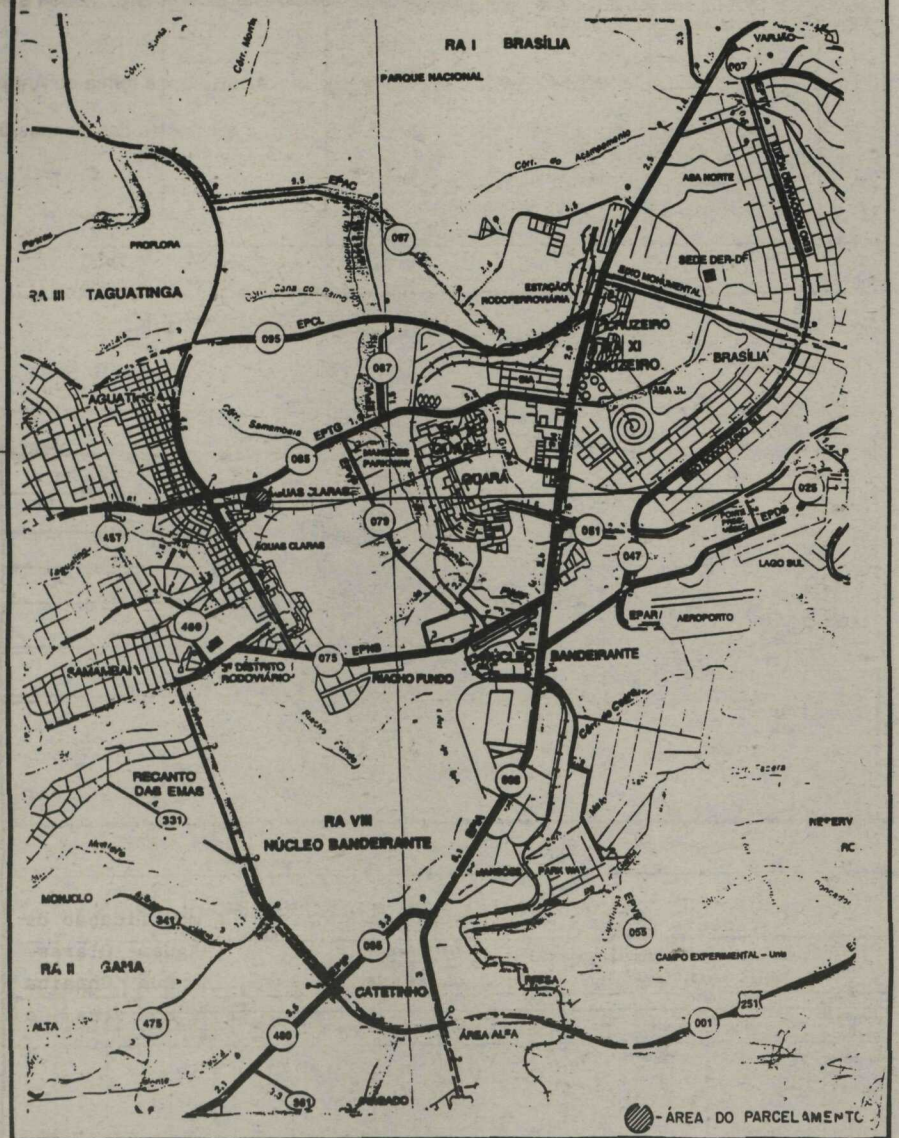
OBS: Este projeto deverá ser complementado pelos Projetos de Urbanismo Geométrico Planimétrico PLN e Altimétrico, ALT e do Projeto de Drenagem Pluvial, DRN.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA — TERRACAP				R.T. DITEC-JOSUÉ
M E M O R I A L D E S C R I T I V O				
MDE —121/94	CST-CIDADE SATÉLITE DE TAGUATINGA - RA III BAIRRO ÁGUAS CLARAS R ARAÇA-LOTE I E ÁREA A SER PARCELADA			
FOLHA: 01/12				
DATA: 27/09/96	PROJETO:	CONF MDE: GERENTE	VISTO: DIRETOR	APROVO: D.P /IPDF
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL - IPDF-GDF				

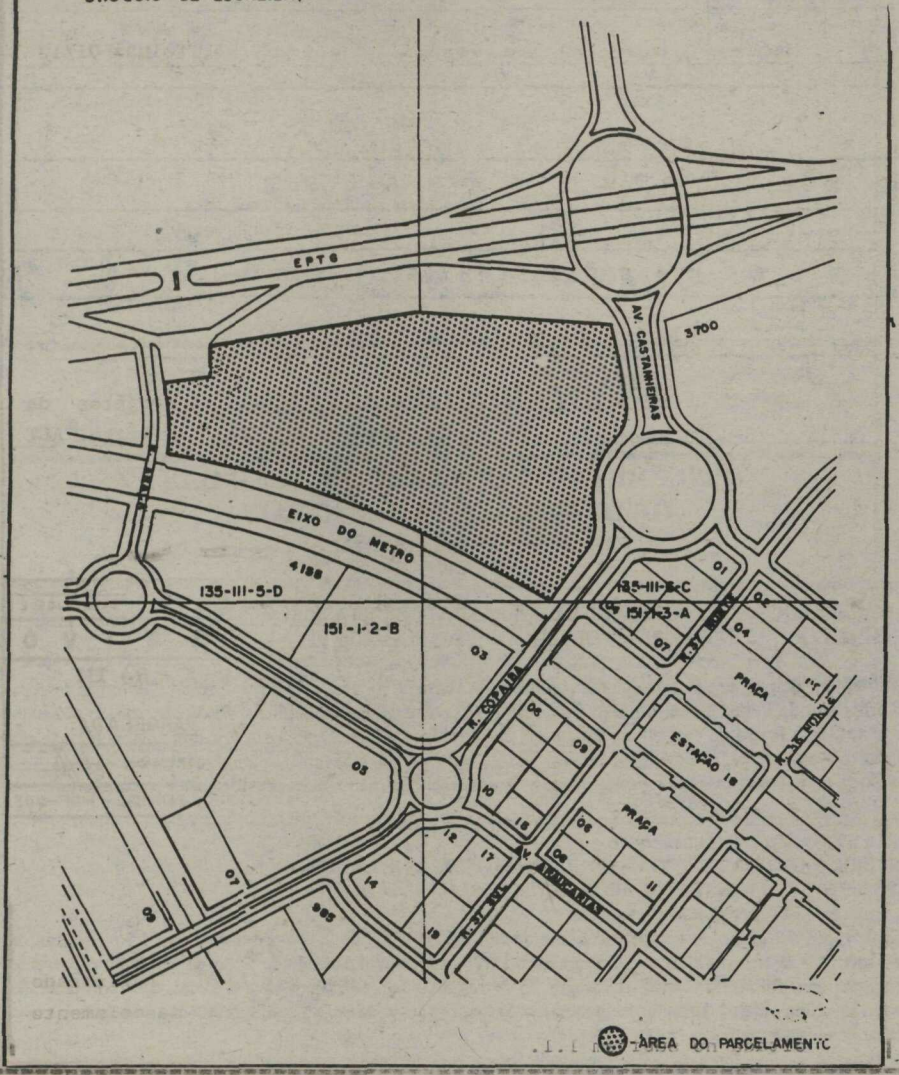
1.3- Projeto Alterado

O projeto URB 121/94 modifica o projeto URB 54/93, registrado em Cartório no que diz respeito a modificação do parcelamento citada no subitem 1.1.

CROQUIS DE SITUAÇÃO



CROQUIS DE LOCALIZAÇÃO



3. JUSTIFICATIVA DE PROJETO

3.1. Apresentação e Justificativa

Este é um projeto de parcelamento urbano proposto pela Diretoria Técnica da Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP, para possibilitar uma oferta de imóvel para o uso comercial e institucional, nas proximidades da EPTG no Bairro Águas Claras, a fim de atender a demanda de área para tais atividades.

O referido projeto foi desenvolvido em função da impossibilidade de registrar em Cartório, a curto prazo, o Lote 01 , Rua Copaíba, Bairro Águas Claras (aprovado no Projeto MDE e URB 54/93) devido à interferência de parte de sua área com o Lote 02, Rua 200, QS 01, mesmo Bairro. Este último lote encontra-se registrado em Cartório e é objeto do Projeto MDE e URB 89/86. O cancelamento deste Registro Cartorial será feito com base na Decisão Nº 124/91- CAUMA/DF,homologada pelo Decreto Nº 13.573 de 18/11/91, referentes à criação do Bairro Águas Claras, e na Lei Nº 385 de 16/12/92, que aprovou o Projeto da 4ª Etapa do citado Bairro. Tal providência ocorrerá após entendimentos entre a TERRACAP e o Grupo Assistência Social e Espiritual Francisco de Assis, a quem o imóvel foi cedido através de Escritura Pública de Direito Real de Uso.

3.2. Questão Legal ou Fundiária

A área objeto deste parcelamento é de propriedade da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP.

3.3. Análise do Sítio

A área ora parcelada consta do loteamento definido no Projeto de Urbanismo - Parcelamento, URB 54/93, registrado em Cartório, desta forma o sítio analisado é o mesmo de tal loteamento, cujas características gerais de projeto, segundo o MDE 54/93, foi feita no MDE 220/92.

Possue uma superfície de 83,384,64m2 ou 08 ha 33 a 84 ca.

Está situada na Região Administrativa de Taguatinga - RA III, na Zona Urbana I - 3 ZUR 1, Bairro Águas Claras daquela Cidade. Delimita-se ao Norte com a rodovia DF 085 ou EPTG-Estrada Parque Taguatinga, ao sul pela linha do Metrô, a leste pela Avenida das Castanheiras e Rua Copaiba e a Oeste pela Rua Araçá.

Neste parcelamento o imóvel registrado em Cartório existente na área de estudo, funcionou como condicionante de projeto determinando os limites da unidade imobiliária proposta.

3.4- Síntese de Critérios de Organização Urbana.

Neste projeto não foi necessário a definição de critérios para organização do espaço urbano, vez que a matéria foi tratada ao ser elaborado o URB 54/93 e foi apresentada no MDE 220/92,conforme consta do MDE 54/93.

3.5- Descrição da Proposta

3.5.1. - Considerações Gerais

O projeto URB 121/94 foi iniciado em novembro de 1994, com uma proposta apresentada pela DITEC/TERRACAP de desmembramento do Lote 1 da Rua Copaiba, Bairro Águas Claras da Cidade Satélite Taguatinga - RA III, em duas unidades imobiliárias. Tal proposta obteve o de acordo da DIPRO/IPDF em 27.12.94.

Em 1996 o projeto foi reavaliado na referida Diretoria e decidiu-se modificar a forma de apresentação da proposta, uma vez que, não havendo registro em Cartório relativo ao lote supracitado, não há área a ser desmembrada, o que existe é uma área passível de parcelamento.

Definiu-se, então, a poligonal da área de estudo, correspondente as divisas previstas para o referido lote e, procedeu-se o

parcelamento apenas no trecho da área que não apresenta a interferência citada no item 3.1. A área remanescente foi definida em projeto como área a ser parcelada futuramente.

Com esta proposta a DITEC/TERRACAP pretende colocar à disposição da comunidade, a curto prazo, um imóvel para uso comercial ou institucional e deixar o restante da área para ser parcelada futuramente, sob a forma de 01 (um) único imóvel com área de 64.042,61 m2, para instalação de um grande empreendimento, conforme previsto no projeto original, ou de alguns imóveis com áreas de médio porte, iguais ou diversificadas, porém, sempre de maneira a atender a demanda existente por atividades relacionadas com o uso aprovado para o local.

A proposta ora apresentada não interfere no sistema viário já aprovado para o referido Bairro.

O endereçamento estabelecido para a unidade imobiliária a ser criada segue o mesmo padrão adotado no parcelamento original.

Por se tratar de parcelamento de uma área cuja poligonal de projeto corresponde as divisas de um imóvel objeto do URB 54/93, não se fez necessário consultar as Concessionárias de Serviços Públicos e NOVACAP a respeito do posicionamento de suas redes.

As construções no Lote 1 da Rua Araçá devem seguir as Normas de Edificação, Uso e Gabarito estabelecido no NGB 54/93.

3.5.2. - A Proposta

Para o Bairro Águas Claras da Cidade Satélite de Taguatinga - RA III, propõe-se o seguinte:

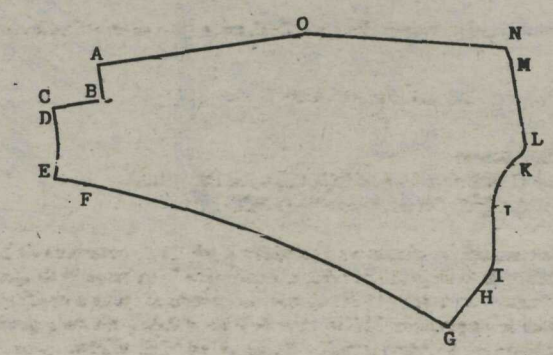
1 - Supressão do Lote 1 da Rua Copaiba, aprovado no URB 54/93;

2 - Criação do Lote 1 da Rua Araçá com 19.342,03 m2

3 - Definição em projeto de uma área com 64.042,61 m2 a ser parcelada futuramente.

L	8.247.303,2650	174 360,6030			AC= 61º 34' 53" R=14,00 D=15,047
			71,034	351º 18' 57"	
M	8.247.373,5350	174 349,8700			curva 06 AC= 17º 04' 30" R= 66,500 D= 19.818
			19,818	curva 06	
N	8.247 392,4080	174 344,0200			
			211,551	273º 43' 23"	
O	8.247.406,1550	174 132,7650			
			190,031	262º 09' 09"	
A	8.247.380,1900	173 944,3790			
			Área- 08ha 33a 84ca		

POLIGONAL



QUADRO DEMONSTRATIVO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

LOCALIZAÇÃO: CIDADE SATÉLITE TAGUATINGA = RA III / BAIRRO ÁGUAS CLARAS — REFERÊNCIAS: SICAD — PLANTA Nº: 135-III-5-D — DATA: 27.09.96

ENDEREÇO QUADRA OU CONJUNTO	LOTE	SUPERFÍCIE (m²)	DIMENSÕES FRENTE	FUNDO	LATERAL DIREITA	LATERAL ESQUERDA	CHANFRO	CONFRONTAÇÕES FRENTE	FUNDO	LATERAL DIREITA	LATERAL ESQUERDA	CHANFRO	USO
RUA ARAÇA	01	19.342,03	56,756 + 11,581 + 36,969	167,221	30,318 + 130,872	49,975 + 117,329	-	VP	A.S.P	AP	AP	-	ECI
TOTAIS	01	19.342,03	LEGENDA E OBSERVAÇÕES		VP - Via Pública ASP - Área a ser parcelada AP - Área Pública			ECI - ED - Comercial e Institucional.					

QUADRO DE CAMINHAMENTO DA POLIGONAL

Kr = 1,000711564

PONTOS	COORDENADAS (UTM) N	E	DISTÂNCIAS TOPOGRÁFICAS (m)	AZIMUTES UTM	OBSERVAÇÕES
A	8.247.380,1900	173 944,3790			
			36,969	172º 15' 33"	
B	8.247.343,5320	173 949,3620			
			49,975	261º 21' 56"	
C	8.247.336,0240	173 899,9180			
			11,581	171º 47' 36"	
D	8.247.324,5536	173 901,5723			
			56,756	curva 01	curva 01 AC= 24º 38' 07" R= 132,00 D= 56,756
E	8.247.268,3389	173 897,5321			
			30,318	101º 11' 47"	
F	8.247.262,4477	173 927,2946			
			384,26	curva 02	curva 02 AC= 21º 08' 49" R= 1041,110 D= 384,26
G	8.247.120,6400	174 282,3800			
			61,644	37º 46' 01"	
H	8.247 169,4050	174 320,1610			curva 03 AC= 37º 46' 16" R= 36,500 D= 24,062
			24,062	curva 03	
I	8.247.191,7780	174 327,8130			

QUADRO DE CAMINHAMENTO DA POLIGONAL

Kr = 1,000711564

PONTOS	COORDENADAS (UTM) N	E	DISTÂNCIAS TOPOGRÁFICAS (m)	AZIMUTES UTM	OBSERVAÇÕES
I	8.247.191,7780	174 327,8130			
			43,091	359º 59' 46"	
J	8.247.234,9000	174.327,8100			
			63,708	curva 04	curva 04 AC= 52º 54' 06" R= 69,000 D= 63,708
K	8.247.289,9760	174 355,2050			
			15,047	curva 05	curva 05

MEMORIAL DESCRITIVO

MDE 121 / 94 — FL. 12/12

ALTERAÇÕES DE PROJETO

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO
Em 27 de novembro de 1996

PROCESSO Nº : 141.004.066/96
INTERESSADO : CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO : INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 705/96 valor de R$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais). Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 139.001.199/96
INTERESSADO : CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO : INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Notas de Empenho nºs 574 e 575/96 valor de R$ 68.866,00 (sessenta e oito mil e oitocentos e sessenta e seis reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Cruzeiro, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 137.001.091/96
INTERESSADO : NOVACAP-COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
ASSUNTO : EXECUÇÃO DE OBRAS

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso VIII do artigo 24 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 645/96 valor de R$ 19.425,47 (dezenove mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Guará, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 141.003.836/96
INTERESSADO : CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO : INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho n.º 704/96 valor de R$ 2.993,00 (dois mil, novecentos e noventa e três reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Brasília, para as providências complementares.

Em 28 de novembro de 1996

PROCESSO Nº : 134.000.846/96
INTERESSADO : CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO : INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 316/96 valor de R$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Sobradinho, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 131.001.146/96
INTERESSADO : CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO : SERVIÇO DE LIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 461/96 valor de R$ 89,95 (oitenta e nove reais e noventa e cinco centavos).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Gama, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 131.001.153/96
INTERESSADO : CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLia
ASSUNTO : INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Notas de Empenho nºs 472 e 473/96 valor de R$ 113.271,00 (cento e treze mil, duzentos e setenta e um reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Gama, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 131.001.164/96
INTERESSADO : CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO : INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 469/96 valor de R$ 40.790,00 (quarenta mil, setecentos e noventa reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Gama, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 132.002.166/96
INTERESSADO : CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO : INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 668/96 valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Taguatinga, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 149.000.818/96
INTERESSADO : CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO : INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a dispensa de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no inciso VIII do artigo 24 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 373/96 valor de R$ 4.420,00 (quatro mil, quatrocentos e vinte reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional do Lago Norte, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 132.000.032/96
INTERESSADO : CEB - COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO : TARIFA DE ENERGIA E ALUGUEL DE TRAFO

Ratifico, por delegação de competência contida na Portaria nº 17, de 22 de novembro de 1995 e nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a inexigibilidade de licitação de que trata o presente processo, com fulcro no "caput" do artigo 25 da referida Lei, tendo em vista a justificativa constante do processo acima citado. Nota de Empenho nº 658/96 valor de R$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).
Publique-se e encaminhe-se à Administração Regional de Taguatinga, para as providências complementares.

PEDRO BRAGA NETTO

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE NOVEMBRO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o artigo 53 inciso XLVI do Decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994 e considerando o que dispõe o artigo 86, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, resolve: aplicar a multa no valor de R$ 23,79 (vinte e três reais e setenta e nove centavos) à firma BICOLOR COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, referente ao atraso de 16 (dezesseis) dias na entrega do material constante da Nota de Empenho nº 0391/96.
Dê-se ciência ao interessado.

JAMIL FRANCISCO DOS SANTOS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE

DESPACHO DO ADMINISTRADOR

PROCESSO Nº: 149.000.637/96
INTERESSADO: ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE
ASSUNTO : AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE

Em face das atribuições contidas no artigo 20, inciso XVI, do Regimento Interno da Administração Regional do Lago Norte, aprovado pelo Decreto nº 16.244, de 20.12.94, APLICO à empresa JOB COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, em conformidade com o artigo 86 da Lei 8.666/93, de 21.06.93 e nos termos estabelecidos no ítem 7.2, do Convite nº 13/96-CPL-RA XVIII, MULTA, no valor de R$ 195,75(cento e noventa e cinco reais e setenta e cinco centavos), referente ao atraso na entrega do material objeto das Notas de Empenho nºs 00288/96 e 00293/96-RA XVIII. Estabeleço o prazo de 05(cinco) dias úteis para a empresa recolher aos cofres do GDF o valor da presente penalidade. Publique-se, dê-se ciência ao credor e encaminhe-se à DAG RA-XVIII para as providências pertinentes.

MARCOS DE ALENCAR DANTAS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE AGOSTO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XLVI do regimento aprovado pelo Decreto 16.247 de 29 de dezembro de 1994, e tendo em vista o previsto no Decreto nº 17.079 de 28 de dezembro de 1996, resolve:

I - Fixar os percentuais a serem cobrados dos Permissionários e Cessionários referentes à Cota de Rateio, dos Terminais Rodoviários da Região Administrativa de Taguatinga, na forma a seguir:

Terminal Rodoviário da "L" Norte: 7,5%(sete vírgula cinco por cento) de agosto/96 à dezembro/96; 15%(quinze por cento) a partir de janeiro/97;

Terminal Rodoviário de Taguatinga Sul 3,5% (três vírgula cinco por cento).

Terminal Rodoviário do Taguacenter 3,5% (três vígula cinco por cento).

II - Os percentuais da Cota de Rateio a serem pagos, mensalmente, pelos Permissionários e Cessionários dos Terminais Rodoviário' da Região Administrativa de Taguatinga, terão por base o valor total das despesas das áreas de uso comum, relativas a manunteção, conservação, limpeza, energia elétrica, água, esgoto e outras, e serão cobrados proporcionalmente à área útil ocupada pelos seus respectivos Permissionários e Cessionários.

III - Esta ordem de serviço entra em vigor na data de sua publicação.

IV - Revogam-se as disposições em contrário.

MAURÍCIO DUTRA GARCIA

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 910, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996(*)

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto nos arts. 140 e 153 da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com os arts. 43 e 44 da Lei nº 895, de 1º de agosto de 1995, resolve:

Dar publicidade à execução orçamentária do Governo do Distrito Federal realizada e registrada no SIAFEM pelos órgãos e unidades orçamentárias do Distrito Federal constantes da Lei Orçamentária Anual, relativa ao 5º bimestre de 1996, nos termos dos anexos I, II, III e IV a esta Portaria.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

(*) Esta Portaria é seguida de Suplemento.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 185, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 305/96, do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.004881/96, resolve:

I- Declarar extinto o CENTRO EDUCACIONAL COMPACTO - LAGO SUL, localizado no SHIS, QI 19 - Chácara 7, Lago Sul - Brasília-DF, mantido pela Associação Educacional Compacto.
II- Autorizar que o acervo escolar fique sob a guarda e responsabilidade do Centro Educacional Compacto Integral, da mesma mantenedora, situado à Avenida L-2 Sul, Quadra 601, Bloco "A", Brasília-Distrito Federal, ficando o Diretor e Secretário autorizados a expedir, solidariamente, quando necessário, documentos escolares dos alunos da escola extinta.
III- Revogam-se as disposições em contrário.
IV- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

PORTARIA Nº 186, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 298/96, do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.004203/94, resolve:

I - Autorizar, por 4 (quatro) anos, o funcionamento da Oficina da Criança - Maternal e Jardim de Infância, localizada à QNG 29, Casa 26, Taguatinga-DF e aprovar o Planejamento Didático, ficando o estabelecimento de ensino sujeito à inspeção, nos termos da legislação vigente.
II - Validar os atos escolares até agora praticados pelo estabelecimento de ensino.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

ATO DO SECRETÁRIO

CONCLUINTES DO CURSO DE 2º GRAU

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista o disposto na Portaria nº 61/91-SE, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 236 de 29 de novembro de 1991, torna pública a relação dos concluintes do 2º Grau e respectivos números de registro dos títulos, conforme especificação em anexo.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

SENAI-Centro de Form. Profis. de Taguatinga
Ato de Reconhecimento: Portaria nº 14 de 19/03/95-SEC/DF

Nome do Diplomado	Registro	Folha	Livro
Técnico em Edificações Relação 012			
Edson Balint	283	095	001
Mônica Teodora de Andrade	284	095	001
Raimundo Bispo Carvalho	291	097	001
Técnico em Segurança do Trabalho Relação 013			
Marcelo Rodrigues do Prado	285	095	001
Haroldo Roque Sampaio Ribeiro	286	096	001
Iraceny José Oliveira	287	096	001
Humberto Camelo Campos	288	096	001
José Maurício Canto Moura	289	097	001
Rosilva Carneiro	290	097	001

Eliane Lopes de Noronha Campos
Diretora Registro MEC 94/01386

Dirce Soares de Faria
Secretária-Aut.83/DIE/SE

CENTRO EDUCACIONAL 06 DE TAGUATINGA

ATO DE RECONHECIMENTO: Portaria Nº 17 / 80 SEC/DF

Nome do Diplomado	Registro nº	Folha nº	Livro nº
Elisangela Ribeiro de Souza	01	001	02
Obs.: Cancelado Reg. nº 03 Folha 01 do Livro nº 02 por haver saído Publicado com incorreção no DODF nº 68 página 2859 de 09.04.96.			
Ensino Supletivo Fase IV (Relação 05/96)			
Cleide Silva Alves	41	014	02
Edmar Santos da Silva	42	014	02
Elizabete Venturelle	43	015	02
Francisco de Assis Costa Reis	44	015	02
Herbene Huodama Vieira Reis	45	015	02
Ivone de Sousa	46	016	02
Josimar Gomes de Souza	47	016	02
João Bosco de Medeiros	48	016	02
Luizelena Alves Cecílio	49	017	02
Maria do Espírito Santo de Souza Fernandes	50	017	02
Reinato de Jesus Lima	51	017	02
Rosimere Alves da Silva	52	018	02
Sônia Maria de Oliveira Santana	53	018	02
Wagner Luiz Pereira Silva	54	018	02
Edivaldo de Silva Machado	55	019	02
Edson Pereira Pimenta	56	019	02
Eulimara Albernaz Viana	57	019	02
Edivan Pereira dos Santos	58	020	02
Ivete Maria da Conceição	59	020	02
Josefa Selma da Costa Silva	60	020	02
Luziene Lins de Oliveira	61	021	02
Márcio Soares Pereira	62	021	02
Osilene de Souza Santos	63	021	02
Vera Lúcia de Freitas Oliveira	64	022	02
Paulo Cesar Dias da Silva	65	022	02
Dilma Lúcia Silva	66	022	02
Marylene Lúcia Silva Vieira	67	023	02
Elisangela Ribeiro de Souza	68	023	02
Evandro Marques Pessoa	69	023	02
Marcelo Boaventura dos Santos	70	024	02
Valter Rodrigues Silvino	71	024	02
João Luiz Martins da Silva	72	024	02

Maria Ivonete de Oliveira
Diretora - Aut. nº 819-DIE / SE/ DF

Antonia Mercês Claudino de Sá
Secretária - Aut. nº 58-DIE / SE/ DF

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 22 de novembro de 1996

PROCESSO Nº: 030.004881/96
INTERESSADO: Centro Educacional Compacto - Lago Sul
HOMOLOGO o Parecer nº 305/96-CEDF, de 18.11.96, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é no seguinte teor:
"a) declarar extinto o Centro Educacional Compacto - Lago Sul, localizado no SHIS, QI-19, Chácara 7, Lago Sul, Brasília, Distrito Federal, mantido pela Associação Educacional Compacto;
b) autorizar que o acervo escolar fique sob a guarda e responsabilidade do Centro Educacional Compacto Integral, da mesma mantenedora, situado na Avenida L-2 Sul, Quadra 601, Bloco "A", Brasília, Distrito Federal, ficando o diretor e secretário autorizados a expedir, solidariamente, quando necessário, documentos escolares dos alunos da escola extinta".

PROCESSO Nº:030.009918/93
INTERESSADO:OBRAS SOCIAIS DO CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE JERÔNIMO CANDINHO
HOMOLOGO o Parecer nº 297/96-CEDF, de 11.11.96, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é no seguinte teor:
"a) autorizar, pelo prazo de um ano, a contar da data de homologação do presente parecer, o funcionamento do Centro Educacional Allan Kardec, localizado na Quadra 12, Área Reservada nº 03, Sobradinho, DF, condicionando essa autorização à apresentação ao DIE/SE da renovação do Alvará de Funcionamento;
b) autorizar a oferta de Educação Pré-Escolar, Jardim de Infância, de acordo com o Planejamento Didático apresentado;
c) autorizar a oferta de Ensino de 1º Grau, com implantação gradativa, de acordo com a Proposta Curricular e com a Grade Curricular apresentadas, passando esta última a fazer parte do presente parecer como anexo;
d) autorizar a oferta de Ensino de 2º Grau, com Habilitação Específica de 2º Grau para o Exercício de Magistério em Nível de 1º Grau, com implantação gradativa, de acordo com a proposta curricular e com a Grade Curricular apresentadas, passando esta última a fazer parte do presente parecer como anexo;
e) validar os atos escolares praticados pelo estabelecimento até a data da homologação deste parecer, à luz do que dispõe seu Regimento Escolar;
f) fixar como condição para a renovação da autorização de funcionamento a construção dos sanitários para alunos no pavimento superior do prédio escolar."

PROCESSO Nº: 030.010125/96
INTERESSADO: Maíra Teles Leão e Silva
HOMOLOGO o Parecer nº 303/96-CEDF, de 18.11.96, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência do curso realizado por Maíra Teles Leão e Silva, na Mercyhurst Preparatory School, em Erie, Pennsylvania, EUA, ao de ensino médio (2º grau) - educação geral do Sistema de Ensino do Distrito Federal, inclusive para fins de prosseguimento de estudos".

PROCESSO Nº: 030.008734/96
INTERESSADO: SAIRY JOSEFINA DOMINGUEZ CARMONA
HOMOLOGO o Parecer nº 300/96-CEDF, de 18/11/96, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência do curso realizado por Sairy Josefina Dominguez Carmona, na U.E.A Luisa Caceres de Arismendi, em Los Teques, Miranda, Venezuela, ao de ensino médio (2º grau) - educação geral do Sistema de Ensino do Distrito Federal, inclusive para fins de prosseguimento de estudos".

PROCESSO Nº: 082.008579/96
INTERESSADO: FEDF - Escola Classe 52 de Taguatinga
HOMOLOGO o Parecer nº 306/96-CEDF, de 18/11/96, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é no seguinte teor:
"a) autorizar o funcionamento da Escola Classe 52 de Taguatinga, situada à EQNM 38, Área Especial 1, Taguatinga, DF;
b) Validar os atos escolares praticados pela escola, desde o início de seu funcionamento, com base nas normas aprovadas para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal."

PROCESSO Nº: 030.020060/90
INTERESSADO: ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE DE BRASÍLIA - ETESB
HOMOLOGO o Parecer nº 307/96-CEDF, de 18/11/96, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária

de mesma data, cuja conclusão é "por aprovar a proposta Curricular do Curso Técnico em Higiene Dental, da Escola Técnica de Saúde de Brasília - ETESB, da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, situada na Quadra 501, Bloco "A", Setor Médico Hospitalar Norte, Brasília-DF".

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 106, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, e 41, item VII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, nos termos do artigo 140 da Resolução nº 01/74-CEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.009918/93, resolve:
I- Aprovar o Regimento Escolar do CENTRO EDUCACIONAL ALLAN KARDEC? localizado na Quadra 12, Área Reservada nº 03, Sobradinho-DF, mantido pelas Obras Sociais do Centro Espírita Fraternidade Jerônimo Candinho..
II- Encaminhar ao Estabelecimento de Ensino o original do Regimento Escolar, com 144 artigos constantes das folhas 78 a 121 , com o devido termo de aprovação assinado pelo Diretor do DIE e com a respectiva rubrica do Chefe da Seção própria deste Órgão, para que o faça cumprir e constar de seus arquivos;
III- Determinar que a Direção do Estabelecimento de Ensino dê ampla divulgação do Regimento ora aprovado entre os membros da comunidade escolar, de acordo com o que determina o Parecer nº 33/75-CEDF;
IV- Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO GREGÓRIO FILHO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO Nº 592, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e considerando o estabelecimento no Capítulo II - item 1 - subitens 1.1, 1.2 e 1.3 da Estratégia de Matrícula para as Escolas Públicas do Distrito Federal, resolve:
1. Estabelecer critérios e procedimentos afins relativos ao sorteio de vagas para a matrícula nova na EDUCAÇÃO INFATIL-PRÉ-ESCOLA nas Unidades de Ensino da Fundação Educacional do Distrito Federal, na forma do Anexo Único a esta instrução.
2. Atribuir aos órgãos constantes do Anexo Único a esta Instrução, no que couber, a responsabilidade pela aplicação destas normas, bem como pelo seu controle e fiel observância.
3. Determinar que esta Instrução entre em vigor, nesta data, revogando-se a disposições em contrário.

JACY BRAGA RODRIGUES

I - DA CLIENTELA
1. Crianças de 4 a 6 anos que pretendem freqüentar, a Educação Pré-Escolar em uma das escolas da rede pública do Distrito Federal.
II - DA INSCRIÇÃO
1. Período:
a) Escolas com atendimento exclusivo(Jardins de Infância) e escolas de aplicação:
. Incrição - 02 a 06.12.96
. Sorteio de Vagas - 11.12.96
. Matrícula - 11 à 13.12.96
b) Demais escolas que oferecem a pré-escola:
. Inscrição - 24 a 26.02.97
. Sorteio de Vagas - 27.02.97
. Matrícula - 27 e 28.02.97
2. Local:Secretaria do Estabelecimento de Ensino que oferece a pré escola e que seja o mais próximo do endereço de residência ou trabalho do pai ou responsável(UVIRT).
III - DA EFETIVAÇÃO DA INSCRIÇÃO
a) A inscrição efetivar-se-à pelo preenchimento de Ficha de Inscrição, devidamente, assinada pelo pai ou responsável e pelo secretário escolar e, ainda, pela apresentação de certidação da criança e comprovante de residência ou trabalho do pai ou responsável.
b) A Ficha de Inscrição será numerada à vista do pai ou responsável, que receberá o número correspondente à inscrição em cartão próprio.
IV - DO SORTEIO DE VAGAS
a) O sorteio de vagas para a pré-escola, nos Estabelecimentos de Ensino da rede pública, ocorrerá nas datas especificadas do item II.1 deste anexo, às 8 horas.
b) O não comparecimento do pai ou responsável ou seu legítimo representante ao sorteio implica em desistência automática da vaga pretendida.
c) Somente as Escolas de Aplicação definirão, previamente, vagas para as turmas dos três períodos da pré-escola, tendo em vista suas especificidades, a realizarão sorteio de vagas para os três períodos sempre que a demanda exceder à oferta.
d) As escolas com atendimento exclusivo e demais escolas que oferecem educação pré-escolar atenderão à ordem de prioridade estabelecida no subitem 1.2 - Capítulo II do documento Estratégia de Matrícula para as Escolas Públicas do Distrito Federal - 1997 e precederão a sorteios sucessivos sempre que o número inscritos em cada faixa etária for superior ao de vagas.
e)A realização do sorteio será precedida dos seguintes procedimentos:
. leitura da presente instrução;
. formação da mesa coordenadora dos trabalhos que será constituída por 3 representantes do estabelecimento de ensino e 2 representantes da comunidade presente ao sorteio;
. seperação, pela mesa coordenadora, das fichas de inscrição por faixa etária, observando-se, rigorosamente, o disposto no item 1 - Capítulo II do documento Estratégia de Matrícula para as Escolas Públicas do Distrito Federal - 1997;
. Estabelecimento de relação comparativa entre o número de concorrentes e vagas oferecidas, objetivando determinar os grupos, por faixa etária, que se submeterão aos sorteios;
. leitura, em voz alta, do nome das crianças que concorrerão ao sorteio, dobradura e colocação das respectivas fichas de inscrição na urna;
f) O sorteio das fichas de inscrição será efetivado até o limite das vagas oferecidas pelo estabelecimento de ensino.

V- DA EFETIVAÇÃO DA MATRÍCULA
a) A matrícula efetivar-se-á concomitantemente ao sorteio, devendo para tanto, o pai ou responsável, completar o preenchimento da Ficha de inscrição - campo próprio - anexando a esta 2 fatos 3X4 e cópia da certidão de nascimento, e, ainda, apresentar cartão de vacinação.
VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
a) Os estabelecimentos de ensino deverão fixar em lugar de destaque, para conhecimento dos pais ou responsáveis, esta instrução, o conjunto de endereços que compõem a UVIRT da escola e o quadro de vagas.
b) Em nenhuma hipótese, haverá reserva de matrícula, sendo que as resultantes de desistência ou não comparecimento do interessado retornarão ao cômputo geral para continuidade do sorteio.
c) Ao final do sorteio, a mesa coordenadora apresentará a ata relativa aos trabalhos realizados, que deverá ser assinada por seus componentes.
d) Os casos omissos serão resolvidos pela mesa coordenadora dos trabalhos e constantes da ata referida no item anterior.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 28 de novembro de 1996

PROCESSO Nº : 030.002.097/96
INTERESSADO : CAESB
ASSUNTO : AUTORIZAÇÃO DE DESPESA

RATIFICO, com base nas informações contidas no presente processo e o que determina o artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação, em favor da CAESB - Companhia de Água e Esgotos de Brasília, no valor de R$ 2.423,00 (Dois mil, quatrocentos e vinte e três reais), relativo a Nota de Empenho nº 332/96, de 27.11.96, objetivando o pagamento de água e esgotos da Creche situada na SGAN 611, Bloco "C", conforme especificações contidas no processo acima citado.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada no "caput" do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93.

PROCESSO Nº : 030.005.694/96
INTERESSADO : AMPARE
ASSUNTO : ABERTURA DE CONVÊNIO

RATIFICO, com base nas informações contidas no presente processo e o que determina o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação, em favor da AMPARE - Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais, no valor de R$ 99,30 (Noventa e nove reais), referente ao Convênio nº 031/96, com a referida Entidade, conforme Nota de Empenho nº 333/96, de 27.11.96, com o objetivo de atender portadores de deficiência mental e múltipla.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no "caput" do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93.

Publique-se e encaminhe-se a Divisão de Administração Geral, para as providências complementares.

PROCESSO Nº : 030.005.455/93
INTERESSADO : SOCIEDADE PESTALOZZI DE BRASÍLIA
ASSUNTO : ABERTURA DECONVÊNIO

RATIFICO, com base nas informações contidas no presente processo e o que determina o artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação, em favor da SOCIEDADE PESTALOZZI DE BRASÍLIA, referente ao Convênio nº 23/95, no valor de R$ 48.723,20 (Quarenta e oito mil, setecentos e vinte e três reais e vinte centavo), conforme Nota de Empenho nº 330/96, de 27.11.96, com objetivo de atender portadores de deficiência física e mental de ambos os sexos de 0 (zero) a 22 (vinte e dois) anos.

A inexigibilidade de licitação foi fundamentada com base no "caput" do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93.

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, para providências complementares.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 26 de novembro de 1996

REFERÊNCIA : Processo nº 150.000.284/96
INTERESSADO : TELEBRASÍLIA-TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA
ASSUNTO : Inexigibilidade de Licitação

Ratifico, nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, a Inexigibilidade de Licitação em favor do credor acima mencionado, conforme 96NE00356, para fazer face às despesas com aquisição de 01 (um) terminal telefônico não-residencial para instalação na Biblioteca Pública de Brasília.
A inexigibilidade foi fundamentada de acordo com o caput do artigo Lei nº 8.666/93, de 21/06/93, tendo em vista a justificativa e a d tação constante do processo acima citado.
Publique-se e devolva-se a Divisão de Administração Geral, para as devidas providências.

SÍLVIO TENDLER

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 26 de novembro de 1996

PROCESSO Nº : 160.000.238/96

INTERESSADO : Ludi Móveis para Escritório Ltda

ASSUNTO : Aplicação de Multa

Com fulcro no item 6.1, do Convite nº 009/96-CL/SIC, e art. 87 § 1º, da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1996, **APLICO** a firma Ludi Móveis para Escritório Ltda multa no valor de R$ 562,86 (quinhentos e sessenta e dois reais e oitenta e seis centavos) em virtude de atraso no fornecimento do material que lhe foi adjudicado no Convite supracitado.

ANTÔNIO AUGUSTO HUEBEL REBELLO

SECRETARIA DE TURISMO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 26 de novembro de 1996

Processo nº: 210.000.027/96
Interessado: CAESB
Assunto: Despesa com Água e Esgoto Exercício 96
Autorização de Despesa

Autorizo a realização da despesa e determino a emissão da respectiva Nota de Empenho, no valor de R$16.035,32 (dezesseis mil, trinta e cinco reais e trinta e dois centavos), em favor da CAESB - Companhia de Água e Esgoto de Brasília, visando o custeio das despesas com serviços e tarifas de água e esgoto, dos próprios administrados pela SETUR, durante o exercício de 1996, com base no caput do artigo 25, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso II, do artigo 39, do Decreto nº 16.098/94.

Ratifico a despesa autorizada, na forma do artigo 26 da mesma lei acima mencionada.

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral, com vista ao SOF, para as demais providências.

MARCELO DOURADO
Substituto

Os Primórdios da Imprensa no Brasil



D. João VI (1767 - 1826)
Em seu governo no Brasil, fundou entre outras instituições a Impressão Régia, atualmente Imprensa Nacional.

SEDIV

A engenhosidade das invenções que marcaram o início da impressão gráfica no Brasil.

Visite o Museu da Imprensa!

Aberto diariamente à visitação pública de segunda a sexta feira, das 8 às 18 horas. Domingos e feriados das 14 às 17 horas.

ENTRADA FRANCA

Informações: Telefone (061) 313-9618
Imprensa Nacional, SIG, Quadra 06, Lote 800, Brasília - DF

Bolsa Escola.
Uma lição de cidadania.

GDF

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 3/96

O Conselho do Meio Ambiente do DF - CONAM, em sua 9ª reunião extraordinária ocorrida no dia 25 de novembro de 1996, resolve, com base no decreto nº 15929, de 21 de setembro de 1994, artigo 2º - VII, pronunciar-se sobre o Projeto de Lei Complementar que aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, nos seguintes termos:

1 - Solicitar aos Deputados Distritais que acatem as emendas elaboradas pela SEMATEC, IEMA, IPDF, CAESB e FZDF ao projeto original em tramitação na Câmara Legislativa do DF, por entender que essas emendas aperfeiçoam o ordenamento territorial, compatibilizando o desenvolvimento econômico e social com a garantida da qualidade de vida, preservação e conservação dos recursos naturais do DF. (As emendas estão sublinhadas no texto anexo).

2 - Criar a seguinte comissão para negociar e acompanhar as emendas propostas por esses órgãos:

a) Presidente da Comissão

Secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - Francisco Dantas

b) Membros

Carlos Fernandes - CAESB
Frederico Magalhães - IEMA
Heloísa Azevedo - IPDF
Leda Famer - SEMATEC
Rosalvo Júnior - SEMATEC
Rogério Dias - FZDF
César Castro - ONG

FRANCISCO DANTAS
Presidente

ANEXO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº de de de 1996

Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

TÍTULO I

DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT - é o instrumento básico da política territorial e de orientação dos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão das cidades e do território do Distrito Federal.

§ 1º O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal tem por finalidade realizar o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e rural e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado de seu território, de forma a assegurar o bem estar de seus habitantes.

§ 2º O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal abrange todo o território do Distrito Federal e atende aos princípios da política urbana e rural contidos no Título VII da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 2º Os Planos Diretores Locais - PDLs -, previstos no Título VII da Lei Orgânica do Distrito Federal, deverão ser desenvolvidos em consonância com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, sendo parte do processo contínuo e integrado de planejamento territorial do Distrito Federal.

Art. 3º Os instrumentos que compõem o planejamento governamental - o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes **Orçamentárias, o Orçamento Anual, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social, o Zoneamento Ecológico-Econômico** e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, deverão guardar compatibilidade entre si.

Parágrafo único. A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual observarão os programas e ações constantes no Título III desta Lei.

Art. 4º São parte integrante do Plano Diretor de Ordenamento Territorial o Mapa do Macrozoneamento do Distrito Federal, o Memorial Descritivo dos Perímetros das Zonas e Áreas constantes do Macrozoneamento e o Documento Técnico do PDOT.

CAPÍTULO II

Dos Objetivos

Art. 5º O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal tem como objetivos:

I - romper com a segregação sócioespacial e com o desequilíbrio entre as cidades ou núcleos urbanos do Distrito Federal;

II - ampliar e descentralizar as oportunidades de desenvolvimento das atividades econômicas no território, provendo espaços para a geração de emprego e renda, priorizando sua localização próxima aos núcleos urbanos;

III - disseminar no território as oportunidades de desenvolvimento econômico oferecidas pelos avanços científicos e tecnológicos;

IV - ampliar a disponibilidade territorial para a produção de habitação relativa aos diferentes níveis de renda da população;

V - definir o potencial de uso e ocupação do solo a partir da sustentabilidade do ambiente;

VI - otimizar a ocupação dos espaços e o uso dos equipamentos públicos urbanos e comunitários instalados, bem como a estrutura viária;

VII - preservar e valorizar Brasília como Capital da República e Patrimônio Histórico Nacional e Cultural da Humanidade;

VIII - democratizar o acesso à propriedade rural e urbana, promovendo, nos termos da legislação pertinente, a regularização da situação fundiária das terras públicas rurais produtivas;

IX - promover a integração da ocupação e uso do solo do território do Distrito Federal ao da Região do Entorno;

X - implementar o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - SISPLAN - e o Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal - SITURB;

XI - implementar a aplicação dos instrumentos de Política Urbana preconizados na Lei Orgânica do Distrito Federal, distribuindo os ônus e benefícios gerados pelas obras públicas e pela implantação *de serviços urbanos e equipamentos comunitários*;

XII - recuperar para a coletividade a valorização imobiliária decorrente da ação do Poder Público.

CAPÍTULO III

Das Estratégias de Ordenamento Territorial e Diretrizes Setoriais

Art. 6º O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal deverá atender às seguintes estratégias:

I - promover a constituição de um centro urbano de caráter regional, articulando atividades diversificadas na confluência das cidades de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, estimulando a instalação de atividades do setor terciário;

II - ordenar **a ocupação territorial no eixo oeste/sudoeste - Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Gama e Santa Maria - respeitando as restrições ambientais e de saneamento, e** otimizando os investimentos em equipamentos públicos urbanos e comunitários existentes;

III - reforçar a autonomia de cada cidade, configurando centros locais dotados de equipamentos, serviços, mobiliário e espaços qualificados que garantam uma urbanidade efetiva;

IV - ocupar e adensar as áreas já urbanizadas do Distrito Federal, preferencialmente à criação de novas áreas de ocupação urbana, mediante estudos que identifiquem a viabilidade ambiental do empreendimento notadamente quanto às questões do abastecimento de água, esgotamento sanitário e mudanças no uso do solo;

V - promover a implantação de novas atividades econômicas, preferencialmente no eixo **oeste/sudoeste, criando áreas para programas de desenvolvimento econômico e flexibilizando os usos de acordo com as diretrizes fixadas nos Planos Diretores Locais** e do zoneamento ecológico-econômico;

VI - estimular o agroturismo e o turismo ecológico no Distrito Federal;

VII - considerar como critérios para flexibilização de usos os níveis de incomodidade e impactos ambientais gerados pelas atividades pretendidas;

VIII - consolidar a ocupação urbana do Plano Piloto, respeitadas as restrições ambientais, de saneamento e de sua condição de Patrimônio Histórico Nacional e Cultural da Humanidade;

IX - consolidar a vocação de cultura e lazer do Lago Paranoá, com a implantação de atividades em sua orla e a criação de espaços adequados à atividade turística;

X - consolidar a ocupação dos núcleos urbanos de Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Candangolândia, Cruzeiro e Lagos Sul e Norte, respeitadas as restrições ambientais e de saneamento;

XI - estabelecer as bases territoriais para o desenvolvimento de um programa de regularização dos parcelamentos, por meio de diretrizes de uso e a sua incorporação como bairros integrados considerando-se os condicionantes ambientais;

XII - restringir a ocupação urbana nas áreas consideradas sensíveis do ponto de vista ambiental e de saneamento, nas localidades de Brazlândia, de São Sebastião, dos núcleos urbanos isolados e nas áreas com incidência de parcelamentos na bacia do rio São Bartolomeu, na bacia do Lago Paranoá e na bacia do rio Maranhão;

XIII - *instituir o monitoramento da ocupação territorial e priorizá-lo na região de incidência* dos parcelamentos irregulares, à margem oeste do rio São Bartolomeu e na bacia do rio Maranhão;

XIV - estabelecer áreas de diretrizes especiais para proteção dos fundos de vale, dos mananciais, das áreas ambientalmente frágeis, bem como áreas rurais remanescentes;

XV - definir zonas de conservação ambiental, considerando para efeito da gestão territorial as diretrizes estabelecidas para as unidades de conservação de proteção integral e para outras áreas de preservação existentes, conforme determinação dos órgãos competentes;

XVI - estabelecer diretrizes diferenciadas de uso e ocupação para as zonas rurais, tomando como premissa o cumprimento da função social da terra, as características de aptidão agrícola e tipo de produção agropecuária, os impactos ambientais e a proximidade dos centros urbanos;

XVII - estimular a produção na pequena propriedade, principalmente na

de produção familiar;

XVIII - equilibrar a localização de atividades econômicas no território, reservando para as áreas **ambientalmente mais sensíveis a possibilidade de instalação de atividades relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico e da capacidade da indústria intensiva em conhecimento,** respeitada a capacidade de suporte dessas áreas;

XIX - estabelecer uma política urbana a ser integrada com as cidades conurbadas do Entorno, especialmente no que se refere a transportes, gestão dos recursos hídricos, tratamento de resíduos, controle ambiental, parcelamento do solo e implantação de áreas de desenvolvimento econômico;

XX - manter a destinação para atividades econômicas das áreas constantes do Plano Diretor de Áreas Econômicas - PDAE.

XXI - exigir a recuperação pelas empresas exploradoras de recursos naturais não renováveis, das áreas degradadas por suas atividades.

Art. 7º O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal estabelece as seguintes diretrizes setoriais de ordenamento territorial relacionadas aos transportes e à malha viária:

I - adoção de uma rede de transportes integrada nas diversas modalidades, com a definição de eixos estruturais prioritários ao transporte coletivo;

II - otimização dos investimentos já realizados, viabilizando a implantação do metrô como parte da rede de transportes integrados;

III - compatibilização da operação dos sistemas de transportes do Distrito Federal com aqueles que atendem demandas originadas no seu entorno, para a máxima racionalidade na prestação dos serviços e redução dos custos;

IV - compatibilização dos projetos de transportes com o uso e ocupação do solo, adequando-os ao desenvolvimento urbano e à preservação do meio ambiente.

Art. 8º O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal estabelece as seguintes diretrizes setoriais de ordenamento territorial relacionadas ao saneamento básico e ambiental:

I - melhoria dos padrões de atendimento à população quanto aos sistemas de abastecimento de água; drenagem pluvial; esgotamento sanitário e industrial; coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos;

II - adoção de medidas de controle ambiental nas bacias hidrográficas, em especial nas utilizadas e/ou reservadas para o abastecimento público;

III - definição de novos mananciais para abastecimento de água, para atender ao acréscimo populacional a médio e longo prazos;

IV - adoção de medidas de defesa ambiental contra a contaminação dos cursos d'água por lançamento de esgotos hospitalares, industriais, residenciais e de outras fontes, com ou sem prévio tratamento, respeitando a capacidade de suporte dos corpos receptores, em especial a do Lago Paranoá;

V - adoção de medidas de defesa ambiental contra a contaminação das águas subterrâneas por esgotos, efluentes industriais, defensivos agrícolas e outras fontes;

VI - adoção de medidas que garantam a implantação dos sistemas de drenagem pluvial como forma de permitir a infiltração da água no solo como elemento mantenedor das condições ambientais do ciclo hidrológico;

VII - definição de áreas para transbordo, tratamento, processamento e disposição final de resíduos sólidos, obedecendo as diretrizes e condicionantes ambientais.

Art. 9º O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal estabelece as seguintes diretrizes setoriais de ordenamento territorial relacionadas aos assentamentos humanos e à habitação:

I - estabelecimento de normas próprias de uso e ocupação do solo, simplificando as regras relativas aos parâmetros urbanísticos e de edificação nas áreas relativas a loteamentos de interesse social, a serem declaradas expressamente pelo Poder Executivo;

II - ocupação preferencial de vazios urbanos e áreas intersticiais entre núcleos urbanos, para a produção de lotes ou conjuntos habitacionais, respeitadas as restrições ambientais, notadamente quanto às questões de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Art. 10. O Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal estabelece as seguintes diretrizes setoriais de ordenamento territorial relacionadas ao desenvolvimento econômico, em consonância com o zoneamento ecológico-econômico:

I - exploração das potencialidades e vocações econômicas do território, atuando em colaboração e parceria com os Estados e Municípios que integram a Região do Entorno;

II - promoção do desenvolvimento econômico sustentável do Distrito Federal, favorecendo a instalação de empresas de alto valor agregado e de tecnologia de ponta e as de elevado índice de absorção de mão de obra, conservando e ampliando a infra-estrutura econômica e utilizando-se de parceria com a iniciativa privada;

III - atribuição de um papel mais determinante ao setor agropecuário, como uma das alternativas para a dinamização da economia local;

IV - incremento do setor terciário na economia do Distrito Federal de forma a atrair investimentos internos e externos, priorizando a micro, pequena e média empresa;

V - estímulo ao desenvolvimento de projetos compatíveis com as potencialidades turísticas, de lazer, cultura e educação, capazes de irradiar efeitos dinamizadores para toda a região;

VI - incentivo à substituição da prática de monoculturas por práticas mais diversificadas, que possibilitem maior geração de empregos.

TÍTULO II

DO MACROZONEAMENTO

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 11. Fica instituído o macrozoneamento do Distrito Federal, com a divisão de seu território nas seguintes zonas:

I - Zona Urbana de Dinamização;

II - Zona Urbana de Consolidação;

III - Zona Urbana de Uso Controlado;

IV - Zona Rural de Dinamização;

V - Zona Rural de Uso Diversificado;

VI - Zona Rural de Uso Controlado;

VII - Zona de Conservação Ambiental.

§ 1º Entende-se por zona a porção territorial sujeita aos mesmos critérios e diretrizes relativos ao uso e ocupação do solo.

§ 2º Os limites físicos das zonas de que trata o *caput* deste artigo obedecem, entre outros, aos seguintes critérios:

I - os setores censitários;

II - as sub-bacias hidrográficas;

III - as Unidades de Conservação;

IV - as barreiras geográficas; e

V - o rezoneamento da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu.

Art. 12. Sobrepõem-se às zonas objeto do macrozoneamento as seguintes áreas de diretrizes especiais:

I - Área Especial de Proteção;

II - Área de Monitoramento Prioritário;

III - Área do Centro Regional a Dinamizar.

Parágrafo único. Entende-se por áreas de diretrizes especiais as porções territoriais que exigem parâmetros e diretrizes de uso e ocupação do solo diferenciados daqueles das zonas nas quais se inserem e que preponderam em relação às mesmas.

Art. 13. A *Zona Urbana de Consolidação, a Zona Urbana de Uso Controlado e a Zona* Rural de Uso Controlado devem respeitar, dentre outras, as diretrizes de ocupação territorial estabelecidas por zoneamento ou rezoneamento para as unidades de conservação que as englobam.

Art. 14. Suprimido

Art. 15. A normatização dos usos, a ser definida nos Planos Diretores Locais, deverá se basear em critérios de incomodidade a serem definidos a partir da análise, dentre outros, de condicionantes ambientais, infra-estruturais e relativos à circulação.

Parágrafo único. Nas áreas objeto de legislação de tombamento deverão ser respeitados os critérios específicos estabelecidos pela mesma.

Art. 16. A ocupação das zonas urbanas incidentes na bacia do Lago Paranoá só poderá ocorrer a partir de um planejamento global de ocupação que especifique população prevista, a localização dos empreendimentos urbanísticos e em consonância com a capacidade de suporte da bacia, que terá os seus principais fatores limitantes definidos pelo Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos.

Parágrafo único. Os fatores limitantes de que trata o "caput" deste artigo indicarão o CONPLAN, ou na ausência deste, o órgão responsável pela política de ordenamento do solo no Distrito Federal, nas decisões sobre novas ocupações na bacia do Lago Paranoá.

(ARTIGO APRESENTADO PELA ASSESSORA DO DEPUTADO WASNY, EM REUNIÃO SEM A PRESENÇA DOS DEPUTADOS. O IPDF CONSIDERA QUE O ART. 14 ATENDE AO DISPOSTO NESTA PROPOSIÇÃO.)

Art. - Nas áreas de recarga de aqüíferos deverá ser respeitado o limite máximo permitido de impermeabilização do solo, de acordo com os estudos e as restrições definidas pelos órgãos competentes.

Art. - A ocupação do solo nas áreas definidas no macrozoneamento no que diz respeito a drenagem pluvial deverá seguir o disposto no inciso VI do Art. 8º desta Lei.

Art. ..... - Deverão ser definidas as áreas para a localização de sistemas de gerenciamento integrado de resíduos sóidos, obedecidas as diretrizes e condicionantes ambientais.

Art. 17. A ocupação da Zona Urbana de Uso Controlado incidente na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Descoberto estará condicionada às diretrizes dos órgãos supervisores desta unidade de conservação, à legislação vigente e aos planos de proteção produzidos para a bacia.

Art. 18. A delimitação das zonas e áreas de diretrizes especiais, referidas nos arts. 11 e 12, constam do documento Memorial Descritivo dos Perímetros das Zonas e Áreas, objeto do Macrozoneamento

CAPÍTULO II

Das Zonas Urbanas

Seção I

Da Zona Urbana de Dinamização

Art. 19. A Zona Urbana de Dinamização compreende a área já urbanizada e aquela que será urbanizada como de expansão urbana prioritária.

§ 1º Esta Zona corresponde à área localizada no eixo oeste/sudoeste, compreendendo as localidades de Taguatinga, Ceilândia, Samambaia, Gama, Santa Maria e Recanto das Emas, incluindo as suas respectivas Colônias Agrícolas e Núcleos Rurais.

§ 2º Na Zona Urbana de Dinamização deverá ser:

I - induzida uma nova polarização na dinâmica urbana do Distrito Federal, configurando uma centralidade de caráter regional, com a criação de um centro na confluência das cidades de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia;

II - reforçada a autonomia e revitalização da centralidade própria de cada cidade;

III - priorizada a implantação de áreas para instalação de atividades econômicas geradoras de emprego e renda, com ênfase nas atividades dos setores secundário e terciário, preferencialmente nos seguintes locais:

a) ao sul da Área Alfa, na Região Administrativa de Santa Maria;

b) áreas lindeiras à DF-001, no trecho entre Samambaia e balão de acesso ao Gama;

c) no Setor Complementar de Indústria e Abastecimento - SCIA, às margens da DF-095, na Região Administrativa do Guará;

d) nas proximidades do córrego Gatumé, na Região Administrativa de Samambaia;

e) no Setor Complementar de Indústria de Taguatinga, situado a leste da DF-001, entre a DF-095 e nas proximidades do córrego Cana do Reino;

f) na área situada ao sul da BR-060, entre a DF-001 e a DF-180;

g) na área situada ao norte da Estrada Parque Núcleo Bandeirante - EPNB, lindeira a esta via, nas proximidades do Riacho Fundo;

IV - promovido o desenvolvimento de programas habitacionais;

V - priorizada a realização de investimentos públicos em infra-estrutura, equipamentos, serviços urbanos e comunitários em geral;

VI - promovido o adensamento do uso e ocupação do solo ao longo e nas proximidades da linha do metrô;

VII - promovida a diversificação e flexibilização de usos;

VIII - induzida a ocupação de áreas urbanizadas ociosas;

IX - *resguardada a atividade rural em especial às margens dos córregos das Colônias* Agrícolas do Vicente Pires, Arniqueira, Vereda da Cruz, Veredão, Águas Claras, do Governador e Bernardo Sayão e dos Núcleos Rurais Monjolo, Alagado, Vargem da Benção, Santa Maria e Taguatinga;

X - **respeitada a capacidade de suporte dos corpos hídricos** da área, especialmente do Lago Paranoá como corpo receptor de efluentes;

XI - respeitada a capacidade de suporte dos aqüíferos subterrâneos dessas áreas, especialmente nas regiões sem rede pública de abastecimento de água.

§ 3º A urbanização da área de expansão urbana prioritária ficará condicionada ao atendimento cumulativo dos seguintes critérios:

I - seja priorizada a ocupação das demais áreas urbanas do Distrito Federal já parceladas;

II - identificação de uma demanda de habitação por classe de renda;

III - demonstração da capacidade dos sistemas de abastecimento de água e solução ao esgotamento sanitário para atender a demanda;

IV - *disponibilização de áreas para uso de comércio e prestação de serviço* simultaneamente às unidades para o uso residencial pertencentes ao loteamento;

V - obrigatoriedade de projeto de parcelamento urbano, estudo prévio de impacto ambiental, registro do parcelamento no Cartório de Registro de Imóveis e implantação dos equipamentos públicos urbanos;

VI - compatibilização com os sistemas viário e de transportes;

VII - obediência, no dimensionamento dos equipamentos comunitários, às disposições da legislação em vigor, bem como aos planos e diretrizes setoriais, das áreas afetas;

VIII - observância das ações, programas e projetos prioritários para a área.

§ 4º Para urbanização das áreas de expansão prioritária por programa de interesse social, este deverá conter, pelo menos, a caracterização da população a ser atendida e a definição dos critérios de acessibilidade, com a divulgação dos parâmetros utilizados para tal.

§ 5º **(Aplica-se nesta zona o disposto no art. 32, § 6º.)** Remover este parágrafo para manter coerência com a remoção do Parágrafo 6º do Art. 32.

§ 6º **Fica definida uma faixa *non aedificandi* de 100 (cem) metros de largura** acrescida aos limites do **Parque Nacional de Brasília**, bem como a toda a área da poligonal da sub bacia hidrográfica do Ribeirão do Bananal.

§ 7º Os casos de ocupação urbana já existentes nas Áreas Rurais Remanescentes poderão ser regularizados nos termos da legislação pertinente.

(NÃO HÁ NO TEXTO DO IPDF).

Seção II

Da Zona Urbana de Consolidação

Art. 20. A Zona Urbana de Consolidação é aquela onde a ocupação restringir-se-á ao estabelecido para as áreas de preservação do conjunto urbanístico do Plano Piloto de Brasília, tombado como Patrimônio Histórico, Nacional e Cultural da Humanidade; às restrições ambientais peculiares às Áreas de *Proteção Ambiental do Lago Paranoá e das Bacias Gama e Cabeça de Veado, às restrições de saneamento para* as áreas circunscritas na bacia do Lago Paranoá e para as áreas de Sobradinho e Planaltina.

§ 1º **Esta Zona compreende as localidades de Brasília, inclusive a Vila Planalto, do Cruzeiro, de Candangolândia, do Lago Sul, do Lago Norte, do Paranoá, de Planaltina, de Sobradinho e trecho 3 do Setor de Mansões Park Way - SMPW.**

§ 2º **Na Zona Urbana de Consolidação deverá ser:**

I - consolidado o Plano Piloto de Brasília como centro de caráter regional e nacional, Capital da República e Patrimônio Cultural da Humanidade, de acordo com a legislação pertinente;

II - implementado um projeto concebido em parceria entre os setores público e privado, criando um pólo de atração para o turismo, lazer, cultura e educação;

III - respeitada a capacidade de suporte dos corpos hídricos, especialmente do Lago Paranoá, *como corpos receptores de efluentes;*

IV - reforçada a autonomia e revitalização da centralidade própria de cada cidade;

V - considerada a flexibilização e a diversificação de usos, na consolidação das funções urbanas;

VI - induzida a ocupação das áreas ociosas e com disponibilidade de infra-estrutura;

VII - respeitadas as restrições ao uso de águas subterrâneas e **a limitação de abastecimento de água** especialmente **nas localidades de Planaltina e Sobradinho.**

§ 3º O Poder Executivo deverá implementar, preferencialmente, o disposto no inciso VI do § 2º deste artigo nos setores Noroeste e Estrada Parque Indústria e Abastecimento, nas áreas do Centro de Atividades do Lago Norte, na orla do Lago Paranoá e nos lotes e projeções não ocupados desta Zona.

Seção III

Da Zona Urbana de Uso Controlado

Art. 21. A Zona Urbana de Uso Controlado é definida como de uso predominantemente habitacional, **de baixa densidade, sujeita a critérios específicos de ocupação, na qual se desestimulará a expansão do uso urbano em razão, principalmente, de restrições ambientais,** e limitando-se às zonas de uso intensivo definidos nos zoneamentos das unidades de conservação.

§ 1º Esta Zona compreende a região do Taquari, os núcleos urbanos de São Sebastião e de Brazlândia, as áreas onde estão localizadas concentrações de parcelamentos irregulares no vale do rio São Bartolomeu, os núcleos urbanos isolados do Vale do Amanhecer, as comunidades da região da Fercal existentes ao longo da DF-150 e as antigas agrovilas dos Combinados Agro-Urbanos I e II - CAUBs I e II.

§ 2º Na Zona Urbana de Uso Controlado deverá ser:

I - permitido o uso predominantemente habitacional, com comércio local e equipamentos comunitários inerentes à ocupação;

II - adotada forma de parcelamento que garanta densidades brutas, de no máximo 50 (cinqüenta) habitantes por hectare, à exceção das antigas agrovilas dos CAUBs I e II, do Vale do Amanhecer e dos núcleos urbanos de Brazlândia e São Sebastião, bem como da área de expansão urbana de Sobradinho;

III - desenvolvido programa para solucionar os parcelamentos irregulares, implicando em regularização ou desconstituição, por conjuntos de parcelamento em áreas públicas e privadas, com a participação da associações que representam as comunidades atingidas, Câmara Legislativa e Poder Executivo;

IV - **elaborado projeto definitivo para ocupação do Setor Taquari e áreas adjacentes** constantes desta Zona, face ao quadro de ocupação irregular e aos problemas ambientais presentes;

V - efetivada a expansão urbana do Paranoá;

VI - respeitada a capacidade de suporte dos corpos hídricos da área, especialmente o Lago Paranoá como receptor de efluentes;

VII - priorizada a implantação de área nas proximidades de Sobradinho e Planaltina para a instalação de atividades econômicas geradoras de emprego e renda;

VIII - respeitada a capacidade de suporte do uso de águas subterrâneas, de acordo com as *recomendações dos órgãos competentes.*

§ 3º **Nos estudos previstos no inciso IV do § 2º deste artigo deverá ser incluída a organização de Área de Inovação Tecnológica, considerando os seguintes aspectos e características locacionais:**

I - espaço físico adequado para a implantação e expansão de instituições de ensino e pesquisa e de empresas produtoras de bens e serviços em conhecimento, como aqueles associados à informática, biotecnologia, novos materiais, microeletrônica, eletrônica, optoeletrônica, agroindústria e engenharia do conhecimento;

II - proximidade física destas instituições e empresas à Universidade de Brasília e a outras instituições de ensino e pesquisa existentes ou a serem criadas;

III - facilidade de acesso e possibilidade de desenvolvimento de concepções inovadoras de geração e uso de energia, transportes e outros sistemas de infra-estrutura;

IV - paisagismo exemplar e concepções arquitetônicas integradas às condições de preservação e características físico-ambientais da área.

§ 4º As atividades industriais e agroindustriais que venham a se instalar nesta Zona deverão ser devidamente analisadas pelos órgãos competentes, quanto à geração de impactos urbanísticos e ambientais.

§ 5º Esta Zona deverá ser objeto de estudos específicos de saneamento básico, tendo em vista o uso do solo e a regularização, ou **desconstituição, dos parcelamentos, ouvidos os órgãos supervisores das unidades de conservação inseridas nesta Zona e as entidades representativas das comunidades atingidas,** em consonância com o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos e o Plano Diretor de Água e Esgotos do Distrito Federal.

Art. 22. A ocupação da Zona Urbana de Uso Controlado obedecerá, no mínimo, aos seguintes critérios:

I - nas Áreas de Proteção Ambiental das Bacias dos Rios São Bartolomeu e Descoberto a **ocupação com uso urbano se limitará às restrições e limites físicos constantes nas diretrizes de uso do rezoneamento e zoneamento das respectivas Áreas de Proteção Ambiental,** à legislação vigente e aos planos de proteção produzidos para a bacia;

III - as áreas urbanas de propriedade pública não serão alienadas enquanto não parceladas;

IV - a ocupação das áreas urbanas desta zona ocorrerá,. preferencialmente, após a ocupação das áreas públicas urbanas da Zona Urbana de Dinamização;

V - na hipótese da urbanização ou regularização de parcelamentos incidir em área de propriedade privada, o provimento dos equipamentos **urbanos e do sistema viário será de responsabilidade e às expensas do empreendedor, loteador ou adquirentes de lotes.**

CAPÍTULO III

Das Zonas Rurais

Seção I

Da Zona Rural de Dinamização

Art. 23. A Zona Rural de Dinamização é aquela com atividade agropecuária consolidada, na qual serão incentivados os usos intensivos e a verticalização da produção, respeitada a capacidade de suporte da bacia *hidrográfica e as diretrizes do Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos.*

§ 1º Esta Zona compreende todo o vale do rio Preto.

§ 2º Na Zona Rural de Dinamização deverá ser:

I - mantido e incentivado o uso rural produtivo, sendo permitida a instalação de atividades agroindustriais de agroturismo e ecoturismo;

II - efetivado o assentamento ou reassentamento de pequenos produtores e agricultores, a partir da avaliação da situação de ocupação e de produção das terras públicas.

Seção II

Da Zona Rural de Uso Diversificado

Art. 24. A Zona Rural de Uso Diversificado é aquela onde poderá ser permitida, além do uso agropecuário, a instalação de atividades agroindustriais e de lazer.

§ 1º Esta Zona compreende as bacias hidrográficas do ribeirão Ponte Alta e do rio Belchior e parte do vale do rio São Bartolomeu, ao sul da BR 251.

§ 2º Na Zona Rural de Uso Diversificado poderá ser:

I - promovida, quando possível, a regularização dos ocupantes de terras rurais públicas com exploração agropecuária, nos termos da legislação pertinente;

II - permitida a alteração de usos além das atividades agropecuárias, desde que compatíveis com o uso rural e a legislação pertinente;

III - proibido o parcelamento com glebas inferiores a 2 (dois) hectares;

IV - permitido o parcelamento em glebas de área mínima de 2 (dois) hectares em terras comprovadamente sem capacidade produtiva, para o uso de sítios de recreio, obedecida a legislação pertinente.

§ 3º As atividades previstas nesta zona deverão ser devidamente autorizadas pelos órgãos competentes.

Seção III

Da Zona Rural de Uso Controlado

Art. 25. A Zona Rural de Uso Controlado é aquela de atividade agropecuária consolidada que, em função da necessidade de preservação de seus mananciais e recursos hídricos subterrâneos e de seu grau de sensibilidade ambiental, terá seu uso restringido.

§ 1º Esta Zona se divide em:

I - Zona Rural de Uso Controlado I, que compreende parte do vale do rio São Bartolomeu, na região de sua Área de Proteção Ambiental;

II - Zona Rural de Uso Controlado II, que compreende o vale do rio Maranhão, na região ao norte do Distrito Federal;

III - Zona Rural de Uso Controlado III, que compreende a região do Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão - PICAG -, localizado na Área de Proteção Ambiental do Rio Descoberto, a região do Núcleo Rural do Pipiripau e as regiões do Núcleo Hortícola Suburbano de Vargem Bonita - NHSVB -, das Granjas do Ipê e do Riacho Fundo e da Fazenda Sucupira, localizadas na bacia do Lago Paranoá.

§ 2º Na Zona Rural de Uso Controlado poderá ser:

I - garantido o uso agropecuário, salvaguardando a qualidade dos mananciais, de acordo com as diretrizes do Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos;

II - incentivada a exploração do agroturismo e do turismo ecológico por meio da elaboração de projeto especial e implantação de infra-estrutura básica, sendo permitida a parceria com a iniciativa privada;

§ 3º Por motivo de restrições de interesse ambiental, glebas existentes nestas áreas poderão ser isentas de qualquer atividade econômica tendo seus ocupantes, como plano de uso apenas a preservação, a conservação ou a recuperação ambiental.

Art. 26. Na Zona Rural de Uso Controlado I poderá ser permitido o parcelamento em glebas de área mínima de 2 (dois) hectares, em terras comprovadamente sem capacidade produtiva, para uso de sítios de recreio e para instituições prestadoras de serviços na área social, obedecida a legislação pertinente.

Art. 27. Nas Zonas Rurais de Uso Controlado II e III será proibido o parcelamento do solo em glebas inferiores a 5 (cinco) hectares.

Parágrafo único. Serão admitidos para fins de regularização fundiária os parcelamentos existentes à data da publicação desta lei em glebas inferiores a 5 (cinco) hectares, desde que superiores a 2 (dois) hectares, obedecido ao disposto no art. 28.

Art. 28. A ocupação das áreas abrangidas pelas Áreas de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu, da Bacia do Rio Descoberto e de Cafuringa seguirão as diretrizes estabelecidas nos zoneamentos destas unidades de conservação e na legislação vigente.

CAPÍTULO IV

Da Zona de Conservação Ambiental

Art. 29. A Zona de Conservação Ambiental é definida pelo seu caráter de intangibilidade, por encerrar ecossistemas de grande relevância ecológica e demais atributos especiais, merecendo tratamento visando a sua preservação, conservação ou recuperação.

§ 1º Esta Zona compreende, dentre outras, o Parque Nacional de Brasília, a Estação Ecológica de Águas Emendadas, a Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE - dos Córregos Capetinga e Taquara, a Reserva Ecológica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE , a Estação Ecológica do Jardim Botânico de Brasília, a ARIE do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo, a Reserva Ecológica do Guará, a Reserva Ecológica do Gama, o Parque Boca da Mata e a ARIE Cerradão.

§ 2º Estas áreas são regidas por legislação específica.

CAPÍTULO V

Das Áreas de Diretrizes Especiais

Seção I

Da Área Especial de Proteção

Art. 30. A Área Especial de Proteção, conforme disposto pelo parágrafo único do art. 12 desta lei, é aquela que apresenta situações diversas de proteção e fragilidades ambientais.

Parágrafo único. Esta Área se divide em:

I - Áreas de Proteção de Mananciais;

II - Áreas Rurais Remanescentes;

III - Áreas com Restrições Físico-Ambientais;

IV - Áreas de Lazer Ecológico.

Art. 31. As Áreas de Proteção de Mananciais são aquelas destinadas à conservação, recuperação e manejo das bacias hidrográficas a montante dos pontos de captação da Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB - e outras a serem definidas pelo SGIRH, sem prejuízo das atividades e ações inerentes à competência de captar e distribuir água de boa qualidade e em quantidade suficiente para o atendimento da população.

§ 1º Nas áreas definidas neste artigo e delimitadas no macrozoneamento deverá ser:

I - vedado o parcelamento do solo urbano e rural, à exceção dos parcelamentos regulares já existentes ou com projetos registrados em cartório, nas bacias das captações do ribeirão Contagem, ribeirão Mestre D'Armas, córrego Quinze, córrego Currais, ribeirão Alagado, córrego Ponte de Terra, ribeirão Cachoeirinha e ribeirão do Gama;

II - restrita a atividade agropecuária aos locais atualmente ocupados, devendo ser implantadas tecnologias de controle ambiental e uso adequado do solo;

III - mantida a existência de maciços florestais, estabelecendo um manejo que permita transformar os homogêneos em heterogêneos;

IV - proibido o lançamento direto e indireto de efluentes, e nas áreas que venham a drenar para as mesmas;

V - exigido licenciamento ambiental qualquer atividade potencialmente poluidora, causadora de erosão ou outras formas de degradação ambiental;

VI - vedada a instalação de indústrias, de médio e alto potencial poluidor nessas áreas;

VII - proibida a atividade de explotação mineral nas Áreas de Proteção de Mananciais;

VIII - obrigada a realização de auditoria ambiental para todas as atividades instaladas nestas áreas, a critério do órgão ambiental;

IX - disciplinado o uso de águas subterrâneas.

§ 2º As alterações de uso do solo nas Áreas de Proteção de Mananciais serão submetidas à apreciação dos órgãos gestores das respectivas áreas.

§ 3º As Áreas de Proteção de Mananciais serão disciplinadas por legislação específica e terão como objetivo primordial o planejamento e a gestão das bacias e sub-bacias nas quais se inserem.

§ 4º Inclui-se na categoria de Área de Proteção de Manancial a faixa de 125 (cento e vinte e cinco) metros, marginal ao perímetro do Lago Descoberto, medida perpendicularmente a partir da curva de nível 1032, cota máxima de inundação do Lago.

Art. 32. As Áreas Rurais Remanescentes são aquelas destinadas a abrigar usos compatíveis com a dinâmica rural, resguardando o uso agropecuário e agroindustrial, visando a conservação dos recursos naturais ali existentes.

§ 1º Estas Áreas compreendem os Núcleos Rurais do Córrego do Palha, Monjolo, Vargem da Benção, Alagado e Crispim, Santa Maria, Ponte Alta Norte, Taguatinga e Núcleo Bandeirante; as Colônias Agrícolas do Vicente Pires, Samambaia/Santa Maria, Amiqueira, Vereda Grande, Vereda da Cruz, Águas Claras, Bernardo Sayão, do IAPI e do Governador; as chácaras ao longo dos córregos Jerivá, Cana do Reino e Cabeceira do Valo, chácaras do Park Way Trecho 3 e Vila São José, em Taguatinga, e outros enclaves rurais em zonas predominantemente urbanas, conforme as poligonais e respectivos memoriais descritivos que passam a fazer parte integrante desta lei.

§ 2º Serão permitidas atividades de suporte à produção rural e que não comprometam a preservação dos cursos d'água, dos aqüíferos subterrâneos e das matas originais remanescentes, de acordo com as diretrizes do SGIRH.

§ 3º Nestas Áreas as atividades potencialmente degradadoras ou poluidoras serão objeto de licenciamento, conforme dispõe a legislação ambiental.

§ 4º A área mínima da gleba permitida será de 20.000 (vinte mil) metros quadrados, agricultáveis, exceto aquelas de dimensões inferiores com produção rural existentes na data de publicação desta lei.

§ 5º Os Planos Diretores Locais estabelecerão os parâmetros que nortearão os planos de utilização das glebas rurais.

§ 6º - Suprimido

§ 7º As alterações de uso serão motivo de lei complementar específica.

§ 8º Por motivo de restrições ou interesse ambiental, glebas existentes nestas áreas poderão ser isentas de qualquer atividade econômica, tendo seus ocupantes, como plano de uso, apenas a preservação, a conservação ou a recuperação ambiental.

Art. 33. As Áreas com Restrições Físico-Ambientais são aquelas cujas características ou proximidade com Zonas de Conservação Ambiental justificam cuidados especiais quanto ao seu uso e ocupação.

§ 1º Estas Áreas compreendem as faixas de tamponamento no entorno de unidades de conservação, bem como as áreas com restrições físicas e bióticas nas imediações de zonas urbanas.

§ 2º A aprovação dos tipos de uso estará condicionada à análise do órgão gestor da unidade e às recomendações contidas nos Planos Diretores Locais.

Art. 34. As Áreas de Lazer Ecológico são aquelas relativas às unidades de conservação de uso sustentável, cuja legislação respectiva admita atividades de lazer e educação ambiental.

§ 1º Estas Áreas compreendem os parques ecológicos e os monumentos naturais, exceto as cavernas consideradas áreas de preservação permanente.

§ 2º Estas áreas são regidas por legislação específica.

§ 3º Deverá ser estimulada nestas áreas a implantação de infra-estrutura adequada ao acesso e à visitação pública.

Seção II

Da Área de Monitoramento Prioritário

Art. 35. As áreas da Zona Urbana de Uso Controlado e da Zona Rural de Uso Controlado com maior incidência de parcelamentos irregulares deverão ser objeto prioritário de monitoramento territorial.

Seção III

Da Área do Centro Regional

Art. 36. A Área do Centro Regional, situada na Zona Urbana de Dinamização, deverá ser um marco simbólico e referência espacial de uma Brasília contemporânea, equilibrando e compartilhando com o Plano Piloto suas funções de centralidade regional.

§ 1º A configuração do Centro Regional deverá constituir-se em um fator de indução ao desenvolvimento do quadrante sudoeste do Distrito Federal, ampliando as possibilidades de expansão de atividades econômicas, sociais, culturais e de lazer, além de imprimir-lhe o necessário sentido de urbanidade, priorizando as atividades do setor terciário.

§ 2º A concepção do novo centro deverá:

I - valorizar a região, dotando-a dos atributos espaciais necessários para sua efetivação como novo pólo regional, reforçando a centralidade própria de cada cidade; prevendo áreas com características adequadas à implantação de equipamentos regionais comunitários; viabilizando áreas para implantação de atividades econômicas e identificando as potencialidades de meio físico a serem valorizadas e preservadas;

II - efetivar-se por meio de medidas do Poder Público visando atrair investimentos públicos e privados para essa região;

III - definir a aplicação de instrumentos urbanísticos, jurídicos e tributários, indicando áreas onde deverão incidir;

IV - definir estratégias de restrição e controle do tráfego dos veículos, revisão das áreas de estacionamento, utilização de edifícios-garagem, utilização de transportes coletivo e de massa, com o estudo sobre os rebatimentos das alterações do sistema viário nas áreas lindeiras;

V - atender aos condicionantes ambientais, notadamente nas áreas de risco a processos erosivos e contaminação hídrica.

§ 3º O Centro Regional deverá ser objeto de um projeto urbanístico que permita:

I - a revitalização do centro de Taguatinga;

II - a incorporação do centro em implantação de Águas Claras, por meio de estudos de interligação das malhas urbanas atualmente desarticuladas por rodovias, linha de alta tensão, metrô e outras barreiras físicas.

TÍTULO III

DAS AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS PRIORITÁRIOS

Art. 37. Para o cumprimento dos objetivos e estratégias do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, o Distrito Federal, por meio de seus órgãos e com a colaboração do setor privado, promoverá os seguintes programas, estudos, projetos, obras e operações, sem prejuízo de outros que venham a ser necessários:

I - Programa de Implantação do Centro Regional - a ser criado na Zona Urbana de Dinamização, conforme previsto nos arts. 20 e 36 desta Lei, com a função de equilibrar e compartilhar com o Plano Piloto a centralidade do Distrito Federal;

II - Programa de Adensamento da Faixa de Domínio do Metrô - por meio de estudos e operações urbanas para a implementação de empreendimentos, tanto por ações públicas quanto particulares, com o objetivo de obter intenso e equilibrado proveito na área de influência deste sistema de transporte;

III - Programa de Construção de Terminais de Integração - para viabilizar a implantação de um sistema tronco-alimentador de transporte coletivo, além de outras alterações a serem introduzidas no Sistema Viário, com o intuito de otimizar o transporte no Distrito Federal e no Entorno;

IV - Programa de Regularização Fundiária - nas áreas urbanas, visando a ordenação jurídica da posse efetiva da terra, a arrecadação de impostos e a garantia, às populações ali residentes, dos benefícios e qualidade ambiental decorrentes;

V - Programa de Regularização de Parcelamentos - com o objetivo de solucionar problema de parte da população do Distrito Federal e também de propiciar ao Poder Público os meios de arrecadação que permitam o atendimento às necessidades básicas dessa população, integrando de modo definitivo à malha urbana do Distrito Federal os loteamentos que venham a ser regularizados;

VI - Implantação de Monitoramento Integrado do Território do Distrito Federal - com a implementação de medidas visando a avaliação permanente das tendências de crescimento urbano e ocupação do território, articulando os órgãos envolvidos com o planejamento, meio ambiente, monitoramento e fiscalização no Distrito Federal;

VII - Incremento nas Estruturas Administrativas das Administrações Regionais - reforçando-as com recursos humanos e tecnológicos, capacitando-as com cursos e treinamento, tanto para o desempenho de ações de monitoramento do território, como também para absorver atividades de planejamento setorial das próprias cidades, numa ação governamental de descentralização de suas ações e decisões, nos termos da lei;

VIII - Programa Estratégico de Desenvolvimento Integrado da Região do Entorno - em ações conjuntas sugeridas aos Governos dos Estados de Minas Gerais e Goiás, envolvendo também o Governo Federal, enfocando, prioritariamente, o gerenciamento de recursos hídricos da região, programas de saneamento e de monitoramento ambiental, parcelamento do solo, saúde, educação, transporte e segurança pública;

IX - Programa de Desburocratização Fundiária - com propostas para que o Distrito Federal otimize os procedimentos de seus diversos órgãos envolvidos na disponibilização e implantação de áreas;

X - Programa de Regularização de Ocupação de Terras Rurais Públicas - com o propósito de integrar áreas agricultáveis, ainda com ocupação irregular, na ação de concessão de terras para a produção agropecuária;

XI - Programa de Reassentamento de Agricultores e Produtores Rurais - visando o cumprimento da função social da propriedade e assegurando qualidade ambiental, por meio da revisão dos critérios empregados nos contratos de arrendamento das terras rurais públicas do Distrito Federal;

XII - Programa de Incentivos às Áreas Rurais do Distrito Federal - por meio de destinação de incentivos creditícios e financeiros prioritariamente aos micros, pequenos e médios agricultores e produtores rurais assentados em áreas produtivas do Distrito Federal;

XIII - Programa de Incentivos a Parcerias Governo e Iniciativa Privada - com o objetivo de viabilizar projetos e ações relativos à implantação da infra-estrutura urbana e de equipamentos;

XIV - Programa de Implantação de Áreas de Desenvolvimento Econômico - com o objetivo de disponibilizar, em curto prazo, áreas para a instalação de atividades visando a indução do desenvolvimento econômico, respeitada a legislação ambiental pertinente;

XV - Programa de Implantação de Vias de Integração - com o objetivo de interligar os diversos núcleos urbanos e promover melhorias no sistema viário e estruturador existente, buscando racionalizar as distâncias e facilitar o escoamento da produção agrícola, e priorizando a ligação entre o Guará e Taguatinga e entre a DF-047 - EPAR - e a DF-055 - EPUB - até a DF-001 - EPCT.

XVI - Programa do Sistema de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos - com o objetivo de assegurar que a água possa ser controlada e utilizada em padrões de qualidade satisfatórios pelos usuários atuais e gerações futuras em todo o Distrito Federal.

XVII - Programa de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos - com o objetivo de promover a definição de áreas, tecnologias apropriadas e Planos Diretores para o tratamento ambiental da questão.

XVIII - Programa de Destinação das Águas Pluviais - com o objetivo de adequar e desenvolver procedimentos que garantam o aumento da infiltração dessas águas no solo, a prevenção e correção de processos erosivos e de evitar a alteração das condições ambientais dos aqüíferos.

Art. 38. As despesas decorrentes da implantação e implementação dos programas, estudos, projetos, obras e operações constantes do artigo anterior deverão ser suportadas por dotação orçamentária específica.

TÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 39. São instrumentos da política de desenvolvimento urbano e de ordenamento territorial do Distrito Federal as diversas disposições de planejamento urbano, jurídicas, tributárias, financeiras e de participação popular, necessárias à sua execução, conforme previstas no art. 325 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 40. Os princípios e disposições desta Lei deverão ser observados na seguinte legislação urbana:

I - a Lei de Parcelamento do Solo;

II - o Código de Edificações;

III - o Código de Posturas;

IV - as normas específicas de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

CAPÍTULO II

Dos Instrumentos de Planejamento Urbano

Seção I

Dos Planos Diretores Locais

Art. 41. Os Planos Diretores Locais subordinam-se aos princípios estabelecidos neste Plano Diretor, complementam a legislação urbanística e são os instrumentos básicos do planejamento e controle do uso e ocupação do solo do Distrito Federal, e terão como objetivos:

I - regulamentar e detalhar o uso, ocupação e parcelamento do solo em cada núcleo urbano e localidade do Distrito Federal;

II - definir intervenções urbanas nas áreas já urbanizadas do Distrito Federal de forma a possibilitar a melhoria da qualidade de vida da população;

III - definir os parâmetros para a ocupação da áreas de expansão urbana da Zona Urbana de Dinamização, da Zona Urbana de Uso Controlado, da Zona Urbana de Consolidação e das Áreas de Diretrizes Especiais;

IV - definir as áreas a serem destinadas a programas de interesse social, sendo que as áreas públicas destinadas a estes programas deverão ser reguladas pelo Poder Executivo em consonância com a política habitacional;

V - garantir a participação da comunidade no processo de elaboração, execução e avaliação dos Planos Diretores Locais por meio de audiências públicas e do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - SISPLAN;

VI - determinar formas de utilização das áreas verdes públicas urbanas do Distrito Federal especificando para as mesmas usos públicos, admitindo-se a implantação de equipamentos comunitários de recreação e lazer, assegurando livre acesso à população;

VII - estabelecer projetos e programas para o desenvolvimento estratégico dos núcleos urbanos compatibilizando-os com as políticas setoriais.

Art. 42. Os Planos Diretores Locais deverão ter como conteúdo, devidamente adaptados às peculiaridades locais, o seguinte:

I - definição dos problemas de desenvolvimento urbano local e dos objetivos, diretrizes e estratégias para o seu tratamento, contendo no mínimo:

a) identificação dos equipamentos públicos urbanos e comunitários, da capacidade dos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e de drenagem, avaliação das ocupações das áreas públicas e da capacidade dos sistemas viário e de circulação de pedestres;

b) mapas temáticos ilustrativos dos itens relacionados na alínea anterior;

c) diagnóstico ambiental, fundiário e sócio-econômico.

II - proposta contendo textos e mapas com justificativas e definições sobre:

a) a classificação e especificação dos usos e critérios para instalação de atividades e índices urbanísticos a serem utilizados, devidamente mapeados;

b) o sistema de circulação de veículos e pedestres e indicação dos eixos estruturais prioritários ao transporte coletivo;

c) os locais de especial interesse histórico, urbanístico, paisagístico e ambiental a proteger;

d) os principais programas e projetos que viabilizem as propostas de intervenção nos espaços urbanos;

e) as áreas prioritárias onde serão aplicados os diversos instrumentos da política de desenvolvimento urbano e ambiental;

f) os equipamentos públicos urbanos e comunitários a serem implantados, especialmente a capacidade do sistema de abastecimento de água.

Seção II

Do Parcelamento do Solo

Art. 43. A lei do parcelamento do solo no Distrito Federal, a ser disposto em lei específica, complementa os princípios estabelecidos neste Plano Diretor, com o objetivo de:

I - definir as normas e as diretrizes para o parcelamento do solo, considerando os requisitos e as restrições urbanísticas e ambientais a serem respeitadas;

II - dispor sobre os procedimentos para a aprovação, o licenciamento e o registro dos parcelamentos destinados às pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, interessadas em parcelar o solo;

III - possibilitar o estabelecimento de padrões diferenciados de parcelamentos para atendimento às diversas atividades e à população de diversas faixas de renda;

IV - fixar as penalidades correspondentes às infrações decorrentes da inobservância dos preceitos estabelecidos pela Lei de Parcelamento do Solo.

Art. 44. Os Planos Diretores Locais identificarão áreas onde poderão ser implantados os tipos de parcelamento, bem como padrões de loteamentos, para atendimento das Regiões Administrativas do Distrito Federal, respeitada a legislação pertinente.

CAPÍTULO III

Dos Instrumentos Jurídicos e Urbanísticos

Seção I

Do Cumprimento da Função Social da Propriedade

Art. 45. Os Planos Diretores Locais deverão estabelecer as áreas nas quais será exigida do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, a promoção de seu adequado aproveitamento.

Art. 46. O Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal - SITURB - manterá controle permanente dos imóveis não utilizados, não edificados ou subutilizados nas zonas urbanas do Distrito Federal.

Seção II

Da Outorga Onerosa do Direito de Construir

Art. 47. O Poder Executivo poderá, na forma da lei, outorgar de forma onerosa o direito de construir, mediante cobrança pelo aumento do potencial construtivo do terreno.

Art. 48. A Outorga Onerosa do Direito de Construir deverá ser preferencialmente utilizada na Zona Urbana de Dinamização e na Zona Urbana de Consolidação.

Art. 49. Os Planos Diretores Locais ou leis específicas determinarão o acréscimo do potencial construtivo do terreno e as áreas nas quais será aplicado o instrumento da Outorga Onerosa do Direito de Construir, ouvido o órgão ambiental.

Seção III

Da Outorga Onerosa da Alteração de Uso

Art. 50. O Poder Executivo, mediante lei específica, poderá outorgar de forma onerosa a alteração de uso.

Art. 51. Para os fins de aplicação deste instrumento, considera-se como alteração do uso a modificação ou a extensão dos usos previstos para o terreno, vigentes até a data de publicação desta lei.

Art. 52. A Outorga Onerosa da Alteração de Uso deverá ser preferencialmente utilizada na Zona Urbana de Dinamização e na Zona Urbana de Consolidação.

Art. 53. Os Planos Diretores Locais ou leis específicas determinarão os usos permitidos e as áreas nas quais será aplicado o instrumento da Outorga Onerosa da Alteração de Uso.

Seção IV

Das Operações Urbanas

Art. ... Considera-se operação urbana o conjunto de intervenções especiais e medidas coordenadas pelo Governo do Distrito Federal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e da qualidade ambiental.

Parágrafo único Cada operação urbana será aprovada por lei específica.

Art. ... As operações urbanas deverão respeitar as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico e do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e dos Planos Diretores Locais, bem como ao disposto em legislação específica e atendido o interesse social.

Art. ... Da lei específica que aprovar a operação urbana constará o Plano de Operação Urbana, contendo, no mínimo:

I - a delimitação da área a ser atingida;

II - as finalidades da operação;

III - a contrapartida monetária, ou de outra natureza, oferecida pelos proprietários, usuários e investidores privados participantes da operação.

Art. ... O instrumento da Operação Urbana deverá ser preferencialmente aplicado para a implementação do centro regional em Taguatinga, dos centros urbanos a serem indicados pelos Planos Diretores Locais e para otimização da ocupações nas áreas lindeiras à linha do metrô.

(A DISCUTIR)

TÍTULO V

DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 54. O Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - SISPLAN - é o conjunto dos órgãos e a forma como os mesmos interagem no processo de planejamento e gestão das cidades e do território do Distrito Federal.

Art. 55. O Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - SISPLAN -, em consonância com o disposto pela Lei Orgânica do Distrito Federal, tem por finalidade básica a promoção do desenvolvimento do território com vistas à melhoria da qualidade de vida e ao equilíbrio ecológico do Distrito Federal, mediante ações voltadas para:

I - manter a permanente articulação e compatibilização entre as diversas políticas setoriais com o ordenamento territorial;

II - assegurar a compatibilidade entre os instrumentos que compõem o planejamento governamental - o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento Anual, o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social e o Zoneamento Ecológico Econômico - com as diretrizes do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dos Planos Diretores Locais;

III - promover as medidas necessárias à cooperação e à articulação da ação pública e privada no território do Distrito Federal;

IV - buscar o aperfeiçoamento e a modernização do instrumental técnico e legal e, conseqüentemente, dos procedimentos administrativos, com vistas à maior eficácia na execução da política de ordenamento territorial, urbano e ambiental;

V - buscar formas de articulação e cooperação entre o Distrito Federal e os Estados de Goiás e Minas Gerais para o encaminhamento de ações integradas junto aos municípios que compõem a Região do Entorno do Distrito Federal, no que se refere às questões de ordenamento territorial;

VI - promover o monitoramento, que consiste na ação contínua e integrada do Governo no território do Distrito Federal, fiscalizando e acompanhando a ocupação territorial;

VII - acompanhar o desenvolvimento, a implementação e a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e dos Planos Diretores Locais.

Art. 56. Fazem parte do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal:

I - o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano - CONPLAN -, como órgão superior;

II - a instituição diretamente responsável pela política de ordenamento territorial e urbano do Distrito Federal, como órgão central;

III - o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano - IPDF -, como órgão executivo;

IV - os órgãos e entidades do Poder Executivo associados direta ou indiretamente ao ordenamento territorial e urbano, como órgãos setoriais; e

V - as Administrações Regionais, como órgãos locais.

Art. 57. O Conselho de Planejamento Territorial e Urbano - CONPLAN - é o órgão auxiliar da Administração na formulação, acompanhamento e atualização das diretrizes e dos instrumentos de implementação da política de ordenamento territorial e urbano.

§ 1º A função de Secretaria Executiva do CONPLAN será exercida pelo Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - IPDF.

§ 2º O CONPLAN será subsidiado por Câmaras Técnicas para o tratamento de temas específicos relativos ao uso e à ocupação territorial.

Art. 58. Compete ao Conselho de Planejamento Territorial e Urbano - CONPLAN -, órgão superior do SISPLAN:

I - aprovar a política de ordenamento territorial e urbano do Distrito Federal;

II - aprovar, no âmbito do Poder Executivo, os Planos Diretores Locais e suas respectivas revisões, bem como a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial;

III - acompanhar e viabilizar a implementação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dos Planos Diretores Locais;

IV - examinar, originariamente, questões relacionadas ao uso e ocupação do solo do Distrito Federal;

V - deliberar, quando solicitado pelos Conselhos Locais de Planejamento - CLPs -, sobre as questões relacionadas ao uso e ocupação do solo do Distito Federal;

VI - dispor sobre a forma de condução , discussão e participação popular na elaboração dos Planos Diretores Locais e revisões do Plano Diretor de Ordenamento Territorial;

VII - apreciar, em grau de recurso, matérias objeto de deliberação pelos Conselhos Locais de Planejamento;

VIII - analisar e deliberar, no âmbito do Poder Executivo, sobre os casos omissos porventura existentes no Plano Diretor de Ordenamento Territorial, nos Planos Diretores Locais, no Código de Edificações, no Código de Posturas e na legislação referente ao ordenamento territorial e urbano e parcelamento do solo;

IX - analisar e manifestar-se sobre propostas de alteração dos limites ou criação de novas Regiões Administrativas;

X - examinar a compatibilidade entre a execução das políticas setoriais e as diretrizes dos planos territoriais e urbanos, no que se refere às questões de ordenamento territorial e desenvolvimento urbano, propondo medidas e ajustes necessários;

XI - acompanhar a aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento territorial e urbano;

XII - supervisionar a ação de fiscalização e acompanhamento da ocupação territorial do Distrito Federal;

XIII - criar e dissolver Câmaras Técnicas;

XIV - elaborar seu regimento interno, bem como os de suas Câmaras Técnicas, para homologação pelo Governador do Distrito Federal.

XV - opinar sobre projetos de lei a serem encaminhados à Câmara Legislativa nos termos da Lei nº 245, de 27 de março de 1992.

(NOVO INCISO COM O QUAL O IPDF NÃO CONCORDA)

XVI - deliberar sobre projetos de parcelamento do solo urbano e, em caso favorável, submeter à aprovação pelo Governador do Distrito Federal;

Art. 59. O CONPLAN será presidido pelo Governador do Distrito Federal, sendo sua composição definida por lei específica de iniciativa do Poder Executivo.

Art. 60. O CONPLAN deverá reunir-se com o Conselho de Habitação e Saneamento, Conselho de Meio Ambiente - CONAN e demais conselhos do Distrito Federal, permanentemente, para as deliberações que envolvam competências concorrentes e comuns.

Art. 61. Os Conselhos Locais de Planejamento Territorial e Urbano - CLPs -, criados em cada Região Administrativa do Distrito Federal, são órgãos auxiliares da Administração nas discussões, análises e acompanhamento das questões relativas ao planejamento territorial e urbano.

Parágrafo único. A composição e as competências do Conselho Local de Planejamento Territorial e Urbano são disciplinados por lei específica.

Art. 62. Compete ao órgão central do SISPLAN:

I - propor a política de ordenamento territorial e urbano do Distrito Federal;

II - coordenar as atividades entre os órgãos membros do SISPLAN, no que se refere às questões de ordenamento territorial.

Art. 63. Compete ao órgão executivo do SISPLAN:

I - fornecer subsídios ao órgão central do SISPLAN para a proposição da política de ordenamento territorial e urbano;

II - elaborar, coordenar e propor revisões do Plano Diretor de Ordenamento Territorial;

III - elaborar, coordenar e propor revisões dos Planos Diretores Locais, em conjunto com as Administrações Regionais;

IV - executar em conjunto com os demais órgãos a política e as diretrizes de desenvolvimento territorial e urbano;

V - elaborar, apreciar e encaminhar propostas de alteração na legislação urbanística e edilícia;

VI - monitorar e fiscalizar o cumprimento das normas referentes ao ordenamento territorial e urbano do Distrito Federal;

VII - assessorar e prestar apoio técnico e administrativo ao CONPLAN;

VIII - examinar os projetos de parcelamento do solo urbano do Distrito Federal, com vistas à apreciação do CONPLAN e CONAN;

IX - acompanhar a elaboração do orçamento anual do Distrito Federal com vistas à compatibilidade do Zoneamento Ecológico-Econômico, Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dos Planos Diretores Locais com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 64. Compete aos órgãos setoriais do SISPLAN a proposição de políticas referentes ao ordenamento territorial e urbano do Distrito Federal e que tenham reflexo em sua área de competência.

Art. 65. Compete a cada Administração Regional como órgão local do SISPLAN:

I - elaborar e propor revisões dos Planos Diretores Locais em conjunto com o órgão executivo do SISPLAN;

II - sugerir ao órgão executivo do SISPLAN propostas de alteração da legislação urbanística e edilícia;

III - monitorar e fiscalizar, sem prejuízo da atuação de outros órgãos, o uso e ocupação do solo, conforme os Planos Diretores Locais e demais legislação pertinente;

IV - propor localização e implantação de equipamentos comunitários no âmbito do seu território;

V - inserir no orçamento anual de sua Região Administrativa previsão de recursos necessários à implementação dos Planos Diretores Locais e do Sistema de Informação Territorial e Urbana - SITURB.

CAPÍTULO II

Art. 74. Os agentes públicos ficam obrigados a fornecer os dados e informações necessárias ao Sistema de Informação Territorial e Urbana.

Parágrafo único. O órgão central do Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal deve divulgar, periodicamente, as informações consideradas de relevante interesse para a coletividade.

Art. 75. Os agentes públicos do âmbito federal e estadual e os agentes privados poderão participar do Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal, como fornecedores de informações e usuários, mediante acordos operacionais.

Art. 74. Os agentes públicos ficam obrigados a fornecer os dados e informações necessárias ao Sistema de Informação Territorial e Urbana.

Parágrafo único. O órgão central do Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal deve divulgar, periodicamente, as informações consideradas de relevante interesse para a coletividade.

Art. 75. Os agentes públicos do âmbito federal e estadual e os agentes privados poderão participar do Sistema de Informação Territorial e Urbana do Distrito Federal, como fornecedores de informações e usuários, mediante acordos operacionais.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 76. Será garantida ampla participação popular durante a elaboração dos Planos Diretores Locais e revisões do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, devendo os mesmos serem submetidos à audiência pública, antes de serem enviados à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

§1º A audiência pública deverá ser convocada no mínimo com 30 dias de antecedência, através de edital publicado por três dias consecutivos em órgão de comunicação oficial e em jornal local.

§2º O Poder Público avaliará as sugestões apresentadas em audiência pública, justificando a aquiescência ou rejeição das mesmas, ao que se dará publicidade.

Art. 77. O Poder Executivo editará, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação desta lei, adaptação da Parte III do Documento Técnico e do Mapa do Macrozoneamento do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, na forma de anexo, com as correções pertinentes introduzidas nesta lei pela Câmara Legislativa.

Art. 78. A pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, interessada em parcelar o solo urbano deverá obedecer aos procedimentos definidos pelo órgão executivo do SISPLAN, sendo sua **aprovação de competência do Governador do Distrito Federal, após ter sido ouvido o Conselho de Planejamento** Territorial e Urbano do Distrito Federal - **CONPLAN** e o Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAN.

Parágrafo único. A implantação de equipamentos urbanos e de sistema viário em áreas de propriedade privada será de responsabilidade do empreendedor ou loteador.

Art. 79. Até a aprovação do Plano Diretor Local somente será permitido o aumento de potencial construtivo e alteração de uso, por meio de lei complementar, condicionado à necessidade pública, à disponibilidade e capacidade dos equipamentos públicos urbanos e comunitários bem como do sistema viário e atendimento dos condicionantes ambientais.

Art. 80. As áreas onde se situam os parcelamentos INCRA-8, Agrícola Privê - Lucena Roriz, Expansão de Brazlândia, bem como a área compreendida entre a BR-070, a DF-450, a Estrada Vicinal 040 e as proximidades do ribeirão Córrego das Pedras, parcelamentos estes existentes à data da publicação desta lei, integrarão a Zona Urbana de Uso Controlado desde que o rezoneamento da APA da Bacia do Rio Descoberto considere estas áreas como passíveis de uso urbano.

Art. 81. Os parcelamentos em zonas rurais passíveis de regularização nos termos das Leis nº 954 de.....de.....de 1995 e nº 992 de ....de ..... de 1995, com características urbanas, implantados ou apenas com pedido de regularização formalizado junto ao Poder Executivo até a data de publicação desta Lei, arquivados ou não, e que atendam à legislação urbanística, ambiental e agrária, integrarão a Zona Urbana de Uso Controlado para fins de regularização.

Art. 82. No prazo de 90 dias, a contar da aprovação desta lei, o Poder Executivo deverá encaminhar à Câmara Legislativa projeto de lei de criação da unidade de conservação em parte da Área Alfa, na Região Administrativa de Santa Maria, que passará a integrar a Zona de Conservação Ambiental definida no macrozoneamento.

Art. 83. Após a aprovação do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE - e da elaboração do Plano Diretor de Água e Esgoto do Distrito Federal deverá ser feita a compatibilização do PDOT com estes instrumentos, no que for pertinente, e conforme o disposto no art.320 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Art. 84. A gestão das Áreas Rurais Remanescentes será atribuída à Secretaria da Agricultura, em articulação com o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos.

Art. 85. A análise relativa a novos parcelamentos e a projetos de parcelamentos já **propostos localizados na bacia do Lago Paranoá, enquanto não for criado e regulamentado o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano** e o Sistema de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos, **deverá ser precedida de prévia aquiescência da CAESB** e da SEMATEC.

Art. 86. Os zoneamentos das Unidades de Conservação, previstos em suas respectivas leis ou decretos de criação, fornecerão diretrizes relativas ao uso e ocupação do solo destas unidades.

Art. 87. Na Zona Urbana de Uso Controlado incidente na Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu prevalecerão as diretrizes de uso e ocupação definidas pelo estudo do rezoneamento daquela unidade de conservação.

Parágrafo único. Excetua-se do caput deste artigo a área situada na região denominada Altiplano Leste, com incidência de parcelamentos rurais, que permanecerá com o uso rural.

Art. - Os parcelamentos regularizados poderão se valer das reservas de águas subterrâneas para fins de abastecimento doméstico, enquanto não houver rede pública de abastecimento de água que os atenda.

Parágrafo único - O Poder Público disciplinará a forma de utilização desses recursos.

Art. 88. Para a definição dos limites entre a Zona Rural de Dinamização e a Zona Rural de Uso Controlado III, na região do Pipiripau, deverá ser respeitado o divisor das bacias do rio São Bartolomeu e do rio Preto.

Art. 89. O limite entre a Zona Rural de Dinamização e a Zona Rural de Uso Diversificado, na região do PAD-DF, deverá ser a rodovia DF-130.

Art. 90. Deverão ainda ser incluídas como Áreas de Proteção de Mananciais:

I - áreas em trechos da bacia do reservatório de Santa Maria, incidentes na Zona Rural de Uso Controlado II;

II - área relativa à bacia da barragem do córrego Fumal, incidente na Zona Urbana de Uso Controlado, em Planaltina;

III - área objeto do §4º do art.31.

Art. 91. Os núcleos rurais e colônias agrícolas a serem criados por lei específica nas zonas urbanas, a partir da data de publicação desta lei, passarão a integrar a categoria de Área Rural Remanescente.

Art. 92. O valor da outorga onerosa do direito de construir, estabelecido pela Lei nº 1170, de 20 de julho de 1996, por meio da fórmula VLO = VAE x QA, será calculado com o índice "y" de valor igual a 0,30 até a aprovação do Plano Diretor Local.

Parágrafo único. Considera-se VLO o valor a ser pago pela outorga, VAE o valor do metro quadrado de área edificada do acréscimo de potencial permitido multiplicado por "y" e QA a quantidade de metros acrescidos.

Art. . Os recursos arrecadados nos instrumentos previstos no Capítulo III do Título IV, serão carreados para um fundo de desenvolvimento urbano a ser criado por lei específica.

Art. 93. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 94. Ficam revogados os arts. 1º a 18, 20 a 26, 28, 31 a 33, 35 a 37, 41 a 63 e 65 a 79 da Lei nº 353, de 18 de novembro de 1992, e demais disposições em contrário.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

ÀS 10:00 (dez horas) do dia 05 de setembro de 1996 (cinco de setembro de hum mil novecentos e noventa e seis), no Auditório da Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - SEMATEC, no Distrito Federal, realizou-se a 8ª (oitava) reunião extraordinária do Conselho do Meio Ambiente do Distrito Federal - CONAM, sob a presidência do Senhor Secretário da SEMATEC, Engenheiro Florestal Francisco Dantas, com a presença dos seguintes conselheiros: Antônio Augusto Hueber Rebello, Antônio Carlos de Mattos Miranda, Duílio Ribeiro Tunes, Edson Chaves da Silva, Gustavo Souto Maior Salgado, Jânio Rodrigues dos Santos, João Herculino de Souza Lopes, José Gomes Garcia, Luiz Amore, Luizalice Bárbaro Guimarães Labarrére, Oscar de Aguiar Rosa Filho e Vera Lessa Catalão. Após a verificação de quorum e havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. Em seguida, passou-se à leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que foi a 10ª (décima) reunião ordinária. Foi justificada a ausência dos senhores conselheiros José Zunga Alves de Lima, por motivo de compromissos anteriormente assumidos, Antônio Alves de Souza, por estar participando da X Conferência Nacional de Saúde e Francisco Palhares, por impossibilidade de comparecer. Dando-se continuidade, passou-se à Ordem do Dia: **1) INFORMES: 1.1) Conselhos Populares de Limpeza Pública e Meio Ambiente** - O Senhor Presidente informou que esses conselhos começaram como uma experiência piloto em Taguatinga, objetivando articular a sociedade civil para discutir as questões que envolvem a limpeza urbana e o meio ambiente; o sucesso dessa iniciativa foi tão frutífera que hoje o conselho de Taguatinga congrega 84 (oitenta e quatro) entidades do movimento popular da cidade, expandindo as suas ações para a implementação do parque Saburo Onoyama, operacionalização da despoluição do rio Taguatinga - Cortado e melhoria das ações do serviço de limpeza urbana em Taguatinga. O sucesso desse conselho fez com que o Guará pedisse a sua implantação naquela cidade, de modo que hoje o conselho do Guará conta com 24 (vinte e quatro) entidades do movimento social articulados com ele. Hoje existem pedidos para a implantação desse conselho em Sobradinho e outras cidades satélites. O Senhor Presidente ressaltou que esses conselhos não estão previstos na legislação, mas o governo e o processo democrático em curso exigem a sua efetivação, de modo que a população possa discutir e resolver em conjunto com o Poder Público os problemas e compartilhar soluções que envolvem a limpeza pública e o meio ambiente. **1.2) Seminário Água no Distrito Federal** - o informe desse ponto foi dado pela Senhora Leda Famer, Diretora de Política Ambiental, por solicitação do Senhor Presidente. A Diretora Leda Famer informou que esse seminário ocorreu nos dias 29 e 30 de agosto passado, e foi iniciativa da SEMATEC, CAESB - Companhia de Água e Esgoto de Brasília - e IEMA - Instituto de Ecologia e Meio Ambiente. Teve como objetivo discutir os problemas dos recursos hídricos no Distrito Federal, de modo a colher subsídios para a definição e efetivação de uma política de água para o DF, particularmente em função do problema do esgotamento hídrico. O seminário teve a presença de cerca de 100 (cem) pessoas, entre técnicos do governo, entidades ambientalistas, sociedade civil, consultorias, empresas privadas e governo federal. O resultado do seminário será apresentado na forma de publicação dos anais, que estará pronto dentro de 40 (quarenta) dias. Vieram técnicos do Ceará, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, com experiências em gestão de bacias hidrográficas. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) esteve representado na pessoa do Senhor Secretário Nacional de Recursos Hídricos, e contou também com a presença do jurista Doutor Vanack que veio discutir a regulamentação de lei distrital n.º 512 - lei do Sistema de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos. O seminário foi considerado muito produtivo e com boa receptividade, havendo grande repercussão na cidade. Do seminário saíram 2 (duas) recomendações: 1) Criar uma comissão de secretários: obras, agricultura, meio ambiente e empresas: CAESB e CEB - Companhia Energética de Brasília - , de modo que essa comissão possa definir, através de um decreto, a regulamentação da lei n.º 512, onde também seriam contratados 2 (dois) consultores: um na área jurídica e outro na área técnica; e 2) implantar um comitê piloto de bacias hidrográficas, de modo que se possa acumular experiências administrativas e operacionais. A bacia do Rio Descoberto não foi escolhida porque o rio Descoberto é federal, envolvendo outro estado, e seria muito complexo ter-se a primeira experiência nessa bacia. Optou-se, portanto, por implantar um comitê de bacia num rio distrital, de modo que possa desenvolver metodologias e experiências, e quem definirá a bacia será o comitê a ser criado. A SEMATEC já está em contato com a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos para obter apoio na gestão dos recursos hídricos do DF. Após o relato da Senhora Leda Famer, o Senhor Presidente informou que o seminário faz parte da estratégia da SEMATEC em operacionalizar a gestão dos recursos hídricos, e que, na audiência que teve com o Senhor Governador Cristovam Buarque, abordou a questão da criação do Instituto de Recursos Hídricos do DF, uma forma encontrada de operacionalizar e dar substância a lei nº 512; teve como resposta a promessa de alocar recursos financeiros para o Instituto a ser criado, apesar das dificuldades financeiras do Distrito Federal. **1.3) Posto Parque Colorado** - O Senhor Presidente deu o informe de que os proprietários que estavam construindo o Posto Parque, localizado ao lado do Posto Colorado - no trevo de Sobradinho, tinham a licença ambiental emitida pelo IEMA, contudo eles exorbitaram das recomendações dessa licença, degradando o meio ambiente, soterrando uma nascente e ao movimentarem enorme quantidade de terra, causaram o deslizamento de rochas e terras, com perigo para a comunidade vizinha ao local. Várias entidades ambientalistas e associação de moradores cobraram uma atitude da SEMATEC, que após analisar o assunto, orientou ao IEMA cassar a licença ambiental. Foram oferecidas aos proprietários outras alternativas de construção com a permuta dos lotes, cuja negociação envolveu a SEMATEC, TERRACAP - Companhia Imobiliária de Brasília, IPDF - Instituto de Pesquisa do Distrito Federal e Administração Regional do Lago Norte, e teve a aprovação do Senhor Governador Cristovam Buarque; contudo, essa negociação não chegou a um entendimento. As entidades ambientalistas sugeriram que a nova destinação da área em questão fosse a de um parque, que foi acatado por um Projeto de Lei na Câmara Legislativa elaborado pelo Deputado Wasny de Roure, denominado Parque Ecológico do Mirante, colocando em rediscussão a destinação daqueles lotes. A posição final da SEMATEC foi a de orientar ao IEMA no sentido de cassar a licença ambiental do Posto Parque. **1.4) PDOT** - Plano Diretor de Ordenamento Territorial - O Senhor Presidente informou que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial está em discussão na Câmara Legislativa e a SEMATEC criou um grupo de trabalho, onde várias sugestões estão sendo oferecidas ao IPDF. O prazo de emendas ao Projeto de Lei do PDOT vai até o dia 06 de setembro, e as emendas apresentadas pela SEMATEC tiveram um envolvimento direto do Secretário da SEMATEC negociando com o IPDF. Numa dessas reuniões decidiu-se que se fará a revisão do PDOT tão logo esteja concluído o ZEE, e que o ZEE será um dos instrumentos de planejamento do Distrito Federal, criando a necessidade de que esse instrumento de planejamento e todos os outros sejam compatibilizados entre eles. **1.5) Vistorias na APA do São Bartolomeu** - O Senhor Presidente informou que o Governo Democrático e Popular criou um grupo de trabalho para acelerar o processo de regularização dos condomínios nessa APA, e a SEMATEC faz parte desse grupo, tendo como prioridade a vistoria desses condomínios, de modo que se possa definir quais os condomínios que podem ser regularizados e quais os que serão desconstituídos, e assim podermos conter a expansão urbana. Foi feito todo um processo de vistoria de todos os condomínios na APA do São Bartolomeu, de modo que essas vistorias irão orientar as sugestões da SEMATEC no grupo de trabalho criado pelo governo. **1.6) Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE)** - O Senhor Presidente informou que o dado novo sobre o ZEE é o convênio que está sendo firmado entre a SEMATEC e a TERRACAP no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e com a CEB - no valor de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), de modo que ficará assegurado os recursos necessários para a abertura de licitação com as empresas que queiram auxiliar na elaboração do ZEE. A expectativa de assinatura do convênio com a TERRACAP será na semana de 10 a 14 de setembro. E numa outra negociação com a Secretaria de Fazenda, a mesma ficou de disponibilizar imediatamente os recursos para a abertura dessas licitações, de modo que a curto prazo serão feitas as licitações para o ZEE. **1.7) Água em Planaltina** - O Senhor Presidente informou que o IEMA havia concedido uma licença ambiental para a CAESB fazer a barragem do Fumal. A Promotoria de Defesa do Meio Ambiente - PRODEMA - contestou a licença, e o juiz fez uma vistoria no local constatando que os impactos da obra na Estação Ecológica eram mínimos e o alcance social e benefícios da obra eram enormes, de modo que considerou a licença concedida como adequada, e assim as obras puderam continuar. Na semana de 27 de agosto a 01 de setembro foram feitos os primeiros testes da barragem do Fumal, de modo que a população de Planaltina pode ter água na seca. A inauguração da obra será feita pelo Senhor Governador Cristovam Buarque no próximo dia 08 de setembro. Continuando os informes, o Conselheiro Gustavo Souto Maior Salgado fez uma colocação e uma indagação. A colocação foi no sentido de que o seminário das águas do DF foi muito mal divulgado e a entidade que ele representa, a AFAM - Associação dos Amigos da Água Mineral, tem a sua área de atuação justamente no local onde se retira quase 60 % (sessenta por cento) da água que é utilizada no abastecimento de Brasília - Barragem de Santa Maria, que fica dentro do Parque Nacional, e só nessa reunião do conselho tomou conhecimento do seminário; essa é a 2ª (segunda) vez que a AFAM não é comunicada de seminários realizados pela SEMATEC, porque a 1ª (primeira) vez foi o seminário que ocorreu em dezembro sobre a Reserva da Biosfera, onde o Parque Nacional é zona núcleo dessa reserva e portanto, a AFAM também deveria ter sido convidada a participar do seminário. A indagação foi no sentido do que está sendo feito para recuperar a área degradada do Posto Parque, em que pese ter sido cassada a licença ambiental. Em resposta ao Conselheiro Gustavo Souto Maior Salgado, a Senhora Leda Famer, Diretora de Política Ambiental, informou que por problemas financeiros o folder do seminário das águas só ficou pronto na semana anterior a realização do evento, mas que o Correio Braziliense divulgou diariamente nas 2 (duas) semanas anteriores ao seminário. Foi mandado convite pessoal para todas as Organizações Não Governamentais e também contactado por telefone; talvez a AFAM esteja com o endereço errado no Departamento de Política Ambiental, o qual solicitou-se que fossem checados os dados de endereçamento. Foi pedido desculpas ao conselheiro Gustavo Souto Maior Salgado, ficando acertado que nos próximos eventos ele será contactado pessoalmente pela Diretora Leda Famer. Continuando as respostas ao Conselheiro Gustavo Souto Maior Salgado, o Diretor Geral do IEMA, Flávio Montiel, informou que tanto o IEMA quanto a PRODEMA solicitaram aos empreendedores do Posto Parque, no prazo de 20 (vinte) dias, que fosse apresentado um plano emergencial de recuperação da área. A PRODEMA entrou também com uma Ação Civil Pública contra os empreendedores. **2 - PAUTA: 2.1 - Processo 191.000.587/94** - O presente processo foi relatado pelo conselheiro Oscar de Aguiar Rosa Filho. Antes de passar a discussão e votação do relatório o Senhor Presidente informou que o interessado desse processo é o Senhor Gladson da Rocha Pimentel, pai do Diretor Geral do IEMA - Flávio Montiel, e por isso teve-se um cuidado todo especial com ele, no sentido do rigor da análise dentro dos parâmetros da moralidade e legalidade da decisão, tendo inclusive o Flávio Montiel solicitado, as folhas 260 do processo, que outra pessoa fosse o responsável pela emissão da licença ambiental, caso o CONAMA aprovasse. Após leitura e discussão do relatório, foi aprovado por unanimidade o relatório do conselheiro-relator, tendo sido o seu voto acompanhado pelos demais conselheiros. Ou seja, foi aprovado a emissão da licença ambiental desde que haja o pronunciamento do IBAMA. **2.2 - Processo 191.001.322/94** - O presente processo foi relatado pelo conselheiro Antônio Carlos de Mattos Miranda. Após leitura e discussão do relatório, foi aprovado por unanimidade o relatório do conselheiro relator, tendo sido o seu voto acompanhado pelos demais conselheiros. Ou seja, foi aprovado a manutenção da decisão adotada pelo Secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia. **2.3 - Processo 191.001.323/94** - O presente processo foi relatado pelo conselheiro Antônio Carlos de Mattos Miranda. Após leitura e discussão do relatório do conselheiro relator, tendo sido o seu voto acompanhado pelos demais conselheiros. Ou seja, foi aprovado a manutenção da decisão adotada pelo Secretário do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia. **2.4 - Processo 191.000.598/95** - O presente processo foi relatado pelo conselheiro Antônio Carlos de Mattos Miranda. Após leitura e discussão do relatório, foi aprovado por unanimidade o relatório do conselheiro relator, tendo sido o seu voto acompanhado pelos demais conselheiros. Ou seja, foi aprovado a negação do recurso mantendo-se a decisão já tomada anteriormente. **2.5 - Processo 191.000.006/95** - O presente processo foi relatado pelo conselheiro Antônio Carlos de Mattos Miranda. Após leitura e discussão do relatório, foi aprovado por unanimidade o relatório do conselheiro relator, tendo sido o seu voto acompanhado pelos demais conselheiros. Ou seja, foi aprovado a negação do recurso mantendo-se a decisão já tomada anteriormente. **2.6 - Processo 191.000.010/95** - O presente processo foi relatado pelo Conselheiro Antônio Carlos de Mattos Miranda. Após leitura e discussão do relatório, foi aprovado por unanimidade o relatório do conselheiro relator, tendo sido o seu voto acompanhado pelos demais conselheiros. Ou seja, foi aprovado a negação do recurso mantendo-se a decisão já tomada anteriormente. **2.7 - Processo 191.000.007/95** - O presente processo foi relatado pelo Conselheiro Antônio Carlos de Mattos Miranda. Após leitura e discussão do relatório, foi aprovado por unanimidade o relatório do conselheiro relator, tendo sido o seu voto acompanhado pelos demais conselheiros. Ou seja, foi aprovado a negação do recurso mantendo-se a decisão já tomada anteriormente. **2.8 - Processo 191.000.552/95, 191.000.008/95, 191.000.162/95, 191.001.163/95, 191.001.550/95, 191.001.551/95 e 191.000.553/95** - Os presentes processos foram relatados pelo conselheiro Antônio Carlos de Mattos Miranda. Após leitura e discussão do relatório, foi aprovado o relatório do conselheiro relator, tendo sido o seu voto acompanhado pelos demais conselheiros, com exceção do conselheiro Luiz Amore que se absteve. Ou seja, foi aprovado a manutenção da penalidade imposta à empresa. **2.9 - Processo 191.000.597/95, 191.001.100/94, 191.001.165/94, 191.001.166/94 e 191.001.347/94** - Os presentes processos foram relatados pelo conselheiro Antônio Carlos de Mattos Miranda. Após leitura e discussão do relatório, foi aprovado por unanimidade o relatório do conselheiro relator, tendo sido o seu voto acompanhado pelos demais conselheiro. Ou seja, foi aprovado a manutenção da penalidade imposta à empresa. **2.10 - Processo 191.000.886/94, 191.000.942/95 e 191.000.944/94** - Os presentes processos foram relatados pelo conselheiro Antônio Carlos de Mattos Miranda. Após leitura e discussão do relatório, foi aprovado por unanimidade o relatório do conselheiro relator, tendo sido o seu voto acompanhado pelos demais conselheiros. Ou seja, foi aprovado a manutenção das penalidades impostas à empresa. **2.11 - Processo 191.000.151/95** - O presente processo foi relatado pelo conselheiro Antônio Carlos de Mattos Miranda. Após leitura e discussão do relatório, foi aprovado por unanimidade o relatório do conselheiro relator, tendo sido o seu voto acompanhado pelos demais conselheiros. Ou seja, foi aprovado a manutenção das penalidades impostas à empresa. **3 - ASSUNTOS GERAIS:** Finalizando esta reunião do CONAM, o Senhor presidente encaminhou a formação de uma comissão objetivando propor a reformulação do conselho, ficando formada pela Senhora Leda Famer, Diretora de Política Ambiental, o Senhor Rosalvo de Oliveira Júnior, Secretário Executivo do Conselho do Meio Ambiente, o conselheiro Jânio Rodrigues dos Santos,o conselheiro Luís Amore e o conselheiro Tarcísio Marciano da Rocha Filho. Outra comissão foi criada para tratar da questão da poluição do ar, ficando formada pelo conselheiro Edson Chaves da Silva, da Procuradoria Geral do DF e a conselheira Luizalice Bárbaro Guimarães Labarrére, Diretora Técnica do IEMA. Após, o Conselheiro José Gomes Garcia colocou a questão da poluição do Rio Alagado com a implantação do Residencial da Aeronáutica, a sugestão de que quando da criação de parques fosse anteriormente discutido nas COMDEMAS e que as COMDEMAS não estão sendo priorizadas pelos seus membros; esses assuntos ficaram para serem discutidos pelo Departamento de Política Ambiental, que apresentará uma proposta. Em seguida, foi sugerido que as multas ambientais tivessem o mesmo tratamento das multas do DETRAN - Departamento de Trânsito, ou seja, primeiro paga-se as multas e depois elas são contestadas ou revalidadas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, comunicando que a próxima reunião ordinária do Conselho será no dia 17 de setembro, lavrando eu, Rosalvo de Oliveira Júnior, a presente ata, que lida e aprovada, vai assinada por todos os presentes na reunião de cinco de setembro de hum mil novecentos e noventa e seis, com exceção da conselheira suplente Luizalice Bárbaro Guimarães Labarrére. **Presidente:** FRANCISCO DANTAS. **Conselheiros:** ANTÔNIO AUGUSTO HUEBER REBELLO, ANTÔNIO CARLOS DE MATTOS MIRANDA, DUÍLIO RIBEIRO TUNES, EDSON CHAVES DA SILVA, GUSTAVO SOUTO MAIOR SALGADO, JÂNIO RODRIGUES DOS SANTOS, JOÃO HERCULINO DE SOUZA LOPES, JOSÉ GOMES GARCIA, LUIZ AMORE, OSCAR DE AGUIAR ROSA FILHO, VERA LESSA CATALÃO.

ROSALVO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Secretário Executivo

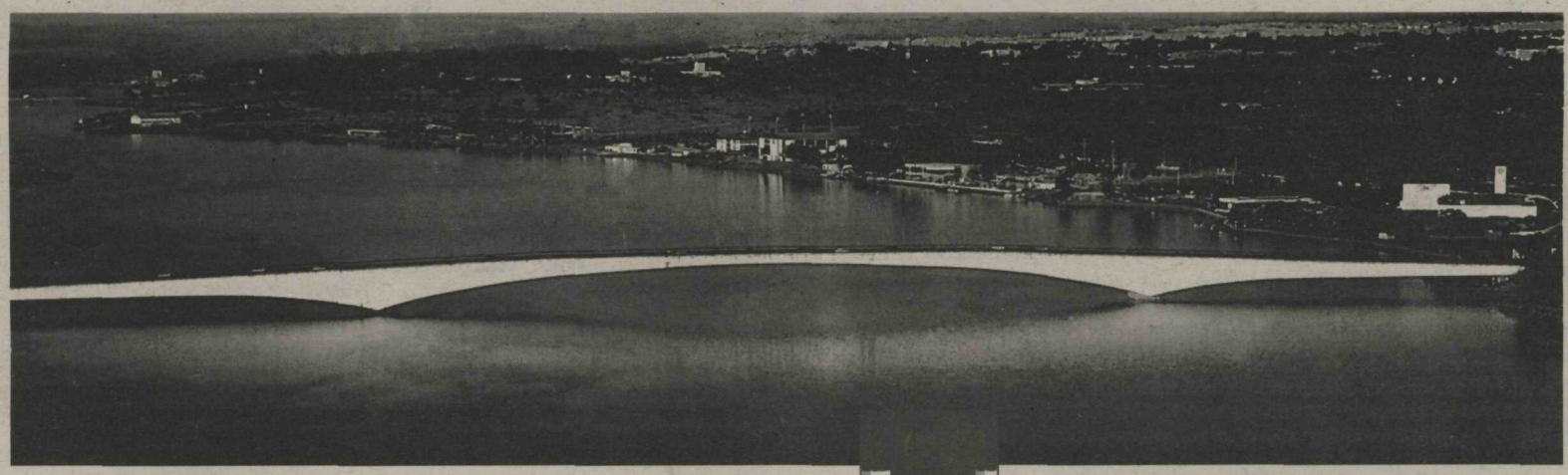
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

MINUTA ESCRITURA DE RERRATIFICAÇÃO DE OUTRA PÚBLICA DE CESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMÍNIO E POSSE DE IMÓVEIS A TÍTULO GRATUITO, QUE A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP FAZ AO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO:
PROCESSO Nº 030.019.623/68

Saibam, quantos esta Escritura de Re-ratificação de outra Pública de Cessão de Transferência de Domínio e Posse de Imóveis a Título Gratuito,virem que aos 04(quatro) dias do mês de outubro do ano de hum mil, novecentos e noventa e seis (1996), nesta Cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, na Seção de Registro de Contratos e Convênios da Divisão de Assuntos Administrativos da 1ª Subprocuradoria da Procuradoria Geral do Distrito Federal, perante mim, CÉLIA REGINA ASSIS DA SILVA, Chefe da Seção, compareceram partes entre si, justas e contratadas, a saber: de um lado, como OUTORGANTE, a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, empresa pública , com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, Edifício NOVACAP, nesta Capital,

CGC/MF nº 00.037.457/0001-70, neste ato representada por sua sucessora e mandatária na forma do artigo 2º da lei nº 5.861, de 12.12.72 e do mandato inserido na Ata de sua Constituição, COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, empresa pública, com sede no Setor de Áreas isoladas Norte , bloco "F, Edifício TERRACAP, nesta Capital, registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 5350000034-8, CGC/MF nº 00.359.877/0001-73, devidamente autorizada pelas Decisões da Diretoria e Conselho de Administração, e suas 1.604a e 1.348a. Sessões, realizadas em 26.08.94 e 01.09.94, respectivamente , referendadas pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 24.02.95 e *tudo mais constante do Processo Administrativo nº 030.000.638/87-2/GDF, neste ato* representada por seu Presidente e Diretor Comercial, respectivamente, JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS, arquiteto, e RICARDO FERREIRA DA MOTTA, engenheiro eletricista ambos brasileiros, casados, portadores das Carteiras de Identidade nº 3.433-CRA/DF e 86.623-DFSP/DF e dos CIC nºs 143.858.991-34 e 003.894.121-04, residentes e domiciliados nesta Capital, o primeiro à SQN-309, Bloco "G", Apto. 402 e o segundo à SHIS, QI-07, Conjunto 10, casa 06, assistidos pela Chefe da Divisão Jurídica, LENY PEREIRA DA SILVA, brasileira, advogada, solteira, portadora da Carteira de Identidade 5.537-OAB/DF e do CIC 143.973.071-72, residente e domiciliado nesta Capital à SRES, Quadra 06, Conjunto "D", Casa 08, que examinou todos os dados e elementos da presente escritura sob os aspectos da forma e do conteúdo jurídico, conferindo-os e os considerou corretos, e de outro lado como OUTORGADO, DISTRITO FEDERAL, neste ato representado pelo(a) sua Diretor(a) do Departamento Geral de Patrimônio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, MARIA CLARA RODRIGUES DIAS, brasileira, solteira, administradora, carteira de identidade nº 261.384-SSP/DF, CIC nº 323.317.546-91, residente e domiciliada nesta Capital, à SQS-109, Bloco "E", Apto. 403, conforme delegação de competência do Exmo. Senhor Governador expressamente exarada no Processo nº 505.413/79, sendo as presentes pessoas minhas conhecidas, e das testemunhas adiante nomeadas e assinadas. E, perante as ditas testemunhas, pela OUTORGANTE me foi dito: I) - Que por Escritura Pública de Cessão de Transferência de Domínio e Posse de Imóveis a Título Gratuito, cedeu ao DISTRITO FEDERAL, os lotes 1030,1040,1050 e 1060, da quadra 04, do Setor de Indústria e Abastecimento - SIA, nesta Capital, devidamente caracterizados no instrumento ora retificado; II) - Que de comum e expresso acordo, resolvem OUTORGANTE E OUTORGADO, retificar a escritura mencionada na cláusula primeira deste instrumento, na parte que se refere ao corpo da escritura, que constatou erradamente naquele instrumento como sendo: Escritura Pública de Cessão de Transferência de Domínio e Posse de Imoveis a Título Gratuito, quando na realidade e para constar corretamente é Escritura de Doação. Ficam ratificados e inalterados os demais termos e condições do instrumento ora retificado. Lavrou-se esta no Livro de Registro de Escritura depois de lida e achada conforme, vai assinada pelas partes contratantes e testemunhas. Pela OUTORGANTE: (as) JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS, RICARDO FERREIRA DA MOTTA e LENY PEREIRA DA SILVA, na qualidade de Presidente, Diretor Comercial e Chefe da Divisão Jurídica, respectivamente. Pelo OUTORGADO: (as) MARIA CLARA RODRIGUES DIAS, na qualidade de Diretora. TESTEMUNHAS: (as) ERISMÁRCIA LUIZ LOURENÇO e CLEIDE OROSOLINA BISPO BATISTA, a tudo presentes, do que dou fé,. e por mim, CÉLIA REGINA ASSIS DA SILVA, Chefe do Serviço de Registro de Contratos e Convênios, que subscrevo em público e raso. Brasília-DF, 27 de novembro de 1996. Of. nº 133/96.

NÓS PRESERVAMOS O MAIOR PATRIMÔNIO DE BRASÍLIA: A QUALIDADE DE VIDA.



Uma cidade que sintetiza na sua concepção os valores maiores da humanidade tem que preservar também este valor essencial: a vida, em todas as suas formas.

A Caesb, cuidando da proteção dos mananciais e da qualidade da água em rios e lagos, trabalha diariamente para isso.

ÁGUA PARA TODOS caesb

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar



PEGOU NO COPO?
ENTÃO NÃO PEGUE NO VOLANTE.

GDF

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Despacho nº 649/96 - DGA (AA)

Processo nº 7903/96
Assunto: realização de despesa com dispensa de licitação - confecção da Revista do Tribunal de Contas do Distrito Federal nº 20.

Com base nas informações prestadas pelo Departamento Administrativo (fl.11) e nos termos dos itens I e II da Portaria-TCDF nº 001, de 02 de janeiro de 1996, AUTORIZO, em conjunto com a Senhora Chefe de Gabinete da Presidência, a realização da despesa com dispensa de licitação, nos termos do inciso XVI, artigo 24 da Lei 8.666/93.

RATIFICO nos termos do artigo 26 do mesmo diploma legal a inexigibilidade de licitação.

DETERMINO a emissão de nota de empenho no valor estimado de R$2.336,00 (dois mil, trezentos e trinta e seis reais), em favor da IMPRENSA NACIONAL.

Publique-se e encaminhe-se ao Departamento Administrativo para as devidas providências.

Brasília-DF, 27 de novembro de 1996

MAURO MENDES DE LIMA
Diretor-Geral de Administração

MARIA LUÍZA DE MESQUITA VIANA
Chefe de Gabinete da Presidência

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214

Aos 21 dias do mês de novembro de 1996, às 10 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA e MAURÍLIO SILVA, os Auditores OSVALDO RODRIGUES e JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, o Presidente, Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, declarou aberta a sessão.

EXPEDIENTE

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3213 e Extraordinária Reservada nº 018, ambas de 19.11.96.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO No. 3827/88 (anexos os de nºs 3683/89, 1942/90 e 0428/92) -- Revisões dos proventos da aposentadoria de IZA GALVÃO RIBEIRO DE MELO-SEA. -- DECISÃO No. 10.286/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar legais os atos revisórios (fls 101, 113 e 125), com as retificações de fls. 142); b) determinar à SEA/DF a correção do abono provisório de fl. 151, para que ali constem parcelas calculadas com base na tabela do mês de fevereiro/90.

PROCESSO No. 1691/92 -- Termo de Doação firmado entre a Fundação Oscar Niemeyer e o Distrito Federal, mediante o qual a primeira parte doa à segunda, sem quaisquer ônus ou encargos, as benfeitorias edificadas na Área "K", Setor PTP, Praça dos Três Poderes, destinadas ao Espaço Lúcio Costa, assim como os bens móveis descritos no parágrafo único da cláusula segunda do mencionado termo.-- DECISÃO No. 10.287/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos OI's nºs 388 e 018/96-GAB/SCE (fls. 76 e 78), considerando parcialmente cumprida a diligência ordenada na Decisão nº 14.866/95, reiterada pelas de nºs 1.555/96 e 7.154/96; II - reiterar à SCE, para cumprimento em 20 (vinte) dias, o item "b" da Decisão nº 14.866/95, no sentido de que seja informada a Corte sobre a incorporação ao patrimônio do Distrito Federal dos bens recebidos em doação, matéria tratada no Processo nº 150.000231/94, a ela devolvido em 01.04.96, para esse exato fim.

PROCESSO No. 6979/94 -- NE nº 243/94 e outras, da Secretaria de Administração do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.288/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 31 a 35; b) considerar cumprida a diligência determinada através da Decisão nº 5.902/95; c) autorizar o retorno dos autos à 1a. ICE, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 3563/95 (apenso o de nº 054.000860/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento e adulteração de bens de sua propriedade. -- DECISÃO No. 10.289/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator,

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

decidiu: a) tomar conhecimento da TCE de que cuida o Processo nº 054.000860/95, comunicada à Corte pelo Ofício nº 316/CPTCE, de 17.07.95; b) relevar os atrasos apontados na instrução; c) nos termos do inciso I, artigo 157, do RI/TCDF, considerar suprida a tomada de contas especial em apreço, tendo em conta a reposição do bem extraviado, promovida pelos CB QPPMC João de Deus Barros, matrícula nº 9.347-5; SD QPPMC Francisco Glaydson Magalhães Julião, matrícula nº 10.931-2; SD QPPMC Raimundo Oliveira Gomes, matrícula nº 10.863-4, e SD QPPMC Ailton Pereira de Sousa, matrícula nº 12.034-0, responsabilizados nos autos; d) julgar regulares as contas e considerar os militares elencados na alínea anterior quites com o erário distrital, neste caso; e) autorizar o encaminhamento dos autos à 1ª ICE, para arquivamento, e o retorno do apenso à origem.

PROCESSO No. 4714/95 -- Aposentadoria de MARIA DO ESPÍRITO SANTO MARQUES COSTA-FEDF. -- DECISÃO No. 10.290/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) retifique o ato de aposentadoria para nele inserir o fundamento dos incentivos funcionais incorporados aos proventos; b) elabore novo abono provisório, na forma da DN nº 02/93-TCDF, incluindo-se, separadamente, as parcelas da gratificação de titularidade e do vencimento básico do Padrão 25D e, ainda, fazendo incidir o percentual da gratificação de atividade-inativo apenas sobre o vencimento do aludido padrão; c) verifique se a interessada faz jus à incorporação das parcelas alusivas à regência de classe e à gratificação de alfabetização (que constam de seu demonstrativo de pagamento) e, se for o caso, incluí-las nos proventos, justificando o ato, à luz da legislação vigente; d) torne sem efeito o abono provisório de fl. 21.

PROCESSO No. 5318/95 (apenso o de nº 101.000413/93) -- Prestação de contas de subvenção social concedida pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal à Casa da Criança Ana Maria Ribeiro - CRIAMAR. -- DECISÃO No. 10.291/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento da prestação de contas em apreço; b) julgar as contas regulares, com fulcro no disposto no inciso I, do art. 167, do RI/TCDF; c) determinar o arquivamento dos autos; d) autorizar a devolução do apenso à FSS/DF.

PROCESSO No. 6243/95 -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.292/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 6244/95 -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem de sua propriedade. -- DECISÃO No. 10.293/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 6420/95 -- Aposentadoria de MARIA LUÍZA DE MESQUITA VIANA-TCDF. -- DECISÃO No. 10.294/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria. Na oportunidade, o Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, acompanhado pelos demais membros do Plenário, registrou reconhecimento ao operoso e produtivo serviço prestado ao Tribunal pela servidora MARIA LUÍZA DE MESQUITA VIANA, em inúmeros cargos em comissão, sobressaindo-se, dentre eles, o da Chefia de Gabinete da Presidência.

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

PROCESSO No. 2858/96 -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.295/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2859/96 -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade. -- DECISÃO No. 10.296/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3766/96 (apenso o de nº 054.000515/96) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.297/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4348/96 (apenso o de nº 054.000640/96) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.298/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4981/96 -- Representação nº 01/96, da Conselheira MARLI VINHADELI, a respeito da evolução da redação do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93. -- DECISÃO No. 10.299/96.- O Tribunal, acolhendo o voto do Relator, com as alterações apresentadas pela Revisora, Conselheira MARLI VINHADELI, decidiu: I) de conformidade com a redação do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, dada pela Medida Provisória nº 1.500, firmar entendimento no sentido de que: a) os contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, em virtude da nova redação do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93, introduzida pela Medida Provisória nº 1.500, de 07 de junho de 1996, admitem que seu prazo de vigência seja prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 meses, desde que comprovada, nos autos, a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, em tais dilações; b) a acepção legal da expressão "iguais e sucessivos períodos", prevista no texto da Medida Provisória nº 1.500, de 07.06.96 (in DOU de 10.06.96), deve ser interpretada como períodos de duração contratual, em conformidade com a redação do **caput** do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e, enquanto exceção legal, com o disposto no parágrafo 1º do art. 165 da Constituição da República Federativa do Brasil, observados os requisitos exigidos pelos arts. 7º, parágrafo 2º, inciso III - nos procedimentos licitatórios - e 55, inciso V - nos instrumentos contratuais -, ambos da Lei nº 8.666/93; c) a prorrogação prevista no art. 57, parágrafo 4º, do diploma supramencionado, inserida pela MP nº 1.081/95 e mantida pela MP nº 1.500/96, quando efetivada, seja de forma cautelosa, observando o caráter excepcional que enseja a dilação; d) por força do art. 121 da Lei nº 8.666/93, poderão ser prorrogados os contratos de prestação de serviços contínuos vigentes quando da publicação da MP nº 1.500/96, desde que preenchidos os requisitos nela exigidos, inclusive o de previsão no ato convocatório; e) as prorrogações dos contratos previstos no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 serão instruídas e julgadas com base na MP nº 1.500, de 07.06.96, tendo em vista que a atual redação conferida ao citado dispositivo legal veio explicitar e, em conseqüência, convalidar as prorrogações constantes das Medidas Provisórias anteriores, nas condições exigidas na letra "d"; II) dar ciência às jurisdicionadas desta decisão. Decidiu, ainda, mandar publicar, em anexo à presente ata, a Representação nº 01/96, fls. 01/04, os votos do Relator de fls. 29/37 e 46/52 e o voto da Revisora de fls. 39/44.

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

PROCESSO No. 7098/96 -- NE nº 218/96, da Região Administrativa IV - Brazlândia. -- DECISÃO No. 10.300/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) considerar, à vista dos dados constantes da nota de empenho em apreço, correta a classificação das despesas a que se referem; b) determinar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de averiguações futuras.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO No. 0912/91 - Atas de órgãos colegiados da Fundação Educacional do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.301/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento

dos documentos acostados às fls. 233/257 e do Ofício nº 391/96-PG, de 20/8/96, assinado pela Sra. Procuradora-Geral do Ministério Público junto ao TCDF; II - oficiar à douta Procuradoria Geral do Distrito Federal, solicitando: a) urgência no andamento e desfecho do Processo nº 082.011.799/87, a fim de evitar o agravamento de prejuízo aos cofres públicos com o pagamento de remuneração a servidores, de modo incompatível com os seus direitos; b) encaminhamento de cópia a este Tribunal do parecer conclusivo a ser lavrado no referido processo, tão logo isto venha a ocorrer; III - determinar o encaminhamento do processo ao Ministério Público junto ao Tribunal, face ao interesse demonstrado via ofício citado, e, querendo, emitir seu valioso parecer.

PROCESSO No. 6764/91 -- Convênio nº 01/91, celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal e o Banco de Brasília S.A. -- DECISÃO No. 10.302/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar satisfatoriamente cumprido o item III da Decisão nº 15.097/95, S.O. nº 3130, de 5/12/95; II - assinar prazo de 30 (trinta) dias ao Departamento de Trânsito do DF-DETRAN/DF, para que informe: a) as providências adotadas com relação à alocação de pessoal a que se refere a Cláusula Terceira do Convênio nº 004/92, firmado com a CODEPLAN, por sessenta meses, em 2/4/92, em face da determinação governamental contida no Decreto nº 17.288, de 16/4/96; b) as medidas em andamento para admitir, no quadro de pessoal do DETRAN/DF, mediante concurso público, pessoal capacitado nas especialidades cuja carência gerou a necessidade do referido convênio; III - determinar à 2ª ICE que, concluída a instrução do processo, encaminhe os autos à 4ª ICE para pronunciamento da sua divisão especializada em admissões de pessoal, levando em conta as informações disponíveis com relação aos concursos de interesse do DETRAN/DF.

PROCESSO No. 4444/93 -- Contrato nº 004/93, celebrado entre a Fundação Cultural do Distrito Federal e a Empresa Coma Bem Alimentação Ltda. -- DECISÃO No. 10.303/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do O.I. nº 189/95-PRES-FCDF, fl. 81, e das razões de defesa anexadas, fls. 82/84; II - considerar procedentes as justificativas apresentadas pelo Sr. GEDEAN CAMPELO NUNES e insubsistente a impugnação que lhe foi imposta pela Decisão nº 12.346/95, S.O. nº 3.119, de 17/10/95; III - autorizar o arquivamento do processo, proposto no item 5.c da instrução, fl. 88.

PROCESSO No. 1802/94 -- Convênio nº 051/93, celebrado entre a Secretaria de Turismo do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. -- DECISÃO No. 10.304/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) dos resultados obtidos nos trabalhos de auditoria programada realizados pela 3ª ICE; b) do 3º termo aditivo ao Convênio nº 51/93 (fls. 50/51), celebrado entre o DF, por meio da Secretaria de Turismo do DF, e a NOVACAP, para execução de obras de reforma e recuperação da Torre de Televisão de Brasília; c) dos documentos de fls. 55/83; II - relevar a publicação intempestiva do 3º termo aditivo; III - recomendar à SETUR: a) estrita observância dos prazos para publicação de convênios, estabelecidos nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira e no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93; b) não celebrar contrato verbal para execução de obras, visto o disposto no parágrafo único do art. 60 da Lei nº 8.666/93; IV - determinar à: a) SETUR que inste os

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

então dirigentes daquela Secretaria (no período de 1º/11 a 31/12/94) para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentarem defesa ou as suas razões quanto à autorização verbal para execução dos serviços suplementares na Torre de Televisão, os quais foram suprimidos do objeto da TP nº 33/94-SECAL, a fim de que se pudesse celebrar o Contrato nº 564/94; b) NOVACAP que, no prazo de 30 (trinta) dias, providencie os termos de recebimento provisório e definitivo da obra objeto do Contrato nº 564/94 e dos serviços extracontratuais, como preceitua o art. 73 da Lei nº 8.666/93; V - retornar os autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4121/94 -- Renúncia à aposentadoria de CÉLIA MARIA DE OLIVEIRA-SEDF. -- DECISÃO No. 10.305/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, tomou conhecimento da homologação da renúncia versada nos autos.

PROCESSO No. 6379/94 (apenso o de nº 030.006737/94) -- Tomada de contas anual do agente de material da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993. -- DECISÃO No. 10.306/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 14 a 16 dos autos e de fls. 31 a 41 do apenso; II - considerar cumprida a diligência contida no item I da Decisão nº 11.351/95, relevando o atraso ocorrido; III - manter sobrestado o julgamento das contas anuais em apreço, até decisão definitiva sobre o Processo nº 1687/94; IV - autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 3817/95 -- Contrato nº 009/95, celebrado entre o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal e a empresa Indústria Vilares S.A. -- DECISÃO No. 10.307/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do contrato em apreço e de seu termo aditivo, assinado pelo IDHAB para prestação de serviços de manutenção e assistência técnica em elevadores; II - assinar prazo de 30 (trinta) dias ao Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal -IDHAB/DF para que adote providências saneadoras ou apresente justificativas com relação ao Contrato IDHAB-DF/GP/AJ/nº 009/95, tendo em vista as observações seguintes: a) falta da menção do ato que autorizou a lavratura do contrato, conforme artigo 61, da Lei nº 8.666, de 21/6/93; b) ausência da cláusula necessária, inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93; c) previsão de prorrogação, em desacordo com o OF.GP. nº 009/94-Circular, expedido por este Tribunal, em 22/12/94, às suas jurisdicionadas; d) lavratura do termo aditivo de 4/3/96 fora do prazo contratual; e) transferência dos direitos e deveres da contratada; III - determinar o encaminhamento do processo diretamente ao Ministério Público junto ao Tribunal, tão logo concluída a instrução decorrente do cumprimento da diligência retromencionada.

PROCESSO No. 4293/95 (apensos os de nºs 040.004859 e 040.001741/95) -- Tomada de contas anual do ordenador de despesa da Região Administrativa XVI - Lago Sul, relativa ao exercício de 1994. -- DECISÃO No. 10.308/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas anual, bem como dos documentos acostados às fls. 3/36 dos autos; II - determinar à Região Administrativa do Lago Sul - RA-XVI que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente circunstanciados esclarecimentos para a não execução, em níveis satisfatórios, do Programa de Trabalho 10.058.0323.1021.0003 - Execução de Obras de Urbanização, quando, desde julho de 1994, havia créditos orçamentários e recursos financeiros disponíveis para essa utilização; III - autorizar o encaminhamento do Processo apenso nº 040.004.859/95 àquela Regional para cumprimento da diligência referida no item anterior; IV - determinar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes, inclusive confirmação da existência de processo em curso no Tribunal a respeito do subitem 2.1 do relatório de auditoria, fls. 56 do Processo nº 040.004859/95, apenso.

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

PROCESSO No. 4513/95 -- Contrato nº 515/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a empresa Engrenagem Construção e Urbanização Ltda. -- DECISÃO No. 10.309/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos resultados obtidos nos trabalhos de auditoria concernentes à 2ª etapa de fiscalização e controle do ajuste e dos documentos acostados às fls. 171/182; II - determinar à NOVACAP que, no prazo de 60 (sessenta) dias, formalize o termo de recebimento definitivo da obra objeto do Contrato nº 515/95, caso não haja pendência técnica ou de pagamento, deixando a cargo da contratada a obtenção da "carta de habite-se"; III - recomendar à NOVACAP que, doravante, após o decurso do prazo de observação ou vistoria e comprovada a execução do objeto conforme avençado, providencie o respectivo recebimento definitivo no período estabelecido no parágrafo 3º, do artigo 73, da Lei nº 8.666/93, alertando-a para a sanção prevista no inciso II, do artigo 57, da Lei Complementar nº 1/94; IV - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE, para continuidade do trabalho fiscalizatório tratado no processo.

PROCESSO No. 4519/95 (anexo volume I) -- Contrato nº 505/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Carneiro & Antônio Ltda. -- DECISÃO No. 10.310/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do O.I. nº 876/96-AUD/PRES - NOVACAP e documentação anexa, acostados às fls. 212/218; II - considerar atendida a diligência expressa na Decisão nº 4960/96, no tocante apenas à letra "a" do item IV; III - reiterar à NOVACAP os termos da letra "b", do item IV, da mencionada decisão, comunicada via OF.GP. nº 1404/96, alertando-a sobre a possibilidade de aplicação da multa prevista no artigo 57 da Lei Complementar nº 01/94; IV - restituir o feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4870/95 (apensos os de nºs 040.004858 e 040.003615/95) -- Tomada de contas anual do ordenador de despesa da Região Administrativa XVIII - Lago Norte, relativa ao exercício de 1994. -- DECISÃO No. 10.311/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas anual do ordenador de despesa da Região Administrativa XVIII - Lago Norte, referente ao exercício de 1994, e dos documentos acostados às fls. 03 a 27 dos autos; II - assinar prazo de 30 (trinta) dias à Secretaria de Fazenda e Planejamento para que remeta ao Tribunal, com vistas à juntada às referidas contas, os elementos seguintes: a) esclarecimentos, justificativas ou providências saneadoras com relação à observação e às ressalvas lançadas no relatório e certificado de auditoria; b) documentos comprobatórios da efetiva regularização do Inventário Patrimonial da RA-XVIII-Lago Norte no que se refere aos bens não compreendidos na carga geral, relacionados no O.I. nº 95/95-DEGEPAT/SEFP, de 12/4/95, promovendo as gestões necessárias junto às unidades cedentes e cessionárias e dando ciência ao Tribunal; c) justificativas ou acertos necessários quanto à transposição, para os meses subseqüentes, do saldo de R$ 1,47 (hum real e quarenta e sete centavos) registrado na Conta 2.1.1.1.1.02.00-INSS de servidores (CLT); d) indicação das causas que inviabilizaram a execução dos subprojetos 1012.0001 - Construção do Parque Recreativo e Desportivo Varjão do Torto e 1014.0001 - Construção de Galerias e Redes de Captação de Águas Pluviais no Varjão do Torto; III - autorizar a desapensação dos Processos 040.004.858/95 e 040.003.615/95 para cumprimento da diligência, de acordo com o item IV da instrução, fl. 39.

PROCESSO No. 5974/95 (apenso o de nº 054.001396/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.312/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da TCE de que trata o Processo nº 054.001.396/95, comunicada à Corte pelo Ofício nº 568/CPTCE, de 22/11/95 - acidente com a viatura FIAT ELBA WEEKEND NO-55.1112, tombamento nº 50.206-02; II - dar por suprida a TCE em apreço, com base no artigo 157, inciso II, do Regimento Interno, Resolução-TCDF nº 38/90, tendo em vista que a

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

recuperação do bem patrimonial em referência foi realizada às expensas do SD.QPPMC MARCOS VARELA SAMPAIO; III - autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE e do apenso à origem.

PROCESSO No. 0188/96 -- Contrato nº 529/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Conterc - Construções, Terraplenagem e Consultoria Ltda. -- DECISÃO No. 10.313/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Contrato nº 529/95-NOVACAP e dos seus respectivos termos de aditamento "A", "B", "C" e "D", acostados às fls. 2/27; II - determinar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações; III - restituir o feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 0189/96 -- Contrato nº 519/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Transterra de Brasília Ltda. -- DECISÃO No. 10.314/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos termos de aditamento "B", "C" e "D" ao Contrato nº 519/95, acostados às fls. 31/42; II - autorizar a 3ª ICE a incluir os autos em roteiro de inspeção junto à NOVACAP para verificação dos motivos das sucessivas prorrogações de prazo, concedidas à Transterra de Brasília Ltda., para execução dos serviços objeto do Contrato nº 519/95; III - restituir o feito à 3ª ICE para cumprimento desta decisão.

PROCESSO No. 0192/96 -- Contrato nº 521/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma TORC - Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda. -- DECISÃO No. 10.315/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos termos de aditamento "B", "C", "D" e "E" ao Contrato nº 521/95-NOVACAP, acostados às fls. 30/45; II - autorizar a 3ª ICE a incluir os autos em roteiro de inspeção junto à NOVACAP para verificação dos motivos das sucessivas prorrogações de prazo concedidas à TORC - Terraplenagem, Obras Rodoviárias e Construções Ltda., com vistas à execução dos serviços objeto do Contrato nº 521/95; III - restituir o feito àquela unidade para cumprimento dessa decisão.

PROCESSO No. 0197/96 - Contrato nº 533/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma B.M. Silva Construções Ltda. -- DECISÃO No. 10.316/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos termos de aditamentos "B", "C" e "D" ao Contrato nº 533/95-NOVACAP, acostados às fls. 31/42; II - relevar o atraso verificado na publicação e no encaminhamento do termo aditivo "B"; III - autorizar a 3ª ICE a incluir os autos em roteiro de inspeção junto à NOVACAP, para verificação dos motivos das sucessivas prorrogações de prazo concedidas à B.M. Silva Construções Ltda., para execução dos serviços objeto do Contrato nº 533/95; IV - restituir o feito à 3ª ICE para cumprimento dessa decisão.

PROCESSO No. 1591/96 (apenso o de nº 054.000108/96) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.317/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da tomada de contas instaurada para apurar responsabilidade por dano em viatura acidentada, conforme o Ofício 073/CPTCE, de 31/1/96, do Comandante-Geral da Polícia Militar do DF; II - dar por suprida a TCE em apreço, com base no artigo 157, inciso II, do RI/TCDF, em vista da recuperação da viatura VW GOL NO-55.913, tombamento nº 27.179-36, às expensas do SD QPPMC WARLLEY DO CARMO ROCHA, considerando-o quite com o Erário distrital, em relação ao valor para tanto despendido; III - autorizar a devolução do Processo PMDF nº 054.000.108/96 à origem para efeito de liberação da responsabilidade e permanência, pelo prazo de cinco anos, à disposição dos órgãos de controle.

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

PROCESSO No. 1952/96 -- NE nº 819/95 e outras, da Região Administrativa IX - Ceilândia. -- DECISÃO No. 10.318/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) das Notas de Empenho nºs. 819/95, 73 e 117/96, considerando correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem, fls. 2/4; b) dos resultados obtidos nesta etapa de fiscalização e controle; c) dos documentos juntados às fls. 62/92; II - recomendar à RA IX - Ceilândia, que a) nos editais ou convites que vier a elaborar, faça constar item prevendo: a.1) a possibilidade de participação de interessados não cadastrados que atendam às condições exigidas para tal, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas - no caso de tomada de preços -, e de licitantes cadastrados e não convidados que manifestem interesse com antecedência mínima de 24 horas da apresentação das propostas - no caso de convite - conforme parágrafos 2º e 3º, artigo 22, da Lei nº 8.666/93; a.2) a apresentação de certidão negativa de débito, expedida pela Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma do inciso III, artigo 29, da citada lei; a.3) em caso de empate no julgamento das propostas, somente o critério estabelecido nos parágrafos 2º e 3º, artigo 45, da lei de licitações e contratos administrativos, ou seja, o sorteio; a.4) corretamente os limites para acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto contratado, na forma do parágrafo 1º, artigo 65, c/c o inciso II, artigo 40, da multifalada lei; a.5) a obrigatoriedade de constar o valor expresso do ISS nas propostas dos licitantes, de acordo com o artigo 10 do Decreto nº 14.122/92; a.6) foro competente para dirimir quaisquer pendências havidas na execução dos serviços, inclusive no caso dos convites, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º, artigo 62, da Lei nº 8.666/93; b) observe o disposto na Lei nº 8.666/93, artigo 62 e parágrafo 1º, c/c o artigo 40, parágrafo 2º, inciso III, que dizem respeito à obrigatoriedade da celebração do contrato para concorrência e tomada de preços, bem como da anexação da minuta do futuro ajuste aos respectivos editais, respectivamente; c) nos processos licitatórios que realizar, atente para o previsto na Lei nº 8.666/93, artigo 38, **caput**, e seu parágrafo único, que versam, dentre outras disposições, sobre a necessidade de constar do referido processo a autorização da autoridade competente para licitar e a aprovação das minutas de editais, contratos, acordos, convênios ou ajustes pela assessoria jurídica da administração; d) para cada novo convite realizado para objeto idêntico ou assemelhado, convide, no mínimo, mais de um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações, em cumprimento ao parágrafo 6º, artigo 22, da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 8.883/94; e) além da definição precisa do objeto, programe suas obras e serviços de engenharia sempre na totalidade, prevendo seus custos atual e final, considerando os prazos de sua execução na forma do artigo 8º, da Lei nº 8.666/93, após o que selecione a modalidade de licitação a ser empregada e, no caso de executá-los parceladamente, na forma do parágrafo 1º, artigo 23, da lei antes citada, preserve a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação como se fosse executado globalmente, para cada etapa ou conjunto de etapas, conforme o parágrafo 2º do mesmo artigo e lei. Outrossim, não utilize a modalidade de convite ou tomada de preços, **para parcelas de uma mesma obra ou serviços ou, ainda, para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de tomada de preços ou concorrência**, respectivamente, nos termos do parágrafo 5º, artigo 23, da lei precitada; f) observe as disposições da Medida Provisória nº 1.488, de 7 de junho de 1996, e suas reedições ou conversão em lei, no que tange à **impossibilidade de quaisquer estipulações de pagamento de obrigações pecuniárias referentes a reajuste ou correção monetária em contratos com duração inferior a um ano**; III - autorizar a 3ª ICE a realizar inspeção junto a Região Administrativa IX - Ceilândia, para verificação do cumprimento dessas determinações.

PROCESSO No. 1954/96 -- NE nº 576/95, da Região Administrativa II - Gama. -- DECISÃO No. 10.319/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da Nota de Empenho nº 576/95-RA-II, considerando correta a classificação orçamentária da despesa, fl. 2; b) do Convite nº 025/95-RA-II e demais documentos atinentes, fls. 5/27; c) dos resultados obtidos nos trabalhos de auditoria realizada na RA-II, consubstanciados no relatório de fls. 28/40; II - relevar o atraso verificado

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

no encaminhamento da NE nº 576/95 a este Tribunal; III - recomendar à Região Administrativa II - Gama que, em licitações que vier a realizar, **em observância à Lei nº 8.666/93,** a) detalhe cada serviço a ser contratado em seu orçamento, de acordo com o disposto no inciso II, parágrafo 2º, do art. 7º; b) especifique nos instrumentos convocatórios para contratação se há disponibilidade de projeto executivo à época de sua emissão, em observância ao inciso V, do art. 40, ou mencione se tal projeto será desenvolvido pelo licitante vencedor, conforme mandamento do parágrafo 1º do art. 7º; c) indique o prazo de pagamento, não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, na forma do inciso XIV do art. 40; d) preveja foro competente para decidir quaisquer litígios decorrentes da execução do ajuste, com base no parágrafo 2º do art. 62; e) atente para o disposto no parágrafo 2º do art. 71, com redação dada pela Lei nº 9.032, de 28/4/95, segundo o qual a Administração responderá solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários; f) observe o prazo para impugnação do edital ou instrumento similar pelos licitantes, o qual findar-se-á no segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, de acordo com o parágrafo 2º do art. 41; g) consigne a obrigatoriedade de, nas propostas dos licitantes, constar o valor do ISS a ser pago, conforme o art. 10 do Decreto nº 14.122/92; h) inclua item que estabeleça o reconhecimento dos direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, conforme determina o inciso IX do art. 55, c/c o art. 80, bem como a obrigação de o contratado manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o disposto no inciso XIII do art. 55; i) faça constar nos processos de pagamento documento formal de medição das etapas, contendo quantitativos empregados na execução de obras ou serviços ajustados, principalmente em se tratando de regime de execução por preços unitários; j) considere o conteúdo expresso na alínea "b", inciso I, do art. 73, acerca do recebimento definitivo, cabendo esclarecer que, decorrido o prazo de observação, a iniciativa do processo de recebimento fica a cargo da Administração, sem necessidade de provocação pelo contratado; k) observe as disposições da Medida Provisória nº 1.138, de 28/9/95, e reedições subseqüentes, quanto à vedação de correção monetária e reajustamento de preços em contratos cuja duração seja inferior a um ano; IV - determinar o retorno dos autos à 3ª ICE para dar continuidade ao acompanhamento do objeto do Convite nº 025/95-RA-II, notadamente no que se refere ao respectivo recebimento definitivo.

PROCESSO No. 2641/96 -- NE nº 57/96 e outras, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.320/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das notas de empenho constantes dos autos - fls. 2/32; II - relevar os atrasos apontados; III - considerar correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem, com exceção da NE nº 65/96; IV - determinar ao CBMDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente justificativas no tocante: a) à divergência entre as propostas apresentadas pelos fornecedores e o anexo único da Carta Convite nº 08/96 - Processo nº 053.000.106/96, em discordância com o princípio da vinculação ao ato convocatório (arts. 3º e 41 da Lei nº 8.666/93); b) ao pagamento integral da despesa referente à NE nº 65/96, por intermédio da OB nº 96OB07399/96, de 11/3/96, sem o recebimento de todos os bens e serviços, objeto da realização da despesa, tais como: corrimãos e instalações elétrica e hidráulica, constantes da Nota Fiscal nº 0084 (fl. 37); V - restituir os autos à 1ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4028/96 -- Relatório das atividades desta Corte de Contas, referente ao 3º trimestre do ano em curso. -- DECISÃO No. 10.285/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do relatório em apreço; II - determinar o seu encaminhamento à Câmara Legislativa do Distrito Federal, em cumprimento ao disposto no artigo 78, parágrafo 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

PROCESSO No. 4485/95 -- NE nº 268/95 e outras, da Região Administrativa V - Sobradinho. -- DECISÃO No. 10.321/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

dos resultados obtidos na 2ª e última etapa de auditoria programada, concernentes ao acompanhamento e controle da execução dos serviços consignados nas Notas de Empenho nºs 268, 274 e 278/95, emitidas pela RA V - Sobradinho, bem assim dos documentos acostados às fls. 60 a 68; II - relevar a falha apontada, referente à não-emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços avençados dentro do prazo legal de noventa dias; III - recomendar à RA V - Sobradinho que, doravante, executado o serviço, providencie os respectivos recebimentos provisório, quando couber, e definitivo, nas condições e prazos previstos nos artigos 73 e 74 da Lei nº 8.666/93; IV - determinar o arquivamento do processo, sem prejuízo de averiguações futuras; V - restituir o feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4522/95 -- Contrato nº 509/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Vértice Engenharia e Comércio Ltda. -- DECISÃO No. 10.322/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do O.I. nº 878/96-AUD/PRES - NOVACAP e da documentação acostada aos autos nas fls. 79/94; II - considerar parcialmente atendida a Decisão nº 4963/96, comunicada à NOVACAP via OF.GP. 1347/96, fls. 77/78; III - reiterar à NOVACAP os termos da Decisão nº 4963/96, item III, no que tange ao encaminhamento a esta Corte, o mais brevemente possível, da carta de "Habite-se" relativa ao Contrato nº 509/95, recomendando à jurisdicionada efetuar gestões junto aos órgãos competentes, de forma a obter o documento, atendendo às exigências da Região Administrativa de Santa Maria, estabelecidas no Alvará de Construção nº 65/95, de 11/8/95, condicionando a expedição da carta à apresentação do termo de concessão de uso firmado entre a TERRACAP e o concessionário; IV - restituir o feito à 3ª ICE para dar continuidade ao acompanhamento da questão.

PROCESSO No. 4524/95 -- Contrato nº 511/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Santa Alice Construções e Incorporações Ltda. -- DECISÃO No. 10.323/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos resultados obtidos nos trabalhos de auditoria realizada pela 3ª Inspetoria de Controle Externo, concernentes à última etapa de fiscalização e controle do ajuste, bem como dos documentos acostados às fls. 77/92; II - considerar satisfatoriamente atendida a diligência expressa na Decisão nº 4965/96, fl. 75; III - relevar a não-observância do prazo máximo de 90 (noventa) dias, para recebimento definitivo da obra, estabelecido no artigo 73, parágrafo 3º, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo de recomendar à NOVACAP que, doravante, observe com rigor o dispositivo legal mencionado; IV - restituir o feito à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4525/95 -- Contrato nº 512/95, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a PH Engenharia, Indústria e Comércio Ltda. -- DECISÃO No. 10.324/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do O.I. nº 881/96-AUD/PRES da NOVACAP e dos documentos que o acompanham, fls. 87/101; II - considerar parcialmente cumprida a diligência expressa no item III da Decisão nº 4966/96, encaminhada à NOVACAP via OF GP nº 1341/96, de 26/6/96; III - reiterar à NOVACAP os termos do item III da Decisão nº 4966/96, fixando prazo de 60 (sessenta) dias para seu cumprimento; IV - autorizar o retorno dos autos à 3ª ICE para dar continuidade ao seu acompanhamento.

PROCESSO No. 4842/96 -- Resultado de auditoria programada realizada na Região Administrativa XVI - Lago Sul, objetivando o exame dos atos de admissão de pessoal compreendidos no período de outubro de 1988 até o término dos trabalhos. -- DECISÃO No. 10.325/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da informação nº 145/96-A da 4ª DT/4ª ICE, fls. 6 a 12; II - determinar o encaminhamento dos autos à 4ª ICE para esclarecimentos acerca da situação dos contratados pelo Convênio nº 03/91 e atendimento do requerido pelo Ministério Público no item 8 do seu parecer, fls. 22/23; III - autorizar, desde logo, o retorno da equipe

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

de auditoria aos órgãos onde se fizerem necessárias verificações complementares, a juízo da sra. Inspetora da 4ª ICE.

PROCESSO No. 4943/95 -- NE nº 181/95 e outras, da Polícia Militar do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.326/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos constantes dos autos - fls. 2/20; II - relevar os atrasos apontados; III - considerar corretas as classificações orçamentárias das despesas a que se referem; IV - autorizar a inclusão dos autos em roteiro de auditoria com vistas à verificação da regularidade da dispensa de licitação das despesas especificadas nas NsE nºs 181, 182/95 e reforços; V - restituir os autos à 1ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 5036/95 -- NE nº 853/95 e outras, da Secretaria de Administração do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.327/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das notas de empenho constantes nas fls. 43 a 48; II - relevar o atraso apontado; III - considerar correta a classificação orçamentária das despesas nelas representadas; IV - autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE.

PROCESSO No. 5632/96 -- Contrato nº 556/96, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma Construtora Burity Ltda. -- DECISÃO No. 10.328/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Contrato nº 556/96-NOVACAP e CONSTRUTORA BURITY LTDA., fls. 02/13; II - relevar a não-indicação na publicação do extrato do ajuste dos itens concernentes ao **"valor da nota de empenho"** e à **"unidade orçamentária"**, tidos como obrigatórios pelo artigo 82, parágrafo primeiro, do Decreto nº 10.996/88; III - autorizar o arquivamento do processo, sem prejuízo de futuras averiguações; IV - determinar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 5633/96 -- Contrato nº 554/96, celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma PREMOL - Construções e Comércio Ltda. -- DECISÃO No. 10.329/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Contrato nº 554/96-NOVACAP e Premol Construções e Comércio Ltda., fls. 2/13; II - relevar a não-indicação na publicação do extrato do ajuste dos itens concernentes ao **"valor da nota de empenho"** e à **"unidade orçamentária"**, tidos como obrigatórios pelo artigo 82, parágrafo primeiro, do Decreto nº 10.996/88; III - autorizar o arquivamento do processo, sem prejuízo de futuras averiguações; IV - determinar o retorno dos autos à 3ª ICE, para os fins pertinentes.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA MARLI VINHADELI

PROCESSO No. 0220/94 (apenso o de nº 040.004793/93) -- Tomada de contas anual do agente de material da Secretaria de Administração do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1992. -- DECISÃO No. 10.330/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento do Ofício nº 012/96-GAB e dos documentos que o acompanham para considerar atendida a diligência ordenada à SEFP, objeto da Decisão Plenária nº 14.214/95; II) julgar REGULARES, em conformidade com os artigos 17, inciso I, da Lei Complementar 01/94, c/c o art. 167, I, do RI/TCDF, as Contas Anuais da Ordenadora de Despesas da Coordenação do Sistema de Material - CSM - da Secretaria de Administração, relativa ao exercício financeiro de 1992, autorizando, em conseqüência, a expedição do competente certificado de quitação à Senhora GILSA MARQUES GUIMARÃES, no período compreendido entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1992; III) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes, bem como a devolução do apenso em epígrafe à SEFP.

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

PROCESSO No. 2276/94 (apensos os de nºs 040.012690/95 e 133.000026/94) -- Tomada de contas anual dos agentes de material da Região Administrativa IV - Brazlândia, relativa ao exercício de 1993. -- DECISÃO No. 10.331/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos encaminhados pela SEFP mediante o Processo nº 040.012690/95, apenso; b) considerar cumprida a diligência proposta pelo OF. GP nº 2163/95, de fl. 15; c) determinar à Administração Regional de Brazlândia que apresente circunstanciados esclarecimentos, em 45 dias, acerca das divergências no movimento de entrada e saída de material nos registros do Demonstrativo Sintético de Movimentação de Material (SIGMA/93) e nos do SIAFEM/93; devolvendo o processo à Secretaria de Fazenda e Planejamento do DF, para novo pronunciamento; d) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes e o envio dos apensos e do inteiro teor da instrução de fls. 18/20 àquela Jurisdicionada para subsidiar o cumprimento da diligência acima.

PROCESSO No. 3700/95 -- Relatório de auditoria programada realizada na Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, em cumprimento ao Plano Geral de Auditoria - GAPLAN. -- DECISÃO No. 10.332/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) tomar conhecimento do resultado da auditoria programada levada a efeito na Secretaria de Segurança Pública - SSP/DF; II) autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE e determinar que esta diligencie junto à SSP/DF, buscando: 1) anexar aos autos cópia autenticada dos documentos necessários à comprovação das irregularidades detectadas e apontadas nos itens 2, "d" e "f" (fls. 121/122), e no quadro demonstrativo indicado à fl. 119; 2) coletar cópias autenticadas dos documentos probantes das incorreções inseridas nos itens 2, "e", e 5 (fls. 121/122) e carreá-los a seguir para os respectivos processos, ainda em tramitação no Tribunal; 3) juntar aos autos cópia(s) da(s) decisão(ões) ou do(s) ofício(s), de forma a justificar a reiteração suscitada nos itens 3 e 4 (fl. 122).

PROCESSO No. 5261/95 -- Contendo a NE nº 2045/95 e outras, da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.333/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) relevar as falhas apontadas; II) tomar conhecimento das notas de empenho em apreço para considerar correta a classificação das despesas que representam, à vista dos dados nelas constantes; III) devolver os autos à 1ªICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 5476/95 (apensos os de nºs 4137 e 5475/95) -- Contrato nº 036/95 e outros, celebrados entre o Serviço de Limpeza Urbana e terceiros. -- DECISÃO No. 10.334/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento dos Contratos nºs 036/95 (Proc. 5476/95), 038/94 e de seus 05 (cinco) Termos Aditivos (Proc.4137/95) e 035/95 (Proc. 5475/95), por se encontrar expirado o prazo de validade dos mencionados contratos; b) recomendar ao SLU que, nos casos de contratos de prestação de serviços por preço unitário, faça incluir no instrumento contratual o valor unitário, a quantidade estimada e a estimativa do valor do ajuste; c) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 0383/96 -- NE nº 18/95 e outras, do Jardim Zoológico de Brasília. -- DECISÃO No. 10.335/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) relevar as falhas apontadas; II) tomar conhecimento das notas de empenho constantes dos autos para considerar correta a classificação das despesas que representam, à vista dos dados nelas constantes; III) devolver os autos à 1ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 0388/96 -- NE nº 1/95 e outras, da Região Administrativa VII - Paranoá. -- DECISÃO No. 10.336/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) relevar as falhas apontadas; II) tomar conhecimento das notas de empenho constantes dos autos para considerar correta a classificação das despesas que representam, à vista dos dados nelas constantes; III) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

PROCESSO No. 0587/96 -- NE nº 339/95 e outras, da Secretaria de Indústria e Comércio do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.337/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, considerou correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem as NEs constantes dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações, determinando o retorno do processo à 1ª ICE.

PROCESSO No. 0588/96 -- NE nº 1/95 e outras, da Secretaria de Indústria e Comércio do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.338/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) relevar as falhas apontadas; II) tomar conhecimento das notas de empenho constantes dos autos para considerar correta a classificação das despesas que representam, à vista dos dados nelas constantes; III) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 0909/96 -- NE nº 845/95 e outras, da Secretaria de Administração do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.339/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, considerou correta a classificação orçamentária das despesas a que se referem as NEs constantes dos autos, sem prejuízo de futuras averiguações, determinando o retorno do processo à 1ª ICE.

PROCESSO No. 0910/96 -- NE nº 190/95 e outras, da Região Administrativa XI - Cruzeiro. -- DECISÃO No. 10.340/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento das NEs em apreço; b) considerar correta a classificação orçamentária, à vista dos dados nelas constantes; c) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para fins de arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO No. 1424/96 (apenso o de nº 074.000020/94-3) -- Prestação de contas da PROFLORA - Florestamento e Reflorestamento S.A., relativa ao exercício de 1993. -- DECISÃO No. 10.341/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3116/96 -- Inspeção especial realizada na Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A., objetivando obter informações para subsidiar a elaboração do Relatório Analítico sobre as Contas do Governo do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1995. -- DECISÃO No. 10.342/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I) recomendar a CEASA que: a) cumpra fielmente as Normas de Execução Orçamentária, no que se refere às alçadas para deferimento de alterações do Orçamento de Dispêndio; b) adote controles para acompanhamento do Orçamento de Dispêndios, no que se refere à receita; II) determinar àquela empresa encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, justificativas para os remanejamentos referidos no O.I. nº 025/95, aprovados em desacordo com o disposto no inciso II, do art.35, do Decreto nº 16.098/94; III) devolver os autos à 2ª ICE, para as providências pertinentes, bem assim para exame conjunto do processo em apreço com a Prestação de Contas do exercício de 1995.

PROCESSO No. 5406/96 -- Reclamação trabalhista interposta por servidor da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, postulando percepção de gratificação instituída pelo Conselho Deliberativo daquela Fundação. -- DECISÃO No. 10.343/96.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do Ofício TRT-3ª Turma nº 56/96 e determinou o arquivamento do processo.

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO No. 2392/89 -- Atas de órgãos colegiados da Companhia Imobiliária de Brasília. -- DECISÃO No. 10.344/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos resultados de inspeção, bem assim dos documentos de fls. 139/148; II - autorizar a apensação do processo em apreço ao de nº 0826/87.

PROCESSO No. 3315/91 -- Aposentadoria de JACOB ARNO LENZ-FEDF. -- DECISÃO No. 10.345/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 5999/93 -- Concurso público para os empregos de Extensionista Rural - NM e Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, aberto pelo Edital nº 148/93-IDR. -- DECISÃO No. 10.346/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2993/94 -- Aposentadoria de HELENITA BARROS BRITO-FHDF. -- DECISÃO No. 10.347/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu enviar o processo à 4ª Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 1080/95 -- Aposentadoria de SEBASTIÃO MARTINS DE LIMA-SEA. -- DECISÃO No. 10.348/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - elabore: a) nova Certidão de Tempo de Serviço, em substituição à de fl. 31, para excluir o cômputo para Adicional de Tempo de Serviço no período (4233 dias) de trabalho prestado à NOVACAP, conforme a Lei nº 4242/63, artigo 40, **caput**, e parágrafo 10; b) novo Abono Provisório, em substituição ao de fl. 21, observando os termos da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para alterar o percentual relativo a Anuênios, em função da alteração de que trata a letra anterior; II - torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 1946/95 -- Aposentadoria de CLEUZA TEREZINHA DOS SANTOS LELES-FEDF. -- DECISÃO No. 10.349/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - autentique o documento de fl. 30; II - retifique o ato de fl. 27, para incluir a fundamentação legal relativa à incorporação de "Incentivos Funcionais"; III - justifique o direito da ex-servidora à percepção "Parcela Autônoma", instituída pela Lei nº 771/94, acrescentando declaração do

setor competente de sua não utilização para obtenção da parcela "Incentivos Funcionais" ou progressão por merecimento; IV - verifique o direito da inativa à incorporação das gratificações de Regência de Classe (Lei nº 696/94) e Ensino Especial - GATE (Lei nº 540/93).

PROCESSO No. 2921/95 -- Aposentadoria de MARIA GLÓRIA ARAÚJO-FEDF. -- DECISÃO No. 10.350/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - retifique o ato de fl. 28, a fim de incluir a fundamentação legal relativa à incorporação Incentivos Funcionais; II - elabore: a) declaração atualizada até a data da aposentadoria, em substituição à de fl. 26, certificando a carga horária da interessada; b) novo Abono Provisório, observando os termos da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para alterar o percentual relativo a anuênios para 23% e, se for o caso, incluir a

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

Gratificação de Regência de Classe; III - verifique o direito da servidora à percepção da Gratificação de Regência de Classe, nos termos da Lei nº 696/94.

PROCESSO No. 2942/95 -- Aposentadoria de ANA MARIA EUSTÁQUIO FONSECA-FEDF. -- DECISÃO No. 10.351/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - junte aos autos: a) cópia do comprovante de rendimento do mês de fevereiro de 1995; b) documentação comprobatória do direito da ex-servidora à percepção da Gratificação de Titularidade, nos termos da Lei nº 771/94; II - retifique o ato de fl. 13, para incluir a fundamentação legal relativa à incorporação de Incentivos Funcionais; III - verifique o direito da interessada à incorporação da Gratificação de Regência de Classe (Lei nº 696/94); IV - autentique o documento de fl. 17; V - torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 3334/95 -- Aposentadoria de MARIZA DA SILVA SALERNO-FEDF. -- DECISÃO No. 10.352/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - retifique o ato de fl. 14 para incluir a fundamentação legal relativa à incorporação de "Incentivos Funcionais"; II - justifique o direito da ex-servidora à percepção da Gratificação de Titularidade; III- verifique o direito da ex-servidora à percepção da Gratificação de Regência de Classe (Lei nº 696/94) e da Gratificação de Alfabetização (Lei nº 654/94); IV - autentique o documento de fl. 08; V - elabore novo Abono Provisório, observando a Decisão Normativa-TCDF nº 2/93, para que: a) os proventos sejam calculados com base no nível 01, Padrão 25A; b) a Gratificação de Atividade e os Incentivos Funcionais sejam calculados sobre o vencimento básico, excluindo-se da base de cálculo a Gratificação de Titularidade; c) a Gratificação de Titularidade seja calculada com base na diferença entre o Nível 03, Padrão 25-C e o Nível 01, Padrão 25-A; d) se for o caso, incluir a Gratificação de Regência de Classe e a Gratificação de Alfabetização; VI - torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 3422/95 -- Aposentadoria de JOSELY GONÇALVES DE SOUZA-FEDF. -- DECISÃO No. 10.353/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - afira junto ao INSS a autenticidade da certidão de fl. 3, que discrimina tempo de serviço prestado na qualidade de trabalhador rural; II - esclareça o cômputo do tempo de serviço prestado pelo servidor ao tempo em que era menor de quatorze anos, em aparente desacordo com a Constituição Federal de 1946; III - caso não seja justificada a averbação do tempo prestado como menor de quatorze anos, exclua esse período do tempo total considerado para a aposentadoria, elaborando nova Certidão de Tempo de Serviço e novo Abono Provisório, tornando sem efeito os documentos substituídos, e apurando os valores indevidamente pagos ao interessado, a título de proventos, para fins de ressarcimento do erário.

PROCESSO No. 3430/95 -- Aposentadoria de MARA REGINA MARQUES CARVALHO-FEDF. -- DECISÃO No. 10.354/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - anexe aos autos documento comprobatório de: a) efetivo exercício em funções de magistério, no período de 03/03/76 a 02/03/80; b) direito da servidora à Gratificação de Titularidade, nos termos da Lei nº 771/94; II - verifique o direito da servidora à percepção da Gratificação de Regência de Classe (Lei nº 696/94); III - retifique o ato de fl. 16, para incluir a fundamentação legal relativa à incorporação de Incentivos Funcionais; IV - torne sem efeito os documentos substituídos.

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

PROCESSO No. 4767/95 -- NE nº 009/95 e outras, do Fundo de Assistência da Câmara Legislativa do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.355/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 1615/96 -- Contrato nº 079/95, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma L. COSTA ENGENHARIA LTDA. -- DECISÃO No. 10.356/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Of. nº 1076/96-GDG/DER/DF, considerando cumprida a diligência determinada no item III da Decisão nº 6185/96; b) do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato em apreço; II - determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que observe o prazo previsto no artigo 113 do Regimento Interno do Tribunal, quando do encaminhamento de cópia de seus ajustes; III - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 1616/96 -- Contrato nº 070/95, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a empresa Freitas Terraplenagem e Pavimentação Ltda. -- DECISÃO No. 10.357/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Of. nº 1193/96-GDG/DER/DF, fl. 28, considerando cumprida a diligência constante do item III da Decisão nº 7247/96; b) dos Segundo e Terceiro Termos Aditivos ao Contrato nº 070/95; II - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 6958/96 -- Contratos nºs 40 e 41/96, celebrados entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e terceiros. -- DECISÃO No. 10.284/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos Contratos nºs 40 e 41/96, relevando os atrasos na sua publicação e na sua remessa ao Tribunal; II - autorizar a realização de inspeção junto ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF com o objetivo de verificar a regularidade dos procedimentos de licitação e contratação dos serviços objeto dos Contratos nºs 40 e 41/96.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ MILTON FERREIRA

PROCESSO No. 0071/91 -- Aposentadoria de EMERSON BARBOSA MOTTA-FCDF. -- DECISÃO No. 10.358/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a baixa dos autos à Fundação Cultural para que, em sessenta dias, demonstre a forma do cálculo da parcela incorporada referente às horas extras, informando se foi congelado o seu valor e se houve a transformação em vantagem pessoal, bem como se houve absorção da referida parcela na nova estrutura remuneratória do servidor quando da transposição para a carreira de Técnico de Administração Pública daquela Fundação.

PROCESSO No. 2170/91 -- Aposentadoria de NIUZETE DE AQUINO PARENTE-DER. -- DECISÃO No. 10.359/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 2958/92 -- Aposentadoria de IONE MARIA ANTONIETTA PARCA-FEDF. -- DECISÃO No. 10.360/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4381/92 -- Pensão civil concedida a MÉRCIA DO CARMO CORREIA PEREIRA e outra-FEDF.-- DECISÃO No. 10.361/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

PROCESSO No. 0625/93 (apensos os de nºs 040.010207/95, 040.003841/92 e 01 volume) -- Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Região Administrativa III - Taguatinga, relativa ao exercício de 1991. -- DECISÃO No. 10.362/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento da documentação acostada às fls. 3/54 do apenso nº 040.010207/95; b) considerar satisfatoriamente cumprida a diligência ordenada na Decisão nº 10.440/95; c) julgar regulares as contas em apreço, determinando a expedição das respectivas provisões de quitação aos servidores FROYLAN PINTO SANTOS e JOSÉ MARIA GONÇALVES COELHO, referentes ao exercício de 1991; d) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 5542/93 -- Pedido de prorrogação de prazo para remessa de tomada de contas especial, formulado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.363/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento do Ofício nº 656/96-PRESI, subscrito pelo Diretor-Presidente da EMATER; 2 - autorizar, em caráter excepcional, a prorrogação do prazo, por 60 dias, na forma solicitada.

PROCESSO No. 1178/95 (apensos os de nºs 303/89, 2752/90 e 4672/90) -- Auditoria programada realizada na Secretaria de Administração do Distrito Federal, em cumprimento ao GAPLAN/95. -- DECISÃO No. 10.364/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento: a) da resposta oferecida pela SEFP ao item 2 da Decisão nº 13.038/95, reiterada pela Decisão nº 5194/96; b) do encaminhamento dos Procs. nºs 2752/90, 4672/90, 303/89 e 2384/91, feito pela SEA, considerando parcialmente cumprida a determinação constante do item 1, b, da decisão supra; 2) determinar à SEA que no prazo de 60 dias: a) manifeste-se sobre as conclusões da 4ª ICE e do MP/TCDF a respeito da Gratificação de Desempenho prevista na Lei nº 785/94; b) encaminhe para exame o Processo nº 4848/90; 3) autorizar o envio à SEA de cópias do relatório e do parecer sobre cujas conclusões se requer manifestação.

PROCESSO No. 5723/95 (apensos os de nºs 040.004899 e 040.001104/95 e 01 anexo) -- Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Região Administrativa III - Taguatinga, relativa ao exercício de 1994. -- DECISÃO No. 10.365/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento da tomada de Contas Anual dos ordenadores de despesa da Administração Regional de Taguatinga, exercício de 1994, e dos documentos acostados às fls. 03 a 45 dos autos; II) determinar à Região Administrativa de Taguatinga que, em 30 dias: a) justifique a não execução dos subprojetos 11.260.001 - Ampliação do Sistema de Iluminação Pública e 11.840.002 - Ampliação das avenidas Comercial e SAMDU, apesar da disponibilidade de cota financeira para atendê-los parcialmente; b) justifique a ausência de registro contábil da maioria das linhas telefônicas adquiridas; c) explique porque a niveladora tombamento nº 24.986 e o rolo compressor e propulsor, tombamento nº 31.600, encontram-se sem utilização há mais de 6 anos; d) apresente os motivos pelos quais as obras discriminadas no subitem 1.1.3.2.0 do Relatório de Tomada de Contas nº 16/95-SEFP, realizadas em 1994, não foram imobilizadas e porque os bens imóveis relacionados no subitem 1.1.3.2.1 do citado relatório não foram contabilizados nem incorporados; e) esclareça, ainda, as razões pelas quais a conta de água e esgoto do mês de novembro/94 não foi paga integralmente; III) determinar o retorno dos autos à 1ª ICE e autorizar a devolução do apenso a RA III para cumprimento da diligência proposta.

PROCESSO No. 5860/95 -- Resultado de auditoria programada realizada no Departamento de Pessoal da Diretoria Geral de Administração desta Corte, visando examinar as aposentadorias e pensões concedidas pelo Tribunal. -- DECISÃO No. 10.366/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da documentação acostada às fls. 30 a 137, bem como das Informações de nºs 580/96 (138 a 142), 209/96 (fls. 143/4) e 969/96 (146/7); b) considerar cumpridas as providências determinadas

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

nos itens "a", "b", "c" e "d" da Decisão nº 0832/96 (fl. 29); c) rever a decisão supra no tocante ao item "e", a fim de que seja mantida a atual forma de apresentação dos processos de aposentadorias e pensões dos servidores desta Corte, uma vez que atendem satisfatoriamente aos requisitos exigidos para o exame da legalidade dos atos praticados.

PROCESSO No. 2934/96 -- Contrato nº 96/005, celebrado entre o Banco de Brasília S.A. e o Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas do Distrito Federal - SEBRAE/DF. -- DECISÃO No. 10.367/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento do contrato em apreço; 2) recomendar ao Banco de Brasília que defina, nos contratos celebrados objetivando a realização de cursos, a data em que a contratada deverá iniciar a prestação dos serviços objeto do ajuste.

PROCESSO No. 2995/96 -- Resultado de auditoria programada realizada no Departamento de Trânsito do Distrito Federal, objetivando analisar a legitimidade, legalidade e economicidade dos atos e fatos referentes à administração orçamentária, financeira e patrimonial. -- DECISÃO No. 10.368/96.- O Tribunal, de

acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da Auditoria Programada em apreço; II - recomendar ao Governo do Distrito Federal que dote a Junta de controle do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN/DF dos meios necessários ao desempenho de suas competências regimentais e daquelas estabelecidas pelo Decreto nº 11.531, de 25/4/89; III - determinar ao DETRAN/DF que, em trinta dias, apresente circunstanciadas justificativas acerca da inclusão, no objeto do Contrato nº 054/94, da locação de equipamentos de informática, à vista da inexistência de respaldo legal para a inexigibilidade de licitação, indicando de logo, o responsável, face à possibilidade de aplicação da multa prevista no art. 57, inc. II, da Lei Orgânica desta Corte, instituída pela Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994; IV - recomendar ao DETRAN/DF que: a) evite nomear para compor a Comissão Permanente de Licitação servidores responsáveis pela execução de contratos ou aqueles que, devido ao exercício da função, tenham relacionamento direto e freqüente com fornecedores de bens ou serviços, atendendo, dessa forma, o princípio da segregação de funções; b) observe, no caso de modificação de editais, as disposições do art. 21, parágrafo 4º, da Lei nº 8.666/93; c) especifique, futuramente, nos editais relativos à contratação de manutenção de veículos com aplicação de peças, que a vigência das tabelas de tempo padrão e de preço das peças deverá ser fixada em um ano, com vista ao atendimento do disposto na Lei nº 8.880/94, que veda o reajuste de contratos em períodos inferiores a um ano; d) faça constar, doravante, nos atos de dispensa de inexigibilidade de licitação a disposição do art. 40, inc. XIV, alínea c, da Lei de Licitações; e) dê fundamentação adequada aos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, evitando erros como o ocorrido no Contrato 032/95, cuja fundamentação adequada era o art. 25, inc. II, da Lei de Licitações; f) segregue, nas próximas contratações, a locação de equipamentos de informática da locação de programas de informática, devendo, no primeiro caso, obrigatoriamente, preceder à contratação a realização de licitação, e no segundo, verificada a existência de programas similares, também deve ser objeto de licitação; g) dê fundamentação legal adequada e necessária ao correto procedimento administrativo, a fim de evitar equívocos como o ocorrido com a contratação direta, sem licitação, do serviço de segurança e vigilância com base no art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/93, na ocasião da revogação do Processo Licitatório nº 055005715/95, quando deveria ter sido prorrogado o Contrato anterior, de nº 001/94, com base no art. 57, parágrafo 4º, dessa Lei, tendo em vista o fato excepcional e superveniente ocorrido; h) implante normas internas que estabeleçam as rotinas e o controle de licitações e contratos, de tal forma que sejam definidas: a antecedência necessária para se iniciar o procedimento licitatório de contratos com vigência em vias de expirar; o responsável pela provocação desse procedimento; o acompanhamento da execução dos contratos; etc; i) observe com rigor a data de expiração de um contrato e o início da vigência do que venha a sucedê-lo, principalmente daqueles de serviços a serem executados de forma contínua, essenciais às atividades do Órgão, evitando, assim, a existência de períodos sem cobertura contratual, como ocorrido com o Contrato 011/96, ou a interrupção na prestação do serviço; j) na medida das suas possibilidades,

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

promova maior divulgação de licitações de valor significativo e cujo objeto tenha maior grau de complexidade e especialização, como a da emissão da Carteira Nacional de Habilitação-CNH, utilizando-se de meios de comunicação além daqueles exigidos pela Lei 8.666/93, como, por exemplo, de "fac-símiles" e cartas dirigidas às associações comerciais e entidades representativas de classe e de publicações em jornais de grande circulação nos Estados onde se concentrem os fornecedores de bens ou serviços que se quer contratar, visando ampliar a área de abrangência e atingir maior número de interessados; k) exija as tabelas padrão de tempo/serviço nos contratos de manutenção de veículos, as quais deverão ficar sob a guarda da Supervisão de Transporte e Administração de Sede-STAS e do encarregado pela execução dos contratos; l) estude a implantação de manutenção preventiva nos veículos e o controle das manutenções realizadas; m) estude a adoção, no que couber, das disposições do Decreto nº 16.109, de 01.12.94, especialmente as disposições dos artigos 28 a 30 e 56, inserindo essas normas no Manual de Material, Patrimônio e Compras do DETRAN, já existente, como meio de descentralizar a responsabilidade sobre bens dispersos geograficamente; n) antes da abertura de tomada de contas especial objetivando apurar danos e responsabilidades pelo extravio de bens patrimoniais, verificado na ocasião da realização do inventário, assine prazo aos responsáveis pela guarda e conservação para a localização desses bens, a fim de evitar a abertura de processos desnecessários.

PROCESSO No.3663/96 -- Relatório de auditoria programada realizada na área de licitações da Fundação Hospitalar do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.369/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento dos resultados da presente auditoria Programada; 2) relevar o fato de não terem sido especificados os serviços objeto do Contrato nº 092/95 (Processo 061.011332/94), em razão da expiração do ajuste; 3) recomendar à FHDF que: a) leve a efeito análise de mercado, consultando, no mínimo, 2 empresas, além de manter-se informada sobre os preços praticados por outros órgãos ou entidades da Administração Pública Direta e Indireta, até a implantação do SIREP; b) promova o treinamento de todos os integrantes da Comissão Permanente de Licitação, em atendimento ao parágrafo 2º do art. 51 da Lei 8.666/93; c) observe, nas licitações, o parágrafo 5º do art. 43 da citada Lei, que veda a desclassificação por motivo relacionado com a habilitação, após a fase de abertura das propostas, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento, considerando que tal dispositivo não foi observado no Processo nº 061.001.292/92; d) alerte a Procuradoria Jurídica para que observe o disposto no inciso VI do art. 38 da Lei 8.666/93, com vista a evitar a ocorrência de falhas nos processos de licitação, como as apuradas nesta auditoria; 4) determinar à FHDF que: a) elabore, quando das licitações, planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo 2º do art. 7º da Lei 8.666/93; b) observe, na fase de habilitação, o disposto no parágrafo 2º do art. 32 da citada lei, quanto à obrigatoriedade da exigência da qualificação técnica e econômico-financeira dos licitantes; c) submeta o processo licitatório à autoridade superior da Fundação para que homologue e adjudique o objeto da licitação, observando os incisos XVI do art. 6º e VI do art. 43 da Lei nº 8.666/93; d) consigne no ato convocatório, de acordo com o disposto no art. 40 da mesma Lei, o regime de execução, mesmo nas licitações realizadas sob a modalidade de Convite, tendo por objeto a prestação de serviços; e) promova a abertura de novas licitações para a contratação dos serviços de limpeza e conservação e de vigilância, bem como para o fornecimento de alimentação no âmbito das unidades hospitalares; 5) determinar à FHDF que, em 30 dias: a) informe à Corte, com relação ao Proc. nº 061.011332/94, as medidas adotadas, com vista à correção da falha causada pela emissão equivocada da N.E. nº 373/96, além de promover aditamento do Contrato nº 92/95 para especificar a localização e o registro dos veículos em que serão executados os serviços pactuados; b) identifique o responsável pelo descumprimento do item "b" da Decisão nº 6412/94, com vista a eventual aplicação da multa prevista no artigo 57, IV, da Lei Complementar nº 01/94, o qual poderá, em 30 dias, apresentar as justificativas que julgar pertinentes; c) identifique o responsável pela situação irregular consistente na prestação de serviços de limpeza e conservação e de vigilância sem a necessária cobertura contratual, com vista a eventual aplicação da multa

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

prevista no artigo 57, II, da Lei Complementar nº 01/94, o qual poderá, no prazo de 30 dias, deduzir as justificativas que reputar cabíveis; 6) determinar, ainda, à jurisdicionada que colha junto à autoridade responsável pela celebração dos Contratos de nºs 119 e de 121 a 128/95, sem a observância do disposto no inc. IV do art. 24 da Lei 8.666/93, que veda a prorrogação por emergência pelo mesmo fato ensejador da primeira contratação direta, o então Presidente da entidade, no prazo de 30 dias, as razões de justificativa acerca do procedimento adotado, com vista a eventual aplicação da multa prevista no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94.

PROCESSO No. 6000/96 -- Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens de sua propriedade (O.I. nº 505/96-CH/GAB). -- DECISÃO No. 10.370/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 1 a 3 dos autos, considerando regulares as contas, face à recuperação dos bens; b) autorizar o arquivamento do processo; c) informar à Senhora Chefe de Gabinete da SE/DF que os expedientes de interesse da Secretaria de Educação devem ser encaminhados à Corte pelo Secretário.

PROCESSO No. 6035/96 -- Acompanhamento e análise do Edital de Tomada de Preços nº 2/96, da Região Administrativa XVII - Riacho Fundo. -- DECISÃO No. 10.371/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Edital de Tomada de Preços nº 2/96 e do Aviso de Anulação (fl. 3), da Administração Regional do Riacho Fundo, e autorizou o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 6229/96 (apenso o de nº 054.001100/96) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo extravio de bem de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.372/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da TCE em apreço, considerando regulares as contas, à vista da localização dos bens; b) autorizar o encaminhamento dos autos à 1ª ICE para arquivamento e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 6978/96 (apenso o de nº 053.000558/96) -- Consulta formulada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal sobre dúvida levantada no Parecer nº 91/96-4ªSPR, quanto a validade da contagem do tempo prestado como aluno-aprendiz. -- DECISÃO No. 10.373/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) deixar de conhecer da consulta em apreço, à falta de observância da norma regimental pertinente; 2) determinar a devolução do Processo nº 53.000558/96 à origem.

PROCESSO No. 7224/96 -- Relatórios consolidados de Notas de Lançamento Mensal, da Região Administrativa VI - Planaltina. -- DECISÃO No. 10.374/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a realização de auditoria especial na Região Administrativa VI - Planaltina, com o fim de verificar a correção das despesas objeto dos Processos nºs 135.000034/96, 135.000135/96, 135.000127/96, 135.000125/96, 135.000128/96, 135.000126/96, 135.000366/96, 135.000332/96, 135.000129/96, 135.000221/95 e 135.000448/96.

PROCESSO No. 7537/96 -- Pedido de prorrogação de prazo para cumprimento de determinação da Corte, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.375/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento do Ofício nº 2756/96, subscrito pelo Secretário de Administração; 2 - autorizar a prorrogação do prazo, por 60 dias, na forma solicitada.

PROCESSO No. 7538/96 -- Pedido de prorrogação de prazo para cumprimento de determinação da Corte, formulado pela Secretaria de Administração do Distrito Federal. -- DECISÃO No. 10.376/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento dos Ofícios nºs 2757/96, 2758/96 e

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

2759/96-GAB/SEA, subscritos pelo Secretário de Administração; 2 - autorizar a prorrogação do prazo, por 60 dias, na forma solicitada.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO No. 2961/83 -- Revisão dos proventos da aposentadoria de ABEL LUIZ DA SILVA-SEA. -- DECISÃO No. 10.377/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) esclareça o valor encontrado na parcela "Total de Proventos" vista à fl. 83 e a forma de cálculo dos reajustes da parcela referente aos 4/5 do EC-14 indicados à fl. 84, bem como a tabela realmente em vigor em novembro/89, se a de fl. 80 ou 94; b) dirimidas as dúvidas suscitadas no item anterior, elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 83, com os valores corretos; c) junte demonstrativo das parcelas porventura pagas a maior, providenciando o seu ressarcimento ao erário, na forma do art. 46 da Lei nº 8.112/90; d) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 4100/92 -- Aposentadoria de PAULO WILSON GUARACIABA-SEA.-- DECISÃO No. 10.378/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3449/93 -- Pensão civil concedida a OLÍVIA PEREIRA CAMPOS-SEA. -- DECISÃO No. 10.379/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) autentique os documentos de fls. 03/06 e 08; b) apense aos autos em apreço o processo de aposentadoria do instituidor da pensão, tendo em vista a Decisão nº 5793/95, adotada no Processo nº 1636/92- SO nº 3080, de 23.05.95; c) anexe aos autos declaração do órgão da Previdência sobre o valor da pensão paga no mês de junho/89; d) elabore outra certidão de tempo de serviço, em substituição a de fl. 19, objetivando excluir os 1451 dias computados em dobro nos termos da Lei nº 22/89, visto que o óbito do servidor antecedeu a edição do mencionado diploma legal; e) observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, elabore novo Título de Pensão, em substituição ao de fls. 20, com vistas a fazer constar os valores corretos dos proventos, na forma demonstrada à fl. 24; f) junte o contracheque do servidor relativo ao mês anterior do seu óbito; g) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 3459/93 (apenso o de nº 3046/88) -- Pensão civil concedida a ALMERINDA RODRIGUES DA SILVA-SEA. -- DECISÃO No. 10.380/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) elabore nova certidão de tempo de serviço, em substituição a de fl. 12, fazendo constar da mesma licença especial computada no processo de aposentadoria, equivalente a 365 dias; b) elabore novo Título de Pensão, em substituição ao de fl. 14, incluindo a parcela referente à vantagem prevista no artigo 184, item II, da Lei nº 1711/52; c) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 3582/94 (anexos 03 volumes) -- Termo de Contrato de Concessão de Uso nº 002/94, celebrado entre a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S.A. e a Tartuce Construtora e Incorporadora S.A. -- DECISÃO No. 10.381/96.- Havendo a representante do Ministério Público junto à Corte, Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO No. 0427/95 -- Pensão civil concedida a OLINDA LUZIA DA SILVA-SEA. -- DECISÃO No. 10.382/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) substitua os documentos de fls. 02 e 06 de tal modo que seu conteúdo esteja legível; b) autentique os documentos de fls. 11 e 15/16; c) esclareça a divergência entre as certidões de tempo de serviço contidas no processo de pensão (fl. 09) e no de aposentadoria (fl. 16), no tocante à contagem de Licença Especial para fins de aposentadoria; d) confeccione nova certidão de tempo de serviço, em substituição à de fls. 09, considerando o tempo de serviço prestado ao Distrito Federal até 13.06.87 (data em que o servidor completou 70 anos de idade) e atentando para o disposto no item anterior; e) inclua ficha de dependentes, se houver; f) providencie declaração de não acumulação de pensão, para fins do disposto no artigo 225 da Lei nº 8.112/90, conforme modelo sugerido às fls. 25; g) torne sem efeito os documentos substituídos.

PROCESSO No. 2615/95 -- Pensão civil concedida a MARIA APARECIDA DA SILVA ROCHA e outro-FEDF. -- DECISÃO No. 10.383/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 6173/95 -- Pensão civil concedida a VALDELICE DE JESUS SILVA e outro-SEA. -- DECISÃO No. 10.384/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) apense aos autos em apreço o processo de aposentadoria do instituidor da pensão em exame, em cumprimento à Decisão nº 5793, de 23.05.95, que considerou indispensável a existência nos autos de dados que espelhem fielmente as parcelas integrantes do benefício concedido; b) anexe aos autos o contracheque do instituidor, no mês anterior ao do óbito, em cumprimento ao disposto no artigo 133, inciso V, da Resolução - TCDF nº 38/90; c) junte declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de pensão, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei nº 8112/90, observando modelo sugerido às fls. 17; d) retifique o ato concessório de fls. 13/14 e altere o título de pensão de fls. 15, com relação à vigência da concessão em exame, que deve ser considerada a partir de 14.07.94 (data do óbito), conforme consta na certidão de fl. 03.

PROCESSO No. 0129/96 -- Aposentadoria de JOÃO ARTARXERXES MATTOS-TCDF. -- DECISÃO No. 10.385/96.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

RELATADOS PELO AUDITOR OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO No. 1788/92 -- Aposentadoria de FRANCISCA RODRIGUES ACÂMPORA-FEDF. -- DECISÃO No. 10.386/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) justifique, circunstanciadamente, à vista do disposto na Lei nº 66/89, a retificação de que tratam o Decreto nº 16.127, de 5.12.94 (fs. 36 e 37), e a Instrução de 9.11.95, da Diretoria Executiva da FEDF (fs. 39 e 41), elevando o Nível do cargo em que se deu a aposentadoria, de 1 para 2, devendo ser elaborado, se comprovado o direito ao novo nível funcional, outro demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 43, observado o item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, corrigindo o valor da parcela "Incentivos Funcionais", cujo percentual deve incidir apenas sobre o valor do provento básico indicado (702.149,68) e, em conseqüência, o valor da vantagem do art. 184, II, da Lei nº 1.711/52, bem como o total dos proventos; b) se verificada incorreção no novo posicionamento (Nível 2), torne sem efeito a retificação a que se referem o Decreto e a Instrução citados na alínea anterior, elaborando-se novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 43, para adequar os valores das respectivas parcelas à situação anterior (Nível 1), observado o que consta à f. 23 e da referida Decisão Normativa, bem como da alínea anterior, no tocante à forma de cálculo dos "Incentivos Funcionais", devendo, ainda, ser apurada a quantia paga indevidamente à inativa, para fins de ressarcimento, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90.

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

PROCESSO No. 2530/93 -- Aposentadoria de ANTONIO FERREIRA DE MESQUITA-FZDF. -- DECISÃO No. 10.387/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência para que a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias, providencie o efetivo atendimento da Decisão nº 13830/95 (f. 22), elaborando novo demonstrativo dos proventos, em substituição ao de f. 24, para, observado o disposto no item II da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, considerar, no cálculo e indicação dos valores das respectivas parcelas, o vencimento vigente no mês de abril de 1993 para o **Padrão II** da Classe Especial do cargo em que se deu a aposentadoria, devendo, ainda, ser apurado o valor indevidamente pago à inativa, para o acerto financeiro cabível, com ressarcimento de diferença, se houver, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/90.

PROCESSO No. 4611/93 -- Pensão civil concedida a CARMOZINA MARIA DOS SANTOS e outra-SLU. -- DECISÃO No. 10.388/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, a concessão versada nos autos.

PROCESSO No. 0107/94 -- Aposentadoria de ALTAMIRO BOLBA-FZDF. -- DECISÃO No. 10.389/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 0324/94 -- Aposentadoria de AVANI JUPÉRA DE VITA-FEDF. -- DECISÃO No. 10.390/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 1166/95 -- Contendo o Ofício nº 2443/96-GAB, mediante o qual o Departamento de Trânsito do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para cumprimento de determinação da Corte. -- DECISÃO No. 10.391/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 37 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para o atendimento da diligência expressa na Decisão nº 8445/96 (Of. GP nº 2473/96).

PROCESSO No. 2575/96 -- Contendo o Ofício nº 1940/96, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para entrega da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.000265/96. -- DECISÃO No. 10.392/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 20 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da referida tomada de contas.

PROCESSO No. 2604/96 -- Contendo o Ofício nº 1941/96, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para entrega da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.000241/96. -- DECISÃO No. 10.393/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 20 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da referida tomada de contas.

PROCESSO No. 2606/96 -- Contendo o Ofício nº 1942/96, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para entrega da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.000243/96. -- DECISÃO No. 10.394/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 20 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da referida tomada de contas.

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

PROCESSO No. 2613/96 -- Contendo o Ofício nº 1939/96, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para entrega da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.000259/96. -- DECISÃO No. 10.395/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 20 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da referida tomada de contas.

PROCESSO No. 2630/96 -- Contendo o Ofício nº 1943/96, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para entrega da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.000252/96. -- DECISÃO No. 10.396/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 20 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da referida tomada de contas.

PROCESSO No. 2631/96 -- Contendo o Ofício nº 1944/96, mediante o qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para entrega da tomada de contas especial objeto do Processo nº 050.000253/96. -- DECISÃO No. 10.397/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada, tomou conhecimento do documento de f. 20 e considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para entrega da referida tomada de contas.

RELATADOS PELO AUDITOR JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO No. 2449/87 (apensos os de nºs 1322/88 e 2100/93 e anexos 05 volumes) -- Contendo o Ofício nº 696/96-PRESI, mediante o qual a Companhia Imobiliária de Brasília solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para conclusão da tomada de contas especial de que trata o Processo nº 111.001200/95. -- DECISÃO No. 10.398/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do referido expediente, concedeu a prorrogação de prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 0090/91 -- Aposentadoria de MARIA AUXILIADORA DE OLIVEIRA MACHADO-SEA. -- DECISÃO No. 10.399/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 3291/91 -- Aposentadoria de LAURO PINTO CARDOSO JUNIOR-SEA. -- DECISÃO No. 10.400/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - relevar as falhas apontadas pela instrução; II - considerar legal a concessão para fins de registro do respectivo ato de fls. 67; III - determinar à Secretaria de Administração, posteriormente, proceder a correção do Abono Provisório, desta concessão, nos termos apontados pela instrução.

PROCESSO No. 3217/92 -- Aposentadoria de JOSÉ ABBADE DOS SANTOS-FEDF. -- DECISÃO No. 10.401/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, posicione-se, conclusivamente, a respeito da progressão prevista nas Leis nºs 66/89 e 108/90, substituindo o documento de fl. 33, se for o caso, referente ao tempo de serviço de 1.069 dias prestados pelo interessado na função de professor na Polícia Militar do Espírito Santo. Caso confirme o Padrão 25F, atenda o exposto à fl. 36.

PROCESSO No. 4909/93 (apenso o de nº 2354/91) -- Pensão civil concedida a CECILIA FERREIRA CHAVES e outros-FEDF. -- DECISÃO No. 10.402/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: I - elabore, nos termos da Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, novo título de pensão, para calcular o

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

adicional por tempo de serviço à razão de 12% sobre o vencimento básico, tendo em vista que o tempo de serviço do ex-servidor, apurado nos autos de aposentadoria, era de 12 anos; II - junte ao processo a Certidão de Tempo de Serviço adequada à Lei nº 8.112/90, que alterou a concessão da gratificação por tempo de serviço de "qüinqüênio" para "anuênio".

PROCESSO No. 5714/93 -- Aposentadoria de MARIA DO SOCORRO DE MACEDO-FEDF. -- DECISÃO No. 10.403/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) autentique o ato de fls. 10; b) interceda junto ao INSS, com a finalidade de aferir a autenticidade da Certidão de fls. 03, bem como a ratificação das informações contidas na referida certidão, tendo em vista determinação feita pelo Tribunal, no tocante à comprovação de tempo de serviço (trabalhador rural), ao examinar o Processo nº 3.483/93 (Auditoria Programada).

PROCESSO No. 0951/94 (apenso o de nº 053.000428/94) -- Tomada de contas especial instaurada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.404/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 1149/94 (apenso o de nº 082.018989/93) -- Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.405/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 2272/94 -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial. -- DECISÃO No. 10.406/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento dos documentos de fls. 37/38 e determinou diligência, para que a Procuradoria-Geral do Distrito Federal, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe informações acerca das providências adotadas para obter o ressarcimento do prejuízo noticiado no Processo nº 030.001.318/94.

PROCESSO No. 3193/94 (apenso o de nº 030.006400/94) -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade. -- DECISÃO No. 10.407/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço, julgando-as regulares; b) determinar o arquivamento dos autos; c) recomendar à Secretaria de Administração a observância dos prazos previstos no Regimento Interno.

PROCESSO No. 3640/94 -- Aposentadoria de JOSÉ AMÂNCIO SOARES-SEA. -- DECISÃO No. 10.408/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - considerar legal a presente concessão, para fins de registro do respectivo ato de fls. 25; II - determinar à Secretaria de Administração do DF que, posteriormente, confeccione nova Certidão de Tempo de Serviço, em substituição a de fls. 37, para efetuar as correções reclamadas pela instrução.

PROCESSO No. 5178/94 (apenso o de nº 082.011691/94) -- Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens de sua propriedade. -- DECISÃO No. 10.409/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento do documento de fls. 41; II - relevar os atrasos apontados pela instrução; III - determinar à Fundação Educacional do DF que, no prazo de 30

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

(trinta) dias, junte aos autos documento comprobatório do registro da incorporação ao seu patrimônio da máquina de escrever marca Olivetti, modelo ET 2250, número de fabricação 1091934, entregue à entidade pelas servidoras responsabilizadas nas contas em apreço, em reposição à máquina desaparecida; IV - remeter os autos à 2ª ICE e devolver o apenso à origem.

PROCESSO No. 6817/94 -- Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no Processo nº 030.011719/94. -- DECISÃO No. 10.410/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, o órgão de origem remeta os comprovantes do ressarcimento.

PROCESSO No. 1962/95 (apenso o de nº 053.000372/95) -- Tomada de contas especial instaurada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do Processo nº 053.000372/95. -- DECISÃO No. 10.411/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I) tomar conhecimento das contas em apreço; II) determinar a restituição do processo apenso à origem, para que o CBMDF, no prazo de 30 (trinta) dias: a) esclareça o valor total das ligações de caráter particular efetuadas na linha nº 325.1417 no mês de janeiro de 1995; b) envide esforços no sentido de apontar os responsáveis pelos prejuízos decorrentes das ligações telefônicas noticiadas nos autos; c) identifique os responsáveis pelo descumprimento do prazo regimental na condução dos trabalhos da TCE.

PROCESSO No. 2572/95 (apenso o de nº 054.000605/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos constantes do citado apenso. -- DECISÃO No. 10.412/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das contas em apreço; II - relevar os atrasos ocorridos no andamento da referida TCE; III - determinar à Polícia Militar do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe à Corte sobre a existência de Ação de Reparação de Danos movida contra o Distrito Federal pelo Sr. WATERLOO MALVA SANTARÉM, proprietário do Escort Hobby, placa JED 2043-DF, em razão do acidente com a viatura VW/kombi, tombamento nº 33.800-36, ocorrido no dia 06.05.95.

PROCESSO No. 2934/95 -- Aposentadoria de TEREZINHA MARIA DO AMARAL NOVAIS-FEDF. -- DECISÃO No. 10.413/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência para que a Fundação Educacional do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1) autentique os documentos de fls. 17 e 30; 2) retifique o ato de fls. 26, a fim de incluir a fundamentação legal referente aos incentivos funcionais; 3) esclareça se a servidora faz juz às gratificações de: a) regência de classe (Lei nº 696/94); b) alfabetização (Lei nº 654/94); c) titulação (Lei nº 521/94); 4) elabore novo Ato Concessório de Abono Provisório, para fazer constar as gratificações a que tenha direito a inativa, ou apenas corrigir o total dos proventos no ato de fls. 31, no caso de não serem devidas as gratificações mencionadas no item anterior.

PROCESSO No. 3965/95 -- Aposentadoria de JOAQUIM AMORIM-SEA. -- DECISÃO No. 10.414/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, determinou diligência para que a Secretaria de Administração do Distrito Federal, no prazo de 60 (sessenta) dias: a) esclareça a divergência entre a data de admissão constante das informações cadastrais de fl. 04 e a apresentada no documento de fl. 10; b) esclareça a que órgão foi prestado o tempo de serviço compreendido entre 17.07.61 a 31.05.63.

PROCESSO No. 0204/96 (apenso o de nº 081.000036/95) -- Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Cultural do Distrito Federal para apurar responsabilidades por prejuízos causados aos seus

TCDF-ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3214, DE 21.11.96

cofres, em decorrência da exoneração de servidor. -- DECISÃO No. 10.415/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço; b) julgar regulares as contas do Sr. EURÍPEDES ALVES BEZERRA e determinar a baixa na inscrição contábil de responsabilidade, efetuada em seu nome; c) determinar o arquivamento dos autos.

Encerrada a fase de julgamento de processos ordinários, o Senhor Presidente convocou Sessão Extraordinária, de caráter reservado, a realizar-se nesta data, para que o Tribunal apreciasse, na forma do disposto no art. 97, parágrafo 1º, da Lei Orgânica desta Corte, matéria sigilosa.

A seguir, o Senhor Presidente formulou proposta no sentido de que a partir desta sessão passe a constar na respectiva ata o total dos processos apreciados.- O Tribunal aprovou a proposta.

Finalmente, o Senhor Presidente informou aos membros do Plenário que a partir desta sessão a Secretaria das Sessões implementará, em caráter experimental, o novo sistema de automatização de atas, decisões e súmula de jurisprudência, desenvolvido pelo NIPD e solicitou a colaboração de todos para que se possa, no menor tempo possível, utilizar definitivamente a nova sistemática.

Nada mais havendo a tratar, às 13h05, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata -contendo 132 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros, Auditores e representante do Ministério Público junto a esta Corte.

RONALDO COSTA COUTO, JOSÉ EDUARDO BARBOSA, MARLI VINHADELI, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA, MAURÍLIO SILVA, OSVALDO RODRIGUES, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES.

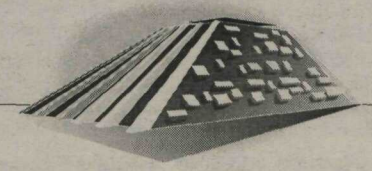
RETIFICAÇÃO

Na ata da Sessão Ordinária nº 3213, de 19/11/96, na parte relatada pelo Auditor JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, a decisão correta adotada no Processo nº 2680/92 é a seguinte:

PROCESSO No. 2680/92 (apenso o de nº 030.011002/95 e cópia do de nº 102.077719/94) -- Tomada de contas especial instaurada pelo Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelas irregularidades ocorridas na Tesouraria daquele Órgão, por ocasião dos cálculos e recebimentos de prestações referentes às projeções vendidas pelo IDHAB. -- DECISÃO No. 10.263/96.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento da defesa apresentada pelo responsável (fls. 98 a 100), sobrestando no seu julgamento de mérito; II - determinar ao IDHAB que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) preste informações sobre o andamento e/ou desfecho do Inquérito Policial nº 205/92, instaurado na Primeira Delegacia Policial - Asa Sul; b) informe sobre o andamento e/ou desfecho das ações judiciais movidas contra o Sr. CLORIVAL FLORINDO DA SILVA; c) remeta-lhe circunstanciados esclarecimentos da Comissão de Tomada de Contas Especial sobre: - a responsabilidade quanto à isenção de multas e juros de mora no período em que o Sr. CLORIVAL encontrava-se em gozo de férias, entre 15.01.92 e 13.02.92 (fls. 64, 65, 66 e 111, do Processo nº 102.077. 719/94); - a afirmação pelo Sr. CLORIVAL, de que seriam do então Diretor Financeiro da SHIS as assinaturas autorizando a dispensa de penalidades moratórias, nos documentos de fls. 84, 85 e 103, do Processo nº 102.077.719/94; - a negativa de autoria do Sr. CLORIVAL, quanto à assinatura aposta no documento de fls. 61 do Processo nº 102.077.719/94; III - determinar a devolução de cópia do Processo nº 102.077719/94 à origem, para viabilizar o cumprimento da diligência; IV - determinar a extração de cópia da defesa apresentada pelo Sr. CLORIVAL, para encaminhamento ao IDHAB como subsídio para o cumprimento da diligência.

A Terracap está doando o Teatro Nacional para a Secretaria de Cultura.
Este ato merece ser aplaudido de pé.

Em 95, a Terracap doou o Cine Brasília para a Secretaria de Cultura. O sucesso foi tanto, que a gente não poderia deixar de dar o bis. E que bis. Agora o Teatro Nacional Cláudio Santoro será também patrimônio de todos que fazem e que admiram a nossa cultura.



TERRACAP
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

SEÇÃO II

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 17.863, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

Comissão de Sindicância que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, incisos VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando os termos da Carta do Administrador de Brasília - RA-I, de 25/10/96, decreta:

Art. 1º - Fica criada Comissão de Sindicância para apurar possíveis irregularidades na Administração Regional de Brasília - RA-I.

Art.2º - A Comissão será composta pelos seguintes membros:

I. **PEDRO BRAGA NETTO,** Matrícula nº 33.537-1, Subsecretário de Coordenação das Administrações Regionais - SUCAR, que a presidirá;

II. **MARIA JOSÉ SOUZA MORAES,** Matrícula nº 45.383-8, Consultora-Adjunta da Consultoria Jurídica do Gabinete do Governador;

III. **MARCOS SILVA NEIVA,** Matrícula nº 46.641-6, Assessor da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Art.3º - A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar relatório conclusivo.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 17.844 de 21 de novembro de 1996.

Art.5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,28 de novembro de 1996
108º da República e 37º de Brasília
CRISTOVAM BUARQUE

DECRETOS DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

EXONERAR LAIR GERÔNIMO DA SILVEIRA, Matrícula nº 44.595-9, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Diretor da Divisão Regional de Permissões e Concessões Públicas,

NOMEAR OSÂNIO FREITAS SANTOS, Fiscal de Concessões e Permissões, Matrícula nº 41.965-6, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Diretor da Divisão Regional de Permissões e Concessões Públicas;

EXONERAR VERA LÚCIA RESENDE, Matrícula nº 44.416-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe do Serviço de Administração de Feiras, da Divisão Regional de Permissões e Concessões Públicas,

NOMEAR INDIARA DE OLIVEIRA, Matrícula nº 44.511-8, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-10, de Chefe do Serviço de Administração de Feiras, da Divisão Regional de Permissões e Concessões Públicas;

EXONERAR INDIARA DE OLIVEIRA, Matrícula nº 44.511-8, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Chefe da Seção de Bancas de Jornais e Revistas, da Divisão Regional de Permissões e Concessões Públicas;

NOMEAR ALITA SILVA ROCHA, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-05, de Chefe da Seção de Bancas de Jornais e Revistas, da Divisão Regional de Permissões e Concessões Públicas;

NOMEAR EDSON MESQUITA DA SILVA, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-01, de Encarregado de Turma;

EXONERAR PAULO ANTONIO DIAS NASCIMENTO, Matrícula nº 46.930-0, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente;

EXONERAR ECILENE SOUZA OLIVEIRA, Matrícula nº 44.369-7, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-01, de Encarregado de Turma;

NOMEAR ECILENE SOUZA OLIVEIRA, Matrícula nº 44.369-7, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-05, de Assistente,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, por ter sido nomeado para outro cargo, JOÃO BORBOREMA CABEÇUDO, matrícula Nº 136.394-8, do Cargo em Comissão de Chefe do Serviço de Emergência, do Hospital Regional de Ceilândia, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, conforme processo Nº 061.042.630/96.

Exonerar, ANTÔNIO AUGUSTO ALVES DE SOUSA, Agente Administrativo, NM 30, **matrícula Nº 122.962-1, do Cargo em Comissão de Chefe do Centro de Saúde Nº 11, da Coordenação Regional de Saúde de Ceilândia, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 05/11/96.**

Exonerar, por ter sido nomeada para outro cargo, MARIA DE LURDES G. DA S. AVELINO, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Enfermeira), **matrícula Nº 132.089-1, do Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem Por Área de Internação, da Seção de Enfermagem, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Ceilândia, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 14/10/96.**

Nomear, MARIA DE LURDES G. DA S. AVELINO, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão I (Enfermeira), **matrícula Nº 132.089-1, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente do Serviço de Emergência, do Hospital Regional de Ceilândia, Símbolo DFA-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.**

Exonerar, a pedido, MARCOS PASCOAL PATTUSSI, Assistente Superior de Saúde, 3ª Classe, Padrão III (Odontólogo), **matrícula Nº 134.109-0, do Cargo em Comissão de Chefe do Centro de Saúde Nº 02, da Coordenação Regional de Saúde de Ceilândia, Símbolo DFG-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.**

Nomear, VANILDE SÁ BARBOSA, Assistente Intermedário de Saúde II, Classe Especial, Padrão I (Auxiliar de Enfermagem), **matrícula Nº 125.253-4, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem Por Área de Internação, da Seção de Enfermagem, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional de Ceilândia, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.**

Nomear, SUELI VIEIRA GUEDES, Assistente Intermediário de Saúde I, Classe Única, Padrão XIX (AOSD/Patologia Clínica), **matrícula Nº 123.745-4, para exercer o Cargo em Comissão de Secretária do Laboratório Regional de Ceilândia, da Coordenação Regional de Saúde de Ceilândia, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.**

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, ELIZABETH CAMARGO, Assistente Superior de Saúde, Classe Especial, Padrão IV (Assistente Social), **matrícula Nº 113.513-9, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Assistência Social, da Divisão de Recursos Assistenciais, do Hospital de Base do Distrito Federal, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 04/06/96.**

Nomear, ILIANA TAKAYANAGI, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão III (Assistente Social), **matrícula Nº 123.041-7, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Assistência Social, da Divisão de Recursos Assistenciais, do Hospital de Base do Distrito Federal, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.**

Exonerar, a pedido, ADOLFO DE MOURA JÚNIOR, Assistente Intermediário de Saúde II, 2ª Classe, Padrão I (Agente Administrativo), **matrícula Nº 130.523-9, do Cargo em Comissão de Chefe de Equipe de Informática, do PAM/Central, do Hospital de Base do Distrito Federal, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.**

Nomear, LEONILDA SOUSA DE OLIVEIRA, Assistente Intermediário de Saúde II, 2ª Classe, Padrão II (Agente Administrativo), **matrícula Nº 129.486-5, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregada de Recursos Humanos Econômico-Financeiros, do PAM/Central, do Hospital de Base do Distrito Federal, Símbolo DFG-04, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.**

Exonerar, por motivo de aposentadoria, ZULMIRA MOREIRA FERNANDES, Agente Administrativo, NM 30, **do Cargo em Comissão de Secretária da Unidade de Medicina Nuclear, da Seção de Medicina Complementar, da Divisão de Recursos Médicos, do Hospital de Base do Distrito Federal, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 26/09/96.**

Nomear, MARCONIO LUIZ ALVES DE LIMA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), **matrícula Nº 117.083-0, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário da Unidade de Medicina Nuclear, da Seção de Medicina Complementar, da Divisão de Recursos Médicos, do Hospital de Base do Distrito Federal, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.**

Nomear, BENEDITO PEREIRA TELES, AOSD/Lavanderia, NM 17-I, **matrícula Nº 124.227-0, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado de Almoxarifado, da Seção de Material e Patrimônio, da Divisão de Recursos Materiais, do Hospital de Base do Distrito Federal, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.**

Nomear, MARGARETE CANTALICE ROCHA, Assistente Superior de Saúde, Classe Especial, Padrão III (Enfermeira), **matrícula Nº 116.791-0, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem da UTI Infantil, da Unidade de Terapia Intensiva Infantil, da Divisão de Recursos Médicos, do Hospital de Base do Distrito Federal, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.**

Nomear, JOÃO BORBOREMA CABEÇUDO, matrícula Nº 136.394-8, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Equipe de Emergência, do Serviço de Emergência, do Hospital de Base do Distrito Federal, Símbolo DFG-07, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve,

Exonerar, a pedido, NEUSA DE CASTRO LOPES, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Encarregado de Registro Funcional do Serviço de Pessoal, da Divisão de Administração Geral do Departamento de Assuntos Administrativos da Secretaria de Governo, a partir de 05 de novembro de 1996.

Nomear MARCOS ANTONIO FARIAS DAS CHAGAS, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-03, de Encarregado de Registro Funcional do Serviço de Pessoal da Divisão de Administração Geral do Departamento de Assuntos Administrativos da Secretaria de Governo.

Exonerar, por estar sendo nomeado para outro Cargo, MARCOS ANTONIO FARIAS DAS CHAGAS, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário-Administrativo do Serviço de Pessoal da Divisão de Administração Geral do Departamento de Assuntos Administrativos da Secretaria de Governo.

Nomear ELIENE MARIA DIAS ALVES, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário-Administrativo do Serviço de Pessoal da Divisão de Administração Geral do Departamento de Assuntos Administrativos da Secretaria de Governo.

Exonerar, por motivo de aposentadoria, VERA LÚCIA LUCIANO DA SILVA, do Cargo em Comissão, símbolo DFA-03, de Secretário-Administrativo do Serviço de Apoio Administrativo, da Divisão de Administração Geral, do Departamento de Assuntos Administrativos, da Secretaria de Governo, a partir de 07 de novembro de 1996.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

I - EXONERAR os servidores, a seguir especificados, dos respectivos Cargos em Comissão que ocupam no Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal:

01 - ESTELA MARES RODRIGUES, matrícula nº 81.060-6, de Chefe do Núcleo de Controle e Acompanhamento, símbolo DFG - 09, da Assessoria de Planejamento, a partir de 01.11.96, a pedido;

02 - MANOEL ELIAS DA SILVA, matrícula nº 74.918-4, de Encarregado de Veículos Pesados, símbolo DFG - 03, da Divisão de Manutenção de Frota, a partir de 21.11.96, em virtude de aposentadoria;

03 - ANTÔNIO OLIVEIRA MAGALHÃES, matrícula nº 81.943-3, de Encarregada de Varrição e Operações Especiais, símbolo DFG - 03, do Distrito de Limpeza do Gama, a partir de 18.11.96, a pedido;

04 - PEDRO LUIZ RENNÓ, matrícula nº 81.861-5, de Chefe da Divisão de Tratamento de Resíduos Sólidos, símbolo DFG - 11, da Diretoria de Operações, a pedido;
05 - NEIBER RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 84.111-0, de Chefe do Serviço de Aterros Sanitários, símbolo DFG - 09, da Diretoria de Operações;
06 - HAMILTON DE ARAÚJO GAMA DUARTE, matrícula nº 84.103-X, de Chefe do Serviço de Recuperação de Áreas Degradas, símbolo DFG - 09, da Diretoria de Operações, a pedido.
II - NOMEAR os servidores, a seguir especificados, para exercerem Cargos em Comissão no Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal:
01 - WANDERLEY FERREIRA DE ARAÚJO, para Assessor, símbolo DFG - 11, da Diretoria Geral;
02 - MARIANA DA COSTA FERREIRA LODDER, para Chefe do Núcleo de Controle e Acompanhamento, símbolo DFG - 09, da Assessoria de Planejamento;
03 - FRANCINETE CARDOSO DE ARAÚJO, para Encarregado de Varrição e Operações Especiais, símbolo DFG - 03, do Distrito de Limpeza do Gama;
04 - NEIBER RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 84.111-0, para Chefe da Divisão de Aterros, símbolo DFG - 11, da Diretoria de Operações.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear THELMA MARIA RODRIGUES AMARAL para exercer o cargo em comissão de Assistente, Símbolo DFA-05, da Divisão de Coordenação de Sistemas do Departamento Geral de Informática da Secretaria de Fazenda e Planejamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
- EXONERAR, a pedido, LUCIANA DUARTE DUTRA, matrícula nº 67.442-7, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe da Seção de Integração Escola-Comunidade, a contar de 08.11.96.
- NOMEAR MARGARETH RODRIGUES LOBATO, matrícula nº 61.238-3, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-07, de Chefe da Seção de Integração Escola- Comunidade.
- NOMEAR SYLVIA HELENA DE OLIVEIRA CARVALHO, matrícula nº 62.801-8, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-06, de Assistente do Centro Educacional 01 do Paranoá.
- NOMEAR SILVIA NOGUEIRA DE CARVALHO, matrícula nº 20.260-6, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-04, de Vice-Diretor da Escola Classe 114 Sul.
- NOMEAR ONILDO ALVES MONTEIRO, matrícula nº 43.453-1, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Chefe de Secretaria Escolar do Centro Educacional 02 do Cruzeiro.
- Retificar o Decreto datado de 12 de novembro de 1996, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 221, de 13 de novembro de 1996, que EXONEROU GERLICE LÚCIA MOURA REIS, matrícula nº 30.945-1, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Assistente da Escola Classe 711 Norte, da Divisão Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro, a contar 02.09.96, conforme se segue:
ONDE SE LÊ: matrícula nº 30.945-1, LEIA-SE: matrícula nº 20.568-0.
Da Divisão Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro
DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, RESOLVE:

Exonerar, por ter sido nomeado para outro cargo, EDVALDO DIAS CARVALHO JÚNIOR, Assistente Superior de Saúde (Médico-Ginecologia e Obstetrícia), matrícula nº 123.036-1, do Cargo em Comissão de Diretor do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-10, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 01/10/96.

Nomear WALTER GAYA SOUTO, Assistente Superior de Saúde (Médico Sanitarista), matrícula nº 118.874-7, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor do Hospital Regional de Sobradinho, Símbolo DFG-10, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, EDVALDO DIAS CARVALHO JÚNIOR, Assistente Superior de Saúde (Médico-Ginecologia e Obstetrícia), matrícula nº 123.036-1, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor do Instituto do Coração, Símbolo DFA-11, do Quadro de Cargos em Comissão da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
Exonerar, a pedido, ÉLCIO GOMES ALVES, matrícula nº 22.242-9, Técnico de Administração Publica, do Cargo em Comissão de Assistente da Divisão de Fiscalização de Saúde, Símbolo DFA-02, do Departamento de Fiscalização de Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Nomear CLÁUDIA ROGHA FERREIRA, matrícula nº 41.368-2, Inspetora de Saúde, para exercer o Cargo em Comissão de Assessora, Símbolo DFA-11, do Departamento de Fiscalização de Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.
Nomear JOSÉ LOPES DE OLIVEIRA, matrícula nº 41.699-1, Auxiliar de Administração Pública, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente da Divisão de Fiscalização de Saúde, Símbolo DFA-02, do Departamento de Fiscalização de Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

ASSINATURA TRIMESTRAL
Retirada no Anexo do Palácio do Buriti R$ 22,93
Remessa via Correios R$ 46,90
INFORMAÇÕES E VENDAS: Anexo do Palácio do Buriti Telefones: (061) 225-7803 316-4137 e 213-6312

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, IVANOSKA CÂMARA FIGUEIRA, matrícula Nº 135.906-1, do Cargo em Comissão de Chefe de Equipe de Emergência, do Serviço de Emergência, do Hospital Regional da Asa Norte, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 01/11/96.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
- EXONERAR VANDER DE SOUSA ALVES, matrícula nº 44.090-6, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe 511, da Divisão Regional de Ensino de Samambaia, a contar de 01.10.96.
- NOMEAR MOZART FERNANDES TEIXEIRA, matrícula nº 29.497-7, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-02, de Chefe de Secretaria Escolar da Escola Classe 511, da Divisão Regional de Ensino de Samambaia.
- NOMEAR RENATO TRINDADE DE SOUZA, matrícula nº 56.798-1, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-08, de Vice-Diretor do Centro Educacional 02, da Divisão Regional de Ensino de Taguatinga.
- EXONERAR ANTONIO CARLOS FERREIRA, matrícula nº 71.129-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-04, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau Taquara, da Divisão Regional de Ensino de Planaltina.
- NOMEAR MARIA MAGDA REZENDE DO NASCIMENTO, matrícula nº 53.687-3, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-04, de Assistente do Centro de Ensino de 1º Grau Taquara, da Divisão Regional de Ensino de Planaltina.
- NOMEAR ANTONIO CARLOS AMÂNCIO, matrícula nº 99.917-2, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-09, de Assistente da Divisão de Recursos Humanos do Departamento Geral de Administração.
- EXONERAR, a pedido, HÉLVIA LEITE CRUZ, matrícula nº 92.496-2, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Diretor da Divisão de Ensino Médio, do Departamento de Pedagogia.
- NOMEAR CLAISY MARIA MARINHO ARAÚJO, matrícula nº 23.864-3, para responder interinamente, pelo Cargo em Comissão, Símbolo DFG-12, de Diretor da Divisão de Ensino Médio, do Departamento de Pedagogia, até que seja nomeado o titular.
DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL.

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, ALBERTO JORGE MADEIRO LEITE, Assistente Superior de Saúde, 3ª Classe, Padrão III (Médico/Ginecologia e Obstetrícia), matrícula Nº 133.681-9, do Cargo em Comissão de Chefe do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar, do Hospital Regional de Planaltina, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 01/11/96.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
Exonerar EDMILSON SOUZA SAMPAIO FILHO, matrícula nº 80.038-4, do cargo em comissão de Encarregado da Seção de Alimentação e Nutrição da Divisão de Zoobotânica, símbolo DFG-03, do Jardim Zoológico de Brasília.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
Exonerar, a pedido , MARIA LETÍCIA DE SÁ NERY, matrícula nº 26.544-9 , do Cargo em Comissão de Assessora, Símbolo DFA-11, do Núcleo de Planejamento da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, IZIS NEVES DE MENEZES COSTA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), matrícula Nº 114.773-1, do Cargo em Comissão de Encarregada de Orçamento e Custos, da Seção de Contabilidade, da Divisão de Recursos Econômico-Financeiros e Materiais, do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, CRENILDES DINIZ FERREIRA DE SÁ, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), matrícula Nº 110.386-5, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregada de Orçamento e Custos, da Seção de Contabilidade, da Divisão de Recursos Econômico-Financeiros e Materiais, do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, ELIZEU CORREA DA SILVEIRA, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão VI (Enfermeiro), matrícula Nº 121.771-2, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado de Enfermagem em Emergência, da Seção de Enfermagem, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional do Gama, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
1 - Exonerar, a pedido, GUSTAVO MACEDO MELLO BAPTISTA matrícula nº 00.149-X , do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Bacias Hidrograficas DFG-09, a partir de 23.09.96.
2 - Exonerar, a pedido, ANDERSON GONÇALVES VELOSO matrícula nº 00.084-1, do cargo em Comissão de Encarregado de Supervisão de Parques DFG-02, da Diretoria Técnica a partir de 01.10.96.
3 - Exonerar LUIZ CARLOS PINAGÉ LIMA matrícula nº 00.147-5, do cargo em comissão de Assessor da Diretoria Geral DFA-12.
DO INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, por ter sido nomeado para outro cargo, JOSÉ SINELSON FILHO, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão III (Agente Administrativo), matrícula Nº 121.705-4, do Cargo em Comissão de Encarregado de Arquivo Médico, da Seção de Informação, da Divisão de Documentação e Informação, do Hospital Regional de Taguatinga, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, ALESSANDRA VENÂNCIO DE SOUZA, Assistente Intermediário de Saúde II, 2ª Classe, Padrão I (Agente Administrativo), matrícula Nº 131.338-0, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado de Arquivo Médico, da Seção de Informação, da Divisão de Documentação e Informação, do Hospital Regional de Taguatinga, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, JOSÉ SINELSON FILHO, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão III (Agente Administrativo), matrícula Nº 121.705-4, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Informação, da Divisão de Documentação e Informação, do Hospital Regional de Taguatinga, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
Nomear ENIUS CORRÊA DE AQUINO, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregado da Seção de Alimentação e Nutrição da Divisão de Zoobotânica, Símbolo DFG-03, do Jardim Zoológico de Brasília.

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, por motivo de aposentadoria, JOANA DARCK RAMALHO B. FERREIRA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), matrícula Nº 106.491-6, do Cargo em Comissão de Diretora da Divisão de Administração Geral, do Hospital Regional de Brazlândia, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 13/08/96.

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, por ter sido nomeado para outro cargo, WELLINGTON ANTÔNIO DA SILVA, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão II (Enfermeiro), matrícula Nº 123.865-5, do Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Administração Geral, do Hospital de Apoio, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, WELITON JOSÉ VIEIRA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), matrícula Nº 115.532-6, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Administração Geral, do Hospital de Apoio, Símbolo DFG-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, ELIZA REGINA MELLO, Assistente Superior de Saúde, 2ª Classe, Padrão IV (Enfermeira), matrícula Nº 127.916-5, do Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Enfermagem, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital de Apoio, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Nomear, WELLINGTON ANTÔNIO DA SILVA, Assistente Superior de Saúde, 1ª Classe, Padrão II (Enfermeiro), matrícula Nº 123.865-5, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe da Seção de Enfermagem, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital de Apoio, Símbolo DFG-05, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, por ter sido nomeado para outro cargo, WELITON JOSÉ VIEIRA, Assistente Intermediário de Saúde II, Classe Especial, Padrão V (Agente Administrativo), matrícula Nº 115.532-6, do Cargo em Comissão de Assistente do Núcleo de Planejamento, da Administração Central, Símbolo DFA-08, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, GEÍSA TEIXEIRA MELLO, matrícula nº 00246-1, do Cargo em Comissão de Assessor do Gabinete,Símbolo DFA-11, do Diretor do Departamento de Emprego do Distrito Federal - DEPEM/DF, da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal.
Nomear, IVANA DINIZ MACHADO, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor do Gabinete, Símbolo DFA-11, do Diretor do Departamento de Emprego do Distrito Federal - DEPEM/DF, da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, por ter sido nomeada para outro Cargo, MAGDALENA SOPHIA OLIVEIRA PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-12, de Assessor do Secretário de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal;

Nomear MAGDALENA SOPHIA OLIVEIRA PINHEIRO VILLAR DE QUEIROZ para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-13, de Gerente da Gerência de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal;

Exonerar, por ter sido nomeada para outro Cargo, LUDIMILA DE ÁVILA PACHECO do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Coordenador II do Gabinete da Diretora Executiva da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal;

Nomear LUDIMILA DE ÁVILA PACHECO para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-12, de Assessor do Secretário de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal;

Nomear PAULO HENRIQUE ABREU DE OLIVEIRA para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-11, de Coordenador II do Gabinete da Diretora Executiva da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear SUZANA RACHEL DE MACEDO RODRIGUES, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-10, de Assessor da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, R E S O L V E :

Exonerar, MARIA SUELY SILVA COELHO, matrícula nº 00212-7, do Cargo em Comissão de Chefe de Posto de Atendimento, Símbolo DFG-10, do Departamento de Emprego do Distrito Federal - DEPEM/DF, da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal.
Nomear, ORLANDO RODRIGUES DE MATOS, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Posto de Atendimento, Símbolo DFG-10, do Departamento de Emprego do Distrito Federal - DEPEM/DF, da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal.
Exonerar, MARCELO FRANCISCO PEREIRA DA CUNHA, matrícula nº 00238-0, do Cargo em Comissão de Chefe de Posto de Atendimento, Símbolo DFG-10, do Departamento de Emprego do Distrito Federal - DEPEM/DF, da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal.
Nomear, JOSÉ RIBAMAR NERES CORREA, matrícula 53.553-2, requisitado da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB, para exercer o Cargo em Comissão de Chefe de Posto de Atendimento, Símbolo DFG-10, do Departamento de Emprego do Distrito Federal - DEPEM/DF, da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

EXONERAR JUSCELINO FRANÇA LOPO, matrícula nº 45.171-1, do Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Divisão Regional de Obras;

NOMEAR EDVALDO DOS SANTOS FERREIRA, para o Cargo em Comissão, Símbolo DFA-03, de Secretário Administrativo, da Divisão Regional de Obras,

DA SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS, DA SECRETARIA DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, MARIA APARECIDA PIMENTA, matrícula nº 135.565-1, do Cargo em Comissão de Assistente Administrativo da Presidência, da Administração Central, Símbolo DFA-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 01/10/96.

Nomear EDNA APARECIDA SOARES CECÍLIO, Assistente Intermediário de Saúde (Agente Administrativo), matrícula nº 116.201-2, para exercer o Cargo em Comissão de Assistente Administrativo da Presidência, da Administração Central, Símbolo DFA-06, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Nomear POLARY AMORIM REGO, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-10, de Chefe do Serviço de Administração de Próprios Culturais, da Diretoria Executiva da Fundação Cultural do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
Tornar sem efeito a nomeação de LUDMILA DE MARCOS RABELO, matrícula 46.128-8, constante do Ato publicado no DODF nº 221, página 9324 de 13/11/96, que nomeou a mesma para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Administrativo, Símbolo DFA-03, da Subsecretaria de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

EXONERAR, a pedido EDITE PEREIRA DE JESUS, matrícula nº 68.081-8,do Cargo em Comissão de Secretaria Administrativa, Símbolo DFA-04, do Instituto de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, a partir de 11/11/96.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
- EXONERAR LUCIANA FRANCHES AMORIM D'ASCENÇÃO, matrícula nº 45.314-5, do Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Vice-Diretor do Programa de Educação Escolar do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente de Ceilândia, da Divisão Regional de Ensino de Ceilândia, a contar de 20.11.96.
- NOMEAR ADRIANA BORGES ARAÚJO, matrícula nº 20.396-3, para exercer o Cargo em Comissão, Símbolo DFG-06, de Vice-Diretor do Programa de Educação Escolar do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente de Ceilândia, da Divisão Regional de Ensino de Ceilândia.
DA DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
I - Exonerar, a pedido WILMA YAEKO SAKAMOTO, matrícula n.º 90.085-0 do cargo em comissão de Assistente da Gerência Cultural, Código DFA-06, do Arquivo Público do Distrito Federal, a partir de 30 de novembro de 1996.
II - Nomear, ROSA MARTA DE ALBUQUERQUE COSTA, para exercer o cargo em comissão de Assistente da Gerência Cultural, Código DFA-06, do Arquivo Público do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:
1- Exonerar, a pedido, FRANCISCO DE SOUZA FILHO matricula nº 37.903-4, do cargo em comissão DFA-11, Assessor da Gerência de Licenciamento e Fiscalização da Exploração Mineral e Parcelamento do Solo da DLFA, a partir de 18.11.96.
DO INSTITUO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL

O Governador do Distrito Federal no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100, inciso XXVII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, resolve:

Exonerar, a pedido, PATRÍCIA DE OLIVEIRA F. CYRINO, Assistente Interemdiário de Saúde II, Classe Especial, Padrão I (Agente Administrativo), matrícula Nº 123.735-7, do Cargo em Comissão de Secretária da Unidade de Neonatologia, da Seção de Medicina Integrada, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional da Asa Sul, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 30/10/96.

Nomear, ELIETE ALVES SANTANA, Assistente Intermediário de Saúde II, 3ª Classe, Padrão I (Agente Administrativo), matrícula Nº 135.357-8, para exercer o Cargo em Comissão de Secretária da Unidade de

Neonatologia, da Seção de Medicina Integrada, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional da Asa Sul, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, a pedido, MARIA TERESA CUNHA DE AGUIAR, Assistente Superior de Saúde, Classe Especial, Padrão V (Enfermeira), matrícula Nº 112.903-1, do Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem em Berçário, da Seção de Enfermagem, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional da Asa Sul, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 24/10/96.

Nomear, MARICILDES PINHEIRO COSTA, Assistente Superior de Saúde, 3ª Classe, Padrão III (Enfermeira), matrícula Nº 134.386-6, para exercer o Cargo em Comissão de Encarregada de Enfermagem em Berçário, da Seção de Enfermagem, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional da Asa Sul, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Exonerar, a pedido, CLÁUDIA EUNICE DOURADO SARAIVA, matrícula Nº 133.793-9, do Cargo em Comissão de Secretária do Administrador Hospitalar, do Hospital Regional da Asa Sul, Símbolo DFG-03, do Quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a partir de 29/10/96.

CRISTOVÃO BUARQUE

DESPACHO DO GOVERNADOR
Em 28 de novembro de 1996

PROCESSO Nº : 061.042.597/96. INTERESSADA : Maria Fátima de Carvalho Pires. ASSUNTO: Afastamento do País.

Autorizo, nos termos do Decreto "N" 542, de 17 de novembro de 1966, combinado com o artigo 95, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o afastamento do País, com dispensa de ponto da servidora Maria Fátima de Carvalho Pires, ocupante dos cargos de Analista de Administração Pública, matrícula nº 200.840-8, Assistente Superior de Saúde, matrícula º 128.169-1, dos Quadros de Pessoal do Instituto de Saúde do Distrito Federal e da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, a fim de participar como visitante/cientista, de treinamento no Laborátorio de Patologia e Microbiologia do Hospital Westeinde ZieKenhuis, em Haia-Holanda, no período de 02 de janeiro de 1997 a 28 de fevereiro de 1998, sem ônus para o Distrito Federal, à exceção do vencimento e demais vantagens fixas.

CRISTOVAM BUARQUE

RETIFICAÇÃO

No Decreto de 08 de Outubro de 1996, publicado no DODF nº 196, de 09 de Outubro de 1996, pág.8309, da Assessoria para Assuntos Parlamentares do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Onde se lê: Exonerar CRISTINE DE FÁTIMA FREITAS MUNDIM, ...
Leia-se : Exonerar CRISTINE DE FATÍMA FREITAS MUNDIM, ..., a partir de 04/10/96.

No Decreto publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, Nº 192, de 02 de outubro de 1.996, página 8177,da Fundação Hospitalar do Distrito Federal,
Onde se lê: Exonerar, a pedido, GILDECY BARBOZA DE AGUIAR CRISPIM, a partir de 15/08/96,...
Leia-se : Exonerar, a pedido, GILDECY BARBOZA DE AGUIAR CRISPIM, a partir de 31/08/96,...

No Decreto publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, Nº 221, de 13 de Novembro de 1.996, página 9324, da Fundação Hospitalar do Distrito Federal,
Onde se lê: Nomear, NEILA MARIA COELHO, Encarregada de Rabilitação Física, da Unidade de Medicina Física e Reabilitação, Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, do Hospital Regional da Asa Norte, Símbolo DFG-04,...
Leia-se : Nomear, NEILA MARIA COELHO, Chefe do Núcleo de Serviços Gerais, do Hospital Regional da Asa Norte, Símbolo DFG-05,...

No Decreto de 14 de setembro de 1996, publicado no DODF nº 222-A, de 15 de novembro de 1996, página nº 9386, da Administração Regional de Taguatinga,

ONDE SE LÊ : NOMEAR LUSIA MARIA DE AQUINO
LEIA-SE : NOMEAR LÚCIA MARIA DE AQUINO

No Decreto de 30 de setembro de 1996, publicado no DODF nº 191, de 01.10.96, pág. 8130, da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal.
ONDE SE LÊ : Exonerar, a pedido, RAIMUNDO CAMPOS ROCHA, matrícula nº 41.996-6. a partir de 09 09 96
LEIA-SE : Exonerar, a pedido, RAIMUNDO CAMPOS ROCHA, matrícula nº 41.996-6, a partir de 01.10.96.

CASA MILITAR

PORTARIA DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 36, inciso X, do Regimento do Gabinete do Governador do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 15.064, de 24 de setembro de 1993, e de acordo com o Decreto nº 17.140, de 06 FEV 96, resolve:
NOMEAR os Subtenentes BM ISAQUEU MACHADO DOS SANTOS, Mat. 01377-3, JOSÉ ORLANDO DAMASCENO VITAL, Mat. 01380-3 e OSVALDIR MIGUEL BENTO, Mat. 01428-X, para exercerem a função de Assistentes Militar na Casa Militar do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

ANTONOFRE DE ANDRADE ALVES - CORONEL QOPM

DESPACHO DO CHEFE
Em 28 de novembro de 1996

O CHEFE DA CASA MILITAR DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 36 inciso V do Regimento do Gabinete do Governador, aprovado pelo Decreto nº 15.064, de 20SET93, ratifica e torna público a referência elogiosa consignada em 11NOV96, ao servidor MÁRCIO RIBEIRO DE SOUZA - Matrícula 38.640/5, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, pelo Coordenador da Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, Senhor PAULO ROBERTO COSTA BECK, por ter no dia 09NOV96 desempenhado suas funções junto àquela Coordenação, no curso da XXII Ação Global, na cidade de Planaltina de Goiás, com empenho e profissionalismo.

ANTONOFRE DE ANDRADE ALVES - CEL QOPM

SECRETARIA DE GOVERNO

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DESPACHO DO DIRETOR (*)

PROCESSO N.º 030.000.037/96
INTERESSADO: GERALDO LIMA BENTES
ASSUNTO: CONCESSÃO DE DIÁRIAS

Nos termos da autorização do Senhor Secretário de Governo, o(s) servidor(es) abaixo relacionado(s), viajará(ão) a serviço(s) do Governo do Distrito Federal, para localidade(s), período(s) e diária(s) a seguir especificado(s):

MATRÍCULA	N O M E	CIDADE	PERÍODO	DIÁRIAS
44.423-5	GERALDO LIMA BENTES	BELO HORIZONTE	25 A 28/11/96	3 E 1/2

LUIZ ANTONIO P. DE CARVALHO

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 226, de 21-11-96.

SUBSECRETARIA DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA 20 DE NOVEMBRO DE 1996

O SUBSECRETÁRIO DE ARTICULAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO, no uso de suas atribuições e tendo em vistas a competência que lhe foi delegada pelo item 1.4 letra "j", da Portaria nº 17, de 22.11.95, publicada no DODF nº 225, de 23.11.95,

RESOLVE:

| - DESIGNAR o servidor SANDOVAL VELOZO DE ANDRADE, Matricula nº 48.4709, Assessor da Assessoria Técnica, Executor do Contrato nº 226/96, Processo nº 030.006.287/95, celebrado entre o Distrito Federal, por meio da SUADE/SEG-GDF e a SERGEN - Serviço Gerais de Engenharia S/A, tendo por objetivo a locação do imóvel situado no Ed. Paulo Mauricio 2º andar, SBN Qd. 02 Lote 10, Asa Norte - DF;

|| - Ao Executor caberá supervisionar, fiscalizar, atestar e acompanhar a execução do contrato, conforme determina as Normas de Execução Orçamentaria, Financeira e Contabil do Distrito Federal;

||| - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua Públicação.

JAMES LEWIS GORMAN JÚNIOR

RETIFICAÇÃO

Na Portaria de 11 de novembro de 1996, publicado no DODF Nº 220, de 12 de novembro de 1996 da Secretaria de Governo.

Onde se lê: Cessar a Gratificação por Encargo em Gabinete de Assistente da Servidora, SEVERINA ALVES DA SILVA,...
Leia-se : Cessar a Gratificação por Encargo em Gabinete de Assistente da Servidora, SEVERINA ALVES DA SILVA,..., a partir de 25/10/96.

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais, e face a competência que lhe confere o Artigo 3º do Decreto nº 15.357 de 23.12.93, resolve:
DESIGNAR GUSTAVO FERNANDES DE ARAÚJO, matrícula nº 48.082-7, Gerente de Planejamento, DFG-12, para substituir a servidora HELENA FERREIRA NORONHA, matrícula nº 40.833-6, Diretora Regional de Exame, Aprovação e Elaboração de Projetos, DFG-12, respondendo cumulativamente, no período de 26.11.96 a 25.11.96, por motivo de férias regulamentares do titular.

JAMIL FRANCISCO DOS SANTOS

ORDENS DE SERVIÇO DE 27 DE NOVEMBRO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XXXIII do decreto nº 16.247 de 29 de dezembro de 1994 e considerando o que dispõe o Decreto nº 16.109 de 1º de dezembro de 1994, resolve:

I - Constituir Comissão para no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Ordem de Serviço, realizar o Inventário Físico dos bens móveis e imóveis da Administração Regional de Brazlândia.
II - O Inventário consistira na contagem física dos bens e em sua comparação com os registros da Carga Patrimonial, devendo ser acompanhada de:
- Cópia do ato que designou a Comissão encarregada do levantamento físico dos bens patrimoniais;
- Registro patrimonial, descrição, valor, estado de conservação e localizaçao dos bens móveis;
- Localização, característica, registro patrimoniais, número de

registro em cartório e valor dos bens imóveis;
- Declaração, firmada pela Comissão, de que o levantamento implicou averiguação "in loco" da existência real dos bens móveis e confirmação da propriedade dos imóveis;
- Demonstrativo das incorporações, transferências e desincorporações dos bens patrimoniais ocorridos no período;
- Relatório a respeito das irregularidades apuradas e das condições de guarda e uso dos bens;
- Relação dos bens que não constam da Carga Geral, assim como os do não localizados e informações sobre as providências adotadas pela unidade administrativa, visando regularizar a situação;
- O Inventário será emitido em 2 (duas) vias e destinado ao Departamento Geral de Patrimônio - DEGEPAT - SEFP;
- Os titulares dos órgãos/unidade da Administração Regional de Brazlândia, deverão designar um servidor para auxiliar nos trabalhos locais, bem como favorecer o acesso da Comissão aos recintos onde existam bens a inventariar;

- A Comissão será composta pelos seguintes membros:
- Miriam Rodrigues da Silva Beserra, matrícula nº 31.325-4. Técnico de Administração Pública;
- Ana Carla Cavalcante, matrícula nº 32.981-9, Técnico de Administração Pública,
- Marcos Aurélio Martins, matrícula nº 42.386-6, Auxiliar de Administração Pública;
- Yeda Pereira da Silva, matrícula nº 38.721-8, Auxiliar de Administração Pública.

III - A referida Comissão será presidida pelo primeiro membro.
IV - Revogam-se as disposições em contrário.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 53, inciso XXXIII, do Decreto nº 16.247 , de 29 de dezembro de 1994 e considerando o que dispõe o artigo 3º do Decreto nº 12.798 de 20 de novembro de 1990, resolve:
I - Designar os servidores Emanuel de Castro Brito, matrícula nº 25.3821-0, Técnico de Finanças e Controle; Mírian Costa de Faria, matrícula nº 42.625-3, Técnico de Administração Pública; Maria Amélia Rodrigues Caetano, matrícula nº 22.471-5, Técnico de Finanças e Controle; e Ivanilde Pereira dos Santos, matrícula nº 43.165-6, Técnico de Administração Pública, para sob a presidência do primeiro, constituirem a Comissão de Tomada de Contas do Agente de Material.
II - A Comissão terá o prazo de 40 (quarenta) dias, a partir da publicação desta para a conclusão dos trabalhos.

JAMIL FRANCISCO DOS SANTOS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

DESPACHO DA CHEFE DE PESSOAL

INTERESSADO: KATIA DA SILVA MELO
MATRÍCULA: 40.834-4
DESPACHO: CONCEDO LICENÇA-GALA ao servidor em pauta, conforme documento apresentado, a partir de 09.11.96.

MÉRCIA MARY VIEIRA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL

ORDEM DE SERVIÇO Nº 65, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996

A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL - RA XVI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Ordem de Serviço publicada no DODF no. 122 de 26 de JUNHO de 1996 - página 5173. resolve:
~~RESOLVE~~:
Publicar o resultado da Avaliação de Desempenho dos servidores em anexo, lotados nesta Administração Regional, referente ao período de 16/10/95 a 15/10/96, ficando o Setor de Pessoal responsável pelo lançamento nas fichas funcionais de cada funcionário.

NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA	RESULTADO GRAU - CONCEITO
ALBERTO FARAH	18156-0	5,00 - EXCELENTE
OLGA MARIA FERRAZ PONTES DE MELLO	19441-7	5,00 - EXCELENTE
SARAH RAQUEL GUTERMAN	23972-0	5,00 - EXCELENTE
HELIZETE GALVÃO BRASIL PEDROSA	34461-3	4,00 - BOM
NERCI CORREIA DA SILVA	35239-X	5,00 - EXCELENTE
ARISTIDES ANTONIO SANTIAGO MAIA	40596-5	2,30 - FRACO
RUI SANTOS PAES	40645-7	4,73 - EXCELENTE
JORGE ANTONIO NEVES PEREIRA	40679-1	4,35 - BOM
GRAZIELLA GOMES NASCIMENTO	40680-5	5,00 - EXCELENTE
RUBENS AMARAL	40704-6	4,78 - EXCELENTE
DANIELA MARIA EPAMINONDAS TORRES	40717-8	4,00 - BOM
PAULA CRISTINA ALVES SAMPAIO DE SÁ FREIRE	40719-4	4,20 - BOM
FRANCISCO CORREA RABELLO	40737-2	4,30 - BOM
MARIA APAECIDA MOREIRA PEIXOTO	40828-X	EXONERADA
GUILHERME SENNA JERONYMO	40831-X	5,00 - EXCELENTE
ALESSANDRO TEIXEIRA SANTOS	41006-3	4,15 - BOM
ROGÉRIO UNGARELLI BORGES	41044-6	3,50 - BOM
ADILSON OLIVEIRA FARIAS	41092-6	4,10 - BOM
CLAUDETE APARECIDA DE BRUM	41150-7	4,00 - BOM
ANA VALÉRIA BARROS MATIAS	41294-5	EXONERADA
HENRIQUE LEONARDO MEDEIROS	41564-2	EXONERADO
CÉLIA REGINA MENDES DE ARAÚJO	41681-9	**
LÍDIA FIRMINA DOS SANTOS	41835-8	**
EDUARDO CHAVES	42102-2	**
JAQUELINE GUIOTE DALVI	42103-0	**
RAFAEL SILVEIRA E SILVA	42128-6	**
JOSÉ LUIZ DA SILVA RIBEIRO NETO	42317-3	**
CELMA VERONICA ALVES CASTRO LIMA	42447-1	**
ALBERTO DOS REIS RIBEIRO PINTO	42470-6	**
CARLOS TOMAZ DA SILVA	42484-6	**
JAMAL ADAM MUSTAFA LINO	42560-5	**
RAQUEL SOUZA E SILVA	42606-7	**
ANAIRAN BARBOSA DA MOTA	42707-1	**
SIRLENE OTAVIANO CAMPELO	42800-0	**
CLAUDIA THEREZA ROCHA TOLENTINO	42897-3	**
HERMES SANTOS SILVA	42921-X	**
HAMILTON JULIO CARDOSO	42993-7	**
ROBERTO SILVA JATOBÁ	43190-7	**
LUIS PEREIRA DA SILVA JUNIOR	43328-4	**
CLAUDINALDO AGRA DE OLIVEIRA	43604-6	**
GLEISTON MARCOS DE PAULA	43684-4	**
ADENIR RODRIGUES DE SOUZA	43688-7	REMOVIDO
ANA CRISTINA JORGE DE SOUZA BOAMORTE	43700-X	**
EDELVIGES FELIPE DE OLIVEIRA NETO	46272-1	**
ANDRÉ LUIS DE ALMEIDA OLIVEIRA	46279-9	**
ÉDIO ORTIGA FEDRIGO NETO	46533-X	**

** ESTÁGIO PROBATÓRIO

OLGA MARIA FERRAZ PONTES DE MELLO
Presidente

SARAH RAQUEL GUTERMAN
Membro

RAFAEL SILVEIRA E SILVA
Membro

LÍDIA FIRMINA DOS SANTOS
Membro

RUI SANTOS PAES
Representante dos Servidores

HOMOLOGO:

ABDON HENRIQUE DE ARAÚJO
Administrador

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS

ORDEM DE SERVIÇO Nº 92, DE 31 DE OUTUBRO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Decreton° 13.447, de 17 de setembro de 1991, resolve:
CONCEDER Indenização de Transporte à servidora LÍDIA MARÍLIA TEBALDI RANGEL, Fiscal de Obras, matrícula n° 27.649-9, a partir de 10.10.96.Para fazer jus ao pagamento da referida Indenização de Transporte à servidora beneficiada, caberá observar as normas estabelecidas no mencionado Decreto, bem como apresentar o relatório mensal dos serviços externos realizados. Caberá à Divisão de Administração Geral/DAG/RA-XV, cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas naquele dispositivo legal.

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 95, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Art. 9°, do Decreto n° 13.447, de 17 de setembro de 1991, resolve:
CANCELAR a concessão de Indenização de Transporte do servidor ERNANDO AMARAL DE OLIVEIRA, Técnico de Administração Pública, Especialidade I, Limpeza Urbana, matrícula n° 44.107-4, pela execução de serviços externos a cargo da Divisão Regional de Obras, de acordo com o Decreto supracitado, a partir de 13.11.96.

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

DESPACHOS DO ADMINISTRADOR
SERVIDOR: ANTÔNIO CARLOS COUTO MOREIRA
DEPENDENTE: THIAGO DE LIMA COUTO
DESPACHO: Concedo salário família, nos termos do Art. 197, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 15/11/96.
SERVIDOR: ANTÔNIO CARLOS COUTO MOREIRA
DEPENDENTE: THIAGO DE LIMA COUTO
DESPACHO: Concedo Auxílio Natalidade, nos termos do Art. 196, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
SERVIDOR: ANTÔNIO CARLOS COUTO MOREIRA
DEPENDENTE: THIAGO DE LIMA COUTO
DESPACHO: Concedo Licença-Paternidade, nos termos do Art. 208 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no período de 15.11.96 à 19.11.96.

SERVIDOR: LEILA MATOS DA SILVA
DEPENDENTE: CLEBER VICTOR MATOS DOS SANTOS
DESPACHO: Concedo salário família, nos termos do Art. 197, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 05/11/96.
SERVIDOR: LEILA MATOS DA SILVA
DEPENDENTE: CLEBER VICTOR MATOS DOS SANTOS
DESPACHO: Concedo Auxílio Natalidade, nos termos do Art. 196, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
SERVIDOR: LEILA MATOS DA SILVA
DEPENDENTE: CLEBER VICTOR MATOS DOS SANTOS
DESPACHO: Concedo Licença-Maternidade, nos termos do Art. 207 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no período de 05.11.96 à 04.03.97.

PROCESSO Nº : 145.000547/96
INTERESSADO: Administração Regional do Recanto das Emas
ASSUNTO : Reconhecimento de Dívida

Tendo em vista a caracterização nos autos do presente processo e dos requisitos que trata os artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098 de 29 de novembro de 1994, RECONHEÇO A DÍVIDA E AUTORIZO A EMISSÃO DA NOTA DE EMPENHO NO VALOR DE R$ 1.130,50 (Hum mil cento e trinta reais e cinqüenta centavos), referente ao exercício findo lançado na folha suplementar do mês de novembro de 1996, relativo a desconto indevido de contribuição no período de fevereiro de 95 a dezembro de 95 do servidor JOSÉ MARIA DA SILVA, mat. 44819-2.

SERVIDOR: EUDA ALVES SOUSA
DEPENDENTE: LUCAS MEDEIROS SOUSA
DESPACHO: Concedo salário família, nos termos do Art. 197, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a partir de 20/11/96.
SERVIDOR: EUDA ALVES SOUSA
DEPENDENTE: LUCAS MEDEIROS SOUSA
DESPÁCHO: Concedo Auxílio Natalidade, nos termos do Art. 196, da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
SERVIDOR: EUDA ALVES SOUSA
DEPENDENTE: LUCAS MEDEIROS SOUSA
DESPACHO: Concedo Licença-Maternidade, nos termos do Art. 207 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no período de 20.11.96 à 19.03.97.

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SAMAMBAIA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV do artigo 29 do Regimento Interno aprovado pelo Decreto 16.247 de 29 de dezembro de 1994 e tendo em vista o que dispõe a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94: resolve:

DESIGNAR os servidores, ROGÉRIO AMARAL, matrícula 26.100-9, Diretor da Divisão Regional de Obras/RA-XII, JOÃO ATÍLIO ZARDIM, matrícula 45.023-5, Diretor Regional de Agricultura/RA XII, MARIA LUZIA FERREIRA BORGES, matrícula 38.792-4, Assistente da Divisão Regional de Obras/RA XII, ENILTON CORRÊA DE MENEZES, matrícula 40.535-3, Secretário Administrativo da DAG/RA XII e ANA PAULA GUIMARÃES PINHEIRO MITUITE, matrícula 33.260-7, Encarregada da SOF/A XII, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Licitação e procederem aos trabalhos referentes à CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/96-RA XII.

JACQUES DE OLIVEIRA PENA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 165, DE 15 DE NOVEMBRO DE 1996

O Administrador Regional de Santa Maria, no uso da competência que lhe é atribuída, pela Lei 423, de 23 de março de 1993, tendo em vista o que a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, resolve:
Designar os servidores ELEN CHRISTINA MARQUES SANTANA, matrícula 45.200-9, ANTÔNIA GERCELEIDE GOMES DOS ANJOS, matrícula 26.887-9, PATRÍCIA RAQUEL BORGES DE OLIVEIRA, matrícula 41.626-6, ZILMAR DANTAS FERNANDES, matrícula 45.431-1, ANA LUZIA CARVALHO, matrícula 44.768-4, RÔMULO ANDRADE DE OLIVEIRA, matrícula 46.988-2, todos lotados nesta Administração Regional, para sob a presidência da primeira, comporem a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, com a função de elaborar os Editais Convocatórios, fazer o processamento dos certames a habilitação preliminar dos interessados, a classificação e julgamento das propostas de preços, adjudicar os objetos constantes no processo 143.000.983/96.

ANDRÉ LUIZ PIRES COSTA

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ORDEM DE SERVIÇO 25 DE NOVEMBRO DE 1996

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, usando das atribuições legais e com fundamento no que dispõe o artigo 53, inciso XXXIII, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 16.247/94, Resolve: constituir Comissão de Sindicância, dos servidores Francisco Agricio Pereira de Araújo, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 25.952-7, Honoro Neves da Silva, Técnico Administração Pública, matrícula nº 22.694-7 e Klemer Bezerra da Costa, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 38.893-9, para sob a presidência do primeiro apurar fatos constante no processo nº 132.002.164/96.

MAURÍCIO DUTRA GARCIA

BRASÍLIA



ONDE TODOS PODEM LER

BRASÍLIA DIZ SIM À ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Um Governo Democrático e Popular se faz com a participação de todos. Por isso, o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e, em parceria com a sociedade civil organizada, está lançando o programa BRASÍLIA ONDE TODOS PODEM LER. Uma iniciativa para acabar com o analfabetismo entre jovens e adultos no DF. Para que isto aconteça estamos buscando a parceria com toda a comunidade: estudantes, empresários, funcionários públicos, ONGs, políticos, religiosos, clubes de serviços. Enfim, todo voluntário que quiser participar.

SE VOCÊ PARTICIPAR, TODO MUNDO ASSINA EMBAIXO

Maiores Informações na Divisão Regional de Ensino mais próxima da sua casa

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR
O povo em 1º lugar

FAÇA UMA VIAGEM NO TEMPO

Conheça os primórdios da imprensa no Brasil e a engenhosidade das invenções que marcaram o início dessa atividade, que hoje faz parte do cotidiano de todos os brasileiros.

VISITE O MUSEU DA IMPRENSA.

Horário de visitas: de segunda a sexta-feira das 8 às 18 horas. Domingos e feriados das 14 às 17 horas.

ENTRADA FRANCA

Informações: Telefone (061) 313-9618
IMPRENSA NACIONAL, SIG, Quadra 06, Lote 800, Brasília - DF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROTARIAS DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º item III, do Decreto nº 16.283, de 18 de janeiro de 1995, e em cumprimento a Decisão nº 3.042/93 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, resolve:

1-TORNAR SEM EFEITO a Ordem de Serviço de 24/05/91, publicada no DODF nº 102/91(suplemento) e o item 12 da Portaria de 13/06/95, publicada no DODF nº 114/95, que tratam da retificação da aposentadoria de NEURACI HEBIO VIEIRA, Agente de Polícia, matrícula nº 20.804-3, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.

2-RETIFICAR a Ordem de Serviço de 19/03/91, publicada no DODF nº 005, de 21/03/91, que concedeu aposentadoria a NEURACI HEBIO VIEIRA, Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, matrícula nº 20.804-3, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir em sua fundamentação legal, as vantagens do artigo 250 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a contar de 19/04/91, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 050.001.542/91.

TORNAR SEM EFEITO o item 09 da Portaria de 17/04/95, publicada no DODF nº 075, de 18/04/95, que trata da retificação da aposentadoria de ANTÔNIO FRANCISCO DE MORAES CAVALCANTI, Delegado de Polícia, Classe Especial, Padrão III, matrícula nº 20.090-5, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal. Processo nº 030.010.419/84.

RETIFICAR a Portaria de 27/10/93, publicada no DODF nº 218,de 29/10/93, que concedeu aposentadoria a SIDNEY DE CASTRO VERAS, matrícula nº 07.017-3, no cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão XXV do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal as vantagens do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva da Carreira do Magistério Público, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 356, de 20/11/92, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.009.892/93.

TORNAR SEM EFEITO a autorização de 28/01/91, publicada no DODF nº 020, de 29/01/91, referente à revisão da situação funcional de JOSÉ BITTAR, matrícula nº 02.113-X, aposentado do Quadro de Pessoal do Distrito Federal. Processo nº 050.987/80.

RETIFICAR a Portaria de 27/08/91, publicada do DODF nº 168(suplemento), de 28/08/91, que reviu os proventos da aposentadoria de VIOLA RENY DE OLIVEIRA, matrícula nº 03.630-7, no cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão XXV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para excluir de sua fundamentação legal o artigo 3º da Lei nº 26, de 28/06/89, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.012.294/85.

1-RETIFICAR a portaria de 09/08/89, publicada no DODF nº 152, de 10/08/89, reviu os proventos da aposentadoria de GERALDO MAGELA SOARES, matrícula nº 09.784-5, no cargo de Fiscal de Tributos, Código TAF-303. B, Referência NS-17, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-lo no cargo de Auditor Fiscal do Tesouro do Distrito Federal, 2ª Classe, Padrão IV, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial..

2-RETIFICAR a Portaria de 23/01/91, publicada do DODF nº 020, de 29/01/91, que reviu os proventos da aposentadoria de GERALDO MAGELA SOARES, matrícula nº 09.784-5, no cargo de Auditor Tributário, 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ONDE SE LÊ: "no cargo de Auditor Tributário, 2ª Classe, Padrão II", LEIA-SE: "no cargo de Auditor Tributário, 3ª Classe, Padrão II", ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.002.051/85.

RETIFICAR na Portaria de 05/09/96, publicada no DODF nº 181, de 17/09/96, o ato que concedeu aposentadoria a MARIZA DE OLIVEIRA BATISTA, matrícula nº 08.227-9, no cargo de Professor, Classe Única, Padrão XXV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir em sua fundamentação legal o Nível 03-40h, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.017.980/90.

RETIFICAR na Portaria de 27/08/96, publicada no DODF nº 167, de 28/08/96, o ato que concedeu aposentadoria a EDIR BITES NYLANDER BRITO, matrícula nº 04.867-4, no cargo de Professor, Classe Única, Padrão XIX, do Quadro de Pessoal o Distrito Federal, para considerá-la fundamentada na alínea "a", do artigo 186, ítem III, da Lei nº 8.112, a 11/12/90 e na alínea "a", do artigo 41, ítem III, da Lei orgânica do Distrito Federal, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial. Processo nº 030.005.299/90.

REVER os proventos da aposentadoria de MANOEL ROSA DE OLIVEIRA FILHO, matrícula nº 09.705-5, no cargo de Fiscal de Concessões e Permissões, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através de Portaria de 30/05/90, publicada no DODF nº 103, de 31/05/90, para incluir em sua fundamentação legal as vantagens previstas no artigo 62, parágrafo 2º, da Lei nº 8.112, de 11/12/90, regulamentado pela Lei nº 8.911, de 11/07/94, a contar de 12/07/94. Processo nº 030.000.455/96.

REVER os proventos da aposentadoria de WILSON JÚLIO DE MIRANDA, matrícula nº 04.432-6, no cargo de Professor, Nível 03-20h, Padrão XXIII, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através do Decreto de 22/05/78, publicada do DODF nº 099, de 29/05/78, para excluir de sua fundamentação legal as vantagens previstas no artigo 184, item II da Lei nº 1.711, de 28/10/52, em consonância com a Lei nº 6.701, de 24/10/79, e incluir as vantagens previstas no artigo 1º da Lei nº 1.004, de 09/01/96,regulamentada pelo Decreto nº 17.182 de 06/03/96, a contar de 20/03/96. Processo nº 030.002.568/96.

REVER os proventos de aposentadoria de RAIMUNDO SOBREIRA GOES DE OLIVEIRA, matrícula nº 07.710-0, no cargo de Analista de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da portaria de 08/02/91, publicada no DODF nº 029, de 13/02/91, para excluir de sua fundamentação legal as vantagens do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei nº 6.732, de 04/12/79 e incluir as vantagens previstas no artigo 1º da Lei nº 1.004, de 09/01/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182, de 06/03/96, a contar de 05/09/96. Processo nº 030.001.160/91.

REVER os proventos da aposentadoria de LINDOLFO DE OLIVEIRA MATOS, matrícula nº 02.778-2, no cargo de Fiscal de Obras, 2ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 04/07/90, publicada no DODF nº 128, de 06/07/90, para incluir em sua fundamentação legal as vantagens previstas no artigo 62, parágrafo 2º, da Lei nº 8.112, de 11/12/90, regulamentado pela Lei nº 8.911, de 11/07/94, a contar de 12/07/94. Processo nº 030.000.214/96.

REVER os proventos da aposentadoria de ELOYA ANDRADE FARIAS, matrícula nº 04.902-6, no cargo de Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através da Portaria de 24/10/90, publicada no DODF nº 208, de 29/10/90, para excluir de sua fundamentação legal as vantagens previstas no artigo 184, item II da Lei nº 1.711 de 28/10/52, em consonância com a Lei nº 6.701, de 24/10/79, e incluir as vantagens previstas no artigo 1º da Lei nº 1.004, de 09/01/96, regulamentada pelo Decreto nº 17.182 de 06/03/96, a contar de 14/08/96. Processo nº 030.002.273/89.

REVER os proventos da aposentadoria de LUIZ DO NASCIMENTO SOBRINHO, matrícula nº 05.183-7, no cargo de Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, efetivada através do Decreto de 12/06/78, publicada no DODF nº 112, de 15/06/78, para excluir de sua fundamentação legal as vantagens previstas no artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei nº 6732, de 04/12/79, e incluir as vantagens previstas no artigo 62, parágrafo 2º, da Lei nº 8.112, de 11/12/90, regulamentado pela Lei nº 8.911, de 11/07/94, a contar de 18/08/95. Processo nº 030.005.164/88.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso II, do Decreto nº 16.283, de 18 de janeiro de 1995, resolve:

1 - Conceder Progressão Funcional nos termos do artigo 2º, § 2º, do Decreto nº 14.647, de 25 de março de 1993, aos servidores abaixo relacionados.

GABINETE DO GOVERNADOR

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
33.034-5	VALDMYR G. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
33.493-6	VALERIA A. DA C. P. FONSECA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
33.023-X	SOLANGE V. DE ALMEIDA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
31.741-1	SILVÂNIA MARIA LOUREIRO MACHADO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.751-9	ROSIMEIRE MARIA DOS SANTOS	AN..ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.873-6	ELIZABETH REGINA FÉLIX	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.906-6	LAURENTINA RODRIGUES PORTO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.06.96
42.925-2	RAINER FRANCO M. PEREIRA	AN.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.945-7	JOZELIA P. DE MEDEIROS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
43.010-2	MARCO ALEXANDRE F. SOUZA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96

SECRETARIA DE SAÚDE

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.959-7	FERNANDA P. DO NASCIMENTO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
42.980-5	SIDINEI GERALDO LOPES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
43.002-1	FERNANDO R. DA ROCHA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.634-2	RORRELIA A. S. DE OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.09.96
42.775-6	REJANE V. DE ABREU	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
43.035-8	ELVIA M. M. GUSMÃO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.548-6	KATIA R. DE A. GOMES	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	05.09.96
42.566-4	RITA S. DA SILVA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	06.09.96
42.578-8	ANALIA MARIA DA S. OLIVEIRA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	15.09.96
42.766-7	CENILDA R. BARBOSA	TEC.ADM.PUB	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.849-3	MARCELO C. BORBA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
32.998-3	INACIA MARIA DA SILVA OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.722-5	RENATA DOS SANTOS FOURNIER	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.731-4	CARLA CRISTINA DOS SANTOS FREIRE	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.845-0	RITA DE CASSIA DE S. CLEMENTE	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.903-1	MARIA SUELY MENEZES	TEC.ADM..PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
43.012-9	GILZA SILVA BALIEIRO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
43.021-8	DOMENICA F. DE SOUSA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.841-8	ANTONIO C. DE ARAUJO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.958-9	FRANCISCA A. S. ALMEIDA	TEC. ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
42.998-8	ANA MARIA DA S. PINA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.962-7	SANDRA SILVA SAMPAIO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
42.994-5	VERA LÚCIA DA C. PINHEIRO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.896-5	GRACIJANNE MENDONÇA DE MIRANDA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.857-4	MARCELO I. TEIXEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.900-7	SILVIA L. P. DE SOUZA	TEC. ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
25.512-2	CLAUDIA HAMU	TEC.ADM.PUB	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.943-0	CLEUCYO M. TAVARES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
41.823-4	MARCIA DA SILVA PEREIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.884-1	ROSEVINDA M. DOS S. MOREIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.985-6	ARLETE A. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.734-9	CLEONICE DA S. AGUIAR	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.927-9	CARINA R. DE SOUZA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
42.882-5	CLAUDIO F. SOARES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
43.006-4	SUELI DE F. DOS R. DINIZ	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.973-2	PAULO L. MELO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
42.996-1	CACI C. ARAUJO DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.890-6	SHIRLEY DA R. SEVERO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
43.053-6	MONICA M. SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.940-6	MARIA EDEZIA L. DOS SANTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
43.022-6	EULÁLIA DE F. VIANA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
43.027-7	MARCIA M. ZICA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.899-X	MARIA TERESINHA DE LACERDA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.999-6	FABIANE AUTONOW	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.898-1	CÉLIA R. DE MIRANDA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.888-4	MARCELO A. MESQUITA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
43.030-7	EDNA MARIA DE SOUSA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.936-8	JANEYERE C. XIMENES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
42.787-X	HIROSHI P. SUMIHARA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.774-8	CLAUDIA A. PEREIRA	TEC.ADM.PUB	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.757-8	ANDREA C. DE OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.749-7	ALEXON A. DE OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.808-6	ALICE M. D. DOS S. MARQUES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.974-0	ELOINA C. DE ALMEIDA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
42.820-5	JOÃO M. M. TEIXEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.991-0	JANETE N. BRITO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.817-5	ROSANGELA F. RIBEIRO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.986-4	MARIA CRISTINA D. DOS SANTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.933-3	DEISE C. DE A. ALMEIDA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
42.728-4	HELIO B. G. FILHO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.819-1	CELIMAR M. S. DE SOUZA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.908-2	SUELMA T. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.793-4	ANDREA M. PIRES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.797-7	ELIETE B. DE ANDRADE	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.694-6	ALESSANDRA DE S. E SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	16.09.96
42.826-4	SIMONE S. RIBEIRO	TEC.ADM.PUB	3ª	I	3ª	II	22.09.96
41.898-6	HORMINDO N. DE A. FILHO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.822-1	ROBERTO VIEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.742-X	NERIALDO P. SANTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.839-6	MARCIA F. GOMES FERNANDES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
42.760-8	MARILUCE G. CAVALCANTI	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.663-6	ROSANA M. P. LIMA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	16.09.96
42.786-1	MARIA MIMOSA M. L. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.546-X	CARLOS A. DE L. PEREIRA	ANAL.ORÇ.	3ª	I	3ª	II	05.09.96
42.846-9	CELIA M. BARBOSA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.952-X	JAIRO P. DE MEDEIROS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
42.549-4	CLAUDIA A. CORTES	ANAL.FIN.CT.	3ª	I	3ª	II	05.09.96
42.699-7	VOLMIR ZARO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.607-5	GIL M. A. GUIMARÃES	ANAL.ORÇ.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
42.854-X	LUCY L. COSTA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.662-8	BENICIO R. BARBOSA	TEC.ADM.PUB	3ª	I	3ª	II	16.09.96
42.837-X	DHAMARYS X. B. TEIXEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.920-1	ROSANA M. G. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.729-2	ANA CLAUDIA A. DO NASCIMENTO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.969-4	LUCIMAR M. DE S. ALVES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
42.885-X	MARCIO JOSÉ DOS SANTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.769-1	EUNICE A. C. RIBEIRO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.928-7	LUCIANA DE A. RODRIGUES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
42.783-7	ANDREA P. CIRQUEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.931-7	WANDELL T. CUTRIM	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
42.536-2	JOSÉ PEREIRA FILHO	ANAL.FIN.CT.	3ª	I	3ª	II	02.09.96
42.588-5	BELMAR C. VALENTE	ANAL.FIN.CT.	3ª	I	3ª	II	08.09.96
42.853-1	ADOLFO G. CARDONA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.856-6	EDUARDO DE S. MARTINS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.889-2	ANTONIO F. ALVES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.923-6	RONALDO DA S. RIBEIRO	TEC.ADM.PUB	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.913-9	LUCIMAR F.F. FURTADO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
43.016-1	JOILHA DO N. FERREIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.997-X	FATIMA R. DO NASCIMENTO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.983-X	MARCELO C. DOMINGOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.971-6	FRANCISCO B.R.FILHO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
42.956-2	PABLO D. COSTA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
42.955-4	SILVERIO P. DA CUNHA	TEC.ADM.PUB	3ª	I	3ª	II	28.09.96
42.946-5	SUELY X. OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
42.938-4	ANA CELIA R. DE ARAUJO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
43.023-4	CLAUDIA B. VIANA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.770-5	MARCELO V. DE LIMA	TEC.ADM.PUB	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.880-9	GILSON R. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
30.458-1	HUMBERTO DE JESUS S. FILHO	ANAL.ORÇ.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.595-8	CAIO ABBOTT	ANAL.ORÇ.	3ª	I	3ª	II	30.09.96

42.762-4	SORAMA FREITAS SANTIAGO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.844-2	NAIRA CÁTIA DE A. DUARTE	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.868-X	ROBERTO JUNIO CÉSAR	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.934-1	ROSA MARIA DA P. AMORIM	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
42.748-9	LISIA MENEGHETTI	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
43.018-8	AGEU JOAQUIM OLIVEIRA NETO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.467-6	LENISE MENEGHETTI	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	24.08.96
42.941-4	MARTA REGINA DE VASCONCELOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
42.914-7	MARCELO ALVES PEREIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.990-2	ANTONIO MAGNO P. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.748-9	LISIA MENEGHETTI	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96

SECRETARIA DE OBRAS

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.876-0	MARCIA R. DE CASTRO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.918-X	GISELE S. GONTIJO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
43.009-9	NEILA CRISTINA DE O. GUEDES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.522-2	GRACIETE B. DA COSTA	AUX.A.A.JUR.	3ª	I	3ª	II	01.09.96
42.589-3	MARIA CENIRA N. DE ALMEIDA	AUX.A.A.JUR.	3ª	I	3ª	II	08.09.96
42.661-X	WILSON F. DOS SANTOS	ASS.A.A.JUR.	3ª	I	3ª	II	16.09.96
42.788-8	FERDINAN T. CUTRIN	ASS.A.A.JUR.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.796-9	DALILA TOLEDO DA SILVA	ASS.A.A.JUR.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.827-2	ELOISA S. L. DE SOUZA	ASS.A.A.JUR.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.851-5	SÔNIA DE F. FERREIRA	ASS.A.A.JUR.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.911-2	MARCELO LOPES RODRIGUES	ASS.A.A.JUR.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.964-3	HELEN CRISTINA R. DA SILVA	ASS.A.A.JUR.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
42.965-1	CLEIDE O. BISPO BATISTA	ASS.A.A.JUR.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
42.979-1	LETICIA A. N. DE CARVALHO	ASS.A.A.JUR.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.987-2	ROSIMEIRE R. CAIXETA	ASS.A.A.JUR.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.988-0	ELMA ALVARENGA FREITAS	ASS.A.A.JUR.	3ª	I	3ª	II	29.09.96

SECRETARIA DE TRANSPORTES

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.399-8	ALEXANDRE B. S. EBEIDALLA	FIS.CON.PER.	3ª	I	3ª	II	16.09.96
42.519-2	INACIO B. DE SOUZA	FIS.CON.PER.	3ª	I	3ª	II	01.09.96
42.618-0	REGINALDO DE P. BARROS	FIS.CON.PER.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.646-6	PEDRO JORGE O. BRASIL	FIS.CON.PER.	3ª	I	3ª	II	13.09.96

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.867-1	ANA CRISTINA DA S. DE OLIVEIRA	TEC..ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.776-4	ANDERSON F. SANTOS	TEC..ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.935-X	RITA M. DE SOUZA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96

SECRETARIA DE TURISMO

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.902-3	SILVANA A. DA SILVA	TEC..ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
42.805-1	MARIA D. C. DOS SANTOS	TEC. ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.768-3	GENUÍNA E. PEREIRA	TEC,ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
39.419-X	MARILA T. DE C. KAPASSI	TEC..ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96

SECRETARIA DE AGRICULTURA

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
40.418-7	MARIA CRISTINA R. BRANQUINHO	TEC..ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.09.96

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.942-2	ALBA ROSA DE F. FALÇÃO	TEC..ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
43.017-X	ANDREA CHAVES DE SANTANA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.954-6	DJOVANE DUPIM COSTA	TEC. ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96

SEMATEC

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
37.484-9	MARIA DA GUIA P. DE MEDEIROS	TEC..ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.697-0	KIUSA DE MARIA R. CANDIDO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.745-4	JACEDY DA SILVA GOMES	TEC. ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.894-9	MARIA DE FATIMA J. MIGORANCE	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.957-0	SANDRA MARIA GAUCHE	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA - RA I

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.553-2	DELENDINA AUGUSTA DE ASSIS	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	05.09.96
42.587-7	GILZA ANTÔNIA DOS SANTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	08.09.96
42.604-0	NILMINHA ANTONIA DOS SANTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	09.09.96
42.608-3	FABIO ANTONIO R. U. JÚNIOR	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	09.09.96
42.664-4	CLAUDIA V. R.. PEREIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	16.09.96
42.733-0	MARCELO DOS SANTOS CORREA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.862-0	SILVANIA SOARES DA S. MAIA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
41.807-2	LUIZ RONALDO F. LIMA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.601-6	IRACEMA DOS REIS COSTA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	08.09.96
42.306-8	ENEIDA S. DE L. C. DOS SANTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA - RA II

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.576-1	MARIA DALVA GONÇALVES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	06.09.96
42.605-9	FATIMA C. DE ARAUJO	TEC. ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	09.09.96
42.631-8	RITA G. FERREIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.09.96
42.704-7	MARIA LUCIA DE O. SILVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.712-8	CLERISVALDO F. DOS SANTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.726-8	VANDERLAN N. MESQUITA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.755-1	BRAS R. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.809-4	ALEXANDRE C. BICALHO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.810-8	MARIA I. DE L. ARAUJO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.811-6	EDNALDA DE S. E S. OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.842-6	ELVIS M. LOPES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.861-2	SIRLENE DE S. S. ALENCAR	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
43.019-6	ELCY C. TAVARES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
43.008.0	RITA DE CASSIA S. D. GOMES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA - RA III

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
38.893-9	KLEMER B. COSTA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	16.09.96
42.565-6	LUIZ M. DOS A. NETO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	06.09.96
42.597-4	MARCIA CRISTINA T. FERREIRA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.628-8	CARLOS A. DE OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.09.96
42.717-9	ADAILTON R. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.727-6	RONIZETE G. DE CARVALHO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.735-7	MARLENE A. DE SOUSA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.732-2	DONIZETE B. DOS PASSOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.750-0	EDUARDO DA C. RODRIGUES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.799-3	SERGIO JOSÉ XAVIER	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.816-7	IARA J. L.BASTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.866-3	VALDIR DOS S. OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.901-5	LEONARDO DOS P. FILHO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.910-4	MONICA L. P. DE ARAUJO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.944-9	MARIA HELENA PEREIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
43.371-3	ERIVALDO S. ALVES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	25.10.96
33.978-4	EDIVALDO MORAIS TORRES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.06.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA - RA IV

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.572-9	JACIR FRANCISCO MEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	06.09.96
42.550-8	MARIA A. M. SILVA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	05.09.96
42.625-3	MIRIAM C. DE FARIA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.09.96
42.693-8	HERACLEDES A. DE NOVAES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	16.09.96
42.779-9	MARIA DO ROSARIO DE MESQUITA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
39.199-9	NEUSA FRANCISCA ALVES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
42.883-3	JOSÉ EUDES C. SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	1509.96
42.473-0	JOSIAS Y. T. DOS SANTOS	AUX..ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.932-5	ANA LUCIA MARQUES PEIXOTO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
43.011-0	MAURÍCIO JARBAS DIAS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO - RA V

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.483-8	ZILMA APARECIDA DA S. CASTRO	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.09.96
42.564-8	CLAUDIO A. DE OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	06.09.96
42.561-3	RITA DE CASSIA S. RODRIGUES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	06.09.96
42.577-X	ANTONIO V. DE LIMA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	06.09.96
42.617-2	MARCIA S. B. SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	09.09.96
42.626-1	JOÃO LAZARO R. SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.09.96
42.784-5	RENATA M. PIRES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.580-X	PAULO ROBERTO L. FERREIRA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.716-0	JOAQUIM C. S. RODRIGUES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.992-9	LUZIA APARECIDA A. AZEVEDO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.653-9	JOSÉ NUNES G. FILHO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	14.09.96
40.801-8	OTAVIO XAVIER F. DE OLIVEIRA	FIS.OBRAS	3ª	I	3ª	II	17.03.96
42.518-4	ELENE M. DE S. DE MELLO	ANA.ORÇ.	3ª	I	3ª	II	01.09.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CEILÂNDIA - RA IX

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.567-2	JOÃO P. DE ANDRADE	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	06.09.96
42.645-8	GLAUCIA M. DE JESUS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.09.96
42.705-5	IOLANDA D. DE OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.710-1	MARCIA M. DE ASSIS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.725-X	FRANCISMAR DE S. LOPES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.744-6	ZELY V. LIMA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.785-3	CLEIA M. FERREIRA ALVES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.801-9	MARCELO JORDÃO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.859-0	DORALICE P. A. BRASILEIRO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.918-9	DAVID L. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.966-X	MARCO A. SANTIAGO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
43.014-5	NEIDE DE S. E SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
43.025-0	ELVÂNIA S. F. PINTO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
43.026-9	ANA ILSA D. DE L. LIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
43.240-7	ANA LÚCIA A. DE LIMA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ - RA X

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.627-X	STELA MARIS R. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.09.96
42.632-6	JOSILENE N. DE SOUZA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	13.09.96
42.637-7	JEANE ALVES DE M. NETO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	13.09.96
42.865-5	JULIANE M. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.912-0	CLEONICE ROSA DOS SANTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.926-0	FRANCISCO W. DUARTE T. SOARES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.408-0	MIRANI FRAGA FILGUEIRA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	01.09.96
42.346-7	GRINÊDE DE LIMA LEITE	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	17.08.96
42.357-2	MARILEIDE CORREA NASCIMENTO	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	17.08.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO - XI

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.622-9	LUIZ DOS SANTOS O. FILHO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.09.96
42.798-5	MARIA CELIA C. MIRANDA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.743-8	VALDENICE R. DE OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.847-7	ENIS EDUARDO REGO PAIN	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	2609.96
42.874-4	ANA LUCIA N. DE F. LEITE	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.953-8	TANIA DE ALMEIDA FERREIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.821-3	ADILMAR L. M. PADILHA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.825-6	HAROLDO DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.639-3	LILIA DA C. CUNHA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	13.09.96
42.815-9	LUCIO CELIO DO AMARAL	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.692-0	KARLA MARCIA DE Q. DOMINGUES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.968-6	MARLI APARECIDA R. FERREIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
42.613-X	ANDREA REGO PAIM	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.09.96
25.308-1	ELIANE C. DA GRAÇA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	06.09.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA - RA XII

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.951-1	PAULO PEREIRA DE CRISTO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
42.348-3	MARIA F. BEZERRA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.08.96
42.711-X	NAILMAR R. DOS SANTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.778-0	CLAUDENIA M. R. FIDELIS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.669-5	MARIA G. DE A. DIAS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.924-4	MARIA DE LOURDES P. MENDES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.909-0	ANA MARIA DE D. PORTES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.736-5	RILDO ALVES WAGNER	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96

42.568-3	BENEDITO DO NASCIMENTO	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	05.09.96
42.588-0	CICERO ELSON C. SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	06.09.96
42.623-7	ZILENE RODRIGUES GOMES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.09.96
43.007-2	SINEOBELIM CAETANO DE FARIA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.995-3	GILVANIA F. DO NASCIMENTO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA - RA XIII

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.586-9	VERA LUCIA R. BEZERRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	06.09.96
42.709-8	IRENICE R. DOS SANTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.929-0	JOSÉ RIBAMAR C. R. SOUZA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
42.715-2	SUELI V. DE M. MENDONÇA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
38.433-X	ANA LUCIA DE A. LEANDRO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO SUL - RA XVI

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.921-X	HERMES SANTOS SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.993-7	HAMILTON JULIO CARDOSO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.707-1	ANAIRAN B. DA MOTA SOUZA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.606-7	RAQUEL S. E SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	09.09.96
42.560-5	JAMAL A. M. LINO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	06.09.96
42.800-0	SIRLENE O. CAMPELO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.470-6	ALBERTO DOS REIS R. PINTO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	24.08.96
42.317-3	JOSÉ LUIZ S. RIBEIRO NETO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	15.08.96
42.447-1	CELMA VERÔNICA A. COSTA LIMA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.08.96
42.484-6	CARLOS TOMAZ DA SILVA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.08.96
42.103-0	JAQUELINE GUIOTE DALVI	FIS.POSTURAS	3ª	I	3ª	II	21.07.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS - RA XV

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.596-6	SEBASTIÃO F. DE SOUZA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	08.09.96
42.698-9	MARIA LIBANIO DE A. COSTA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.563-X	VERA LUCIA F. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	06.09.96
42.520-6	SERGIO LUIZ DOS S. MELO	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	01.09.96
42.713-6	ERNESTA DE O. A. E. SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	16.09.96
42.765-9	JOSUÉ M. DUQUE	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.701-2	EDMILSON DA C. GONÇALVES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.598-2	JACI DE O. VIVEIROS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	08.09.96
42.881-7	ADRIANA M. DIAS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.667-9	MARIA J. DE LUCENA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	15.09.96
42.972-4	NILO DE S. MAGALHÃES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
43.024-2	SILVIA MARIA DE A. SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.777-2	ADELSON DE ALMEIDA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
41.716-5	CRISTIANA A. DE O. LUCENA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	01.06.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RIACHO FUNDO - RA XVII

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.668-7	SOLANGE M. DOS SANTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	14.09.96
42.670-9	IVAN T. CAMPOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	14.09.96
42.672-5	MARIA IRENE A. DE LACERDA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	16.09.96
42.756-X	SILVANI G. DE OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.834-5	NILZA P. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.830-2	FRANCISCA C. A. DE CARVALHO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
43.003-X	MARIA T. DE SOUSA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	14.09.96
42.413-7	MARIA NEIDE B. OLIVEIRA	AUX..ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	16.09.96
42.647-4	JAIRO B. DE OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	14.09.96
42.665-2	TERESINHA C. L. FIUSA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	14.09.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DA CANDANGOLÂNDIA

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.877-9	DIVANIR J. DE OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.823-X	MARIA ALICE DE SOUZA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.904-X	MEIRE LUIZA S. CARDOSO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
42.967-8	ERNANDES G. DE SOUZA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.591-5	JESUÍNO DIAS FURTADO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	08.09.96
42.818-3	ADRIANA G. FERREIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.529-X	JOSÉ CLAUDIO S. FERREIRA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	01.09.96
42.329-7	EDNA F. DA SILVA	AUX..ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	15.08.96
42.358-0	ELDINO DIAS FURTADO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	17.08.96
42.392-0	FLORISA FERREIRA DE SOUZA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	18.08.96
42.396-3	VIDALIO MARTINS ARRAIS	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	18.08.96
42.450-1	JULI RODRIGUES DOS SANTOS	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.08.96
42.460-9	FRANCISCO J. P. IBIAPINA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.08.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
41.971-0	RODRIGO E. DE SOUZA	FIS.CON. PERM.	3ª	I	3ª	II	15.07.96
41.736-X	DIRCEU DE A. BATISTA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	03.06.96
42.400-5	THELMA R. DA SILVA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	24.08.96
42.431-5	MARCIO DE O. BAYMA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.08.96
42.347-5	MARCIA DE SÁ ALBUQUERQUE	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	17.08.96
42.327-0	LUCIANA D. DA SILVA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	18.08.96
42.410-2	GONÇALO R. CIPRIANO	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.08.96
42.355-6	MARIA SOLANGE D. DE SOUZA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	17.08.96
42.791-8	JEFFERSON S. DA CRUZ	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.611-3	REJANE L.TORRES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	09.09.96
42.840-X	MARIA JOSÉ DE S. RIBEIRO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.537-0	ADRIANO F. BRANDES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	16.09.96
42.706-3	REGINA MARIA B. CAVALCANTE	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.738-1	PEDRO PAULO DE OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.771-3	DOMINGOS G. BONFIM	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
42.804-3	KÊNIA P. DE SOUSA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.843-4	MIRIAM LUCIA DE M. FONSECA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.848-5	ADÉSIO DE SOUZA COSTA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.875-2	LUCIMAR DE O. V. DE NOGUEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.950-3	WILSON ARCANJO JUSTINO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
43.031-5	JOAQUINA PEREIRA DE MELO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
42.602-4	ANA REGINA DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	08.09.96
43.227-X	JORIVAL F. DE SOUZA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.702-0	JAILMA ANA V. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.747-0	AURILENO DE OLIVEIRA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.773-X	MARIA DE FATIMA CUNHA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.790-X	LINDOMAR S. DA CUNHA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
42.813-2	JUDITH A. FONSECA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
42.860-4	DIVINA M. CUNHA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.614-8	NEIDE PEREIRA CAMARGO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	09.09.96

ADMINISTRAÇAO REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.557-5	DELZIMARY KARLA DE O. ARAÚJO	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	05.09.96
42.562-2	SILVIA DONATO DA S. BOAZ	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	08.09.96
42.570-2	EDIMILSON F. DOS SANTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	08.09.96
42.616-4	JOSELIA C. F. DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	09.09.96
42.708-X	MARISTENIA N. DE SOUZA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
42.753-5	MIRIAM A. DE F. BRAGANÇA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	20.09.96
42.754-3	ARLINDA M. GUIMARÃES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
42.893-0	JOSMÁRIO F. DOS SANTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	23.09.96
42.366-1	ANA CRISTINA BATISTA DE SOUZA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	17.08.96
42.359-9	ANTONIERE DA SILVA SANTOS	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	17.08.96
42.448-X	HEDY LAMAR DOS SANTOS SILVA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	25.08.96
42.482-X	WAGNER LUIZ LOPES DE ARAUJO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	25.08.96

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARANOÁ

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
42.870-1	LUIZ A. SANTANA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
43.034-X	ELIAS JOSÉ DE SENA JÚNIOR	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96

DEPARTAMENTO DE EMPREGO DO DISTRITO FEDERAL-DEPEM

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
00.069-8	ANTÔNIA SIQUEIRA DA SILVA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	16.09.96
00.068-X	CARLA DE DEUS MARTINGIL	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	19.09.96
00.070-1	FÁTIMA SILVA FIGUEIREDO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	21.09.96
00.071-X	ALEXANDRE SILVA DONNICI	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
00.074-4	GENI RODRIGUES ROSA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
00.075-2	FERNANDO MACIEL CAMELO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	26.09.96
00.076-0	ROSILENE DE BRITO PEREIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	27.09.96
00.078-7	VALÉRIA DE MESQUITA LOPES	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
00.080-9	EDUARDO VERAS AZEVEDO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
00.081-7	MARINALVA ROSA DE L. FERREIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	28.09.96
00.082-5	MARCILEIDE C. DO N. SARMENTO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
00.083-3	CÁSSIA DENISE SILVA COSER	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
00.064-7	LÉA ARAÚJO MOURA DE OLIVEIRA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	09.06.96

JARDIM BOTÂNICO DE BRASILIA - JBB

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
07.049-1	JOÃO EVANGELISTA DE CARVALHO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
07.006-8	MARCELINO C. BOA VENTURA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
07.050-5	CEDNA MARIA DE SOUSA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	30.09.96
07.051-3	SARA GOMES DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96
07.052-1	ISABELA B. DE AQUINO MOROSINI	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	07.10.96
07.053-X	HUBERT JEAN F. COMIER	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	10.10.96
07.054-8	IRIS ALMEIDA DOS SANTOS	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	14.10.96
07.055-5	CARLA REGINA SILVA PAIVA	TEC.ADM.PUB	3ª	I	3ª	II	17.10.96

JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA - JZB

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
80.045-7	FRANCISCO JOSÉ B. CAVALCANTE	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.08.96
80.046-5	HILDA A. T. DE ABREU	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.08.96
80.047-3	JOSE ROBERTO M. PACHECO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.08.96
80.050-3	FERNANDO JORGE B. DE OLIVEIRA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	09.09.96
80.051-1	MARIA DO BONFIM A. DE CASTRO	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	09.09.96
80.053-8	ALEXANDRE JANSEN TIBERY	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	22.09.96
80.055-4	ILDELENE TELES DA SILVA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	29.09.96

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

MATRICULA	NOME	CATEGORIA	SIT. ANT.		SITUAÇÃO NOVA		
			CLAS.	PAD.	CLAS.	PAD.	DATA VIG.
90.066-4	PAULO CESAR GUSMÃO	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	12.08.96
90.067-2	VANI RODRIGUES	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	18.08.96
90.068-0	ELIZABETE SILVA OLIVEIRA	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	24.08.96
90.070-2	MARLI DIVINA DE LIMA GOMES	AUX.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	01.09.96
90.073-7	VANIA LUCIA ALHEIRO ROSA	TEC.ADM.PUB.	3ª	I	3ª	II	10.10.96

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, do Decreto nº 16.259, de 30 de dezembro de 1994 e artigo 21 do Decreto nº 14.647, de 25 de março de 1993, e o constante do processo nº 052.000.308/96, resolve:
1- Incluir o servidor MARCOS ANTONIO M. DA SILVA, Agente de Polícia, matrícula nº 27.285-X, na relação nominal do anexo da Portaria nº 047, de 22 de dezembro de 1993, publicada no DODF nº 257, que concedeu Progressão Horizontal aos servidores do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ficando posicionado no Padrão II, da 1ª Classe.
2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação regovadas as disposições em contrário.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, do Decreto nº 16.259, de 30 de dezembro de 1994 e artigo 21 do Decreto nº 14.647, de 25 de março de 1993, e o constante do processo nº 052.000.114/96, resolve:
1- Incluir a servidora LUZ MARINA SOARES DE MELO, Escrivã de Polícia, matrícula nº 27.208-6, na relação nominal do anexo da Portaria nº 032, de 11 de agosto de 1994, publicada no DODF nº 159, que concedeu Progressão Horizontal aos servidores do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ficando posicionada no Padrão III, da 1ª Classe.
5 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, do Decreto nº 16.259, de 30 de dezembro de 1994 e artigo 21 do Decreto nº 14.647, de 25 de março de 1993, e o constante do processo nº 052.001.171/96, resolve:
1- Incluir o servidor CELSO SANTOS ARAÚJO, Agente de Polícia, matrícula nº 25.910-1, na relação nominal do anexo da Portaria nº 047, de 22 de dezembro de 1993, publicada no DODF nº 257, que concedeu Progressão Horizontal aos servidores do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ficando posicionado no Padrão I, da 1ª Classe.
2- Retificar a Portaria nº 116, de 27 de dezembro de 1994, publicada no DODF nº 250, no que se refere ao servidor CELSO SANTOS ARAÚJO, Agente de Polícia matrícula nº 25.910-1, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-lo no Padrão II, da 1ª Classe.
3 - Retificar a Portaria de 20 de dezembro de 1995, publicada no DODF nº 246, no que se refere ao servidor CELSO SANTOS ARAÚJO, Agente de Polícia, matrícula nº 25.910-1, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-lo no Padrão III, da 1ª Classe.
4 - Retificar a Portaria de 08 de outubro de 1996, publicada no DODF nº 196, no que se refere ao servidor CELSO SANTOS ARAÚJO, Agente de Polícia, matrícula nº 25.910-1, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-lo no Padrão IV, da 1ª Classe.
5 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, do Decreto nº 16.259, de 30 de dezembro de 1994 e artigo 21 do Decreto nº 14.647, de 25 de março de 1993, e o constante do processo nº 052.001.295/96, resolve:
1- Incluir o servidor MARCOS AUGUSTO DE ALMEIDA, Agente de Polícia, matrícula nº 36.848-2, na relação nominal do

anexo da Portaria nº 032, de 11 de agosto de 1994, publicada no DODF nº 159, que concedeu Progressão Horizontal aos servidores do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ficando posicionado no Padrão II, da 2ª Classe.
2- Retificar a Portaria de 09 de maio de 1995, publicada no DODF nº 089, no que se refere ao servidor MARCOS AUGUSTO DE ALMEIDA, Agente de Polícia, matrícula nº 36.848-2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-lo no Padrão III, da 2ª Classe.
3 - Retificar a Portaria de 08 de outubro de 1996, publicada no DODF nº 196, no que se refere ao servidor MARCOS AUGUSTO DE ALMEIDA, Agente de Polícia, matrícula nº 36.848-2, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-lo no Padrão IV, da 2ª Classe.
4 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, do Decreto nº 16.259, de 30 de dezembro de 1994 e artigo 21 do Decreto nº 14.647, de 25 de março de 1993, e o constante do processo nº 052.001.337/96, resolve:
1- Incluir o servidor PAULO ROBERTO BRAUNE PIMENTA, Agente de Polícia, matrícula nº 25.593-9, na relação nominal do anexo da Portaria nº 047, de 22 de dezembro de 1993, publicada no DODF nº 257, que concedeu Progressão Horizontal aos servidores do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ficando posicionado no Padrão I, da 1ª Classe.
2- Retificar a Portaria nº 117, de 27 de dezembro de 1994, publicada no DODF nº 250, no que se refere ao servidor PAULO ROBERTO BRAUNE PIMENTA, Agente de Polícia, matrícula nº 25.593-9, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-lo no Padrão II, da 1ª Classe.
3- Retificar a Portaria de 20 de dezembro de 1995, publicada no DODF nº 246, no que se refere ao servidor PAULO ROBERTO BRAUNE PIMENTA, Agente de Polícia, matrícula nº 25.593-9, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-lo no Padrão III, da 1ª Classe.
4- Retificar a Portaria de 08 de outubro de 1996, publicada no DODF nº 196, no que se refere ao servidor PAULO ROBERTO BRAUNE PIMENTA, Agente de Polícia, matrícula nº 25.593-9, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-lo no Padrão IV, da 1ª Classe.
5 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, do Decreto nº 16.259, de 30 de dezembro de 1994 e artigo 21 do Decreto nº 14.647, de 25 de março de 1993, e o constante do processo nº 052.001.357/96, resolve:
1- Incluir o servidor LUIS CARLOS DE MORAIS, Agente de Polícia, matrícula nº 36.936-5, na relação nominal do anexo da Portaria nº 024, de 18 de maio de 1993, que concedeu Progressão Horizontal aos servidores do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ficando posicionado no Padrão II, da 2ª Classe.
2- Incluir o servidor LUIS CARLOS DE MORAIS, Agente de Polícia, matrícula nº 36.936-5, na relação nominal do anexo da Portaria nº 032, de 11 de agosto de 1994, publicada no DODF nº 159, que concedeu Progressão Horizontal aos servidores do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ficando posicionado no Padrão III, da 2ª Classe.
3 - Retificar a Portaria de 09 de maio de 1995, publicada no DODF nº 089, no que se refere ao servidor LUIS CARLOS DE MORAIS, Agente de Polícia, matrícula nº 36.936-5, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-lo no Padrão IV, da 2ª Classe.
4- Incluir o servidor LUIS CARLOS DE MORAIS, Agente de Polícia, matrícula nº 36.936-5, na relação nominal do anexo da Portaria de 31 de maio de 1996, publicada no DODF nº 106, que concedeu Progressão Horizontal aos servidores do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ficando posicionado no Padrão I, da 1ª Classe.
5- Excluir o servidor LUIS CARLOS DE MORAIS, Agente de Polícia, matrícula nº 36.936-5, da relação nominal do anexo da Portaria de 08 de outubro de 1996, publicada no DODF nº 196, que concedeu Progressão Horizontal aos servidores do Quadro de Pessoal do Distrito Federal.
6 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 20, da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e ainda o que consta do artigo 15, Parágrafo Único, do Decreto nº 14.648, de 23 de março de 1993, resolve:
Retificar na Portaria publicada no DODF nº 179, de 13 de setembro de 1996, o resultado final da avaliação do Estágio Probatório dos servidores abaixo relacionados, sem prejuízo da continuidade da apuração dos fatores de que trata o artigo 4º, do Decreto nº 14.648, de 23 de março de 1993:
ONDE SE LÊ:

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE

MAT	NOME	CAT	CONCEITO	DT ING	DT HOM
42.400-5	THELMA R. DA SILVA	AUX.A.P.	7,00 EXCELENTE	24.08.94	24.02.95

LEIA-SE:

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE

MAT	NOME	CAT	CONCEITO	DT ING	DT HOM
42.400-5	THELMA R. DA SILVA	AUX.A.P.	7,00 EXCELENTE	24.08.94	24.02.96

ONDE SE LÊ:

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

MAT	NOME	CAT	CONCEITO	DT ING	DT HOM
42.788-8	FERDINAN TEIXEIRA CUTRIN	AS.A.J.	7,00 EXCELENTE	26.09.94	26.03.96

LEIA-SE:

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

MAT	NOME	CAT	CONCEITO	DT ING	DT HOM
42.788-8	FERDINAN TEIXEIRA CUTRIN	AS.A.J.	7,00 EXCELENTE	23.09.94	23.03.96

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º do Decreto nº 16.283, de 18 de janeiro de 1995, obedecidos os preceitos da Lei nº 9.264, de 07 de fevereiro de 1996, e ainda o que consta da AO nº. 34.617/95 da 4ª. VFP/DF, do OI nº. 489/96 - IDR , e do Edital de Resultado Final nº 213/95, de 27 de outubro de 1995, publicado no DODF nº 209, de 30 de outubro de 1995, e republicado no DODF nº. 219, de 11 de novembro de 1996, resolve:
Nomear os candidatos abaixo relacionados, habilitados no Concurso Público a que se refere o Edital de Resultado Final nº 213/95, publicado no DODF nº 209/95, e republicado no de nº. 219/96, para exercerem o cargo de Escrivão de Polícia, 2ª classe, da Carreira de Polícia Civil, da Secretaria de Segurança Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, em vagas originárias, observada a ordem de classificação: 53º, JORGE LUIZ DA COSTA SANTOS; 81º, ADILSON FONSECA DA SILVA; 88º, LUCÍLIA MAIA GONÇALVES; 91º, ANTONIO CARLOS DA COSTA MALHEIROS; 95º, JOZINEI CIRQUEIRA CARVALHO; 137º, FLAVIO CAVALCANTE CHAGAS; 144º, MARIA ANGELA FERREIRA ZOTMANN; 158º, ADALBERTO ALVES DE LIMA; 212º, ROBERTO CARLOS GOMES.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto nº 16.283, de 18 de janeiro de 1995, e considerando o disposto nos artigos 33, inciso I, e 34, *caput*, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:
Exonerar, a pedido, o sevidor abaixo identificado:

SERVIDOR	CARGO	QUADRO	VIGÊNCIA	PROCESSO
Edmundo Cavalcante Navarro Filho, *matrícula nº 94.245-6*	Técnico de Atividades Rodoviárias, 3ª Classe, Padrão I.	De Pessoal do DER	18/10/96	131.002.663/96

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

DESPACHO DO SECRETÁRIO

PROCESSO Nº : 040.009.533/96
INTERESSADO : SINDIRETA
ASSUNTO : Licença para o Desempenho de Mandato Classista

I - O Secretário de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, com fulcro no art. 5º do Decreto nº 17.699, de 24 de setembro de 1996, concede Licença para cumprimento de Mandato Classista aos servidores IBRAHIM YUSEF MAHMUD ALI, matrícula nº 43.380-2 e SONIVALDO MARCIANO DE LIMA, matrícula nº 43.378-0, ambos Técnicos de Administração Pública, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Distrito Federal, junto ao Sindicato dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autarquias e Tribunal de Contas do Distrito Federal - SINDIRETA, para o triênio de 1996 a 1999.

II - Publique-se e encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Administração Geral, para adoção de providências cabíveis.

MÁRIO TINOCO DA SILVA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 181, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no Capítulo X - DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL, do Decreto nº 16.109, de 1º de dezembro de 1994, resolve:
1. Determinar a realização do Inventário Patrimonial de 1996 na Secretaria de Educação.
2. Constituir Comissão Coordenadora do Inventário Patrimonial de 1996, composta pelos servidores a seguir relacionados:
MARIA CRISTINA JÚNIOR, Chefe da Seção de Expediente/DEPLAN, matrícula 63.496-4;
EURIVAL MILHOMEM BANDEIRA, Auxiliar de Administração Pública, matrícula 38.736-3;
JOBECI CORREA MONTEIRO, Chefe da Seção de Expediente/DIE, matrícula 47.659-5;
LAUDELINA ALVES DOS SANTOS, Especialista de Assistência à Educação, matrícula 30.186-8;
OZANAM MAURICIO FERREIRA, Especialista de Assistência à Educação, matrícula 29.167-6.
Para, sob presidência do primeiro:
a) orientar e coordenar os trabalhos;
b) emitir os formulários e relatórios necessários;
c) fazer o cotejamento com a carga geral;
d) consolidar o Inventário Patrimonial de 1996;
e) adotar todas as providências visando a solução dos problemas técnicos surgidos.
3. O prazo de conclusão dos trabalhos, contados da data de publicação é de 45 (quarenta e cinco) dias.
4. Fica expressamente proibida a movimentação de bens no período, ressalvadas as decorrentes de novas entregas aos usuários.
5. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

PORTARIA Nº 182, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, incisos X e XIV do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1.161, de 19 de julho de 1996, CLDF e Resolução Normativa nº 01/95 do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, resolve:
I- Baixar normas complementares sobre a exigência do uso do uniforme pelos alunos da rede de ensino público, conforme dispositivos a seguir:
1. o uniforme escolar, adotado pelas escolas da rede pública para o uso dos alunos da pré-escola e do ensino de 1º e 2º graus, deverá atender às disposições da presente portaria, respeitadas as peculiaridades culturais e históricas de cada unidade de ensino quanto à composição das cores;
2. o prazo para substituição do uniforme será de até quatro anos, ocorrendo gradativamente, reservando-se o direito do aluno de utilizar o antigo uniforme;
3. a exigência do uso do uniforme não poderá constituir-se em fator impeditivo para o acesso e permanência do aluno na escola, devendo a escola promover a sua doação em caso de comprovada carência financeira por parte da família, em atender a mencionada exigência.
II- Os estabelecimentos de ensino, por intermédio dos seus Conselhos Escolares, deverão apresentar ao órgão próprio da Fundação Educacional do Distrito Federal indicações quanto as cores e aos modelos que constituirão itens para a padronização do uniforme escolar, cuja definição será firmada por comissão integrada por membros de todas as regionais de ensino.
III- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
IV- Revogam-se as disposições em contrário.

ANTONIO IBANEZ RUIZ

PORTARIA Nº 183, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no Art. 13, Inciso II do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, que aprovou as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, resolve:
1. Designar ISABEL CRISTINA M. DE ASSIS, matrícula nº 90.445-7, como executora do Convênio nº 3333/96, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e o Distrito Federal/Secretaria de Educação, com a finalidade de contribuir, suplementarmente, com recursos financeiros para a manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental em escolas públicas da rede estadual.
2. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

PORTARIA Nº 184, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:
CONCEDER Gratificação por encargo de Gabinete, de Assessor, à servidora BEATRIZ MACEDO PORTO, matrícula nº 45.339-0, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996.

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo Artigo Segundo, Inciso IV, do Decreto No. 12.740, de 24 de outubro de 1990, resolve:

01.Conceder Aposentadoria a RAMIZ RODRIGUES ROCHA, matrícula n. 84.913-8, no Cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, Alínea "c", e 189, Parágrafo Único, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, Alínea "c", e Parágrafo 4., da LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens do Artigo 8., da Lei n. 8.911, de 12 de julho de 1994. Processo n. 082.022092/95.

02.Conceder Aposentadoria a MARIA NAZARE BARBOSA TAVARES DE LIMA, matrícula n. 85.262-7, no Cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, Alínea "b", e 189, Parágrafo Único, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, Alínea "b", e Parágrafo 4., da LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo n. 082.021529/94.

03.Conceder Aposentadoria a MARIA DOLORES PEREIRA FERNANDES MENEZES, matrícula n. 89.544-X, no Cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, Alínea "a", e 189, Parágrafo Único, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, Alínea "a", e Parágrafo 4., da LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei n. 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo Único, do Artigo 13, da Lei n. 66, de 18 de dezembro de 1989, com as vantagens do Artigo 3., da Lei n. 8.911, de 12 de julho de 1994. Processo n. 082.003607/95.

04.Conceder Aposentadoria a URSULINA LACERDA PESSOA OLGUIN, matrícula n. 91.605-6, no Cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, Alínea "b", e 189, Parágrafo Único, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990,, combinados com o Artigo 41, Inciso III, Alínea "b", e Parágrafo 4., da LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei n. 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo Único, do Artigo 13, da Lei n. 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo n. 082.011668/96.

05.Conceder Aposentadoria a JUCIANE MASCARENHAS NASCIMENTO, matrícula n. 91.970-5, no Cargo de Professor, Nível 01 GT3, conforme os Artigos 14 e 15, da Lei n. 66, de 18 de dezembro de 1989, Classe Única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, Alínea "b", e 189, Parágrafo Único, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, Alínea "b", e Parágrafo 4., da LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei n. 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo Único, do Artigo 13, da Lei n. 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo n. 082.009811/96.

06.Conceder Aposentadoria a EDITE GOMES DE OLIVEIRA, matrícula n. 92.980-8, no Cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, Alínea "b", e 189, Parágrafo Único, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, Alínea "b", e Parágrafo 4., da LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei n. 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo Único, do Artigo 13, da Lei n. 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo n. 082.012315/96.

07.Conceder Aposentadoria a ALCILEIDE PESSOA DUTRA, matrícula n. 92.997-2, no Cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, Alínea "c", e 189, Parágrafo Único, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, Alínea "c", e Parágrafo 4., da LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei n. 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo Único, do Artigo 13, da Lei n. 66, de 18 de dezembro de 1989, com as vantagens do Artigo 3., da Lei n. 8.911, de 12 de julho de 1994. Processo n. 082.010384/96.

08.Conceder Aposentadoria a JANDIRA BUENO ROCHA, matrícula n. 93.671-5, no Cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 24F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, Alínea "c", e 189, Parágrafo Único, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, Alínea "c", e Parágrafo 4., da LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei n. 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo Único, do Artigo 13, da Lei n. 66, de 18 de dezembro de 1989, com vantagens do Artigo 3., da Lei n. 8.911, de 12 de julho de 1994. Processo n. 082.015440/96.

09.Conceder Aposentadoria a MARIA SALETE DA CRUZ, matrícula n. 94.050-X, no Cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, Alínea "c", e 189, Parágrafo Único, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, Alínea "c", e Parágrafo 4., da LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei n. 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo Único, do Artigo 13, da Lei n. 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo n. 082.009299/96.

10.Conceder Aposentadoria a MARIA VILANI CORREIA LOPES, matrícula n. 94.080-1, no Cargo de Professor, Nível 03, Classe única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos do Artigo 186, Inciso III, Alínea "b", e 189, Parágrafo único, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, Alínea "b", e Parágrafo 4., da LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei n. 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo Único, do Artigo 13, da Lei n. 66, de 18 de dezembro de 1989. Processo n. 082.008026/96.

JACY BRAGA RODRIGUES

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

A PRESIDENTE DA FUNDACÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, resolve:

Designar **MARIA NADIR SAMPAIO**, matrícula nº 112.642-3, **TEREZA DE SAMARINA ABADIO POMPEU**, matrícula nº 132.730-5 e **KATIA SOBRAL MARTINS E ROCHA**, matrícula nº 132.958-8, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, objetivando apurar os fatos constantes do processo nº 061.008.255/96.

MARIA JOSÉ CONCEICÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do item I, da Instrução nº 13 de 01 de agosto de 1995, resolve:

Nomear **MARIA NADIR SAMPAIO**, Assistente Intermediário de Saúde II (Auxiliar de Enfermagem), Classe Especial, Padrão V, matrícula 112642-3, **KÁTIA SOBRAL MARTINS E ROCHA**, Assistente Intermediário de Saúde II (Ag. Serv. Comp. Serviço Social), 3ª Classe, Padrão III, matrícula 132958-8, **TERESA DE SAMARINA ABADIO POMPEU**, Assistente Intermediário de Saúde II (Agente Administrativo), 3ª Classe, Padrão IV, matrícula 132730-5, sob a Presidência do primeiro, integrarem comissão de Processo .Administrativo Disciplinar, incumbida de apurar os fatos relatados no processo nº 061.009596/96, devendo a referida Comissão iniciar os trabalho tão logo esta Ordem de Serviço seja publicada, notificando de tudo, desde o início, o(s) servidor(es) acusado(s).

ANTONIO LUIZ RAMALHO DE CAMPOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe foram delegadas através do item I , da Instrução Nº 13 de 01 de agosto de 1995, resolve:

Conceder Licença sem remuneração para trato de Interesses Particulares à servidora MAGDA DE CARVALHO BRAZ , Assistente Superior de Saúde, Enfermeiro, 3ª Classe , Padrão III, matrícula 135.064-1, lotada no HRAS, pelo período de 02(dois) anos, a partir da data da publicação, nos termos do art. 91 da Lei 8.112/90, conforme processo nº 061.027655/96.

ANTONIO LUIZ RAMALHO CAMPOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1996,

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução Nº 013/95, de 02 de agosto de 1.995, resolve:

Designar servidores para responder pelos Cargos em Comissão nos termos do artigo 8º do Decreto 5.004 de 20 de dezembro de 1.979, combinada com o Decreto Nº 17.603/96:

NOME: ELCIO CARNEIRO MATRÍCULA: 111.116-7
CARGO: Encarregadoria de Cadastro Financeiro, da Seção de Pessoal, da Divisão de Administração Geral, da Administração Central.
SÍMBOLO: DFG-03
MOTIVO: Cargo Vago
PERÍODO: 01/08/96 à 29/08/96

LEADOR MACHADO

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE NOVEMBRO DE 1996.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Instrução Nº 013/95, de 02 de agosto de 1.995, resolve:

Designar Substitutos dos Cargos em Comissão nos termos do artigo 38 da Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1.990, combinada com o Decreto Nº 17.603/96, os seguintes servidores:

NOME: SÉRGIO DE SOUZA MARQUES MATRÍCULA: 131.178-6
CARGO: Encarregadoria de Cadastro Financeiro, da Seção de Pessoal, da Divisão de Administração Geral, da Administração Central.
SÍMBOLO: DFG-03
MOTIVO: Cargo Vago
PERÍODO. 16/10/96 à 05/11/96

NOME: LEVITE GONÇALVES DA SILVA FILHO MATRÍCULA: 128.115-1
CARGO: Assistência do Centro de Processamento de Dados, da Administração Central.
SÍMBOLO: DFA-09
MOTIVO: Licença Maternidade do Titular
PERÍODO: 11/11/96 à 10/03/97

LEADOR MACHADO

HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE

ORDENS DE SERVIÇOS DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13, de 1º de agosto de 1995, resolve:
Designar a servidora TEREZINHA ANGELA FERRAZ CARNEIRO, AS 01, (Enfermeira), matrícula nº 119.635-9, para responder pelo cargo de Encarregada de Enfermagem por Áreas de Internação, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 01.09.96 à 12.11.96, por motivo de vacância do cargo.
Designar a servidora FABIANA CLAUDIA DE VASCONCELOS FRANÇA, AIS 37-II, (Auxiliar de Enfermagem), matrícula nº 130.948-0, para responder pelo cargo de Encarregada de Enfermagem por Área de Internação, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 01.06.96 à 06.07.96, por motivo de vacância do cargo.
Designar a servidora MARIA DE LOURDES DA SILVA, NM 30 , (Agente Administrativo), matrícula nº 122.746-7, para responder pelo cargo de Secretária da Unidade de Pediatria, dessa Regional de Saúde, símbolo DFG (03), no período de 01.12.96 à 28.02.96, por motivo de Licença Prêmio do Titular.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso das suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995,resolve:
Conceder Salário Família a servidora abaixo, nos termos do art. 197, da Lei 8.112/90:
Servidor: MARIA CLARISSE DE BARROS ALCÂNTRA
Matrícula: 127.371-0
Dependentes: Marcelo Alcântra Júnior, na qualidade de filho
Data de nascimento: 05.09.93
Servidor: MARISTELA LIMA SILVA
Matrícula: 134.551-6
Dependentes: Igor Lima Silva, na qualidade de filho
Data de nascimento: 14.11.96

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DA ASA NORTE, no uso das suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução nº 13, de 1º de agosto de 1995,resolve:
Conceder Auxílio Natalidade aos servidores abaixo, nos termos do art. 196, da Lei 8.112/90.
Servidor: MARISTELA LIMA SILVA
Matrícula: 134.551-6
Dependentes: Igor Lima Silva, na qualidade de filho
Data de nascimento: 14.11.96

CARLOS SARAIVA E SARAIVA

HOSPITAL REGIONAL DA CEILÂNDIA

ORDENS DE SERVIÇO DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13 de 01 de agosto de 1995, resolve: designar substitutos dos Cargos Comissionados adiante indicados, nos períodos mencionados, os seguintes servidores:
JÚLIO CÉSAR DE SOARES VELOSO, Assistente Superior de Saúde, Clínica Médica, Matrícula 133.669-0, para responder pelo Cargo de Chefe da Unidade Regional de Clínica Médica, dessa Unidade de Saúde, símbolo DFG - 06, do quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 01.11.96 a 30.11.96, por motivo de vacância do cargo;
NIZETE DE SOUZA TORRES, Assistente Superior de Saúde, Clínica Médica, Matrícula 117.843-1, para responder pelo Cargo de Chefe da Unidade da Unidade de Hematologia e Hemoterapia, da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, dessa Unidade de Saúde, símbolo DFG - 05, do quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 11.10.96 a 30.11.96, por motivo de vacância do cargo;
SUELI VIEIRA GUEDES, Assistente Intermediário de Saúde, AOSD - Patologia Clínica, Matrícula 123.745-4, para responder pelo Cargo de Secretária do Laboratório Regional de Ceilândia, dessa Unidade de Saúde, símbolo DFG - 03, do quadro de Cargos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no período de 01.10.96 a 31.10.96, por motivo de vacância do cargo.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e considerando no item III, da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:
1 - Autorizar o afastamento dos servidores abaixo relacionados, já incluídos os dias previstos para trânsito nos termos da Instrução Nº 27, de 05 de setembro de 1980.
MARIO MARCOS ALBAGLI OLIVEIRA, Assistente Superior de Saúde, Clínica Médica, Matrícula 131.476-9, para participar da II Semana do Aparelho Digestivo, XXXIV Congresso Brasileiro de Gastroenterologia, X Congresso Brasileiro de Endoscopia Digestiva, a realizar-se em Goiânia - GO, no período de 23 .11.96 a 28.11.96;
DENISE QUEIROZ DOS SANTOS DA SILVA, Assistente Superior de Saúde, Pediatra, Matrícula 127.094-0, para participar do 1° Congresso de Pediatria, a realizar-se em Brasília - DF, no período de 20.11.96 a 23.11.96;
CARLA A. DEL DUCA DE ALMEIDA, Assistente Superior de Saúde, Clínica Médica, Matrícula 128.285-9, para participar da II Semana do Aparelho Digestivo, XXXIV Congresso Brasileiro de Gastroenterologia, X Congresso Brasileiro de Endoscopia Digestiva, a realizar-se em Goiânia - GO, no período de 23 .11.96 a 28.11.96;
LETÍCIA CRUVINEL E. PALOS BRITO, Assistente Superior de Saúde, Pediatra, Matrícula 128.302-2, para participar do 1° Congresso de Pediatria, a realizar-se em Brasília - DF, no período de 20.11.96 a 23.11.96;
CONCEIÇÃO DE F. C. B. DOS SANTOS, Assistente Superior de Saúde, Pediatra, Matrícula 129.227-7, para participar do 1° Congresso de Pediatria, a realizar-se em Brasília - DF, no período de 20.11.96 a 23.11.96.
2 - Indeferir o afastamento do servidor LAMARTINE FUKUYOSHI GARCIA, Assistente Superior de Saúde, Odontólogo, Matrícula 135.733-6, para participar da VIII Jornada Odontológica do HFA, a realizar-se em Brasília - DF, no período de 20.11.96 a 23.11.96, nos termos da Instrução Nº 27, de 05 de setembro de 1980;
3 - Indeferir o afastamento do servidor JOÃO RICARDO LOPES MENDES, Assistente Superior de Saúde, Pediatra, Matrícula 127.920-3, para participar do VI Curso Básico Prático de Cirurgia Videolaparascópica, a realizar-se em Catalão - GO, no período de 17.11.96 a 21.11.96.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13 de 01 de agosto de 1995, resolve: autorizar aos servidores abaixo discriminados, a ausentar-se do serviço, nos termos do artigo 97, inciso III, alínea "b", da Lei 8112/90.
AGOSTINHO ANTÔNIO PINTO, Assistente Intermediário de Saúde, Agente de Serviço Complementar - Nutrição, Matrícula 114.523-1, no período de 23.10.96 a 30.10.96, por motivo de falecimento de sua mãe Corina Escolastica Pinto.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e considerando no item III, da Instrução nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve:
Tornar sem efeito o ato da Ordem de Serviço de 04 de Setembro de 1996, publicado no DODF Nº 187, de 25.09.96, página 7.971, que autorizou o afastamento da servidora MARIA APARECIDA BRAGA, Assistente Superior de Saúde, Pediatra, Matrícula 129.208-1, para participar XV Congresso Brasileiro de Perinatologia, XII Reunião de Enfermagem Perinatal, a realizar-se em Belo Horizonte - MG, no período de 21.11.96 a 30.11.96, nos termos da Instrução Nº 27, de 05 de setembro de 1980.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, resolve: conceder Licença Prêmio por assiduidade, nos termos do artigo 87, da Lei 8112/90 cominada com a Lei 221, de 27.12.91 aos seguintes servidores:
ROMUALDO SILVEIRA FILHO, Matrícula: 117.447-9, Processo: 061.042159/94, Quinquênio: 3° - 03.08.91 a 02.08.96;
JOSÉ AFONSO DOS S. SILVA, Matrícula: 116.214-4, Processo: 061.042267/91, Quinquênio: 3° - 27.01.91 a 26.01.96;
MARCILEY L. CORREIA, Matrícula: 115.700-1, Processo: 061.042269/91, Quinquênio: 3° - 20.12.90 a 19.12.95;
IZABEL A. DE ARAÚJO, Matrícula: 117.292-1, Processo: 061.042366/92, Quinquênio: 3° - 07.08.91 a 06.08.96;
HELENI DOS S. GOMES, Matrícula: 116.477-5, Processo: 061.042499/91, Quinquênio: 3° - 06.06.91 a 05.06.96;
ANA LÚCIA P. MARQUES, Matrícula: 117.302-2, Processo: 061.042787/91, Quinquênio: 3° - 23.09.91 a 22.09.96;
MARIA JOSÉ DE CASTRO, Matrícula: 116.342-6, Processo: 061.042788/91, Quinquênio: 3° - 12.03.91 a 11.03.96;
CLAUDECINA PEREIRA DA SILVA, Matrícula: 117.814-8, Processo: 061.042672/91, Quinquênio: 3° - 26.10.91 a 25.10.96;
NEIDE RABELO DA COSTA, Matrícula: 106.523-8, Processo: 061.023129/89, Quinquênio: 4° - 03.10.88 a 10.10.93;
MARIA APARECIDA DE FÁTIMA LARA, Matrícula: 109.212-0, Processo: 061.042728/92, Quinquênio: 4° - 26.06.91 a 25.06.96;
CONSUELO CRISTINA DE OLIVEIRA, Matrícula: 109.217-1, Processo: 061.042901/92, Quinquênio: 4° - 13.06.91 a 12.06.96;
RICARDO DE ARAÚJO TEIXEIRA, Matrícula: 110.041-6, Processo: 061.042675/93, Quinquênio: 4° - 23.08.91 a 22.08.96;
JAIRO ANTÔNIO DA CRUZ, Matrícula: 110.252-4, Processo: 061.042456/91, Quinquênio: 4° - 08.09.91 a 07.09.96;
ELIZABETH FELIZ MOURÃO, Matrícula: 110.292-3, Processo: 061.042185/92, Quinquênio: 4° - 06.11.91 a 05.11.96;
MARIA MÁRCIA ALVES DA S. CARVALHO, Matrícula: 116.384-1, Processo: 061.042591/92, Quinquênio: 3° - 20.05.91 a 19.05.96;
LÚCIA DE FÁTIMA EVERTON DE FARIAS, Matrícula: 116.426-1, Processo: 061.042720/92, Quinquênio: 3° - 08.05.91 a 07.05.96;
RAQUEL MARIA DE CASTRO NAVES, Matrícula: 116.871-1, Processo: 061.042141/92, Quinquênio: 3° - 25.08.91 a 24.08.96;
ROZILDA MARIA DA SILVA, Matrícula: 117.070-8, Processo: 061.042491/91, Quinquênio: 3° - 20.11.91 a 19.11.96;
AMAURI PIRES LUCAS, Matrícula: 117.179-8, Processo: 061.042286/93, Quinquênio: 3° - 19.09.91 a 18.09.96;
GERACINA SEZAR DOS SANTOS, Matrícula: 117.382-1, Processo: 061.043060/92, Quinquênio: 3° - 11.08.91 a 10.08.96;
ELTON APARECIDO LEMOS, Matrícula: 117.512-2, Processo: 061.042418/92, Quinquênio: 3° - 04.09.91 a 03.09.96;
VALMIR SOBRAL SALES, Matrícula: 117.547-5, Processo: 061.031176/91, Quinquênio: 3° - 06.09.91 a 05.09.96;
ANA CRISÓSTOMO DE MORAIS, Matrícula: 117.617-0, Processo: 061.042084/92, Quinquênio: 3° - 02.09.91 a 01.09.96;
JOSÉ ÉDSON DO NASCIMENTO, Matrícula: 117.631-5, Processo: 061.042352/92, Quinquênio: 3° - 19.09.91 a 18.09.96;
ELIZABETH FERREIRA CABRAL, Matrícula: 117.792-3, Processo: 061.042323/93, Quinquênio: 3° - 23.10.91 a 22.10.96;
MARILZA CLEUSA DO CARMO, Matrícula: 117.809-1, Processo: 061.042421/92, Quinquênio: 3° - 07.10.91 a 06.10.96;
SELMA DIAS SANTANA, Matrícula: 120.693-1, Processo: 061.042283/94, Quinquênio: 2° - 30.06.88 a 21.10.96;
ELIEZER CHAVES DA SILVA, Matrícula: 120.850-1, Processo: 061.042118/93, Quinquênio: 2° - 19.05.88 a 23.08.93;
ALDANI DA SILVA OLIVEIRA, Matrícula: 121.593-1, Processo: 061.042187/93, Quinquênio: 2° - 28.08.88 a 27.10.93;
JUSCELINO NUNES VIDAL, Matrícula: 122.040-3, Processo: 061.042677/96, Quinquênio: 1° - 20.10.83 a 04.11.88, 2° - 05.11.88 a 11.11.93;
MARA ROSANA SIQUEIRA, Matrícula: 123.564-8, Processo: 061.042081/92, Quinquênio: 2° - 01.12.89 a 30.11.94;
RENATO SILVA DE OLIVEIRA PANTOJA, Matrícula: 124.375-6, Processo: 061.042442/93, Quinquênio: 2° - 08.08.90 a 07.08.95;
TÂNIA DE OLIVEIRA CAMBRAIA, Matrícula: 124.909-6, Processo: 061.042971/92, Quinquênio: 2° - 21.03.90 a 21.03.95,
IDA PEREIRA DOS SANTOS ROSA, Matrícula: 125.215-1, Processo: 061.042164/93, Quinquênio: 2° - 29.03.90 a 28.03.95;
OROZITA DE FÁTIMA SILVA SOUZA, Matrícula: 125.224-1, Processo: 061.042933/92, Quinquênio: 2° - 13.04.90 a 12.04.95;
JACIRA GONÇALVES DE SOUZA SANTOS, Matrícula: 125.229-1, Processo: 061.042962/92, Quinquênio: 2° - 08.04.90 a 08.04.95;
JACIRA TORRES DE OLIVEIRA R. CARNEIRO, Matrícula: 125.290-9, Processo: 061.042969/92, Quinquênio: 2° - 11.04.90 a 13.04.95;
ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA, Matrícula: 125.327-1, Processo: 061.042619/93, Quinquênio 2° - 11.04.90 a 10.04.95;

MARIA DE LOURDES DEODORO DE ARAÚJO, Matrícula: 125.335-2, Processo: 061.042964/92, Quinquênio: 2° - 12.04.90 a 11.04.95;
DAGMAR SOUSA GONÇALVES MARIANO, Matrícula: 125.349-2, Processo: 061.042240/93, Quinquênio: 2° - 04.05.90 a 03.05.95;
LÚCIA BRANDÃO DA FONSECA, Matrícula: 125.354-9, Processo: 061.042345/93, Quinquênio: 2° - 13.04.90 a 13.04.95;
TÂNIA MÁGDA DE SOUZA SILVA, Matrícula: 125.355-7, Processo: 061.042878/92, Quinquênio: 2° - 06.05.90 a 05.05.95;
MARIA AUGUSTA TORRES PEREIRA, Matrícula: 125.359-0, Processo: 061.042965/92, Quinquênio: 2° - 08.04.90 a 07.04.95;
HELENO LEITE CARVALHO, Matrícula: 125.366-2, Processo: 061.042060/93, Quinquênio: 2° - 19.04.90 a 18.04.95;
MIRTES DE FÁTIMA MOTA RESENDE, Matrícula: 125.463-4, Processo: 061.042927/92, Quinquênio: 2° - 18.06.90 a 17.06.95;
MARIA DAS DORES RUELA DA COSTA, Matrícula: 125.468-5, Processo: 061.042662/96, Quinquênio: 1° - 18.04.85 a 26.04.90, 2° - 27.04.90 a 26.04.95;
JOAQUIM CARVALHO LEITE, Matrícula: 125.512-6, Processo: 061.042925/93, Quinquênio: 2° - 16.05.90 a 15.05.95;
FERNANDO DA CUNHA RAMALDES, Matrícula: 125.731-5, Processo: 061.042022/94, Quinquênio: 2° - 31.08.90 a 30.08.95;
MARLENE MARIA DE CAMARGO, Matrícula: 125.740-4, Processo: 061.030700/94, Quinquênio: 2° - 29.09.90 a 28.09.95;
ZENEIDE DO CARMO FERREIRA DA SILVA, Matrícula: 125.874-5, Processo: 061.042191/93, Quinquênio: 2° - 11.09.90 a 10.09.95;
NILZA TEIXEIRA RODRIGUES LOPES, Matrícula: 126.012-0, Processo: 061.042803/93, Quinquênio: 2° - 21.11.90 a 20.11.95;
RAIMUNDO PEREIRA DE SOUZA, Matrícula: 126.091-0, Processo: 061.042470/93, Quinquênio: 2° - 07.12.90 a 06.12.95;
MARIA RITA DE SOUZA, Matrícula: 126.258-1, Processo: 061.042262/93, Quinquênio: 2° - 01.01.91 a 31.12.95;
ANTÔNIO LUIZ DE MOURA BARULLI, Matrícula: 126.320-0, Processo: 061.042860/93, Quinquênio: 2° - 13.01.91 a 12.01.96;
ÉDNA NEIVA DE OLIVEIRA, Matrícula: 126.331-5, Processo: 061.042698/93, Quinquênio: 2° - 15.01.91 a 12.08.96;
MARIA DAS GRAÇAS QUARESMA CRUZ, Matrícula: 126.335-8, Processo: 061.043109/95, Quinquênio: 2° - 25.01.91 a 24.01.96;
ALMERINDA MARTINS MAGALHÃES, Matrícula: 126.337-4, Processo: 061.042026/93, Quinquênio: 2° - 17.03.91 a 16.03.96;
MARIA DE FÁTIMA BEZERRA MARQUES, Matrícula: 126.342-1, Processo: 061.042382/93, Quinquênio: 2° - 14.03.91 a 13.03.96;
EURLY FERREIRA DA FONSECA, Matrícula: 126.351-0, Processo: 061.042077/93, Quinquênio: 2° - 17.02.91 a 16.02.96;
MARIA AILA BRAGA SANDERS, Matrícula: 126.405-2, Processo: 061.042192/93, Quinquênio: 2° - 12.02.91 a 11.02.96;
JOSÉ ARAÚJO CAMPOS, Matrícula: 126.442-7, Processo: 061.042388/93, Quinquênio: 2° - 30.01.91 a 29.04.96;
LOURIVAL VIANA DA CRUZ, Matrícula: 126.448-6, Processo: 061.042446/93, Quinquênio: 2° - 03.02.91 a 02.02.96;
CARLOS HUMBERTO DA ROCHA, Matrícula: 126.451-6, Processo: 061.043001/92, Quinquênio: 2° - 08.07.91 a 07.07.96;
MANOEL COELHO DE SANTANA, Matrícula: 126.457-5, Processo: 061.042658/96, Quinquênio: 1° 05.02.86 a 07.02.91, 2° - 08.02.91 a 07.02.96;
OSMAR DE PAULA CARNEIRO, Matrícula: 126.552-1, Processo: 061.042606/93, Quinquênio: 2° - 17.02.91 a 16.02.96;
IOLANDA MARCOS DE OLIVEIRA, Matrícula: 126.580-6, Processo: 061.042801/93, Quinquênio: 2° - 23.02.91 a 22.02.96;
AZILEIDE PEREIRA OMERO, Matrícula: 126.600-4, Processo: 061.042404/93, Quinquênio: 2° - 10.04.91 a 09.04.96;
MARIA JOSÉ DA SILVA ALTINO, Matrícula: 126.601-2, Processo: 061.042877/92, Quinquênio: 2° - 23.03.91 a 22.03.96;
FRANCISCA IVONE BRAGA MENDONÇA, Matrícula: 126.640-3, Processo: 061.042472/93, Quinquênio: 2° - 28.05.91 a 27.05.96;
MARISA MOREIRA SUCENA ALVES, Matrícula: 126.682-9, Processo: 061.042080/93, Quinquênio: 2° - 18.03.91 a 17.03.96;
NÍVIA OLIVEIRA LAGARES, Matrícula: 126.753-1, Processo: 061.042562/93, Quinquênio: 2° - 15.07.91 a 14.08.96;
MARISTELA RODRIGUES GOMES DE ALENCAR, Matrícula: 126.802-3, Processo: 061.043026/92, Quinquênio: 2° - 27.09.91 a 26.09.96;
MARIA DE JESUS SABÓIA, Matrícula: 126.814-7, Processo: 061.043002/92, Quinquênio: 2° - 19.06.91 a 18.06.96;
PAULO NERY TEIXEIRA ROSA, Matrícula: 127.862-2, Processo: 061.042664/96, Quinquênio: 1° - 12.11.87 a 16.11.92;.
VÂNIA LÚCIA MALTA COSTA, Matrícula: 128.098-8, Processo: 061.042657/96, Quinquênio: 1° - 02.02.88 a 15.02.93;
WILMAR PEREIRA GOMES, Matrícula: 128.821-1, Processo: 061.042680/96, Quinquênio: 1° - 18.05.89 a 22.05.94;
JOSÉ IVOLINO TEIXEIRA, Matrícula: 128.832-6, Processo: 061.042656/96, Quinquênio: 1° - 24.05.89 a 23.05.94;
MÁRCIO DE OLIVEIRA DIAS, Matrícula: 129.263-3, Processo: 061.042679/96, Quinquênio: 1° - 07.11.89 a 06.11.94;
AUZENY TIMOTEO NERY, Matrícula: 129.537-5, Processo: 061.042659/96, Quinquênio: 1° - 14.12.89 a 01.01.95;
TÂNIA REGINA DA SILVA, Matrícula: 129.784-8, Processo: 061.042655/96, Quinquênio: 1° - 04.07.90 a 01.09.95;
SÉRGIO TAMURA, Matrícula: 130.680-4, Processo: 061.042675/96, Quinquênio: 1° - 25.03.91 a 23.04.96;
ELIAS COUTO E ALMEIDA FILHO, Matrícula: 130.770-3, Processo: 061.042684/96, Quinquênio: 1° - 03.04.91 a 02.04.96;
MARGARIDA PEREIRA TELES, Matrícula: 130.815-7, Processo: 061.042685/96, Quinquênio: 1° - 12.04.91 a 11.04.96;
RAQUEL CRISTINA FREIRE DE ALMEIDA, Matrícula: 130.872-6, Processo: 061.042669/96, Quinquênio: 1° - 13.05.91 a 12.05.96;
ALMERINDA NOGUEIRA DOS SANTOS, Matrícula: 130.876-9, Processo: 061.042678/96, Quinquênio: 1° - 08.05.91 a 07.05.96;
MARCILENE REIS DE ALMEIDA, Matrícula: 130.954-4, Processo: 061.042660/96, Quinquênio: 1° - 15.05.91 a 14.05.96;
ILDA PORTO FEITOSA, Matrícula: 130.976-5, Processo: 061.042676/96, Quinquênio: 1° - 20.05.91 a 19.05.96;
LUIZ DONIZETE DE QUEIROZ, Matrícula: 131.000-3, Processo: 061.042661/96, Quinquênio: 1° - 23.05.91 a 19.09.96;
RONALDO DUTRA FONSECA, Matrícula: 131.020-8, Processo: 061.042673/96, Quinquênio: 1° - 07.06.91 a 06.07.96;
HILMA LINA DE JESUS, Matrícula: 131.080-1, Processo: 061.042674/96, Quinquênio: 1° - 19.06.91 a 18.06.96;
ORQUÍDEA ROSANE GASPAR D. BOBENRIETH, Matrícula: 131.212-0, Processo: 061.042681/96, Quinquênio: 1° - 27.09.91 a 26.09.96.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve: conceder Auxílio Natalidade aos servidores abaixo discriminados, nos termos do artigo 196, da Lei 8112/90.
ELIANE PEREIRA DE SOUSA, Matrícula: 127.323-0, Dependente: Alessandra Pereira Felício, D.N.: 02.10.96;
SEBASTIÃO MOZART GOMES, Matrícula: 135.734-4, Dependente: Pedro Guimarães de Andrade Gomes, D.N.: 19.10.96.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13, de 01 de agosto de 1995, resolve: conceder Salário Família aos servidores abaixo discriminados, nos termos do artigo 197, da Lei 8112/90.
ELIANE PEREIRA DE SOUSA, Matrícula: 127.323-0, Dependente: Alessandra Pereira Felício, na qualidade de filha;
SEBASTIÃO MOZART GOMES, Matrícula: 135.734-4, Dependente: Pedro Guimarães de Andrade Gomes, na qualidade de filho.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13 de 01 de agosto de 1995, resolve: conceder licença paternidade ao servidor abaixo discriminado:
SEBASTIÃO MOZART GOMES, Assistente Superior de Saúde, Nutricionista, Matrícula 135.734-4, no período de 19.10.96 a 23.10.96, por motivo de nascimento de seu filho Pedro Guimarães de Andrade Gomes, em 19.10.96.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26, inciso V, título III do Regimento Interno deste Hospital, resolve:
Aplicar pena de advertência ao servidor ADEMIRO AUGUSTO DA SILVA, Assistente Interme-diário de Saúde, Motorista, matrícula 105.221-7, por ter infringido o disposto no inciso I e VII do artigo 116, capítulo I, título IV da Lei 8112/90.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26, inciso V, título III do Regimento Interno deste Hospital, resolve:
Aplicar pena de advertência ao servidor GONÇALO ALVES FERREIRA, Assistente Intermediário de Saúde, Motorista, matrícula 121.274-5, lotado na Seção de Transporte/HRC, pelos ilícitos praticados, do disposto no inciso VII, art. 116 da Lei 8112/90.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 26, inciso V, título III do Regimento Interno deste Hospital, resolve:
Aplicar pena de advertência à servodora MARIA INÊS DE LEMOS PALOMINO, Assistente Intermediário de Saúde, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 122.368-2, lotado no Centro de Saúde Nº 01 de Ceilândia, pelos ilícitos praticados no exercício de suas funções dispostos nos incisos I, IV e VII do artigo 116, capítulo I, título IV da Lei 8112/90.

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DE CEILÂNDIA, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no item III, da Instrução Nº 13 de 01 de agosto de 1995, resolve: autorizar ao servidor abaixo discriminado, a ausentar-se do serviço por motivo de casamento, nos termos do artigo 97, inciso III, alínea "a", da Lei 8112/90.
ALLAN EURÍPEDES REZENDE NAPOLI, Assistente Superior de Saúde, Tisiologista, Matrícula 123.088-3, no período de 23.09.96 a 30.09.96.

ROMUALDO SILVEIRA FILHO

HOSPITAL REGIONAL DO GAMA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 138, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através do item III subitem 5 da Instrução n.º 13 de 01 de Agosto de 1995 do Senhor Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, resolve:

DESIGNAR os servidores, ZÂNIA MÁRCIA XAVIER, AIS (Auxiliar de Enfermagem), matrícula n.º 129.407-5; CLAUDETE ROSA DE LIMA, AIS (Auxiliar de Enfermagem), matrícula n.º 126.637-3 e RICARDO GONZAGA PATRÃO, AIS (Agente Administrativo), matrícula n.º 133.954-1 para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância para apurar os fatos constantes do processo n.º 061.033.794/96, tendo como servidor envolvido SEVERINO MAURÍCIO TORRES DE OLIVEIRA, devendo o servidor ser notificado de tudo, desde o início dos trabalhos, os quais devem ser concluídos dentro de 30 (trinta) dias a partir da presente data com base no parágrafo único do artigo 145 da Lei 8.112/90.

ELVIS ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA

ORDEM DE SERVIÇO Nº 139, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR DO HOSPITAL REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o item III da Instrução n.º 13/95 de 01 de Agosto de 1995, do Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, resolve:

DESIGNAR substitutos dos Cargos Comissionados abaixo indicados, nos períodos mencionados, os seguintes servidores:

SYLVIA THAIS CARTAXO DE SOUSA, ASS (Médico-Radiologista), matrícula n.º 126.681-1 para responder pelo Cargo de Chefe da Unidade de Radiologia desta Unidade de Saúde, símbolo DFG-05, no período de 11.10 a 17.11.96, por motivo de vacância do mencionado Cargo;
MARIA JOSÉ DE QUEIROZ, ASS (Enfermeiro), matrícula n.º 129.886-1 para substituir a Chefe da Seção de Enfermagem do Centro de Saúde n.º 05, dessa Unidade de Saúde, símbolo DFG- 06, no período de 01.11.96 a 31.01.97, por motivo de licença prêmio da titular;
FÉLIX RODRIGUES NASCIMENTO, AIS (Agente Administrativo), matrícula n.º 134.791-8 para substituir a Encarregada de Rec. Hum. e Econômico Financeiros do CS 07, símbolo DFG 04, no período de 22 a 31.12.96 e de 01 a 31.01.97, por motivo de férias e licença - prêmio da titular, respectivamente.
JOSÉ ANTONIO OLIVEIRA BEZERRA, (Ascensorista), matrícula n.º 121.783-6 para substituir o Encarregado do Plantão Administrativo desta Unidade de Saúde, símbolo DFG-04, no período de 01 a 31.12.96, tendo em vista o titular encontrar-se de licença prêmio no período de 01.10 a 31.12.96;
MARIA ELIZABETE REDONDO MARINHO, ASS (Nutricionista), matrícula n.º 128.779-6 para responder pelo Cargo de Diretor da Divisão de Rec.Econ-Financeiro desta Unidade de Saúde, símbolo DFG-08, no período de 30.08 a 01.10.96 por motivo de vacância do citado cargo;

JOSÉ BARBOSA GUERRA, ASS (Médico - Gineco e Obstetrícia), matrícula n.º 118.273-1 para responder pelo Cargo de Chefe do Centro de Saúde n.º 02 da Coordenação Regional de Saúde do Gama, símbolo DFG-08, no período de 01.10 a 31.12.96, por motivo de vacância do citado cargo.

AUTORIZAR, nos termos do artigo n.º 97 da Lei n.º 8.112/90, o afastamento da servidora ROSANGELA RODRIGUES DOS SANTOS, ASS (Odontólogo), matrícula n.º 119.373-2, lotada no CSG-02 a ausentar-se do serviço no período de 12 a 19.11.96, por motivo de falecimento do pai.

RETIFICAÇÃO na Ordem de serviço n.º 71 de 07 de Junho de 1996, publicada no DODF n.º 112, de 12 de Junho de 1996, página n.º 4771, referente a tornar sem efeito, o ato de substituição da servidora MARIA ELIZABETE REDONDO MARINHO,

ONDE SE LÊ : período de 05.05 a 06.06.96
LEIA - SE : período de 08.05 a 06.06.96.

ELVIS ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 63, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 25, inciso X e XI do Decreto nº 4.037-B, de 30 de dezembro de 1977, e o que consta do processo nº 030.002.325/96, resolve:

I - Designar a servidora MARISTELA DA COSTA MARQUES CABRAL, matrícula nº 45.640-3, Assessora da Gerência de Habitação, Executora do Contrato nº 239/96, com vigência até 31.12.97, celebrado com a Empresa CORONÁRIO TURISMO LTDA, cabendo à designada as atribuições previstas no Decreto nº 16.098, de 29.11.94 e demais normas inerentes ao assunto.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07.10.96.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 1996

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das suas atribuições estatutárias e tendo em vista o que consta no processo nº 101.000885/95. Resolve:

I - Conceder Progressão Funcional, nos termos do artigo 2º do Decreto nº 14.647 de 25/03/1993, e resultado final da Avaliação no Estágio Probatório, publicado no DODF nº 225 de 20 de novembro de 1996, página 9461, aos servidores constantes desta Instrução.
II - Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação deste ato, retroagem à data em que cada servidor completou seu interstício.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

MATR.	NOME	EP ANT.	EP ATUAL	SIT. ANT. CLAS./PAD.		SIT.ATUAL CLS./PAD.		FIM DO INTERSTÍCIO
8196.5	SÉRGIO REIS MENDES BRANDÃO	AB-01	AB-02	3ª	I	3ª	II	31/08/96
8195.7	JOSÉ VICENTE RODRIGUES DA SILVA	AB-01	AB-02	3ª	I	3ª	II	12/09/96
8247.3	MARILENE CANGUÇU RIBEIRO	AB-01	AB-02	3ª	I	3ª	II	31/10/96
8265.1	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA	AB-01	AB-02	3ª	I	3ª	II	25/11/96
8219.8	VÂNIA LÚCIA VIEIRA	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	07/10/96
8220.1	GILVAN MARTINS DE SOUZA	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	10/10/96
8231.7	GIOVANA NAZÁRIO DE OLIVEIRA	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	10/10/96
8249.X	CRISTIANE MACÊDO DE SANTANA	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	03/11/96
8259.7	MÁRCIO AYRES DA CUNHA	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	18/11/96
8260.0	JOSIAS CABRAL PEREIRA	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	18/11/96
8262.7	FRANCISCO SERAFIM DA SILVA	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	18/11/96
8267.8	JAFETE PEREIRA DANTAS	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	28/11/96
8270.8	EDGAR FERREIRA	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	29/11/96
8273.2	OLIDONE BARROS PACHECO	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	30/11/96
8275.9	ADILSON GOMES CORDOVIL	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	01/12/96
8278.3	ELSON SILVA ARAÚJO	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	02/12/96
8279.1	JOÃO MENDES LEITÃO	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	05/12/96
8264.3	JORGE CARLOS ANDRÉ DA SILVA	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	10/12/96
8282.1	MARINEIDE DA SILVA BRAGA	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	05/12/96
8285.6	WALTER MARTINS BELCHOR	AI-17	AI-18	3ª	I	3ª	II	28/12/96

INSTRUÇÕES DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, e tendo em visto o disposto no Art. 12 do Decreto nº 14.647, de 25 de março de 1993, Resolve:

I - Conceder Promoção Funcional, ao servidor abaixo relacionado, referente ao ano de 1996, aferido pela Comissão de Progressão e Promoção Funcionais instituida pela Instrução de 25 de julho de 1995, publicada no DODF de 06 de setembro de 1995.
II - Os efeitos financeiros decorrentes da aplicação deste ato retroagem ao dia 01.07.96.

Mat.	nome	sit. ant. EP/Clas/Pad.	sit. nova EP/Clas.Pad.
5748-7	PAULO CESAR DOS S.AMAZONAS	29 PRI IV	30 ESP. I

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 101.001414/96, resolve:
RETIFICAR a Instrução de 19/09/96, publicada no DODF de 23 de setembro de 1996, nº 185, página 7888, que concedeu APOSENTADORIA a MARIA DO ROSÁRIO GONTIJO CUNHA, matrícula nº 5593-X, no cargo de Assistente Superior em Serviços Sociais, Classe Primeira, Padrão IV, do Quadro de Pessoal da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "a", e 189, Parágrafo único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "a" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidas aos proventos as vantagens do artigo 192, inciso I, da Lei nº 8112, de 11/12/90, para contar a partir de 31 de outubro de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso IV do Estatuto desta Fundação e conforme Termos do artigo 34, da Lei 8.112/90 e o contido no processo nº 101001616/96, resolve:

RETIFICAR a Instrução de 1º de novembro de 1996, publicado no DODF de 05/11/96, nº 215, página 9080, referente a exoneração da servidora ELIANE CRISTINA MARTINS DE RESENDE, matrícula nº 8446-8. Onde se-lê: do Cargo de Assistente Intermediário em Serviços Sociais, leia-se: Carreira de Atividade de Apoio a Reintegração Social do Adolescente Infrator , Especialidade-Atendente de Reintegração Social, 3ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, a partir de 24/09/96.

OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO

DIRETORIA EXECUTIVA

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE NOVEMBRO DE 1996

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL , no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso VI, da Instrução nº 001 de 23 de janeiro de 1.995, resolve:
Aplica Pena de Advertência, por infração ao inciso IV do Artigo 117 da Lei 8.112/90, aos servidores MARCOS CLARET RAMOS, matrícula nº 6682-6 e PAULO MENDES XAVIER, matrícula nº 6404-1, conforme consta no Processo nº 101.000866/96.

RAQUEL COLAÇO SALES

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ORDENS DE SERVIÇO DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, inciso III, alínea "f", da Instrução 001 de 23 de janeiro de 1995, resolve:

Conceder ao servidor MARCOS ANTÔNIO RODRIGUES CARNEIRO, matrícula nº 4579-9, Assistente Básico em Serviços Sociais, afastamento por oito dias consecutivos, no período de 07/11/96 à 14/11/96, por motivo de casamento, com base no artigo 97, inciso III, alínea "a" da Lei 8.112/90.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, inciso III, alínea "d", da Instrução 001 de 23 de janeiro de 1995, resolve:

Conceder Salário Família ao servidor abaixo relacionado, nos termos do artigo 197, da Lei 8.112/90;

NOME : MESSIAS QUERINO DE SOUZA
MATRÍCULA : 6132-8
DEPENDENTE : MICAELE COSTA DE SOUZA

CÁSSIO JOSÉ ROCHA

SECRETARIA DE OBRAS

DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE DE OBRAS, no uso de suas atribuições, **resolve**: Designar o Engenheiro IWAO SHIMURA, **matricula n.º 48.296-X**, EXECUTOR do Contrato n.º 002/96 - SO, nos termos do Padrão nº 010/96, firmado entre o Distrito Federal, por meio da Secretaria de Obras e a Empresa AJL Engenharia e Construção Ltda, objetivando a execução das obras de reforma geral do Auditório do Centro Educacional 02 de Sobradinho, localizado na quadra 12, área especial 04 de Sobradinho/DF, conforme processo n.º 030.005.183/96.

OTO SILVÉRIO GUIMARÃES JÚNIOR

POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL

ORDENS DE SERVIÇO DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a" da Portaria nº 034/93-SSP, de 21.06.93, e nos termos do artigo 1º, e itens

V e VIII do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20.12.79, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 09.02.82, resolve:

Designar o Agente de Polícia ARNALDO NEVES DA SILVA, matrícula nº 27.529-8, para substituir VERA LÚCIA DIAS DE SOUZA ARAÚJO, matrícula nº 23.438-9, Chefe da Seção de Acidentes de Veículos/20ª DP/CPC/PCDF, Código DFG-02, por motivo de licença para tramento de saúde, no período de 14 a 22.08.96.

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a" da Portaria nº 034/93-SSP, de 21.06.93, resolve:

I - Dispensar o Agente de Polícia LUIZ FRANCISCO NICOLI, matrícula nº 26.667-1, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Vigilância/10ª DP/CPC/PCDF, a partir de 01.11.96.

II - Designar o Agente de Polícia GUILHERME FRANCISCO GUIMARÃES, matrícula nº 23.420-6, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFG-02, de Chefe da Seção de Vigilância/10ª DP/CPC/PCDF, a partir de 01.11.96.

III - Designar o Delegado de Polícia RICARDO YAMAMOTO, matrícula nº 27.191-8, para exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-05, de Assistente da Delegacia Especial do Meio Ambiente/CPE/PCDF.

IV - Dispensar a Delegada de Polícia ROSELINDA VALENTI, matrícula nº 33.782-X, de exercer o Cargo em Comissão, Código DFA-05, de Assistente da Delegacia Especial do Meio Ambiente/CPE/PCDF/.

TEODORO RODRIGUES PEREIRA

SECRETARIA DE TURISMO

PORTARIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 1996

O SECRETÁRIO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais constantes do artigo 35, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.059, de 24.09.93, resolve:

1 - Alterar a Portaria de 23 de fevereiro de 1994, desta Secretaria, publicada no DODF nº 048 de 11.03.94, pág. 42, que trata da Comissão de apuração de MÉRITO, modificando sua composição na forma que se segue:

- MÔNICA BAPTISTA TAVEIRA - Matr. : 39.104-2
  Diretora do Deptº de Atividades Turísticas - Presidente
- IRAMI LUNA DE CASTRO - Matr. : 39.103-4
  Chefe do Serviço de Pessoal - Membro
- VILMA LILIANE M. DA SILVA SOUZA - Matr. : 39.150-6
  Técnico de Administração Pública - Membro
- MARIA DO CARMO SILVA PEREIRA - Matr. : 39.149-2
  Técnico de Administração Pública - Membro

2 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RODRIGO ROLLEMBERG

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

A DIRETORA DO JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII, artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.773 de 18 de julho de 1994 e tendo em vista as disposições contidas no artigo 143 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, resolve:
1 - Instaurar Sindicância para apurar os fatos apontados no processo nº 195.000.253/96.
2 - Designar os servidores LUIS CARLOS ALVES GARCIA, matrícula nº 93.930-7, Técnico de Administração Pública, VALDINA FERREIRA DE PAIVA, matrícula nº 94.365-, Auxiliar de Administração Pública e SILENILDE CAMPOS DA SILVA, matrícula nº 07.039-4, Técnico de Administração Pública, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, constituírem a Comissão de Sindicância.
3 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação do relatório conclusivo.
4 - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

ALBA EVANGELISTA RAMOS

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 27 de novembro de 1996

PROCESSO Nº : 094.000.727/96
INTERESSADO : CÍCERO FERREIRA DE MOURA E OUTROS
ASSUNTO : Reconhecimento de dívida
Á vista do contido nos autos, RECONHEÇO A DÍVIDA no valor de R$ 7.212,68 (sete mil, duzentos e doze reais e sessenta e oito centavos), com amparo nos artigos 80 e 81, do Decreto nº 16.098/94, em favor de CÍCERO FERREIRA DE MOURA E OUTROS, correspondente a despesas de vantagens denominadas quintos, relativo ao exercício de 1995.

LUCIANO SALES OLIVEIRA



SEÇÃO III

SECRETARIA DE GOVERNO

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 63/96

Data da Abertura: 09 de dezembro de 1996
Horário: 10:00
Local: Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 3° andar, sala 300
Objeto: Aparelhos de fax-símile
O Edital encontra-se a disposição dos interessados no local acima indicado, podendo ser retirado, gratuitamente, até as 10 horas do dia 06 de dezembro de 1996.

CONVITE Nº 64/96

Data da Abertura: 09 de dezembro de 1996
Horário: 10:30
Local: Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 3° andar, sala 300
Objeto: Tela para retroprojetor, lâmpadas para retroprojetor e projetor de slides, alto falantes, ponte retificadora de diodos e relé para chaveamento.
O Edital encontra-se a disposição dos interessados no local acima indicado, podendo ser retirado, gratuitamente, até as 10:30 horas do dia 06 de dezembro de 1996.

Brasília-DF, 27 de novembro de 1996
GILNEI PEREIRA DA COSTA
Presidente da CPL

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 7/96

PROCESSO Nº 00.137.000.811/96

A Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados, que após análise da proposta relativa ao processo licitató rio em tela, considerou vencedora por haver cotado preço compatível ao praticado no mercado, a empresa:

GHF - COMERCIAL INTERNACIONAL TRADING LTDA.

É o julgamento.

Guara-DF, 22 de novembro de 1996
VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONVITE Nº 18/96

A Comissão Permanente de Licitação da Administração Regional do Lago Norte RA XVIII, torna público que foi revogado o Convite nº 18/96 para a aquisição de veículos, trator agrícola, roçadeira e carreta agrícola.

Brasília, 26 de novembro de 1996
MAURILIO SOUZA NUNES
p/Comissão Permanente de Licitação

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Administração Regional de Santa Maria, com base art. 87 da Lei 8.666/93, convoca a Firma COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS DULARA LTDA a comparecer na Sede desta Administração, no prazo de dois dias úteis a contar da publicação deste, sob pena de recisão do Contrato de que trata a Nota de Empenho 189/96-RAXIII, suspensão temporária de participar em licitação e outras sanções previstas no artigo supracitado deste edital. Tendo em vista que a referida firma não se encontra no endereço indicado.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
CARTA CONVITE Nº 27/96

OBJETO : Pavimentação Asafáltica de rua situada à Quadra 02 Conjunto F Centro, e pavimentação da praça localizada em frente ao CAIC e Unidade de Saúde.

DATA : 09.12.96
HORÁRIO: 10:00 horas
LOCAL : o Edital será entregue na Seção de Material e Patrimônio da Administração Regional - Quadra 101 Área Especial S/N - São Sebastião, no horário de 08:00 às 12:00 e das 14:00 as 17:30 horas - fone 335 1065.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DE RECURSO
TOMADA DE PREÇO Nº 32/96CL

A Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Administração, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que foi NEGADO PROVIMENTO a impugnação interposta pela empresa RAMOS SICSÚ ENGENHARIA AMBIENTAL. O processo encontra-se com vistas aos interessados.

Brasília, 28 de novembro de 1.996
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão Especial de Licitação

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 33/CL

Objeto: Confecção de impressos, envelope carta, envelope ofício e envelope saco.
Proc./Inter.: 030.009.988/96 - Secretaria de Administração.
A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Administração, torna público a todos os interessados o resultado de julgamento da licitação em epígrafe na forma como segue:

item	valor	especificação	firma vencedora
01	0,025	Envelope Carta	PROGRAF PRODUTOS GRÁFICOS LTDA
02	0,029	Envelope Ofício	AGAPRINT INFORMÁTICA LTDA
03	0,055	Envelope saco, medindo 200 x 280 mm	AGAPRINT INFORMÁTICA LTDA
04	0,049	Envelope saco, medindo 240 x 340 mm	AGAPRINT INFORMÁTICA LTDA
05	0,076	Envelope saco, medindo 310 x 410 mm	AGAPRINT INFORMÁTICA LTDA

Brasília, 28 de novembro de 1.996
DORALICE DE JESUS OLIVEIRA MAGALHÃES
Presidente da Comissão de Licitação

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 173, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

CONCURSO PÚBLICO PARA EMPREGO DE ADVOGADO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Edital n° 117, de 07-08-96, republicado no DODF n°156, de 13-08-96, comunica que:
1 - O resultado da Fase 2 - Prova Escrita Subjetiva, após recurso, encontrar-se-á afixado no Quadro de Avisos do IDR no dia 09-12-96 a partir das 16 horas;
2 - Ficam convocados todos os candidatos habilitados na Prova Escrita Subjetiva - Fase 2, para a entrega de Títulos a realizar-se conforme discriminação a seguir:
Período: 10 a 12-12-96
Horário: de 9h as 11h e de 14 as 17h
Local: Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR
SGO Área Especial n° 01 Brasília - DF.
3 - Ficam convocados todos os candidatos habilitados na prova Escrita Subjetiva - Fase 2, para a Prova Oral - Fase 3, a realizar-se conforme discriminação a seguir:
Data: 15-12-96 (domingo)
Horário: 9 horas
Local: Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR.
SGO Área Especial n°01 Brasília - DF.
4 - O sorteio do ponto da Prova Oral será realizado conforme discriminação a seguir:
Data: 13-12-96 (sexta - feira)
Horário: 8h 30min.
Local: Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR
SGO Área Especial n° 01 - Brasília - DF
4.1 - O caderno de pontos encontrar-se-á à disposição dos candidatos no Serviço de Comunicação e de Apoio - SCAA do IDR a partir do dia 05-12-96, no horário de 9h as 11h e de 14h as 17h.
5 - O candidato deverá comparecer ao local de realização da Prova Oral, com antecedência mínima de 45(quarenta e cinco) minutos do horário estabelecido para o início da mesma, munido do cartão de inscrição e de um documento oficial e original de identidade contendo fotografia e assinatura;
5.1 - Não haverá segunda chamada para a Prova Oral.
5.2 - O não-comparecimento do candidato à prova acarretará sua eliminação do concurso.
5.3 - O IDR não aplicará em qualquer hipótese, prova fora do local, data e horário determinados neste Edital.

ADEMAR KYOTOSHI SATO

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 3/96

PROCESSO Nº: 040.011.565/95 - PARTES: DF/SEFP X EMIBM - ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. OBJETO: O *Contrato tem por objeto a aquisição de 55 (cinquenta e cinco) Estabilizadores de Voltagem de 1.5 KVA, modelo KCE 1.500 TI*, com configuração, consoante especifica o Edital de Tomada de Preços nº 001/96-CEL-SEFP (fls. 101/118) e proposta (fls. 1693/1696 e 1740/1741), que passam a integrar o presente Termo. PRAZO: 18 (dezoito) meses.. VALOR: O valor total deste Contrato é de R$ 10.725,00 (dez mil, setecentos e vinte e cinco reais), sendo empenhada a importância de R$ 10.725,00 (dez mil, setecentos e vinte e cinco reais), recurso esse procedente do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício - Lei nº 993/95, de 28/12/95. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT: 3007002422430005 e 3008003020570001 respectivamente; FR:

000 e 001; CÓDIGO U.O.: 19101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 45.90.52 e 45.90.32, respectivamente. NOTAS DE EMPENHO Nº 01274/96, no valor de R$ 4.875,00 (quatro mil, oitocentos e setenta e cinco reais) e Nº 1277/96, no valor de R$ 5.850,00(cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), emitidas em 02/10/96, sob o evento 400091, na modalidade ordinário, pela Seçao de Execução Orçamentária e Financeira da SEFP. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 001/96-CEL/SEFP. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DA ASSINATURA: 01/11/96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: CARLOS JOSÉ FONSECA TORQUATO, na qualidade de Diretor do Departamento de Administração Geral/SEFP; Pela CONTRATADA: JOSÉ MAURÍCIO VIEIRA BARROS, na qualidade de Sócio-Proprietário.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 7/96

PROCESSO Nº: 040.011.565/95 - PARTES: DF/SEFP X OLIVEIRA & JOBIM LTDA. OBJETO: O Contrato tem por objeto a aquisição de 25 (vinte e cinco) Microcomputadores, marca BSB2, Microprocessador Pentium, marca Intel com dissipador de calor, com configuração, consoante especifica o Edital de Tomada de Preços nº 001/96-CEL-SEFP (fls. 101/118) e proposta (fls. 1727/1729), que passam a integrar o presente Termo. PRAZO: 18 (dezoito) meses. VALOR: O valor total deste Contrato é de R$ 112.250,00 (cento e doze mil, duzentos e cinquenta reais), sendo empenhada a importância de R$ 112.250,00 (cento e doze mil, duzentos e cinquenta reais), recurso esse procedente do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício - Lei nº 993/95, de 28/12/95. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT: 3007002422430005; FR: 001; CÓDIGO U.O.: 19101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 45.90.52. NOTA DE EMPENHO Nº 01271/96, emitida em 02/10/96, sob o evento 400091, na modalidade ordinário, pela Seçao de Execução Orçamentária e Financeira da SEFP. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 001/96-CEL/SEFP. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DA ASSINATURA: 01/11/96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: CARLOS JOSÉ FONSECA TORQUATO, na qualidade de Diretor do Departamento de Administração Geral/SEFP; Pela CONTRATADA: CEFAS DE OLIVEIRA SOUZA, na qualidade de Sócio-Proprietário.

RELAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS
SETEMBRO/96

O Departamento de Administração Geral da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal em cumprimento ao disposto no art. 16 da Lei nº 8.666/93, e decisão nº 3427/96 - TCDF, torna pública a relação de gastos e serviços efetuados de 01 a 31 de setembro de 1996.

QUADRO II - CONCORRÊNCIA

NE	BENS E SERVIÇOS	Unid	Quan	PREÇO R$ UNIT	PREÇO R$ TOTAL	FORNECEDOR
1134	Ref. despesa c/serviço propaganda e publicidade	U			100.000,00	Alô Comunicação S/C Ltda
1176	Ref. despesa c/serviço propaganda e publicidade	U			100.000,00	Alô Comunicação S/C Ltda

QUADRO III - DISPENSA

NE	BENS E SERVIÇOS	Unid	Quan	PREÇO R$ UNIT	PREÇO R$ TOTAL	FORNECEDOR
1128	Ref. despesa c/pret. Serv. telefonicos	U			195.000,00	Telebrasilia Telecomunicações de BSB
1243	Ref. despesa c/pret. Serv. telefonicos	U			90.000,00	Telebrasilia Telecomunicações de BSB
1244	Desp c/locação de Imóvel	U			111.875,00	Wagner Imobiliária Ltda
1263	Ref. serv. expedição de cartas Teleg. e outros	U			74.481,76	ECT Emp. Brasileira de Correiros e Teleg.

OUTUBRO/96

QUADRO I - TOMADA DE PREÇO

NE	BENS E SERVIÇOS	Unid	Quan	PREÇO R$ UNIT	PREÇO R$ TOTAL	FORNECEDOR
1271	Microcomputador BSB2, pentium	U	25	4.490,00	112.250,00	Cefas Informática
1278	Microcomputador mod. posAT486DX4 100	U	30	2.475,00	74.250,00	Positivo Informatica Ltda

QUADRO II - CONCORRÊNCIA

NE	BENS E SERVIÇOS	Unid	Quan	PREÇO R$ UNIT	PREÇO R$ TOTAL	FORNECEDOR
1291	Ref. Despesa c/Serv. de Propag. e Publicidade	U			350.000,00	Alô Comunicação S/C Ltda
1321	Ref. Contrato prest. Serviço Informática	U			550.000,00	POLITEC Ltda Processamento de Dados

QUADRO III - DISPENSA

NE	BENS E SERVIÇOS	Unid	Quan	PREÇO R$ UNIT	PREÇO R$ TOTAL	FORNECEDOR
1315	Desp. c/locação de imóvel	U			71.500,00	Wagner Imobiliária Ltda
1356	Serv. Estiva p/postos fiscais SEFP	U			104.058,00	Gávea Emp. de Serviços Gerais Ltda

O DEPARTAMENTO

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 7/96

OBJETO: Contratação de Serviços de Portaria para o Edifício Sede da CODEPLAN, ABERTURA: 17/12/96 às 09:30 horas. Informações e cópias do Edital serão fornecidas diariamente, em horário comercial, no Ed. Sede da CODEPLAN, sito ao SAIN Projeção "H", sala T-01 - Térreo, telefone: 214.4218, Brasília-DF, ao preço de R$3,50 Reais.

Brasília-DF, 28 de novembro de 1996
GUILHERME BOECHAT VÉO
Presidente da Comissão

BANCO DE BRASÍLIA S.A.

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 96/20

A Comissão Permanente de Licitação do BRB-Banco de Brasília S.A., torna público o resultado do julgamento das propostas técnicas da Tomada de Preços DIRAD/DESEG 96/020 - DIGITEL S/A INDÚSTRIA ELETRÔNIA IT= 1,65, ELEBRA COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA IT= 0,95 e PARKS INFORMÁTICA LTDA IT= 1,67. A proposta da empresa NIHON TELEMÁTICA LTDA foi desclassificada por não atendimento do anexo II do Edital. O processo 041.000.441/96 encontra-se com vistas franqueadas no SBS, quadra 01, bloco "E", Edifício Brasília, 14º andar, Brasília/DF.

WASHINGTON PAULO DE JESUS
Presidente da CPLIC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

RESULTADO DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 106/96

A Comissão Permanente de Licitação da FEDF comunica aos interessados que o resultado de habilitação da Tomada de Preços nº106/96-FEDF encontra-se afixado no quadro de avisos da CPL, no Edifício Sede da FEDF, SGAN 607, Projeção "D", 2º andar.

Brasília, 28 de novembro de 1996
EVERALDO MENDONÇA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 400/96

Prestação de serviços, mediante contrato de manutenção preventiva e corretiva, bem como de assistencia técnica, em 07 (sete) Equipamentos COBAS-MIRA marca ROCHE.
DATA DE ABERTURA: 17.12.96 as 09:00 horas.

Maiores informações estão contidas no edital a disposição dos interessados no ed. Super Center Venancio 2000 bloco "B" - 60 sala 340, nos horários das 08:00 as 12:00 e das 14:00 as 16:00 horas, nos dias úteis.

Brasília 27 de novembro de 1996
MANOEL CABRAL FORMIGA
Presidente da CPL

RESULTADOS DE RECURSO
TOMADA DE PREÇOS Nº 229/96

A Comissão Permanente de Licitação da FHDF, comunica aos interessados que foi INDEFERIDO o recurso interposto pela empresa LABORATÓRIO BIOSSINTÈTICA LTDA., contra o resultado do julgamento do item 02 da TOMADA DE PREÇOS Nº 229/96, proc. 061.004925/96. Maiores informações poderão ser obtidas junto a está CPL ou pelo tel. 2268239.

TOMADA DE PREÇOS Nº 350/96

A Comissão Permanente de Licitação da FHDF, comunica aos interessados que foi INDEFERIDO o recurso contra interposto pela empresa ALIMED PRODUTOS FARMACEUTICOS HOPITALAR LTDA., contra o resultado do julgamento da TOMADA DE PREÇOS Nº 350/96, proc. 061.008589/96.

Brasilia, 28 de novembro de 1996
MANOEL CABRAL FORMIGA
Presidente da CPL

RESULTADO DE JULGAMENTOS

A Comissão Permanente de Licitação da FHDF, comunica aos interessados que se encontra afixado nos quadros de avisos desta CPL o resultado de julgamentos das licitações abertas nas seguintes modalidades:
Proc. 061 007724/96 - CV. 616/96
Proc. 061 008991/96 - CV. 635/96
Proc. 061 009351/96 - CV. 651/96
Proc. 061 009442/96 - CV. 656/96
Proc. 061 003969/96 - TP. 367/96
Proc. 061 006045/96 - TP. 370/96
Proc. 061 004684/96 - TP. 375/96
Proc. 061 003964/96 - TP. 376/96
Proc. 061 005848/94 - TP. 380/96

Brasilia, 28 de novembro de 1996
MANOEL CABRAL FORMIGA
Presidente da CPL

FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/95

PROCESSO Nº 063.000.118/95 - Partes: Fundação Hemocentro de Brasília X MAKPLAN Marketing e Planejamento Ltda. Espécie: Contrato nº 02/95, objeto: Cláusula Primeira - O presente termo aditivo tem por objeto alterar a cláusula terceira do Contrato nº 02/95. Das alterações: Cláusula Segunda - Fica acrescido em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) os recursos na cláusula terceira do Contrato nº 02/95, cujos recursos são originários do orçamento da Fundação Hemocentro de Brasília, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária: Programa de trabalho: 13007002123340003; Fonte de Recursos: 004; Natureza da despesa: 3.4.90.39, sob o evento 400091, conforme Nota de Empenho por estimativa nº 96NE00559, emitida em 18/11/96, passando o valor total do contrato nº 02/95 a se de R$ 16.267,00 (dezesseis mil, duzentos e sessenta e sete reais). Das ra-

tificações das demais cláusulas e condições: Cláusula Terceira - Ficam ratificadas e enalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original. Signatários: pela MAKPLAN MARKETING E PLANEJAMENTO LTDA; JOSÉ BARBOSA DE SOUSA JÚNIOR, na qualidade de Diretor. Pela Fundação Hemocentro de Brasília: MARIA DO CARMO DE DEUS ALVES, na qualidade de Diretora-Presidente.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE PERMISSÃO DE USO

PER./USO/IDHAB-DF/GP/AJ/Nº 003/96. PROCESSO Nº 102-042344/88. CONTRATANTE: Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - IDHAB-DF e a POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. OBJETO: Permissão de uso dos imóveis constituidos pelas casas 01 e 02, sitas à QR. 408, Conjunto 01 - Samambaia/DF. DATA DA ASSINATURA: 18.11.96. ASSINATURAS: P/IDHAB-DF: Alexandra Reschke Stanislau Affonso e Demósthenes Marques, assistidos por Adilson José Paulo Barbosa. P/CONTRATADA: Cel. PM Leonardo Luciano Leoi.

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DA AUTORIZAÇÃO DE USO S/Nº

PROCESSO: 101.000.965/96; DA FUNDACÃO DO SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL PARA O CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANCA; OBJETO: Imóvel localizado na QNM 31 Módulo "K", Ceilândia Norte-DF, para uso do Centro Comunitário da Criança, no atendimento de crianças, confome estabelecido no Convênio nº 46/96-FSSDF; ASSINATURA: 21/11/96; VIGÊNCIA: 31/12/96; PUBLICACÃO: No DODF a expensas da Fundacão; SIGNATÁRIOS: P/FUNDACÃO: Osvaldo Russo de Azevedo; P/ENTIDADE: Luzia de Lourdes Moreira de Paula.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 46/96

PROCESSO: 101.000.965/96; PARTES: FUNDACÃO DO SERVICO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL e o CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANCA"; OBJETO: a) aumentar a meta de 130 (cento e trinta) para 250 (duzentos e cinquenta) crianças; b) alterar a faixa etária das crianças atendidas de 2 (dois) a 6(seis) anos para 6(seis) meses a 6(seis) anos; c) estabelecer que o regime de atendimento das crianças passa a ser somente de APOIO SOCIO-EDUCATIVO EM MEIO ABERTO/ATENDIMENTO INTEGRAL DE 8H/DIA; d) incluir ao inciso I da Cláusula Terceira, a alínea "f"; e) alterar o valor estimado do Convênio de R$ 8.604,82 (oito mil, seiscentos e quatro reais e oitenta e dois centavos) para R$ 12.911,39 (doze mil, novecentos e onze reais e trinta e nove centavos); ASSINATURA: 21/11/96; VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até 31/12/96; PUBLICACÃO: No DODF a expensas da FUNDACÃO; SIGNATÁRIOS: P/ FUNDACÃO: Osvaldo Russo de Azevedo; P/ENTIDADE: Luzia de Lourdes Moreira de Paula.

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONVITE Nº 61/96(*)

A COMISSÃO, torna público o resultado da licitação em epigrafe. Após a análise das documentações e usando os critérios preestabelecidos no Edital, a Comissão decidiu: considerar todas as firmas HABILITADAS, exceto as firmas: FICAPAS COM. DE ARTIGOS P/ESCRITÓTIO LTDA, UNITEM COMERCIAL LTDA , ML- SERVIÇOS GERAIS E REPRESENTAÇÕES LTDA (TODAS POR DESCUMPRIREM O ITEM 4.1.1 DO EDITAL) e LOURIGRAF TINTAS LTDA (pelo descumprimento do Item 4.1.1 e 4.1.4 do Edital).
Brasília, 13 de novembro de 1996.
LUIS CARLOS MARIANO DE ALMEIDA
PRESIDENTE DA CPL

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no DODF nº 225, de 20-11-96, pág. 9470.

TOMADA DE PREÇOS Nº 18/96

A COMISSÃO, torna público o resultado da licitação em epigrafe. Após a análise das propostas das firmas Habilitadas e em uso dos critérios preestabelecidos no Edital, decidiu: DESCLASSIFICAR: a proposta da firma BRASCON IND. COM. E SERVIÇO LTDA (pelo descumprimento do Item 5.2.6 do Edital e apresentar amostras não condizentes com os prospectos) e a proposta da firma MOVAP MOVEIS LTDA (por descumprimento do Item 7.7 do Edital), também decidiu, fixar o prazo de (08) oito dias uteis a contar a partir da data de publicação deste aos concorrentes, para os mesmos apresentarem novas propostas, fundamentada no Item 7.8 do Edital combinado com o Artigo 48 da Lei 8.666/93.

Brasília, 27 de novembro de 1996
LUIS CARLOS MARIANO DE ALMEIDA
Presidente da CPL





SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2/95

Processo nº: 112.002.211/95. Partes: Fundação Hospitalar do Distrito Federal-**FHDF** e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil- **NOVACAP. Objeto:** Prorrogar o prazo de vigência até **31 de dezembro de 1997. Vigência: 31.12.97. Data Assinatura: 25.11.96. Signatários:** P/ Fundação: **Maria José Conceição.** P/NOVACAP: **Pedro Murrieta Santos Neto e José Humberto Matias de Paula.**

EDITAL Nº 4-B, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996
CONCURSO PÚBLICO

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP- torna publico, nas relações subseqüentes, o resultado final das provas objetivas, após avaliação dos recursos, dos candidatos inscritos como deficientes físicos no concurso público para provimento de cargos do Quadro Permanente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, segundo os subitens 8.1 a 8.6 do Edital n.º 01-B/96, de 4 de setembro de 1996, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996, e convoca os candidatos abaixo relacionados para a prova prática, segundo subitem 8.7 do Edital acima citado.

A convocação de que trata esse Edital complementa a relação de candidatos inscritos com deficientes físicos e classificados para a prova prática, conforme do Edital NOVACAP N.º 03-B/96, de 21 de novembro de 1996, publicado no DODF de 22 de novembro de 1996.

1. Resultado final das provas objetivas e convocação para as provas práticas dos cargos abaixo relacionados:

1.1. Cargo: ALMOXARIFE

Local: Almoxarifado Central - Instituto Central de Ciências/ICC - Ala Centro - subsolo - Sala ASS 321 - Universidade de Brasília/UnB - Campus Universitário Darcy Ribeiro.

Data de realização da prova: 08 de dezembro de 1996.

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Horário: 12:45 horas: 00914, Ramiro Lucio Montalvao, 16.80.

Horário: 13:00 horas: 01115, Robson Ferreira dos Anjos, 14.80.

1.2. Cargo: APONTADOR DE OBRA

Data de realização da prova: . 05 de janeiro de 1997

Local: Galpão de Serviços Gerais da Prefeitura do Campus Universitário Darcy Ribeiro - Universidade de Brasília / UnB - Av. L3 Norte (Ref.: próximo aos prédios da Colina).

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Horário: 08:00 horas: 00069, Faris Pereira da Silva, 14.40.

1.3. Cargo: AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

Data de realização da prova: . 15 de dezembro de 1996.

Local: Escola de Datilografia Bennet - CLN 203, Bloco "B", Sala 102 e 105 - Asa Norte.

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Horário: 18h00min Sala 01: 01602, Alex Barbosa dos Santos, 11.00 / 05265, Celso Osorio da Motta Filho, 19.40 / 02739, Cicero Paiva de Sousa, 19.20 / 03982, Claudio Gomes de Oliveira, 18.60 / 02792, Cristiane Barbosa Rodrigues de Oliveira, 14.00 / 02189, Diogenes Alves Cunha, 6.00 / 01119, Edilson dos Santos Sousa, 17.20 / 02001, Edineide Santos de Lacerda, 12.60.

Horário: 18h00min Sala 02: 05845, Eduardo Neris Diamantino, 13.60 / 02200, Gabriel Jorge Goncalves Passos, 14.60 / 04462, Jose Adenilson Lima de Brito, 7.20 / 02925, Jucelia Francisca de Oliveira, 12.80 / 00120, Marcelo Vieira da Silva, 12.60 / 03798, Nara Magalhaes, 16.80 / 01936, Patrick Feitosa Gomes, 9.60 / 07862, Salmo Suares Silva, 24.00 / 03923, Sergio Ricardo Lopes de Moraes, 21.60.

1.4. Cargo: ENCARREGADO DE PARQUES E JARDINS

Local: Departamento de Engenharia Florestal - EFL, Prédio da Faculdade de Tecnologia - UnB - Campus Universitário Darcy Ribeiro.

Data de realização da prova: .08 de dezembro de 1996.

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Horário: 14:00 horas: 00672, Damiao Alves Ribeiro, 18.20 / 00318, Elisabeth Barbosa da Silva, 21.00 / 00114, Manoel Teixeira de Macedo, 9.60 / 00130, Rosangela Bomfim Aires, 14.40 / 00354, Washington Luis Santos, 18.00.

1.5. Cargo: FISCAL DE VIGILÂNCIA

Data de realização da prova: 15 de dezembro de 1996.

Local: Galpão de Serviços Gerais da Prefeitura do Campus Universitário Darcy Ribeiro - Universidade de Brasília / UnB - Av. L3 norte. (Ref.: próximo aos prédios da Colina).

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Horário: 12:00 horas: 00135, Manoel Ribeiro da Silva, 8.80.

PEDRO MURRIETA
Diretor-Presidente

EDITAL Nº 6-C/96, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996
CONCURSO PÚBLICO

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP - torna pública a retificação do Edital n.º 04-C/96, de 21 de novembro de 1996, com incorreção:

1 - No subitem 2.41.1.1, onde se lê: O tipo de veículo a ser utilizado será caminhão, leia-se: O tipo de veículo a ser utilizado será carro de passeio.

2 - Na observação contida no subitem 2.41.1.6, onde se lê: Para realização da prova o candidato deverá apresentar, OBRIGATORIAMENTE, carteira de habilitação categoria "C" ou "D", leia-se: Para realização da prova o candidato deverá apresentar carteira de habilitação em qualquer categoria. O candidato aprovado no concurso, quando convocado para contratação, deverá apresentar carteira de habilitação categoria "C" ou "D".

PEDRO MURRIETA
Diretor-Presidente

EDITAL Nº 7-C, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996
CONCURSO PÚBLICO

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP- torna publico, nas relações subseqüentes, o resultado final das provas objetivas, após avaliação dos recursos, dos candidatos inscritos como deficientes físicos no concurso público para provimento de cargos do Quadro Permanente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do

Brasil - NOVACAP, segundo os subitens 8.1 a 8.5 do Edital n.º 01-C/96, de 4 de setembro de 1996, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996, e convoca os candidatos abaixo relacionados para a prova prática, segundo subitem 8.6 do Edital acima citado.

A convocação de que trata esse Edital complementa a relação de candidatos inscritos com deficientes físicos e classificados para a prova prática, conforme do Edital NOVACAP N.º 04-C/96, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1996, publicado no DODF de 22 de novembro de 1996

1. Resultado final das provas objetivas e convocação para as provas práticas dos cargos abaixo relacionados:

1.1. Cargo: AUXILIAR DE ALMOXARIFADO

Local: Almoxarifado Central da UnB - Instituto Central de Ciências/ICC - Centro - Subsolo, Sala ASS 321 - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Universidade de Brasília /UnB.

Data de realização da prova: 15 de dezembro de 1996.

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Horário: 15:30 horas: 01218, Alisson Ribeiro da Matta, 28.00.

Horário: 15:45 horas: 00578, Erandir Belem de Franca, 21.00.

Horário: 16:00 horas: 00190, Joaquim Moreira dos Santos, 24.00.

Horário: 16:15 horas: 00878, Lucia Maria Lopes de Sousa, 21.00.

Horário: 16:30 horas: 01308, Manoel Messias dos Santos, 23.00.

1.2. Cargo: MECÂNICO DE MÁQUINAS LEVES

Local: Laboratório de Máquinas Térmicas do Departamento de Engenharia Mecânica - Faculdade de Tecnolgia - Universidade de Brasília /UnB - Campus Universitário Darcy Ribeiro.

Data de realização da prova: 22 de janeiro de 1997.

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Horário: 08:00 horas: 00016, Gilvan Nunes Leite, 10.00.

1.3. Cargo: MENSAGEIRO

Local: Departamento de Matemática - Instituto Central de Ciências - ICC - Ala Centro - Salas 38 e 40 (interna) - Universidade de Brasília - UnB - Campus Universitário Darcy Ribeiro.

Data de realização da prova: 01 de dezembro de 1996.

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Horário: 19:00 horas: 00843, Jose Almir Moura Barbosa, 28.00.

1.4. Cargo: MESTRE DE OBRAS

Local: Galpão de Serviços Gerais da Prefeitura do Campus Universitário - Darcy Ribeiro Universidade de Brasília /UnB - Av. L3 norte (próximo aos prédios da Colina).

Data de realização da prova: 30 de novembro de 1996.

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Horário: 14:00 horas: 00002, Francisco Alves de Oliveira, 18.00.

1.5. Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Local: Restaurante Universitário - - Universidade de Brasília - Campus Universitário Darcy Ribeiro/UnB (Ref.: próximo ao Banco do Brasil).

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Data de realização da prova: 15 de dezembro de 1996.

Horário: 15:30 horas: 06278, Adriano Cesar de Jesus Santos, 29.00 / 04852, Airton de Souza Oliveira, 28.00 / 00077, Divina Aparecida Borges, 29.00 / 06716, Frank Nero da Silva Damasceno, 25.00.

Horário: 15:45 horas: 00594, Itamar Nunes Martins, 26.00 / 05993, Jandira Eredia Mendes, 28.00 / 05494, Joao Costa de Jesus, 25.00 / 04048, Jusciclena da Conceicao Sousa, 25.00.

Horário: 16:00 horas: 03740, Lucileide Evangelista Chagas, 27.00 / 05492, Maria dos Anjos Mota Silveira, 27.00 / 06604, Maria dos Remedios Alves dos Santos, 30.00 / 01522, Maria Felix dos Santos Cardoso, 28.00.

Horário: 16:15 horas:

03913, Neracy Teixeira da Trindade, 30.00 / 06263, Orandi de Jesus Dias, 28.00.

1.6. Cargo: MOTORISTA

Local: Serviço de Transporte da Universidade de Brasília /UnB - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Garagem (em frente ao Minas Tênis Clube).

Data de realização da prova: 01 dezembro de 1996.

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Horário: 18:00 horas: 02775, Antonio Francisco Oliveira Ximenes, 24.00 / 01682, Antonio Roberto Silva Bitencourt, 28.00 / 01438, Dafnes Pereira Soares, 26.00.

Horário: 18:30 horas: 02030, Domingos Cesar Barbosa, 28.00 / 02220, Josedson Dias Everton, 26.00 / 02782, Sergio Santos Silva, 25.00.

1.7. Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS LEVES

Local: Parque Rodoviário do DER - Br 020 - Km 0 - Sobradinho (próximo ao Posto Colorado).

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Data de realização da prova: 15 de dezembro de 1996.

Horário: 14:00 horas: 00434, Francisco das Chagas de Sousa, 26.00 / 00726, Joao Bosco Saturnino, 27.00 / 00064, Jose Pereira de Souza, 19.00.

1.8. Cargo: OPERADOR DE MOTOSSERRA

Data de realização da prova: 07 de dezembro de 1996.

Local: Secretária do Departamento de Engenharia Florestal - Prédio da Faculdade de Tecnologia - Universidade de Brasília /UnB - Campus Universitário Darcy Ribeiro.

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Horário: 08:00 horas: 00078, Paulo de Tarso Ribeiro, 28.00.

1.9. Cargo: PEDREIRO

Local: Galpão de Serviços Gerais da Prefeitura do Campus Universitário Darcy Ribeiro - Universidade de Brasília / UnB - Av. L3 Norte (próximo aos prédios da Colina).

Data de realização da prova: 15 de dezembro de 1996.

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Horário: 15:00 horas: 00344, Domingos Sousa Matos, 23.00 / 00273, Jose Maria Xavier, 23.00 / 00089, Raimundo de Castro e Silva, 24.00.

1.10. Cargo: PINTOR

Local: Galpão de serviços Gerais da Prefeitura do Campus Universitário Darcy Ribeiro - Universidade de Brasília / UnB - Av. L3 Norte (próximo aos prédios da Colina).

Data de realização da prova: 22 de dezembro de 1996.

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Horário: 14:00 horas: 00009, Givanildo Correia da Silva, 28.00.

1.11. Cargo: SERVENTE

Local: Departamento de Educação Física - Ginásio de Esportes (C.O - Centro Olímpico), Universidade de Brasília / UnB - Campus Universitário Darcy Ribeiro.

Data de realização da prova: 18 de janeiro de 1997.

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Horário: 11:00 horas: 05869, Agnelo Neves Dourado, 28.00 / 00162, Alex Sanatiel Alves da Silva, 21.00 / 10351, Alexandre Oliveira Figueira, 30.00 / 00172, Alikan Ferreira Albernaz, 29.00 / 01371, Almiro Nunes Dornelas, 26.00 / 01036, Antonio Bernildo da Silva Nascimento, 27.00 / 12760, Antonio Carlos dos Santos, 27.00 / 03217, Antonio Carlos Pereira de Rezende, 30.00 / 02596, Antonio Elias Machado, 22.00 / 01569, Antonio Ferreira de Melo, 28.00 / 16873, Antonio Francisco de Siqueira, 25.00 / 05723, Antonio Moacir de Sousa, 22.00 / 01709, Artur Fiuza da Silva Arantes, 14.00 / 11635, Clesio da Cruz Alves, 21.00 / 12991, Daniel Pereira de Souza, 28.00 / 06308, Deusmar Ferreira dos Santos, 30.00 / 09646, Djalma Ladeira das Rochas Freitas, 26.00 / 07588, Edilson de Sousa Nunes, 18.00 / 08560, Eliane Pereira Lopes, 26.00 / 01285, Elias Correia da Silva, 28.00 / 17079, Enedi Bispo dos Reis, 12.00 / 04509, Francisco Antonio Ferreira, 29.00 / 14734, Francisco das Chagas Gomes de Lima, 28.00 / 13781, Francisco de Assis Correia de Moraes, 27.00 / 14522, Francisco Jose Dutra de Abreu, 28.00 / 04470, Francisco Jose Pereira da Silva, 29.00 / 04704, Gilberto Rodrigues dos Santos, 30.00 / 01665, Irene Valeria Tomas, 22.00 / 13933, Israel Barbosa da Silva, 27.00 / 04324, Jackson Jairo Carvalho Santos, 26.00 / 00455, Jamaci Rodrigues Chaves, 28.00 / 08773, Janilton Tiago Costa, 22.00 / 10929, Joao Evangelista de Sousa, 29.00 / 00488, Joao Paulo Francisco de Jesus, 21.00 / 04729, Joao Pereira Batista, 29.00 / 11653, Joel da Silva Nascimento, 25.00 / 04402, Jose Alberto Ferreira de Sousa, 20.00 / 03223, Jose Almir Almeida Galvao, 26.00 / 16234, Jose Alves Ferreira Filho, 17.00 / 13246, Jose Arilton de Souza Paiva, 28.00 / 08873, Jose Benedito da Silva Paula, 28.00 / 11415, Jose Rodrigues de Souza, 29.00 / 12197, Jose Sousa Ramos Filho, 13.00 / 15700, Jose William Oliveira Aguiar, 28.00 / 01013, Jose Wilson de Oliveira Jorge, 25.00 / 00684, Jucimar Alves Ferreira Cardozo, 22.00 / 05345, Ligia Barbosa da Silva, 27.00 / 09764, Lourival Santana da Cruz, 27.00 / 05617, Lucia Martins da Silva, 27.00 / 17174, Luciene Maria dos Santos, 20.00 / 00952, Lucilene Henriques da Silva, 24.00 / 10160, Lucilene Pereira Barbosa, 28.00 / 01628, Luiz Gonzaga Neto, 27.00 / 16233, Luiz Ivanildo da Rocha Alves, 16.00 / 08689, Marcelo de Sousa Bezerra, 28.00 / 13059, Marcio Moraes, 17.00 / 07640, Marcos Antonio Oliveira de Souza, 20.00 / 13705, Marcos Aurelio Assis Soares, 17.00 / 14090, Marcos Daniel Ferreira, 21.00 / 02268, Marcos de Souza Novais, 27.00 / 11032, Marcos Roberto Pereira dos Santos, 17.00 / 03218, Maria Aparecida Lina da Cruz, 26.00 / 13096, Maria Arlete de Lima, 28.00 / 09737, Maria Cristina Euzebio, 25.00 / 02012, Maria Geneci da Silva Lima, 24.00 / 07298, Maria Janete Pires da Silva, 15.00 / 09013, Nelson Enede Rodrigues Araujo, 28.00 / 07637, Nely da Silva Moreira, 17.00 / 04637, Nerival Batista da Silva, 30.00 / 12953, Neuza Maria de Assis Nunes, 27.00 / 06846, Odete Maria dos Santos Costa, 29.00 / 13496, Patricio Ribeiro Correa, 29.00 / 00437, Paulo Barbosa de Carvalho, 25.00 / 03262, Reinaldo Antonio Pereira, 27.00 / 07077, Rivalino Leite de Almeida, 27.00 / 06143, Romildo da Costa Vieira, 27.00 / 11946, Rosangela Bomfim Aires, 28.00 / 04666, Sidnei Borges da Cunha, 29.00 / 14767, Tarcisio da Paixao dos Santos, 28.00 / 08858, Tiago Bento dos Santos, 27.00 / 15879, Valdimilson Venancio da Silva, 28.00 / 08859, Walter Bento dos Santos, 26.00 / 01426, Wellington Alves do Espirito Santo, 12.00 / 00343, Weslei Claudio Melo, 18.00 / 00026, Zelite Silva de Souza, 28.00 / 07341, Zulene Maria de Araujo, 29.00.

1.12. Cargo: TELEFONISTA

Local: Central Telefônica - Instituto Central de Ciências / ICC - Ala Sul - Subsolo - Sala BSS 241- Universidade de Brasília / UnB - Campus Universitário Darcy Ribeiro.

Candidatos que se declararam portadores de deficiência física, segundo o subitem 4.2 do Edital N.º 01-B/96, de 4 de setembro, publicado no DODF de 5 de setembro de 1996.

Data de realização da prova: 01 de dezembro de 1996.

Horário: 11:30 horas: 00728, Jose Nilton da Silva, 28.00

Horário: 11:45 horas: 01380, Maria Neile do Couto, 28.00

Horário: 14:00 horas: 01357, Roberto da Conceicao, 27.00

Horário: 14:15 horas: 01445, Roseni Tolentina da Silva, 27.00

Horário: 14:30 horas: 00687, Suely Ribeiro de Oliveira, 24.00.

PEDRO MURRIETA
Diretor-Presidente

AVISOS DE LICITAÇÃO
TOMADAS DE PREÇOS Nºs 119 A 121/96

TOMADA DE PREÇOS Nº 119/96-ASCAL/PRES., para execução de obras de reforma do Centro de Saúde Nº 03 de Taguatinga - DF., sob o regime de execução indireta de empreitada por preço global.
DATA E HORÁRIO: 16.12.96 - ÀS 09:00h.

TOMADA DE PREÇOS Nº 120/96-ASCAL/PRES., para execução de obras de reforma e ampliação da Escola Classe Engenho Velho na Zona Rural de Sobradinho ; reforma e ampliação da Escola Classe Agrovila São Sebastião em São Sebastião; reforma da Escola Classe 02 do Guará; reforma do Centro de Ensino 05 do Guará e reforma da Escola Classe 31 da Ceilândia - DF., sob o regime de execução indireta de empreitada por preço global - por lotes.
DATA E HORÁRIO: 16.12.96 - ÀS 9:00h.

TOMADA DE PREÇOS Nº 121/96-ASCAL/PRES., para execução de obras de construção de um Centro Educacional com 16 salas de aula no DVO - Gama - DF., sob o regime de execução indireta de empreitada por preço global.
DATA E HORÁRIO: 16.12.96 - ÀS 14:30h.

Chamamos a atenção das empresas para as licitações acima, que a NOVACAP fará realizar nas datas e horários indicados, na Sala de Licitação da ASCAL/PRES., Situada no Setor de Áreas Públicas, Lote "B" - Conjunto Sede da Companhia - em Brasília-DF. Os Editais e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço citado.

Brasília-DF., 28 de novembro de 1996.
AUGUSTO RAMOS DE OLIVEIRA
Assessor de Cadastro

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

No. DO PROCESSO: 111.003.143/95.5. ESPÉCIE: SEGUNDO/. TERMO ADITIVO no. 196/96. CONTRATANTES: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP e XEROX DO BRASIL LTDA. OBJETO: Alterar o objeto, visando a inclusão de 03(três) máquinas copiadoras xerox, modelo 5614, ao Contrato no. 75/96, datado de 16.05.96. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Conforme Tomada de Preços no. 12/95, homologada pela Diretoria Colegiada da TERRACAP, em sua 1.732a. sessão, datada de 16/04.96, realizada de acordo com a Lei no. 8.666/93 e autorização da Diretoria, em sua 1.767a. sessão, datada de 22.10.96. VALOR: R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais). VIGÊNCIA: A partir da assinatura do instrumento contratual. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos da TERRACAP, correndo à conta do ELEMENTO 349039.17 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA, conforme Nota de Empenho no. 1148, datada de 24.10.96. DESPESAS DE PUBLICAÇÃO: TERRACAP. DATA DE ASSINATURA: 13.11.96. Sujeitam-se as partes contratantes às normas da Lei No. 8.666/93 e às cláusulas contratuais previstas no instrumento acima referido. P/CONTRATANTE: JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS, OTÁVIO DE CARVALHO FRANCO e MARIA LÊDA SAMPAIO DE CARVALHO GALVÃO. P/CONTRATADA: SAMUEL BATISTA D'ÁVILA. TESTEMUNHAS: ALEXANDRE VASQUEZ SALGADO e FRANCISCA FERREIRA DE SENA OLIVEIRA.

RESULTADO DE JULGAMENTO
EDITAL Nº 14/96
IMÓVEIS

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Imóveis da Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP, usando da competência que lhe foi delegada, através das Portarias nos. 052/96-PRESI, de 21.05.96 e 081/96-PRESI, de 24.07.96 e, face o contido no tópico no. 38, Capítulo IX, do Edital no. 14/96-Imóveis, comunica aos interessados, que o resultado da Licitação por parte da Comissão de Licitação, está afixado no Quadro de Avisos da TERRACAP, conforme processo no. 111.001.976/96-8. O prazo para interposição de recurso será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente Aviso, nos termos do tópico 42, Capítulo XI do Edital. Ultrapassado o prazo de recurso será publicada a Decisão homologatória do resultado da Licitação por parte da Diretoria Colegiada, nos termos do Edital.

Brasília, 28 de novembro de 1996
GERALDO RODRIGUES SOARES
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA

A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC, a renovação da LICENÇA PRÉVIA, relativa à implantação da CIDADE DE RECANTO DAS EMAS - RA XV.

Brasília, 27 de novembro de 1996.
JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS
Presidente

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 3871. Ass: 28.11.96. - Processo: 092.004264/96 - PARTES: CAESB X EBO ENGENHARIA E INCORPORAÇÕES LTDA. Tomada de Preços TP nº 088/96-CAESB. OBJETO: execução de 4.434 metros de cerca com plantio de árvores, no perímetro da área da Estação de Tratamento de Esgotos de Planaltina-Distrito Federal. FONTE DE RECURSO: os recursos financeiros são próprios da CAESB/FRINAE. CLASSIFICAÇÃO: As despesas correrão à conta do Projeto 13.076.0448.5008.0001 - Ampliação e Melhoramentos dos Sistemas de Água Potável e Esgotos Sanitários, no Distrito Federal, Código 22.403.201.183-0. VALOR : R$ 45.304,04 (quarenta e cinco mil, trezentos e quatro reais e quatro centavos). PRAZO: 90 (noventa) dias consecutivos, a contar da data da emissão da ordem de serviço. VIGÊNCIA: 210 (duzentos e dez) dias consecutivos, a contar de sua assinatura. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco. P/ EBO LTDA: José Edmilson Barros de Oliveira Neto.

EXTRATOS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo nº 092.006547/96. Ass.: 27/11/96. PARTES: CAESB x TELEBRASÍLIA TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A. Inexigibilidade de Licitação. OBJETO: execução do remanejamento da rede tronco da Telebrasília, localizada entre as Quadras SQS 213 e 413. VALOR: R$ 8.933,50 (oito mil, novecentos e trinta e três reais e cinquenta centavos). AUTORIZAÇÃO: Pery Luís de Mello Nazareth - Diretor do Sistema de Esgotos . RATIFICAÇÃO: Marcos Helano Fernandes Montenegro - Presidente da CAESB.

Processo nº 092.005948/96. Ass.: 27/11/96. PARTES: CAESB x INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS IDR. Inexigibilidade de Licitação. OBJETO: realização de concurso público para os cargos de Agente Operacional, Agente de Suporte, Técnico Operacional, Técnico de Suporte, Analista Operacional, Analista de Suporte-A e Analista de Suporte-B. VALOR: R$ 566.000,00 (quinhentos e sessenta e seis mil reais). AUTORIZAÇÃO: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo. RATIFICAÇÃO: Marcos Helano Fernandes Montenegro - Presidente da CAESB.

EXTRATO DE QUITAÇÃO

Termo de Quitação do CT nº 3694, Processo: 092.004912/96. PARTES: CAESB X GÊNESE INFORMÁTICA LTDA. DATA DA ASSINATURA: 28/11/96. ASSINANTES: P/CAESB: Valtrudes Pereira Franco - Diretor Administrativo; P/ GÊNESE INFORMÁTICA LTDA: Fernando Junqueira Fernandes.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

2º Aditivo ao Contrato Nº 3630. Ass: 06.11.96. Processo: 092.001072/95. PARTES: CAESB X SAENCO SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA. OBJETO: altera as Cláusulas Primeira (Objeto), Terceira (Preço/Valor) e Quarta (Prazo de Execução/Vigência). A Cláusula Primeira, que tem como objeto a execução das obras de ampliação do BOOSTER RCP/Zona Alta, fica acrescida da execução dos blocos de ancoragem dos barriletes e da tubulação externa. O valor contratual fica acrescido da importância de R$ 22.024,00 (vinte e dois mil, vinte e quatro reais), aumentando o preço final de R$ 297.009,26 (duzentos e noventa e sete mil, nove reais e vinte e seis centavos) para R$ 319.033,26 (trezentos e dezenove mil, trinta e três reais e vinte e seis centavos), correspondente a 7,42% (sete vírgula quarenta e dois por cento) do montante ajustado. Os prazos de execução e de vigência ficam prorrogados por mais 15 (quinze) e 30 (trinta) dias consecutivos, passando os vencimentos de 13/11/96 para 28/11/96 e de 31/12/96 para 30/01/97, respectivamente. ASSINANTES: P/CAESB: Antonio da Costa Miranda Neto. P/ SAENCO LTDA: Glauco de Almeida Leite.

2º Aditivo ao Contrato Nº 3631. Ass: 06.11.96. Processo: 092.001072/95. PARTES: CAESB X CAENGE CONSTRUÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA. OBJETO: altera as Cláusulas Primeira (Objeto), Terceira (Preço/Valor) e Quarta (Prazo de Execução/Vigência). A Cláusula Primeira, que tem como objeto a execução das obras de ampliação da Estação Elevatória RDN/RCP, fica acrescida dos serviços complementares da iluminação externa, mediante a implantação de 15 (quinze) holofotes para atender aos reservatórios MN3 e MN4, bem como serviços de execução dos blocos de ancoragem dos barriletes. O valor contratual fica acrescido da importância de R$ 15.228,99 (quinze mil, duzentos e vinte e oito reais e noventa e nove centavos), aumentando o preço final de R$ 258.263,06 (duzentos e cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta e três reais e seis centavos) para R$ 273.492,05 (duzentos e setenta e três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e cinco centavos), correspondente a 5,90% (cinco vírgula noventa por cento) do montante ajustado. Os prazos de execução e de vigência ficam prorrogados por mais 15 (quinze) e 30 (trinta) dias consecutivos, passando os vencimentos de 13/11/96 para 28/11/96 e de 31/12/96 para 30/01/97, respectivamente. ASSINANTES: P/CAESB: Antonio da Costa Miranda Neto. P/ CAENGE LTDA: Mauro Gilberto Franco Marques.

EDITAL Nº 28/96
CONCURSO PÚBLICO

De acordo com o item 8.14 do Edital nº 160/94, publicado no DODF em 13/10/94, a CAESB convoca o candidato PEDRO AUGUSTO MENEZES PEREIRA, aprovado em Concurso Público para o cargo de ANALISTA DE SISTEMAS I, para INSPEÇÃO MÉDICA COM FINS DE ADMISSÃO.
Período: 02 a 16/12/96 (dias úteis); Local: Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, SCS Quadra 4, Bloco "A", números 67/97, Ed. CAESB, 1º andar; Horário: das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h.

VALTRUDES PEREIRA FRANCO
Diretor Administrativo

EDITAL Nº 29/96
CONCURSO PÚBLICO

De acordo com o item 8.8 do Edital nº 160/94, publicado no DODF em 13/10/94, a CAESB convoca os candidatos, abaixo relacionados, aprovados em Concurso Público para o cargo de Bombeiro, para INSPEÇÃO MÉDICA COM FINS DE ADMISSÃO: FRANCISCO WAGNER PEREIRA PORTO, SONIVALDO FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, FRANCISCO BASILIO DE AGUIAR, CARLOS TEIXEIRA DE ARAUJO JUNIOR, AELSON FERREIRA DA SILVA, NILTON CESAR DUARTE, EDIVON DE SOUSA CRISOSTOMO, ONILDO LOPES DE OLIVEIRA, DIONILEI ALVES BORGES, MARIVAN GOMES BASILIO, JOSE NOGUEIRA MONTALVAO, MAURO FERNANDES DA SILVA, IVO TAVARES DA SILVA, NATANAEL DIAS DA COSTA, ITAMAR GOMES PEREIRA, JAAZIEL LOPES, ANGELO GALDINO PINTO, JOAO BATISTA MOURA, DIVINO DE SOUSA FERREIRA, LUIZ BARBOSA DE AMORIM, MARCOS ANTONIO SILVA ALMEIDA, JOAO BOSCO ALVES DE ALMEIDA, AGUIMAR ALVES DE ALMEIDA, EDER APARECIDO DE OLIVEIRA, WALDIR GONÇALVES DA SILVA, FRANCISCO PEREIRA DE SOUSA, JOSE EVANGELISTA DA SILVA MARIANO, ELIEZER OLIVEIRA DE BRITO, WESLEY DE SOUZA E SILVA, FRANCISCO MOURA DE LIMA, LUIZ CARLOS DE JESUS TAVARES, JOSE ANTONIO BARBOSA, EDVAN DE MACEDO PEREIRA, RENATO MARTINS LOPES, DORIVALDO ALVES DE FREITAS, NATÂNAEL NEVES DE SOUZA, AFONSO LIGORIO DIAS DE ARAUJO, RONALDO GOMES DE OLIVEIRA, MARCILIO MARTINS DA SILVA, EDUARDO PEREIRA DE SOUZA, ANTONIO NEVES DA SILVA, GERALDO FERREIRA DA SILVA, JOSE APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS, WAGNER DE JESUS BRITO.
Período: 02 a 16/12/96 (dias úteis); Local: Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, SCS Quadra 4, Bloco "A", números 67/97, Ed. CAESB, 1º andar; Horário: das 08,00 às 12,00 h e das 14,00 às 18,00 h.

VALTRUDES PEREIRA FRANCO
Diretor Administrativo

EDITAL Nº 30/96
CONCURSO PÚBLICO

De acordo com o item 8.14 do Edital nº 160/94-IDR, publicado no DODF em 13/10/94, a CAESB convoca os candidatos Leonardo Palhano Xavier de Souza e Vilson de Souza, aprovados em Concurso Público para o cargo de Desenhista, para INSPEÇÃO MÉDICA COM FINS DE ADMISSÃO.
Período: 02 a 16/12/96 (dias úteis); Local: Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, SCS Quadra 4, Bloco "A", números 67/97, Ed. CAESB, 1º andar; Horário: das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h.

VALTRUDES PEREIRA FRANCO
Diretor Administrativo

EDITAL Nº 31/96
CONCURSO PÚBLICO

De acordo com o item 5.9 do Edital nº 01/93, publicado no DODF em 19/05/93, a CAESB convoca os candidatos Iron da Silva Rodrigues, Anac Lopes da Silva, Oldair Gonçalves de Brito, Hilton Morato, Wilson Medeiros de Araujo e Pedro Coêlho de Deus, aprovados em Concurso Público para o cargo de Eletricista, para INSPEÇÃO MÉDICA COM FINS DE ADMISSÃO.
Período: 02 a 16/12/96 (dias úteis); Local: Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, SCS Quadra 4, Bloco "A", números 67/97, Ed. CAESB, 1º andar; Horário: das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h.

VALTRUDES PEREIRA FRANCO
Diretor Administrativo

EDITAL Nº 32/96
CONCURSO PÚBLICO

De acordo com o item 5.9 do Edital nº 01/93, publicado no DODF em 19/05/93, a CAESB convoca os candidatos Benedito Fortunato dos Santos, Messias dos Santos Ribeiro, Sebastião José Marques Leal, Benicio Peres Carneiro e Ronaldo Barbosa da Silva, aprovados em Concurso Público para o cargo de Mecânico, para INSPEÇÃO MÉDICA COM FINS DE ADMISSÃO.
Período: 02 a 16/12/96 (dias úteis); Local: Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, SCS Quadra 4, Bloco "A", números 67/97, Ed. CAESB, 1º andar; Horário: das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h.

VALTRUDES PEREIRA FRANCO
Diretor Administrativo

EDITAL Nº 33/96
CONCURSO PÚBLICO

De acordo com o item 6.10 do Edital nº 01/93, publicado no DODF em 14/09/93, a CAESB convoca os candidatos Carlos Leonardo Bastos Silva da Rocha, José Roberto Farsette, Ana Angélica Campelo de A. e

Melo, Reinaldo Hirofumi Sekido, Ricardo Maria Lustosa Corado Valente e Paula Mari Mikai Nakamura, aprovados em Concurso Público para o cargo de Atendente Comercial, para INSPEÇÃO MÉDICA COM FINS DE ADMISSÃO.
Período: 02 a 16/12/96 (dias úteis); Local: Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, SCS Quadra 4, Bloco "A", números 67/97, Ed. CAESB, 1º andar; Horário: das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h.

VALTRUDES PEREIRA FRANCO
Diretor Administrativo

EDITAL Nº 34/96
CONCURSO PÚBLICO

De acordo com o item 5.9 do Edital nº 01/93-UnB, publicado no DODF em 19/05/93, a CAESB convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados em Concurso Público para os cargos de Técnico em Eletricidade, Técnico em Eletrônica e Técnico em Mecânica, para INSPEÇÃO MÉDICA COM FINS DE ADMISSÃO.
Técnico em Eletricidade: Cláudio Renato Porto do Amaral; Técnico em Eletrônica: Jabes de Lima Ricardo, Paulo Sérgio Menezes de Almeida e Mauricio Antonio Moreira de Oliveira; e Técnico em Mecânica: Leonardo Fonseca Moreira dos Santos, José Rubens Freire Leal, Júlio Cesar Santos e Daniel Marques Henriques.
Período: 02 a 16/12/96 (dias úteis); Local: Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, SCS Quadra 4, Bloco "A", números 67/97, Ed. CAESB, 1º andar; Horário: das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h.

VALTRUDES PEREIRA FRANCO
Diretor Administrativo

EDITAL Nº 35/96
CONCURSO PÚBLICO

De acordo com o item 8.14 do Edital nº 160/94-IDR, publicado no DODF em 13/10/94, a CAESB convoca os candidatos Erito de Carvalho Rocha, Edicley Borba Leal de Souza, Marcelo Bezerra de Araújo, Eliza Cristina Barroso Cavalcante, Adriana Barcellos, Elcio Rezende Freire, aprovados em Concurso Público para o cargo de Técnico em Contabilidade I, para INSPEÇÃO MÉDICA COM FINS DE ADMISSÃO.
Período: 02 a 16/12/96 (dias úteis); Local: Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, SCS Quadra 4, Bloco "A", números 67/97, Ed. CAESB, 1º andar; Horário: das 08:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 h.

VALTRUDES PEREIRA FRANCO
Diretor Administrativo

AVISO DE PRORROGAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 93/96

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que a Tomada de Preços nº TP - 093/96-CAESB para apoio ao gerenciamento, fiscalização, controle tecnológico de obras e serviços relativos a sistemas de abastecimento de água no Distrito Federal, marcada anteriormente para o dia 03 de dezembro de 1996, às 8:30 horas, foi prorrogada para o dia 03 de janeiro de 1997, às 14:30, no mesmo local, por razões de alterações no Edital. O Edital com as alterações estará disponível na Assessoria de Licitações da CAESB a partir do dia 04/12/96.

Brasília, 28 de novembro de 1996.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONVITE Nº 362/96

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público que foi revogado o Convite 362/96, por conveniência administrativa.

Brasília, 27 de novembro de 1996.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONVITE Nº 292/96

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento do Convite nº CV - 292/96-CAESB, da forma que se segue: firma WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS S/A, vencedora do item 01, com o valor total de R$ 1.588,60;

CONVITE Nº 305/96

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento do Convite nº CV - 305/96-CAESB, da forma que se segue: firma TEL-LINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, vencedora do item 01, com o valor total de R$ 30.597,00;

Brasília, 27 de novembro de 1996.

CONVITE Nº 318/96

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento do Convite nº CV - 318/96-CAESB, da forma que se segue: firma JOMARGI PAPÉIS LTDA, vencedora do item 02 , com o valor total de R$ 161,28; firma PAPELARIA ABC COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, vencedora dos itens 01,03 e 05, com o valor total de R$ 1.844,80; firma RIPEL COMÉRCIO DE PAPEIS E MATERIAS DE ESCRITÓRIO LTDA, vencedora do item 06, com o valor total de R$ 174,24; firma ELOPACK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, vencedora do item 04, com o valor total de R$ 555,00.

Brasília, 28 de novembro de 1996.

CONVITE Nº 325/96

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília - CAESB torna público o resultado do julgamento do Convite nº CV - 325/96-CAESB, da forma que se segue: firma PAPELARIA SÃO PAULO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, vencedora dos itens 01,02,03 e 04 com o valor total de R$ 1.309,70; firma PAPELARIA CEARÁ LTDA, vencedora do item 05, com o valor total de R$ 1.001,00;

Brasília, 27 de novembro de 1996.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE AGRICULTURA

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 123/96. Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e JOSÉ FELICIANO ALVES DE JESUS. Processo nº 073.003.099/95. Assinatura: 02/08/96. Vigência: 02/08/96 à 05/08/96. Conforme Resolução nº 080/96. Objeto: Transferência de Contrato de Concessão de Uso, do lote nº 004 da Colônia Agrícola São Bernardo. Celebrado em 05/08/81. **CONTRATO** Nº 124/96. Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e VALMIRA NOGUEIRA DE OLIVEIRA. Processo nº 073.003.234/88. Assinatura: 25/11/96. Vigência: 25/11/96 à 25/11/2011. Conforme Resolução nº 207/96. Objeto: Renovação de Contrato de Concessão de Uso, do lote nº 063 da Colônia Agrícola Ponte Alta Celebrado em 07/06/90. **CONTRATO** Nº 125/96. Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e ANTÔNIO FELIPE CÔRTES. Processo nº 073.004.495/93. Assinatura: 08/11/96. Vigência: 08/10/96 à 09/10/96. Conforme Resolução nº 096/95. Objeto: Transferência de Contrato de Concessão de Uso, do lote nº 005 do Núcleo Rural Taquara Celebrado em 09/10/81. **CONTRATO** Nº 126/96. Partes: Fundação Zoobotânica Do Distrito Federal e ALAÍDE DO NASCIMENTO REZENDE. Processo nº 073.002.159/95. Assinatura: 26/11/96. Vigência: 26/11/96 à 01/09/2003. Conforme Resolução nº 150-A/96. Objeto: Transferência de Contrato de Concessão de Uso, do lote nº 061 do Núcleo Rural Santos Dumont Celebrado em 01/09/88.

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 2/96

DATA DE ABERTURA: 07.01.97
HORÁRIO: 09:00 horas
LOCAL: Sala de reuniões do DRMS, no andar Térreo do Edifício Sede da FZDF, sito no SAIN Parque Rural.
ASSUNTO: Locação de Imóvel.
A Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizará licitação a nível de Concorrência, para locação de imóvel, conforme estabelecido no Anexo I do Edital, na data, horário e local acima especificado. O Edital e demais informações, poderão ser obtidos junto à Comissão Permanente de Licitação/FZDF de segunda à sexta-feira, no horário de 08:30 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, telefones (061) 2742250 R:117 e 119.

Brasília-DF.,27 de novembro de 1996
HUMBERTO DE JESUS SIMÕES FILHO
Presidente da C.P.L.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

PROCESSO Nº: 072.000.208/95. **Contrato nº 071/96. Contratantes**: **EMATER/DF e Silvana Nely Nobre Rizzi.** Objeto : prestação de serviço de leitura do Diário da Justiça, seções I, II(Prineira Região, Boletim da Justiça Federal) e III diariamente. **Vigência** : 28.11.96 a 31/12/96. **Valor**: R$ 45,00 (quarenta e cinco reais)mensais. **Fonte de Recursos** : 050/ATER. **Unidade Orçamentária** : 14.203. **Elementos de Despesa** : 3.4.90.39. **Atividade** : 2.094. **Data de Assinatura** : 28.11.96.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

EXTRATOS DE NOTAS DE EMPENHO

PARTES:Secretaria de Segurança Pública x CARDOSO AUTO PEÇAS LTDA. PROCESSO Nº 050.000.344/96. OBJETO:Reforço para fornecimento de peças e acessórios em geral para veículos volkswagen e chevrolet, durante o exercício de 1996. LICITAÇÃO: Tomada de Preçaos 016/96-SSP/DF. NOTA DE EMPENHO: 96NE00717, emitida em 27/11/96. Evento 400092. Modalidade Estimativo. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24101 - PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120580002. FONTE DE RECURSOS: 030 - NATUREZA DA DESPESA: 3.4.9.0.30 - VALOR: R$ 72.000,00 . PRAZO DE ENTREGA: 31/12/96.

PARTES:Secretaria de Segurança Pública x CHAVES E RODRIGUES LTDA. PROCESSO Nº 050.000.344/96. OBJETO:Reforço para fornecimento de peças e acessórios em geral para veículos mercedez benz, agrale e toyota, durante o exercício de 1996. LICITAÇÃO: Tomada de Preçaos 016/96-SSP/DF. NOTA DE EMPENHO: 96NE00719, emitida em 27/11/96. Evento 400092. Modalidade Estimativo. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24101 - PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120580002. FONTE DE RECURSOS: 030 - NATUREZA DA DESPESA: 3.4.9.0.30 - VALOR: R$ 23.000,00 . PRAZO DE ENTREGA: 31/12/96.

PARTES:Secretaria de Segurança Pública x APF COMÉRCIO, INDUSTRIA E REPRESENTAÇÕES LTDA. PROCESSO Nº 050.000.344/96. OBJETO:Reforço para fornecimento de peças originais em geral para linha fiat, durante o exercício de 1996. LICITAÇÃO: Tomada de Preçaos 016/96-SSP/DF. NOTA DE EMPENHO: 96NE00718, emitida em 27/11/96. Evento 400092. Modalidade Estimativo. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24101 - PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120580002. FONTE DE RECURSOS: 030 - NATUREZA DA DESPESA: 3.4.9.0.30 - VALOR: R$ 24.000,00 . PRAZO DE ENTREGA: 31/12/96.

PARTES:Secretaria de Segurança Pública x O UNIVERSITÁRIO REST.INDUST.COM. E AGROP.LTDA. PROCESSO Nº 050.003.260/95. OBJETO:Reforço para fornecimento de alimentação preparada para o CIR, durante o exercício de 1996. LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA 01/96-SSP/DF. NOTA DE EMPENHO: 96NE00716, emitida em 27/11/96. Evento 400092. Modalidade Estimativo. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24101 - PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120580002. FONTE DE RECURSOS: 030 - NATUREZA DA DESPESA: 3.4.9.0.39 - VALOR: R$ 280.000,00 . PRAZO DE ENTREGA: 31/07/99.

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONVITE Nº 37/96

Objeto:Reformas no Bloco 07 do Centro de Internamento e Reeducação da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.
A CPL torna público aos interessados o resultado do julgamento das propostas, onde se sagrou vencedora a empresa H B ENGENHARIA LTDA.

Brasília-DF, 29 de novembro de 1996
FERNANDO CÉSAR NEVES
Presidente da CPL

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

NÚMERO: 96NE01328.DATA DA EMISSÃO: 22/11//96. PARTES: UNIDADE GESTORA: Polícia Civil do Distrito Federal. CREDOR: APF-Comércio, Indústria e Representações Ltda. PROCESSO Nº: 050-003.215/95. EVENTO: 400092. UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 24105. PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120460002. FONTE DE RECURSO: 030. NATUREZA DA DESPESA: 349030. MODALIDADE: Estimativo. LICITAÇÃO: Concorrência nº 003/96-CPL/SSP. EMPENHO ORIGINAL: 96NE00194. VALOR: 20.000,00. ESPECIFICAÇÃO: Aquisição de peças e acessórios para veículos das linhas VOLKSWAGEN e CHEVROLET. PRAZO: Até 31 de dezembro de 1996.

DIRETORIA DE PESSOAL

EDITAL Nº 179, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

CONCURSO PÚBLICO PARA SOLDADO POLICIAL-MILITAR DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Edital nº 02-DP/PMDF-95, publicado no DODF nº 240 de 14 DEZ 95, resolve:

1) Tornar público a relação de candidatos que foram incluídos na PMDF e matriculados no Curso de Formação de Soldado, como Soldado Policial Militar 2ª Classe, após satisfeitas todas as exigências previstas no Edital normativo do concurso, a saber:

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
	A contar de 15 MAI 96	
08458	Jader Silva dos Santos	1º
19992	Luciano André da Silveira e Silva	6º
13662	Jacques Nogueira Araújo	7º
10279	Regisvan Soares de Andrade	8º
02918	Pedro Cesar Nunes Ferreira	9º
01778	Lindomar Ferreira da Silva	11º
20893	Alexandre Schmidt de Castro	15º
04750	Ronaldo Ramalho de Lima	20º
18808	Eliade Ribeiro Brandão	26º
08949	José Garcia de Souza Santos	32º
16540	Luiz Carlos Bedendo	34º
05225	Emanoel Messias Carlos Costa	37º
14022	Etevaldo Braz de Melo	38º
06763	Elidonez Pereira Nunes	39º
18229	Maurício Junior Perpetuo Sales	43º
07805	Luciano Gomes da Silva	44º
02424	Ricardo da silva Aguiar	45º
04137	Alessandro Abreu Silveira Machado	46º
00713	Flairton Marcelo Magalhães	47º
16332	Odair José Soares	49º
20000	Antonio Tavares dos Santos Neto	50º
02134	Denilson José de Oliveira	59º
11448	André Luiz Silva Santos	63º
12976	Luciano dos Reis Guilherme	66º
13541	Gustavo Alvares da Silva Guimarães	68º
05423	Abinadab Gomes dos Santos	69º
16485	Carlos Augusto Martins do Nascimento	70º
13505	Ivanildo Silva de Almeida	73º
05874	Agenor Fernando de Araújo	75º
17930	Luciano henrique Ponce Leone	78º
16180	Dilton Pimentel Argolo Souza	79º
08784	Paulo Roberto Alves dos Anjos	80º
06283	Marcelo de Moraes	81º
19139	Aldi Roldão Cabral	84º
08185	Junio Alves Vieira	86º
19484	Isaias Dutra dos Santos	87º
10714	Gilson Guilherme Braga Guimarães	91º
15544	Lorscheider Menezes Manco	93º
04529	Claudio Marcio Ferreira de Carvalho	94º
03765	Nafitali Lopes Duarte	95º
03816	Leópio Lopes da Costa Neto	97º
12696	Raimundo Chaves Freitas	99º
21110	Luiz Antonio da Conceição Duarte	101º
15927	Pedro Neto Filho	102º
07311	Meriedson Ridrigues dos Santos	103º
08993	Jean Paulo Gomes da Silva	104º
20376	Aquiles Aparecido Sales	105º
15531	Fábio Oldair de Souza Pereira	108º
05560	Ronivaldo de Souza Ribeiro	112º
11948	Domingos Martins de Oliveira Junior	115º
19116	José Elias de Oliveira	119º
05335	Edmar Pereira Sobrinho	121º
02700	Silvio Zinesio da Silva	124º
06206	Marcelo Alves Pereira	125º
06299	Ouldair Antonio Ribeiro	126º
12983	Gislando Alves da Costa	130º
08588	Murilo Marcos Bontempo de Lima	131º
20450	Leiber Alves de Souza	132º
05083	Anderson Pierre Santos do Nascimento	133º
05469	Anderson Augusto Cavalcanti Batista	135º
05311	Armando Vale Soares Silva	136º
20769	Luiz Carlos Batista Jorge	137º
15597	Agnaldo Laércio Barroso	141º
04387	Adir Pereira da Silva	142º
05699	Sérgio Prado Tomaz	143º
21436	Antonio Carlos de Araújo Castro	144º
07731	Hermes Paiva	145º
07764	Radson Socrates Teixeira da Silva	146º
00739	João Augusto Pires da Rocha	160º
05466	Jenner Sequeira da Silva	163º
20452	José Ricardo Pereira dos Santos	168º
07966	Paulo André Braga da Silva	169º
05737	Marcelo Oliveira Duarte	173º
00825	Sinomar Fonseca Gomes	176º
08003	Cleuter Godinho do Nascimento	178º
14373	Weudes Fernandes Barros	180º
14318	Maurilho Cardoso dos Santos	186º
03710	Adhaiuson Mário Belloti	189º
17685	Reni Rocha dos Santos	192º
00790	João Batista Filho	196º
20295	Roberto de Paula das Chagas	198º
14636	José de Souza Lima Neto	205º
16100	Cleverson Alves dos Santos	208º
02096	Alessandro Pereira Alves	209º
06363	Fabiano Francisco de Oliveira	210º
05191	Ronildo Martins da Silva	212º
12669	Antonio Dionísio da Silva filho	213º
20243	Vladimyr Theofilo de Almeida Lopes	215º
20879	Jorge Luiz da Silva	217º
12931	Luiz Henrique Barros Rodrigues	220º
15588	Luiz Ferreira Sá Filho	221º
05275	Cláudio Eduardo da Silva Nóbrega	223º
10900	Carlos José Ferreira Cristalino	226º
03605	Jorge Paulo de Souza	227º
01920	André Wobeto Teixeira	232º
07577	Luiz Cláudio da Silva Conceição	234º
17918	Carlos Magno de Melo Barbosa	238º
14436	Adriano Francisco Souto	239º
04486	Eridomar Ferreira da Silva	244º
20528	Luiz Heber Ferreira	245º
01907	José Hilton Bacelar Morais	246º
01068	Ronaldo de Jesus Moreira	247º
15653	Júlio Figueiredo de Aquino	248º
17480	Juscelino José da Silva	249º
07243	Andreiv Marques de Araújo	251º
06764	Maurício Gomes de Jesus	253º
04182	Reginaldo Oliveira de Aguiar	256º
04024	Sebastião Lobo da Luz Junior	259º
08361	Leandro Rodrigues Doroteu	266º
05621	José Gonçalo Pereira Rocha	267º
20224	Robson Wesley Cardoso Campos	268º
16109	Adilson Alves Gontijo	270º
00602	Wagner Martino de Sá	271º
05123	Valter Al Karismi de Almeida Batista	274º
19959	Giovani Calvis Lopes	275º
09906	Nelson da Silva Carvalho	279º
13299	Roberto Passos Junior	283º
05766	José Carlos Fonseca Vieira	284º
19908	Enio de Almeida Magalhães	285º
09892	Antonio José Oliveira Silva	286º
05786	Elamarcos Ribeiro de Souza	289º
20346	Gulliver Rodrigo Noronha Santos	293º
17611	Regis Cláudio Alves da Silva	295º
19021	Francisco Dias dos Santos	297º
01549	José Roberto Machado de Freitas	298º
18473	Paulo Sérgio Pinto Gonçalves	299º
09844	Francivaldo de Araújo Marques	300º
15862	Martinho Pires de Araújo Junior	301º
13025	Aluizio Dias de Oliveira	302º
03024	Marcos Roberto da Silva Paixão	307º
20068	Elcio Passaglia	308º
15143	Elio de Souza Chagas	310º
04243	Erismar Paixão Ribeiro da Silva	311º
19898	Marcos José Peres Azevedo	313º
04655	Mauro Sérgio Lopes de Figueiredo	318º
12443	Gilson Rodrigues da Silva	319º
05111	José Luiz Leal de Siqueira	322º
06394	Anderson Queiroz Araújo	323º
14335	Fábio Ferreira Lima	324º
05342	Sidclay Costa de Abreu	325º
13788	Fábio marques Vilas Boas	327º
11697	Antonio Marcos Pereira	331º
12187	Neliton Lúcio Alves	333º
05738	Daniel Lobato Marques	334º
13325	Olinto Erlandes Silva Magalhães	335º
07373	Fábio Lenine Faria A. Costa	337º
17877	Adriano Daniel Andrade	340º
07113	Ednaldo Rodrigues Rangel	342º
21329	Paulo Henrique Inajosa da Silva	343º
07092	Roosevelt Alves Viana	344º
11537	Herbert Lobo Ribeiro	345º
06987	Sebastião Sousa	346º
07249	Enivaldo da Silva Olimpio	349º
10766	Elivaldo Moraes de Menezes	350º
13122	Karlo Wezer Rodrigues Campos	351º
09791	João Evangelista Lopes Fagundes	352º
05324	Paulo Luiz Pereira Cirineu	353º
00063	Salmone Sabino da Costa	354º
05869	Wagner Gomes da Costa	365º
05100	Rubens Brandão Teles	366º
05479	Carlos Henrique Ramos de Santana	370º
06846	Helton Carlos de Jesus Cortes Prado	371º
07994	Edyr Lázaro Dias da Silva	372º
10909	Elton José Soares	373º
09550	José Ricardo Feitosa Mendes	374º

01442	Roberval Teles Martins	377º
11845	Evaldo Silva de Oliveira	378º
04648	Marcio Augusto Medeiros da Silva	381º
17681	João de Queiroz Matias	385º
01159	Anderson Fábio Santos Almeida	389º
16972	Luciano Pereira Lino	394º
18565	Fauzer Carlos Mascarenhas Lustosa	399º
00130	Iran Soares	400º
20008	Klesio José Rabelo	401º
01214	Zenildo Braz da Silva	402º
21147	Fábio Martins de Oliveira	404º
14570	Sydnei Gonçalves da Silva	405º
06906	Richardson André Rodrigues Leôncio	407º
16922	Cleber Pedroso	410º
03231	Rudney Martins de Carvalho	411º
00163	Alex de Assis Santos	412º
07255	Paulo Cesar da Conceição Araújo	413º
01919	William Pereira Monteiro	417º
01919	Jandimar Barbosa Dias	418º
13622	Flávio José do Nascimento Chaves	420º
02540	Wesley de Oliveira Martins	422º
18446	Marcos Emanuel Chaves Vieira	429º
07160	Hélio de Souza Rocha	430º
18075	Joenildo de Souza Silva	432º
02369	Francisco Antonio Marques de Souza	433º
17592	Odineilson Guedes Pimenta	434º
05509	Anário Batista da Silva	435º
18626	Janilson José Batista de Moura	436º
11870	Antonio Izoene da Costa	438º
00104	Roberto Araújo de Oliveira Silva	439º
18059	Marcos Antonio Almeida da Rocha	440º
05286	Frederico Moreira de Oliveira	443º
05274	Ricardo da Silva Nobrega	445º
00677	Jaime Ferreira Duarte	448º
12964	Gilvan de Jesus Cardoso	449º
04495	Cláudio Florêncio de Camargo	451º
01079	Cleudi Rodrigues Machado Junior	453º
01817	José Vieira Filho	456º
00943	Israel Elias da Cunha	458º
11682	Carlos Alberto Gomes Carneiro	459º
13785	Eli Camara	464º
20725	Luiz Carlos Ferreira Souza	465º
05969	Wellington Leal da Rocha	468º
14645	Braulio Amâncio e Silva	470º
06490	João Marcelo Pereira dos Santos	474º
00726	Salomão Silva Barbosa	475º
07985	William Correa dos Santos	478º
08972	Kleber de Oliveira Ramos	489º
07564	Emídio de Paiva França Junior	490º
20263	Antonio Marcio Barroso Silva	494º
17197	Claudiney Gonçalves Pereira	496º
13281	Ruberto Rodrigues de Sallis	497º
05321	Moises Vilela da Silva	498º
11100	Jean Patrício Alves dos Santos	500º
21247	Ronney Cardoso Porto Gonçalves	501º
07580	Adriano de Souza Mota	502º
06915	Emerson Teixeira Santos	504º
08244	José Marcelo Ferreira	505º
10693	Eliedson Luiz de Souza	508º
05082	João Tiellis Damasceno	509º
13681	Rossini Gonçalves da Silva	512º
20927	Fernando de Souza Vale	513º
16004	Juscelino de Paula e Silva	514º
01886	Valdirenio Rocha de Santana	516º
20323	Roberto Alves Sette	517º
02248	Wanderson da Silva Costa	518º
09531	Ednei Pereira do Prado	519º
12509	Emerson Garcia Costa	520º
04635	Robson Moreira de Oliveira	521º
00099	Wibson Luiz de Paula	522º
01805	Jadson José Gomes da Silva	523º
08272	João Batista da Silva Santos	524º
01725	Paulo César Xavier Vilasboas	526º
01612	Márcio Antonio de Castro	527º
08447	Bruno Rijo do Nascimento	528º
12352	Kleber Ferreira Cardoso	536º
20290	Euzevando Pereira da Silva	537º
11238	Ednaldo Teixeira Magalhães	538º
13102	José Aldemargo Pereira de Oliveira	540º
13007	Wellington Gonçalves Balbino	542º
14362	Walace Mendonça de Figueiredo	544º
03338	Edivaldo Ribeiro Louzeiro	547º
06877	José Norival dos Santos Júnior	548º
05426	André Henrique Martins Santos	551º
08672	Reinaldo ferreira Vieira	554º
02298	José Rinaldo Pereira Bezerra	558º
01267	Claubert Neves Sá Abreu	559º
08833	Genilson da Silva Medeiros	560º
17684	Ozenir Caldeira de Oliveira	562º
11155	Jean Marcelo Araújo Maia	564º
03975	Glailton Pereira dos Santos	565º
14999	Leandro Lima de Moraes	566º
12705	Reinaldo Mota dos Santos	568º
20740	Manoel Felix Coelho	570º
03854	Juraci Neves de Oliveira Bastos	571º
17896	Alisson Ataide Gomes da Silva	572º
07928	Alessandro Roberto Barbosa	575º
07294	José Alberto Silva	576º
07635	Jefferson Ferreira da Silva	577º
07986	Sérgio Alexandre Camilo da Silva	578º
19240	Ivanildo Gomes de Souza	585º
04226	José Augusto de Rezende	587º
06477	Wagner Amâncio da Silva Junior	589º
10985	Marcos Paulo Martins Gomes	595º
15065	Adalberto Ribeiro Gonçalves	598º
10660	Ailton Barbosa Farias	599º
03997	Cláudio Aparecido Lourenço da Silva	601º
21268	Roberto Rivelino Lopes da Silva	604º
10679	Silvano Dias de Souza	606º
02779	Wagner Santana Bizerra	608º
14620	Diglielmo dos Anjos Valim de Moraes	609º
01924	Adriano Rodrigo Abrantes de Melo	610º
01933	Renato Aguiar Regis	613º
06899	Antoniel Alves Neto	615º
05823	Iatelson Rodrigues da Silva	619º
05868	Mauro César Avelar de Oliveira	622º
17872	José Verodilson Barbosa	630º
12677	Wilson Lopes Siqueira	631º
00129	Raimundo Ionaldo Soares	632º
21369	Wlisses Alves Lima	637º
00037	Jeisson Antonio da Silva	638º
04070	Clayrton Martins Lopes	640º
16486	Luciano de Oliveira Medeiros	641º
04035	Valmy Mariano de Oliveira	642º
00665	Alexandre de Oliveira Santos	643º
19113	Andrey Charlles de Souza	644º
00406	Andir Beira Monteiro	645º
09788	Danúbio Alves dos Santos	646º
08766	Geovani de Souza Carvalho	648º
02448	José Roberto Almeida de Souza	649º
02949	Alberto Pereira da Castro	650º
21356	Lucas lemos da Silva	655º
18277	Alberto Martins da Silva	656º
07684	Hugo Leandro Domingos de Moraes	658º
14638	João Carlos Felix de Lima	662º
19170	Adilson Marques Ferreira	664º
18252	Roberto José Vieira Mota	669º
02740	Marcelo Carneiro da Costa	670º
10170	Omar da Silva Nascimento	671º
07304	Marcos Vieira da Silva	673º
16732	Cassiano Carvalho do Nascimento	681º
12899	Clewerson Batista Lima	682º
19022	Janes Dean Neiva dos Santos	683º
19140	Paulo Sérgio de Jesus Moreira	684º
05344	Rony Silva Andrade	685º
16473	Manoel Braz Dutra Júnior	686º
09288	Linaldo Alves da Silva	688º
16169	Frederico Soares de Aragão	691º
05834	Robson Rodrigues Pereira	692º
01726	Cláudio Soares Barbosa	695º
19457	Cleiber de Oliveira Santos	698º
12313	Eduardo dos Santos	702º
08907	Aldo Trazzi JÚnior	705º
13049	Jean Karter Souza de Oliveira	707º
18616	Robson Farias Pereira	708º
09351	Jonas Ramos Camelo	709º
04632	Gilson Marques dos Anjos	711º
11644	Fábio Ferreira Dalescio de Souza	712º
15398	Francisco de Assis Araújo	713º
06520	Wellington José de Santana	715º
09057	Marcos José Pereira	720º
02693	Marcio Rogério Silva Rodrigues	723º
04206	Roberto Francisco de Oliveira	732º
12227	Lázaro Adão Rodrigues Pereira	738º
16419	Edson da Silva Marques	741º
04609	Luiz Gustavo Rufino Batista	742º
09591	Washington Paiva Alencar	746º
20421	Ronei José da Silva	747º
15982	Geovânio José da Silva	752º
03310	Darlan Francisco da Silva	753º
11798	Alan Pereira de Souza	755º
05035	Fabiano da Silva Pena	756º
13921	Clécio Alves de Oliveira	757º
07273	Carlos Moreira Farinha JÚnior	759º
00311	Sandro Pereira da Cunha	762º
03392	Francisco Osvaldo Gomes de Matos	763º
07960	João Meire Firmiano da Silva	764º
07461	José Geraldo Alves	766º
02128	Adriano Rutemberg dos Santos	768º
21322	Enildo Ney Castro	769º
20446	Jean Carlos Moura Vieira	772º
01124	Anderson Gil Aquino Mangia	775º
13176	Emerson José de Souza Barbosa	776º
04685	Cláudio Anderson da Silva Freire	778º
06139	Alexander Araújo Primo	779º
05744	Wender Machado de Paiva	782º
09097	Francimar Paes Landim Negreiros	783º
03684	Júlio Cezar Rocha de Souza	784º
16321	Flavismam Pereira Caetano	785º
10904	JÚlio Cesar Reis da Rocha	786º
13494	Daniel Barbosa Sinésio	787º
03592	Valdir da Silva	789º
11554	Jean Gustavo Pereira Gomes	792º
11755	Antonio Ferreira da Silva	796º
05669	Odair Rodrigues de Souza	797º
21662	Leonnardo Mondianne de Souza Oliveira	798º
14974	Adriano Pereira de Souza	800º
17990	Alexandre Araújo Bezerra	801º
20738	Cleyton Alves de Oliveira	802º
21023	Fábio Carneiro Salvo	803º
04593	João Batista de Souza Costa	804º
07317	Marcos Tadeu Rosendo da Silva	809º
15196	Hélio de Farias Soares	810º
03379	Armistron Carneiro da Silva	811º
08704	Alex Ferreira de Menezes	813º
14328	Célio Roberto Bandeira Lima	815º
05972	Gilson Ricardino de Oliveira	817º
00079	Alexsander Eduardo da Silva	818º
02491	Altino da Silva Aguiar	819º
05538	Eudamidas Vogado Guimarães JÚnior	824º
03774	Saber Ghazi Ibrahim	826º
11173	Anderson Walverde de Melo	828º

01485	Francisco Charles Siqueira	829º
03063	Marcos Paulo de Souza	833º
07588	José Gomes Soares	834º
09769	Sandro Batista dos Anjos	835º
19152	Gabriel Vital Lins Júnior	836º
07478	Anderson Moreira da Silva	837º
17237	Décio Castello Branco Neto	841º
20413	Cristiano Almeida Maciel	842º
04433	Adelmar Rodrigues da Silva	844º
05909	Cláudio Roberto da Silva Barros	847º
07023	Abderman Souza Carvalho	848º
21442	Bruno Bechepeche Pinto	849º
01047	Sebastião Cesar Alves Neto	850º
20451	Ricardo Cesar Correia	851º
11514	Carlos Santana de Oliveira	852º
07239	Alessandro Milanio Vasconcelos	854º
16931	Fábio Divino dos Santos	855º
17056	Fernando Marcos Pimetti	856º
06158	Afonso Andrade de Moura	858º
07546	Roberto Pereira Gonçalves	860º
05309	Giuliano Giubert de Araújo Ataídes	861º
13604	João Janilto do Prado	866º
10522	Luiz Cláudio Damasceno de Lima	868º
14110	Sérgio Ricardo Rodrigues Ribeiro	869º
17123	Claudemir de Carvalho Sanches	871º
10183	Rogério Joaquim Nunes	873º
08052	Edson Costa dos Santos	874º
05233	Carlos Rodrigo Oliveira de Almeida	876º
09005	Hamilton Goulart dos Santos	878º
20404	Simão Rodrigues Barbosa	880º
05401	Edilson Francisco da Silva	881º
07942	Alelxandre Hércules Ferreira Leite	883º
20082	Charleis Ribeiro Coelho	884º
12484	Renato Camargo Bizerra	885º
01887	Joel Cantanhede Diniz	886º
04150	Eráclito Fernandes de Faro Melo	887º
21237	Dirceu Pereira Coite	888º
06145	Eliano Fernandes do Prado	889º
08845	Fábio Alves da Cunha	890º
15651	Cristiano Macedo de Brito	891º
03726	Lindenberg Silva de Paula	892º
05298	Lianderson Cavalcante de Oliveira	893º
06032	Ademar Barros Alves	895º
05501	Edmilson Ferreira Diniz	900º
00390	Jair da Silva Sampaio	903º
13690	José Batista de Almeida	904º
00904	Edmundo Cardozo Rodrigues da Silva	907º
20090	Enio Marçal Passos	908º
03514	Marcos Paulo Ribeiro da Silva	909º
16832	Marco Polo Inácio de Araújo	912º
13295	Cleidson Pereira de Almeida	915º
04171	Adercílio Teixeira da Silva Júnior	916º
01434	Antonio Martins Alves Filho	920º
09774	Roberto Viana de Lima	924º
12736	William Vieira de Oliveira	926º
23909	Fernando Augusto Fernandes Pereira	930º
05063	Anderson Luiz de Castro Assunção	931º
07919	*Marcelo de Souza Leandro*	933º
18409	Paulo César Mendes Saldanha	934º
05323	Mauro César da Silva Cavalcante	936º
19232	Marcelo Neves dos Santos	937º
12534	Valdeci de Souza Gomes	938º
02620	Raimundo Nonato Silva do Nascimento	942º
21611	Holinger de Paula Souza	945º
09119	Janderson de Oliveira	947º
02964	Wagner Araújo dos Santos	948º
20923	Romulo José Ricarte de Souza	946º
19712	Samuel Germano de Araújo	949º
20950	Marcus Rogério da Silva Costa	950º
19068	José Joaquim Alves Sobrinho	951º
12727	Marcos Aurélio Alves da Silva	952º
21638	André Luiz Cabral	954º
16462	*Onésio Alves Ramos*	955º
13040	Carlos Cézar Paula da Silva	959º
18294	Francisco Ferreira Lima	968º
05300	Ted Alberto Oliveira	971º
10100	Flávio Roberto de Souza	972º
13737	Rogério Rodrigues Quixabeira	973º
09161	Ruberson Cardoso dos Santos	974º
01567	Rogério Pereira de Souza	979º
01942	Cristiano Pereira de Oliveira	981º
02748	Clézio Leonis Oliveira Borges	982º
03369	Paulo César Dias	983º
16365	Robson Oliveira de Freitas	984º
19103	Alexandre Ulisses Carvalho Pereira	987º
05108	Clenio Rodrigues Soares	988º
07695	Nelci Eustáquio da Silva	989º
00362	*Cláudio dos Reis Lopes*	991º
05570	Domingos Francisco Leite Filho	993º
02597	Salustiano Rodrigues Freire Filho	994º
09849	Francisco Marcelo Rodrigues Nonato	995º
13579	Silvestre Ribeiro Alves	998º
15285	Daniel Marques de Lima da Silva	1001º
00962	Marco Antonio Gomes Reis	1003º
00750	Marcio Pereira de Farias	1007º
02534	Levi Lúcio de Almeida	1011º
11642	Antonio Mascarenhas Júnior	1013º
09229	José Iranildo Oliveira dos Santos	1017º
17787	Andriano Gomes Duarte	1019º
05301	Carlos Eduardo Lopes Vidal	1022º
03408	Adílio Mesquita Estevão	1023º
20974	José Fonseca Melo Junior	1025º
13971	Leonardo Schettino Luttendarck	1026º
21256	Adriano Braga Viana	1027º
04205	Francion Costa Passos	1030º
13898	Joselito dos Santos Silva	1031º
08389	Alan Almeida Campos	1032º
11818	Laucede da Costa Gama	1033º
14876	Uthant Martins	1034º
08599	Clayton Morais Coelho	1035º
06016	Hézio Teixeira de Queiroz	1036º
19446	Wagner Alves Xavier	1037º
07088	Anderson Ribeiro Gomes	1039º
04200	Fábio Araújo da Silva	1040º
16064	Hugo Leonardo Rodrigues Ribeiro	1042º
10880	Joel de Ávila Souza	1044º
02382	Cláudio Lopes dos Reis	1045º
06288	Paulo Sérgio Borges	1047º
14391	Dimas Doria Andrade	1050º
11690	Alessandro José Ferreira dos Santos	1052º
05204	Ailton José Ribeiro	1053º
19823	Flávio da Silva e Silva	1057º
00477	Cleres Marçal de Lima	1058º
00596	Paulino Rodrigues da Costa	1059º
08969	Mailson França Moreira	1060º
05482	André Luiz Valadares Lins	1061º
00599	Jairo de Jesus Barbosa	1062º
02189	Carlos Magno Correia da Silva Júnior	1964º
16406	Márcio de Ávila Filho	1066º
12779	Agnaldo Elias de Oliveira	1068º
10682	André Gomes de Souza	1070º
13998	Jeremias Gomes Florêncio	1071º
06077	Cleiton Vasconcelos Fonseca	1072º
21742	Marcos Francisco Campelo	1074º
04745	Walquimar Ribeiro de Souza	1075º
05195	Pedro Paulo Silva	1076º
11535	Geraldo Souza Batista	1079º
12878	Isaias júnior Alves de Lima	1081º
16165	Paulo Quixaba da Silva	1082º
18338	João Batista Araújo da Costa	1083º
20679	Rogério José de Oliveira Santos	1084º
09744	Sidnei Fonseca Dias	1088º
02414	Manoaldo Ramos	1089º
07851	Maurício Musialowski	1092º
19586	Roque Wdson Borba Soares	1095º
187781	Nilton Silva da Trindade	1097º
21249	Sérgio Soares da Silva	1102º
09092	Rosalino Gonçalves Pereira	1103º
04717	José Rogégio da Costa	1104º
05105	Jair Silva de Lima	1105º
10572	José Humberto Soares Santos	1107º
13648	Georjane Ribeiro de Carvalho	1109º
01444	André Luiz Rodrigues Pereira	1113º
05047	Cleyton Magalhães dos Reis	1114º
10907	Flávio Moreira de Almeida	1115º
12594	Marcos André de Oliveira Silva	1120º
05658	Saulo Cabral Ferreira Brito	1124º
16959	Dario José de Castro	1125º
09724	Wederson Ernani mendes	1126º
14466	Gerdison Everton Castro	1127º
05975	Paulo Roberto Moraes Duarte	1135º
06798	Roberto dos Santos Barrense	1143º
19941	Carlos Henrique Oliveira Costa	1145º
13831	Marcos Paulo dos Santos	1147º
13956	Grinaldo Domingos dos Santos	1148º
05141	Aroldo Otaviano de Souza	1149º
02791	Francisco Jorge Alves de Oliveira	1150º
11871	Jairo Lara Dias	1155º
13552	Daniel Matos	1159º
13987	Geilto Tavares de Brito	1163º
15585	Aristoteles Lima dos Santos	1170º
18398	Jean Venâncio da Silva	1175º
02278	Marcelo Moraes de Oliveira	1177º
15205	Jonas Araguaia de Paula	1178º
04546	Jonatas Julio do Nascimento	1180º
07522	Itamar Matos de Souza	1182º
18351	Sidnei Batista Leite	1183º
11575	Denilson Pinheiro Alvarista	1185º
13374	Jairo do Patrocínio	1190º
15410	Mychael Santos de Lima	1191º
06230	Julio César da Silva Carvalho	1197º
18319	Leôncio Lima de Abreu	1198º
05345	Carlos Aurélio Carvalho Souza	1199º

2) Candidatos incluidos na PMDF e matriculados no Curso de Formação de Soldado Policial-Militar, como Soldado 2ª Classe, em cumprimento a determinação judicial:

A contar de 15 MAI 96

13519	Rogério de Queiroz Cavalcanti	348º
03266	Euzico Tavares de Brito Sobrinho	676º

A contar de 02 JUL 96

05247	Valderi Rodrigues Pedrosa	1028º

3) Candidatos que deixaram de serem incluidos na PMDF e matriculados no Curso de Formação de Soldado Policial-Militar, por não terem se apresentado na Unidade designada; em consequência ficam eliminados do concurso, conforme previsto no subitem 2.12.8, do edital normativo do concurso:

15513	Frank Wellmann Amaral Pires	71º
01596	Hugo Girdelan Pires Camilo	252º

FERNANDO JOSÉ DE QUEIROZ - TEN CEL QOPM
Interino

EDITAL Nº 180, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1996

CONCURSO PÚBLICO PARA SOLDADO POLICIAL-MILITAR DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

O DIRETOR DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o constante no Edital nº 007/PMDF-91, publicado no DODF nº 009 de 14 JAN 91, RESOLVE:

Tornar público que as candidatas abaixo relacionadas, foram incluídas na PMDF e matriculadas no Curso de Formação de Soldado, como Soldado Policial Militar 2ª classe, em cumprimento a determinação judicial, expedida pelo Exº Senhor Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal:

INSCRIÇÃO	NOME DA CANDIDATA	CLASSIFICAÇÃO
	A contar de 15 MAI 96	
0963	Telma Ferreira dos Santos	39º
	A contar de 21 MAI 96	
5490	Sheila da Silva Bernardo	147º

FERNANDO JOSÉ DE QUEIROZ - TEN CEL QOPM
Interino

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 187/96

PROCESSO nº 030.001.887/95 - PARTES: DF/SCE X CORONÁRIO TURISMO LTDA; OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 187/96; PRAZO; Ate 30.04.97; VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 13.11.96; SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL:SÍLVIO TENDLER, na qualidade de Secretário de Cultura e Esporte. Pela CONTRATADA: MANOEL LIMA BARBOSA, na qualidade de Sócio-Gerente. Brasília-DF, 13 de nobembro de 1996.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 101/96

PROCESSO Nº 150.000.480/95 - PARTES: DF/SCE X XEROX DO BRASIL; OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 101/96; PRAZO; Até 30.07.97; VIGÊNCIA: O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 13.11.96; SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: SÍLVIO TENDLER, na qualidade de Secretário de Cultura e Esporte. Pela CONTRATADA: CARLOS TADEU FURQUIM, na qualidade de Gerente de Filial. Brasília-DF, 13 de novembro de 1996.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 226/96-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e o Instituto de Música do Distrito Federal; PROCESSO: 081.003091/96; OBJETO: Cessão e uso da Sala Villa Lobos do Teatro Nacional Cláudio Santoro, para a realização do espetáculo "CONCERTO DA ORQUESTRA DE ÓRGÃOS E TECLADOS", programado para o dia 15 de dezembro de 1996, às 20 horas; tendo ingressos ao preço de R$10,00 (dez reais); tudo de acordo com o processo acima mencionado e Edital de Pauta nº 002/95-DEPROM-DE-FCDF; VALOR: R$300,00 (trezentos reais); NOME DO EXECUTOR: José Xavier Júnior; DATA DA ASSINATURA: 27 de novembro de 1996; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: IOLANDA PEREIRA FIUZA LIMA; TESTEMUNHAS: NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO e HERNANI SOUZA SANTOS.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Primeiro Aditivo ao Termo de Contrato nº 219/96-FCDF (Padrão III); CONTRATADAS: Fundação Cultural do Distrito Federal e Academia de Dança Clássica de BSB Ltda.; PROCESSO: 081.002733/96; OBJETO: Alterar o item a Cláusula Primeira, item III, Cláusula Segunda, item I, e a Cláusula Terceira, itens I, II e V, que passa a ter a seguinte redação; III - O espetáculo realizar-se-à no dia 20/11/96, às 20:00 hs e dia 21/11/96, às 15:00 e 21:00 hs; I - Fica ajustado que o preço dos ingressos será de R$5,00 (cinco reais), dia 20.11.96, às 20 horas e dia 21.11.96, às 15 horas, R$20,00 (vinte reais) dia 21.11.96, às 21 horas. As partes observarão a Lei 190/91. Menores de até 10 anos pagarão meia entrada independentemente de apresentação de carteira de estudante, obedecida a classificação etária do espetáculo.s . V- O valor do presente Contrato para as sanções previstas neste Ajuste será de R$21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais), de acordo com o número de sessões; permanecendo ratificadas e inalteradas todas as demais Clausulas e respectivos itens do Termo de Contrato acima mencionado, tudo de acordo com o Edital de Pauta nº 002/95-DEPROM-DE-FCDF; DATA DA ASSINATURA: 25 de outubro de 1996; ASSINATURA: p/CEDENTE: NILSON RODRIGUES DA FONSECA, p/CESSIONÁRIA: STEFFEN GERHARD DAUELSBERG; TESTEMUNHAS: NAILDE VASCONCELOS DA COSTA ARNEIRO e HERNANI SOUZA SANTOS.

SECRETARIA DE TURISMO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONVITE Nº 38/96

TIPO: Menor Preço
PROCESSO: 210.000.711/96
OBJETO: Prestação de Serviços objetivando a contratação de Show Pirotécnico.

DATA DA ABERTURA: 04 de Dezembro de 1996 - às 10:00 horas.

LOCAL: Centro de Convenções Ulysses Guimarães 1º andar sala de reuniões Brasília - DF

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, a abertura do convite em epígrafe, na data, hora e local indicados no preâmbulo. O Edital poderá ser obtido na Secretaria de Turismo do Distrito Federal, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, 1º andar, sala da Assessoria de Planejamento, Comissão de Licitação nos dias úteis, das - 09:00 às 12:00 horas e 14:30 às 17:00 horas. .Outras informações pelo telefone 321-3318 Ramal 250.

Brasília-DF 25 de novembro de 1.996
ANGELO FERNANDO FERNANDES
Presidente da CPL

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Audiência Pública

A Secretaria de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia do Distrito Federal convida a todos os interessados para a Audiência Pública para apresentação e discussão do Estudo Prévio de Impacto Ambiental/EPIA e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental/RIMA para a Complementação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Distrito Federal.
Data da Realização: 16 de janeiro de 1997.
Horário: 14:30 horas
Local: Auditório dos Pioneiros da Administração Regional de Taguatinga/Praça do Relógio.
Informa, ainda, que o EPIA/RIMA está a disposição do público para consulta até a data de realização da audiência, nesta Secretaria, localizada no SRTVS Quadra 701 Lote 01 Bloco "A" - Ed. Assis Chateubriand 7º andar (sala 736 - Serviço de Documentação Técnica/Biblioteca), no horário de 14:30 às 18:30 horas.

Brasília, 28 de novembro de 1996.
FRANCISCO DANTAS
Secretário

JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA
DIVISÃO DE APREENSÃO DE ANIMAIS

AVISO Nº 16/96

O CHEFE DA DIVISÃO DE APREENSÃO DE ANIMAIS, de acordo com o que determina o Ítem VI, da Ordem de Serviço de 21 de novembro de 1994, e em consonância com o Regimento do Jardim Zoológico de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 16.053, de 07 de novembro de 1994, "AVISA" que se encontram apreendidos no Depósito em frente à Polícia Militar Florestal/Candangolândia, situada à esquerda da estrada de acesso à cidade satélite do Núcleo Bandeirante/DF, 20(vinte) animais de espécies equina e muar sendo, 06(seis) éguas, 09 (nove) cavalos, 04 (quatro) potras e 01 (um) burro; todos com diferentes marcas, que poderão ser retirados por seus legítimos proprietários dentro de 72 (setenta e duas) horas, a contar da publicação deste, mediante prova de identidade que poderá ser testemunhal. Expirado o prazo os animais serão considerados abandonados e propostos ao Diretor do Jardim Zoológico de Brasília, sua utilização ou alienação, conforme os ítens VII e VIII da referida Ordem de Serviço.

Brasília-DF, 27 de novembro de 1996

CARLOS ALBERTO FERNANDES DE ALENCAR

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE LICTTAÇÃO
CONVITE Nº 14/96

GRUPO : 57
PROCESSO : 020.003.250/96
OBJETO : Aquisição de Equipamentos para Processamento de dados e Microfilmagem.
DATA DE ABERTURA : 10/12/96
HORÀRIO : 11:00 horas
LOCAL : PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL - SAIN BL "I" 4º ANDAR sala 409

A Comissão Especial de Licitação da Procuradoria Geral do Distrito Federal, comunica que a "Carta-Convite" em epígrafe encontra-se à disposição dos interessados nesta Procuradoria, localizada no SAIN BL "I" - 4º andar, sala 409, em dias úteis, no horário de 9:00 às 19:00 horas.

Os interessados poderão obter o Convite mediante apresentação de cópia do CRC, autenticada em cartório ou acompanhada do original, até o último dia útil anterior a data da abertura das propostas

Brasília, 28 de novembro de 1996
IRANI BEZERRA DOS SANTOS
Presidente da CEL

1ª SUBPROCURADORIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 251/96

PROCESSO Nº 050.000.344/96 - PARTES: DF/SSP X CHAVES E RODRIGUES LTDA. OBJETO: O fornecimento de peças e acessórios em geral para veículos mercedez benz, agrale e toyota, pertencente à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, conforme especificações no Edital de fls. 07/18 e na proposta de fls. 123/130. PRAZO: Até 31/12/96. VALOR: O valor total Contrato é de R$

63.000,00(sessenta e três mil reais), recurso esse procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993 de 28/12/95, sendo empenhada a importância inicial de R$ 15.000,00. (quinze mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120580002; FONTE DE RECURSOS: 030; CÓDIGO U.O.: 24101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349030; NOTA DE EMPENHO Nº 294/96, emitida na modalidade estimativa, sob o evento 400091, em 07.06.96. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 016/96-CPL/SSP. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 17.10.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR, na qualidade de Secretário de Segurança Pública. Pela CONTRATADA: EVANDRO BATISTA CHAVES, na qualidade de Sócio-Gerente. Brasília-DF, 27 de novembro de 1996. Of. 133/96.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 252/96

PROCESSO Nº 050.000.344/96 - PARTES: DF/SSP X APF - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: O fornecimento de peças e acessórios originais em geral para veículos da linha Fiat, pertencente à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, com desconto de 53% (cinquenta e três por cento) sobre tabela emitida pelo fabricante, conforme especificações contidas no Edital de fls. 07/18 e na proposta de fls. 131/134. PRAZO: Até 31/12/96. VALOR: O valor total Contrato é de R$ 70.000,00(setenta mil reais), recurso esse procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993 de 28/12/95, sendo empenhada a importância inicial de R$ 8.000,00 (oito mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120580002; FONTE DE RECURSOS: 030; CÓDIGO U.O.: 24101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349030; NOTA DE EMPENHO Nº 293/96, emitida na modalidade estimativa, sob o evento 400091, em 07.06.96. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 016/96-CPL/SSP. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 17.10.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR, na qualidade de Secretário de Segurança Pública. Pela CONTRATADA: CARLOS AUGUSTO ALVES DE SOUSA, na qualidade de Procurador. Brasília-DF, 27 de novembro de 1996. Of. 133/96.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 253/96

PROCESSO Nº 050.000.344/96 - PARTES: DF/SSP X CCA - COMPANHIA COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS. OBJETO: O fornecimento de peças e acessórios em geral para motocicleta Honda, pertencentes à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, com desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre todos os preços da tabela emitida pela moto Honda da Amazônia Ltda, conforme especificações contidas no Edital de fls. 07/18 e na proposta de fls. 136/143. PRAZO: Até 31/12/96. VALOR: O valor total Contrato é de R$ 2.100,00(dois mil e cem reais), recurso esse procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993 de 28/12/95, sendo empenhada a importância inicial de R$ 1.000,00 (hum mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120580002; FONTE DE RECURSOS: 030; CÓDIGO U.O.: 24101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349030; NOTA DE EMPENHO Nº 291/96, emitida na modalidade estimativa, sob o evento 400091, em 07.06.96. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 016/96-CPL/SSP. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 17.10.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR, na qualidade de Secretário de Segurança Pública. Pela CONTRATADA: CARLOS ALBERTO DUARTE ABDALLA, na qualidade de Diretor-Presidente. Brasília-DF, 27 de novembro de 1996. Of. 133/96.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 254/96

PROCESSO Nº 050.000.344/96 - PARTES: DF/SSP X CARDOSO AUTO PEÇAS LTDA. OBJETO: O fornecimento de peças e acessórios em geral para veículos Volkswagem e Chevrolet, pertencente à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, com desconto de 56% (cinquenta e seis por cento) sobre todos os preços da tabela emitida pela montadora de veículo Volkswagem, conforme especificações contidas no Edital de fls. 07/18 e na proposta de fls. 120/121. PRAZO: Até 31/12/96. VALOR: O valor total Contrato é de R$ 175.000,00 (cento setenta e cinco mil reais), recurso esse procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993 de 28/12/95, sendo empenhada a importância inicial de R$ 8.000,00 (oito mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 06007002120580002; FONTE DE RECURSOS: 030; CÓDIGO U.O.: 24101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349030; NOTA DE EMPENHO Nº 292/96, emitida na modalidade estimativa, sob o evento 400091, em 07.06.96. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 016/96-CPL/SSP. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 17.10.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: ROBERTO ARMANDO RAMOS DE AGUIAR, na qualidade de Secretário de Segurança Pública. Pela CONTRATADA: TÂNIA MARIA CARDOSO FEU, na qualidade de Gerente-Proprietária. Brasília-DF, 27 de novembro de 1996. Of. 133/96.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 255/96

PROCESSO Nº 052.000.392/96 - PARTES: DF/PCDF X PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A. OBJETO: O fornecimento de combustíveis (gasolina alcool hidratado e óleo diesel), para a Polícia Civil do Distrito Federal, na forma da justificativa de dispensa de licitação de fls. 06/08 e da proposta apresentada pela Contratada às fls. 23/24, que passam a integrar o presente Termo. PRAZO: Até: 31.12.96. VALOR: O valor total deste Contrato é de R$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), recurso esse procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28.12.95, sendo empenhada a importância inicial de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 6007002120460002. FONTE DE RECURSOS: 030; CÓDIGO U.O.: 24105; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349030. NOTA DE EMPENHO Nº 358/96, emitida por estimativa, sob o evento 400091, em 02.05.96. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação com base no Art. 24, iniciso V, da Lei nº 8.666/93. VIGÊNCIA: O presente Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, ás expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 28.08.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: TEODORO RODRIGUES PEREIRA, na qualidade de Diretor-Geral da PCDF. Pela CONTRATADA: TEREZA JACQUELINE GONDIM TOMÉ, na qualidade de Gerente de Vendas. Brasília-DF, 28 de novembro de 1996. Of. 133/96.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO PADRÃO Nº 1/94
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -

PROCESSO Nº 030.000.724/95 - PARTES: DF/SO X CONCORD TURISMO LTDA. OBJETO: Suplementar recursos para fornecimento de passagens aéreas (REGIONAIS, NACIONAIS E INTERNACIONAIS) e com locomoção para uso desta Secretaria. PRAZO: Até 30.11.96. VALOR: R$ 3.000,00 (três mil reais), perfazendo o total de R$ 33.000,000 (trinta e três mil reais), recursos esses procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, Lei nº 993, de 28/12/95. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 10007002120480002; FONTE DE RECURSOS: 000; CÓDIGO U.O.: 22101; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349033; NOTA DE EMPENHO Nº 480/96, emitida na modalidade estimativa, sob o evento 400092, em reforço à NE nº 008/96, em 25.10.96. FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 001/95-CL/SO. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 25.10.96. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: HERMES RICARDO MATIAS DE PAULA, na qualidade de Secretário de Obras. Pela CONTRATADA: EDMILSON ALVES DE CARVALHO, na qualidade de Diretor-Gerente. Brasília-DF, 27 de novembro 1996. Of. nº 133/96.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO
AO CONVÊNIO Nº 1/96

PROCESSO Nº 050.002.318/94 - PARTES: FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL - FAP/DF X DF/PCDF. OBJETO: Suplementar recursos ao Convênio celebrado entre a FAP/DF e a PCDF, para implantação do laboratório de DNA FINGERPRINT para análise forense. DA SUPLEMENTAÇÃO - Será suplementado com a importância de R$ 12.000,00 (doze mil reais), referente a segunda parcela, perfazendo o total de R$ 198.604,56 (cento e noventa e oito mil, seiscentos e quatro reais e cinquenta e seis centavos), recursos esses procedentes do Orçamento vigente da FAP/DF. PRAZO: Até 31.12.96. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PROGRAMA DE TRABALHO: 30100057233300001; FONTE DE RECURSOS: 000; CÓDIGO U.O.: 21201; SUBELEMENTO DE DESPESA: 349039; NOTA DE EMPENHO Nº 207/96, emitida na modalidade ordinário, sob o evento 400091, em 01.10.96. VIGÊNCIA: O presente Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DE ASSINATURA: 07.10.96. SIGNATÁRIOS: Pela FAP/DF: MARCEL BURSZTYN, LAURA MARIA GOULART DUARTE e KÁTIA FILOMENA VAZ STIVAL, na qualidade de Diretor-Presidente(respondendo interinamente), Diretora Técnico-Científica e Diretora Administrativa, respectivamente. Pelo DISTRITO FEDERAL: TEODORO RODRIGUES PEREIRA, na qualidade de Diretor-Geral. Brasília-DF, 27 de novembro 1996. Of. nº 133/96.

INEDITORIAIS

ASSOCIAÇÃO DOS ANALISTAS DE FINANÇAS E CONTROLE E DOS ANALISTAS DE ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL

AVISO DE RETIFICAÇAO

O Presidente da comissão Eleitoral da AASOF,no uso da competencia que lhe é atribuida pelo paragrafo 1º do artigo 8º,tendo em vista erro de publicaçao ,torna publico a composiçao da chapa registrada, relativo ao EDITAL publicado no dia 07.11.96,Chapa Consolidaçao :Diretoria Executiva:Presidente-Sudario Evaldo Barbosa,Vice Presidente:Manoel Cabral;Diretor Administrativo-Financeiro;Glorialice Coelho de Oliveira Zakir;Diretor Juridico-Sabá Cordeiro Macedo ;Diretor Patrimonial -Solon Moura Junior ;Diretor Social -Julinha Batista;Conselho Fiscal-Erny Takada,Pedro Rufino do Rego e Glauco Alves Lacerda;Suplentes-Eli Bernardo de Carva - lho Rios,Alismar Suouza Bento e Nilmar de Rocha Barros.
Brasilia ,28 de novembro de 1996.Presidente da C.Eleitoral;Sergio Ricardo de Carvalho Portela.
(DAR R$ 34,56)

LUFAS - LIGA UNIDA DE FUTEBOL DE SAMBAIA

RETIFICAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/96

Publicado no DODF de 27/11/96 página 9702, onde se lê: ...até às 18h do dia 26/11/96..., leia-se: ...até às 18h do dia 12/12/96...
(DAR - R$ 8,64)

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DE BRASÍLIA-DF

SDS. ED. CONIC SALAS 217 E 219 BRASÍLIA-DF. C.G.C. 00.686.279/0001-09.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DE BRASÍLIA-DF., por seu representante legal, abaixo assinado, na forma das disposições legais e estatutárias, CONVOCA todos os empregados nas empresas distribuidoras de combustíveis e lubrificantes do Distrito Federal, para ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA, que se realizará no dia 03 de dezembro de 1996, na sede do Sindicato, no SDS. ED. CONIC, salas 217 e 219, em Brasília-DF., às 17:30 horas, em primeira convocação, com quorum legal, ou, às 18:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: a) Apresentação, discussão e aprovação de pauta de reivindicações a ser negociada com o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes - SINDICOM, para celebração de Convenção Coletiva de Trabalho, com vigência de 1º de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 1997; b) Aprovação da contribuição assistencial de toda a categoria, nos termos do artigo 513, alínea "e", da CLT, com autorização prévia e coletiva do desconto desta contribuição incondicionalmente, de todos os empregados; c) Concessão de amplos poderes à Diretoria do Sindicato para estabelecer negociação com o Sindicom, a respeito das reivindicações aprovadas, bem como para adotar as medidas necessárias, em defesa dos trabalhadores, suscitando, no caso de malogro das negociações, o competente dissídio coletivo, podendo, também, celebrar acordo nos autos do mesmo. Brasília-DF., 28 de novembro de 1996.Raimundo Miquilino da Cunha Presidente.

(DAR - R$ 45,36)

ÍNDICE DE NORMAS

ATOS DO PODER EXECUTIVO
RESOLUÇÃO Nº 108, 7-11-96 9705
RESOLUÇÃO Nº 109, 7-11-96 9705
RESOLUÇÃO Nº 110, 7-11-96 9706
RESOLUÇÃO Nº 111, 7-11-96 9706
RESOLUÇÃO Nº 112, 7-11-96 9706
RESOLUÇÃO Nº 113, 7-11-96 9707
RESOLUÇÃO Nº 114, 7-11-96 9707
RESOLUÇÃO Nº 115, 7-11-96 9707
RESOLUÇÃO Nº 116, 7-11-96 9707
RESOLUÇÃO Nº 117, 7-11-96 9708
RESOLUÇÃO Nº 118, 7-11-96 9708
RESOLUÇÃO Nº 119, 7-11-96 9708
RESOLUÇÃO Nº 120, 7-11-96 9708
RESOLUÇÃO Nº 121, 7-11-96 9709
RESOLUÇÃO Nº 122, 7-11-96 9709
RESOLUÇÃO Nº 123, 7-11-96 9709
RESOLUÇÃO Nº 124, 7-11-96 9709
RESOLUÇÃO Nº 125, 7-11-96 9709
RESOLUÇÃO Nº 126, 7-11-96 9710
RESOLUÇÃO Nº 127, 7-11-96 9710
RESOLUÇÃO Nº 128, 7-11-96 9710
RESOLUÇÃO Nº 129, 7-11-96 9710
RESOLUÇÃO Nº 130, 7-11-96 9710
RESOLUÇÃO Nº 131, 7-11-96 9710
RESOLUÇÃO Nº 132, 7-11-96 9710
RESOLUÇÃO Nº 133, 7-11-96 9711
ATOS DO PODER LEGISLATIVO
CÂMARA LEGISLATIVA DO DF
DESPACHO DOS ORDENADORES DE DESPESAS 9711
SECRETARIA DE GOVERNO
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO, 27-11-96 9711
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 902, 27-11-96 9711
PORTARIA Nº 903, 27-11-96 9712
PORTARIA Nº 904, 27-11-96 9712
PORTARIA Nº 905, 27-11-96 9712
PORTARIA Nº 906, 27-11-96 9712
PORTARIA Nº 907, 27-11-96 9713
PORTARIA Nº 908, 27-11-96 9713
PORTARIA Nº 909, 27-11-96 9713
SUBSECRETARIA DA RECEITA
ATO DECLARATÓRIO Nº 89, 18-11-96 9714
DEPARTAMENTO DE ARRCADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO
RETIFICAÇÃO 9714
DIVISÃO DA RECEITA DO SETOR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO
ATO DECLARATÓRIO Nº 9, 26-11-96 9714
DIVISÃO DA RECEITA DE TAGUATINGA
ATO DECLARATÓRIO Nº 6, 25-11-96 9714
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO
RETIFICAÇÃO 9714
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECUROS FISCAIS
1ª CÂMARA
ACÓRDÃOS 9715
ATAS DA SESSÕES ORDINÁRIAS 9716
PAUTAS DE JULGAMENTOS 9714
2ª CÂMARA
ACÓRDÃOS 9718
ATAS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS 9719
PAUTAS DE JULGAMENTOS 9717
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESPACHOS DO SECRETÁRIO 9720
PORTARIA Nº 174, 20-11-96 9720
SECRETARIA DE SAÚDE
INSTITUTO DE SAÚDE DO DF
DESPACHOS DA DIRETORA 9720
ORDEM DE SERVIÇO Nº 119, 26-11-96 9720
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA
CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 7, 27-11-96 9720
FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
DESPACHOS DO PRESIDENTE, 26-11-96 9720
SECRETARIA DE OBRAS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA
DIRETORIA COLEGIADA
DECISÃO Nº 995, 26-11-96 9721
DECISÃO Nº 997, 26-11-96 9721
SECRETARIA DE AGRICULTURA
FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DF
DESPACHOS DO CHEFE DE GABINETE 9721
SOCIEDADE DE ABASTECMENTO DO DF
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 9721
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
DESPACHO DO PRESIDENTE, 25-11-96 9721
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE
FUNDAÇÃO CULTURAL DO DF
DESPACHO DO PRESIDENTE, 22-11-96 9722
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA
DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE, 26-11-96 9722
PROCURADORIA GERAL DO DF
DESPACHO DO PROCURADOR, 26-11-96 9722
.....
(*) N. DA DIJOE/IN - PUBLICADO NESTA DATA POR TER SIDO OMITIDO DO DODF Nº 231 .....

ATOS DO PODER EXECUTIVO
DECRETO Nº 17.544, 22-7-96 - republicação 9745
DECRETO Nº 16.588, 30-6-96 - republicação 9745
DECRETO Nº 17.860, , 28-11-96 9746
DECRETO Nº 17.861, , 28-11-96 9746
DECRETO Nº 17.862, , 28-11-96 9746
DECRETO Nº 17.864, , 28-11-96 9747
DECRETO Nº 17.865, , 28-11-96 9747
DECRETO Nº 17.866, , 28-11-96 9748
DECRETO Nº 17.867, , 28-11-96 9748
DECRETO Nº 17.868, , 28-11-96 9748
SECRETARIA DE GOVERNO
DESPACHOS DO SUBSECRETÁRIO, 27-11-96 9750
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA
ORDEM DE SERVIÇO, 27-11-96 9751
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO LAGO NORTE
DESPACHO DO ADMINISTRADOR
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA
ORDEM DE SERVIÇO, 22-11-96 9751
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 910, 28-11-96 9751
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ATO DO SECRETÁRIO 9752
DESPACHOS DO SECRETÁRIO 9752
PORTARIA Nº 182, 27-11-96 9752
PORTARIA Nº 185, 28-11-96 9752
PORTARIA Nº 186, 28-11-96 9752
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE ENSINO
ORDEM DE SERVIÇO Nº 106, 25-11-96 9753
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
INSTRUÇÃO Nº 592, 28-11-96 9753
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA
DESPACHOS DO SECRETÁRIO 9753
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE
DESPACHO DO SECRETÁRIO, 26-11-96 9753
SECRETARIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DESPACHO DO SECRETÁRIO, 26-11-96 9754
SECRETARIA DE TURISMO
DESPACHO DO SECRETÁRIO, 26-11-96 9754
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CONSELHO DO MEIO AMBIENTE - CONAM
RESOLUÇÃO CONAM-DF Nº 3/96 9755
ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 9762
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL
MINUTA DE ESCRITURA PÚBLICA DE CESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE DOMICÍLIO E POSSE 9762
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DESPACHO Nº 649/96 - DGA (AA) 9764
SECRETARIA DAS SESSÕES
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3214 9764
RETIFICAÇÃO 9764

Apostando no Futuro



Estatuto da Criança e do Adolescente

Contém a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, retificada no *Diário Oficial* de 27 de setembro do mesmo ano.

A referida Lei dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, como: os direitos à saúde, à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, às convivências familiar e comunitária, à educação, à cultura e ao esporte, etc.

Abrange temas polêmicos como guarda, tutela, adoção e medidas de proteção. Composta de índice temático e descrição da legislação correlata ao assunto.



IMPRENSA NACIONAL
Sua Editora Oficial

INFORMAÇOES E VENDAS:
SIG, Quadra 06 Lote 800. Caixa Postal 30.000. CEP 70604-900 Brasília - DF
Telefone: (061) 313-9905 Fax: (061) 313-9528

SEDIV

Lugar de lixo é no lixo.



SLU
Serviço de Limpeza Urbana do D. Federal

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
O povo em 1º lugar

Observar as instruções é planejar bem seu trabalho

INSTRUÇÕES PARA ACEITAÇÃO DE ORIGINAIS

As instruções que se seguem, para uso do presente **modelo**, devem ser rigorosamente observadas. Entregando sua matéria de acordo com estas instruções, garantimos a divulgação no Diário subseqüente à data da entrega.

1. O texto deverá ser datilografado em papel tipo ofício, usando fita nova e tipos limpos, em espaço um, pitch dez, na medida de 18cm de largura para os textos. No caso de balanços, tabelas e quadros, as medidas deverão ser de 18cm para uma coluna e de 37cm de largura para duas colunas da página.

2. Avançar dez espaços datilográficos quando abrir parágrafo no texto.

3. Datilografar em letras maiúsculas e centralizados os títulos e subtítulos.

4. Evitar anotações, erros de datilografia e quaisquer rasuras.

5. Tratando-se de balanços e/ou matérias com mais de uma lauda, indique a ordem a ser seguida, numerando-as no verso.

6. Não amarrotar nem dobrar o original, a não ser ao longo da linha pontilhada.

7. O nome do signatário constante da matéria deverá vir em letras maiúsculas e a assinatura não pode atingir o texto, sob pena de comprometer a nitidez do mesmo.

8. A matéria deve ser enviada em **três** vias, com o "**Publique-se**".

DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

GDF